

PENSAMENTO POLÍTICO-SOCIAL

ANTONIO BRASIL JR.

**PASSAGENS PARA
A TEORIA SOCIOLÓGICA
FLORESTAN FERNANDES
E GINO GERMANI**



CLACSO HUCITEC EDITORA

Pensamento Político-Social 12

direção de

Elide Rugai Bastos

André Botelho

Gabriela Nunes Ferreira

Pensamento Político-Social

TÍTULOS PUBLICADOS

Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais, de Simone de Castro Tavares Coelho (org.)

Política de direitos humanos, de Rossana Rocha Reis (org.)

Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil, Gabriela Nunes Ferreira & André Botelho (orgs.)

A institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos, Simone Meucci

Sobre rochedos movediços. Deliberação e hierarquia no pensamento político de José de Alencar, Ricardo Rizzo

Joaquim Nabuco na República, Angela Alonso & Kenneth David Jackson (orgs.)

Dois encontros entre o marxismo e a América Latina, André Kaysel

Roger Bastide: recriações da sociedade, raça e religião no Brasil (1938-1973), Priscila Nucci

Um Sertão chamado Brasil, Nísia Trindade Lima

O Brasil e suas diferenças. Uma leitura genética de Populações Meridionais do Brasil, Andre Veiga Bittencourt

Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani, Antonio da Silveira Brasil Jr.

**PASSAGENS PARA A
TEORIA SOCIOLÓGICA:
Florestan Fernandes e Gino Germani**

ANTONIO DA SILVEIRA BRASIL JR.

**PASSAGENS PARA A
TEORIA SOCIOLÓGICA:
Florestan Fernandes e Gino Germani**

**HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2013**

© Direitos autorais, 2013, de
Antonio da Silveira Brasil Jr.
Direitos de publicação da
Hucitec Editora Ltda.,
Rua Águas Virtuosas, 323
02532-000 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 2373-6411)
www.huciteceditora.com.br
lerereleer@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial
MARIANA NADA

Assessoria editorial
MARIANGELA GIANNELLA

Circulação
comercial@huciteceditora.com.br / jmlivros@gmail.com
Tel.: (11)3892-7772 – Fax: (11)3892-7776



CLACSO

Editor Responsable: Pablo Gentili - Secretario Ejecutivo de CLACSO
Coordinadora Académica: Fernanda Saforcada

Programa Grupos de Trabajo

Coordinadora: Sara Victoria Alvarado

Coordinador Adjunto: Pablo Vommaro

Asistentes: Rodolfo Gómez y Melina Goldstein

Área de Producción Editorial y Contenidos

Coordinador Editorial: Lucas Sablich


Coordinador de Arte: Marcelo Giardino

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Conselho Latino-americano de
Ciências Sociais

EEUU 1168 | C1101 AAx Ciudad de Buenos Aires | Argentina

Tel [54 11] 4304 9145/9505 | Fax [54 11] 4305 0875 | e-mail clacso@clacso.edu.ar

| web www.clacso.org

CLACSO cuenta con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional
(ASDI)  Asdi

Este libro está disponible en texto completo en la Red de Bibliotecas Virtuales de
CLACSO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Elaboração de Carmen Campos Arias Paulenas CRB-8º/3068

Brasil Júnior, Antonio da Silveira

Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani/
Antonio da Silveira Brasil Júnior. São Paulo: Hucitec; 2013.

304p. (Pensamento político-social)

ISBN 978-85-64806-84-9

1. Sociologia – Teoria 2. Capitalismo – Sociologia I. Título. II. Série

*à minha família;
à Patrícia*

Sumário

11 Nacional por comparação

André Botelho

17 Agradecimentos

23 Introdução

Capítulo 1

42 O problema de uma “sociologia latino-americana”

PARTE I

Capítulo 2

83 O moderno e suas semelhanças

Capítulo 3

124 O imigrante e seus irmãos

PARTE II

Capítulo 4

157 Assincronia e demora

10 | **Sumário**

Capítulo 5

188 Dilema e paradoxo

Capítulo 6

232 Esquema de etapas e capitalismo dependente

269 Considerações finais

287 Referências

299 Índice onomástico

Nacional por comparação

Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani, *de Antonio Brasil Jr.*, é desses livros que dispensariam prefácio, não fosse a gentileza do ex-aluno e a camaradagem do colega. O livro comunica muito bem e também diretamente o seu tema, teses, procedimentos, conclusões. Nele o autor discute o processo de “aclimação” da sociologia da modernização norte-americana, especialmente na vertente funcionalista de Talcott Parsons, nos trabalhos de Florestan Fernandes e Gino Germani, protagonistas da renovação da sociologia, respectivamente, na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade de Buenos Aires (UBA). Através de um corpo-a-corpo com diferentes textos produzidos por estes autores entre 1950 e 1970, o trabalho identifica as principais diferenças que, ao longo do tempo, foram se depositando em suas teorizações a respeito da mudança social e do desenvolvimento em relação àquela matriz teórica. Além disso, o enfoque comparativo adotado possibilitou contrastar as diferentes soluções encontradas por Fernandes e Germani ao “aclimataram” a sociologia da modernização para as condições específicas das sociedades brasileira e argentina. Assim, analisando os deslocamentos recíprocos efetuados não só em relação àquela matriz, mas também entre os produtos gerados por estas duas “aclimações”, o trabalho propõe uma nova via de acesso às mediações entre teorização sociológica e matéria social.

Baseado em sua tese de doutorado, o livro traz a marca pessoal de Antonio Brasil Jr. na originalidade e sagacidade das ideias, elegância na sua formulação teórica e rigor impiedoso na demonstração. Ao mesmo tempo, também responde aos desafios cognitivos mais amplos perseguidos pelo grupo de pesquisa ao

qual o seu trabalho está ligado na área de pensamento social brasileiro. Refiro-me a dois elementos cruciais: a valorização da pesquisa empírica e a busca de sentidos teóricos heurísticos para as formulações da tradição intelectual brasileira.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, percebe-se também no trabalho de Brasil Jr. a ênfase na ideia de leitura em processo e, conseqüentemente, a exigência de um novo corpo-a-corpo com os textos e diferentes materiais de pesquisa cujos nexos intertextuais podem revelar novas camadas de sentidos. Uma das forças de Passagens para a teoria sociológica está justamente na ampla pesquisa empírico-documental que lhe dá suporte, realizada durante quatro anos ou mais em bibliotecas e arquivos em São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e, em menor escala, nos Estados Unidos. Assim, nexos intertextuais entre notas de marginalia, e livros publicados, e entre estes e correspondências, esboços ou anotações de aulas de Florestan Fernandes, por exemplo, ajudam não apenas a desvendar novas dimensões de significado e sentido das suas ideias, como também uma aproximação mais matizada aos contextos de suas formulações. Nessa metodologia de pesquisa opera-se a passagem da noção de obra acabada para a de um movimento de criação ou de artesanato intelectual.¹

Já quanto ao segundo aspecto, o livro mostra de modo muito coerente, contrariando uma das ortodoxias do senso comum acadêmico, que tem sido possível sim teorizar sociologicamente no Brasil e na Argentina, ou seja, na periferia do sistema mundial do conhecimento, cuja divisão internacional do trabalho intelectual parecia nos relegar ao papel social de meros reprodutores acríticos das teorias centrais consumidas avidamente por aqui. Talvez seja bom dizer que o livro não propõe nenhuma celebração sobre a condição periférica, tão comum, no limite, em tempos de estudos pós-coloniais. Mas tampouco, por outro lado, faz tabula rasa das assimetrias de poder envolvidas para começar na definição do que é ou não teoria sociológica; assimetrias que, se não replicam simplesmente a divisão geopolítica mais ampla, não lhe são inteiramente indiferentes, como querem fazer crer versões mais recentes do cosmopolitismo sociológico, para as quais já não haveria centro ou periferia e ainda menos divisão de papéis entre eles.

¹ Sobre essa metodologia ver, por exemplo, o livro de Andre Veiga Bittencourt, O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil, também publicado nesta coleção Pensamento político-social.

Antes, o livro tira consequências e, a seu modo, atualiza a ideia tão cara a certa tradição do marxismo acadêmico uspiano a que, em parte se filia, de que também na sociologia, i.e., na vida cultural em geral, como noutros sistemas mundiais, há sempre um desenvolvimento desigual, mas combinado, e que nada impede a priori que o que parece desvantagem ou atraso, numa conjuntura, possa se tornar efetivamente vantagem, noutras. Assim, mostra como a relação de Florestan Fernandes e Gino Germani com a sociologia da modernização norte-americana não apenas não é da ordem de um consumo passivo de teoria, como ainda que a aclimação dela em contextos exógenos — e até mesmo exóticos — permite potencialmente desnaturalizar os próprios pressupostos da teoria central. É isso que mostra especialmente em relação a Talcott Parsons que, embora não tenha sido um praticante direto da “sociologia da modernização”, muito contribuiu para seu desenvolvimento, e cujos textos, ao longo dos anos de 1950-70, apresentam uma teorização cada vez mais complexa e refinada sobre a mudança social, que dá continuidade às principais pressuposições contidas naquela vertente intelectual, especialmente sua visão linear e ordeira dos processos históricos.

Assim, especialmente os ajustes históricos implicados nessa aclimação, e não especificamente os empíricos ou teóricos como poderíamos esperar de antemão, ajudam a desvelar o próprio caráter contingente de uma teoria que, como o funcionalismo de Parsons, se pretendia acima e além da história. Por exemplo, nas traduções intelectuais ativas de Fernandes e Germani, a concepção parsoniana de que as sociedades modernas convergiam para um único padrão societário independente das suas sequências históricas perde o pé. E de alguma forma o que num contexto central, o que de fato os Estados Unidos passaram a ser também para a sociologia no pós-segunda guerra, foi obra coletiva de diferentes gerações de sociólogos, como sugere a reação da sociologia macro-histórico-comparada que se lhe seguiu, na periferia teve de ser enfrentada pelos mesmos atores, ao mesmo tempo em que eles recepcionavam o funcionalismo. Sem triunfalismos, porém, Brasil Jr. mostra não apenas as diferenças entre os contextos brasileiro e argentino em relação ao norte-americano, como entre eles mesmos, apontando possibilidades e limites de cada um, sempre em relação aos outros.

Aqui, a passagem de uma versão tão otimista quanto mais ou menos ingênua das vantagens do atraso para uma visão crítica sobre a tradução

cultural, na qual, se o próprio par original/cópia não perde inteiramente seu significado, adquire novos sentidos sociológicos. Afinal, são as tensões impri-midas pela modernização, bem como pelo Estado-nação, sobre a dinâmica da vida social, e não a sua adequação ou êxito, que integram hoje o escopo das principais questões teóricas que vêm sendo recolocadas por diferentes vertentes da sociologia contemporânea.²

A passagem decisiva de Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani, porém, está no tipo de método comparativo que forja para dar conta das questões acima referidas, entre outras desenvolvidas — o que só em parte, porém, corresponde à passagem do “assunto” para a “forma” aquilatada pelo próprio autor. É um achado bem meditado, de todo modo, sua proposta de tomar os textos de Parsons não como objeto de análise, mas como um recurso de comparação. Afinal, como o eixo dos argumentos gira em torno da importação de esquemas teóricos, a comparação não se esgotaria na díade Fernandes-Germani. Esse terceiro elemento é justamente a matriz teórica de que ambos, sempre de modos seletivos e diferenciados, se apropriam e transformam. Desse modo, a comparação entre as proposições de Germani e de Fernandes permite, ao contrastá-las, ganhar um novo ângulo de observação de suas especificidades. Como argumenta Brasil Jr., por exemplo, “em si mesmas, noções como «ação eletiva» e «ordem social democrática», «sociedade industrial» e «sociedade de classes», «massas» e «povo» se dissolvem no conjunto da argumentação dos autores; contrapostas, no entanto, nos dão uma maior nitidez quanto às «escolhas» dos autores, escolhas que, numa perspectiva sociológica, estão sempre ancoradas em contextos específicos”.

Se, parafraseando Antonio Candido, podemos dizer que “estudar sociologia brasileira é estudar sociologia comparada”, Passagens para a teoria sociológica só foi possível por, corajosamente, abrir mão do relativo conforto da espécie de “comparatismo difuso e espontâneo” presente desde sempre entre nós, para assumir deliberadamente a comparação como método. O que obrigou o autor a assumir os desafios e os riscos aí envolvidos, bem como a problematizar a comparação claramente, pesando passo a passo suas possibilidades e limites.

2 Valorização teórica que, bem pensado, só ocorre após a generalização da apontada “crise” dos ideais emancipatórios entrevistos na modernidade e no Estado-nação no próprio “centro”. Ver os meus: “Passagens para o Estado-nação: a tese de Costa Pinto”. Lua Nova, vol. 77, 2009, pp. 147-77; e “Political Sociology”. Sociopedia. ISA. Londres: Sage, 2011.

Como seus autores-objetos, num certo sentido, também Antonio Brasil Jr. parece não ter tido outra saída senão a de, interagindo com suas matrizes teóricas, reinventar-se e reinventá-las. Aí, certamente, sua contribuição mais significativa para a área de pensamento social brasileiro, que, a meu ver, precisa mesmo assumir a comparação em sua agenda de pesquisas — a comparação sincrônica, como Brasil Jr. faz, mas também a diacrônica.³ Fronteira analítica — senão ontológica — ainda a ser transposta nas ciências sociais praticadas no Brasil, em geral, a comparação suscitará sempre novos problemas e a produção de novas categorias, acentuando ainda mais o caráter transitório daqueles já formulados. O que não deixa de ser uma realização da ideia de “dom da eterna juventude” das ciências sociais, de que fala Max Weber.

Petrópolis, 28 de agosto de 2013

— ANDRÉ BOTELHO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

³ Sobre comparações diacrônicas entre ensaios de interpretação do Brasil e a produção monográfica da sociologia institucionalizada, ver André Botelho: “Sequências de uma sociologia política brasileira”. Dados, vol. 50, 2007, pp. 48-82; Lucas Correia Carvalho: Transição e tradição: Mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010; e Maurício Hoeltz Veiga Júnior: Homens livres, mundo privado: violência e pessoalização numa sequência sociológica. Mestrado em Sociologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Agradecimentos

Este livro é resultado da minha tese de doutorado, defendida em dezembro de 2011 no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). Como todo resultado, ele é fiador de uma série de pessoas e instituições, que tornaram possível a sua realização. Aqui segue uma lista necessariamente parcial.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Prof. André Botelho, orientador da tese de doutorado que deu origem a este trabalho. Agradeço não só pela amizade, mas também pela motivação constante e exemplo de dedicação à sociologia, e pelo diálogo próximo, exigente e sempre desafiador, que me faz continuamente repensar as bases do meu trabalho.

Também gostaria de fazer um agradecimento especial ao Prof. Alejandro Blanco, que, além de ler e comentar parte deste trabalho — e participar de sua banca de defesa —, muito generosamente me disponibilizou não só a sua biblioteca durante a minha estadia na Argentina, como todo o seu material empírico-documental referido a Gino Germani e à sociologia argentina.

Agradeço à Prof.^a Elide Rugai Bastos, que vem acompanhando parte do meu trabalho desde a minha dissertação de mestrado, e que esteve igualmente presente na qualificação e na defesa da minha tese de doutorado, pelos comentários sempre muito pertinentes e estimulantes — e certos —, cuja presença ao longo destas páginas é bastante visível.

Aos Profs. José Maurício Domingues e José Ricardo Ramalho, pelo estímulo e comentário crítico durante a defesa da minha tese de doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPG-SA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pela possibilidade de desenvolver este trabalho, pela formação de alto nível que me foi oferecida, e pela compreensão quanto às contingências da vida acadêmica, que nem sempre nos permitem atender a todos os prazos. Estendo este agradecimento, portanto, a todos os seus professores e funcionários, com quem partilhei grande parte da minha vivência ao longo dos últimos sete anos.

À Prof.^a Glauca Villas Bôas, pela rica experiência coletiva que para mim representou a participação no Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (Nusc-IFCS/UFRJ), além dos permanentes alertas quanto à necessidade de tensionar os nossos materiais de pesquisa empírica com os esquemas interpretativos empregados.

Ao Prof. Bruno Sciberras de Carvalho, pelos comentários e estímulos durante na banca de qualificação.

Ao Prof. João Marcelo Ehlerl Maia, pela oportunidade do diálogo em vários fóruns e instâncias da vida acadêmica, e por poder apresentar o meu projeto de pesquisa no Laboratório de Estudos Brasileiros do Cpdoc-FGV.

Ao Prof. Bernardo Ricupero, pela acolhida em São Paulo e pela interlocução durante a disciplina “Pensamento Latino-Americano” na USP, em 2008.

Aos Profs. Marcos Chor Maio e Nísia Trindade Lima, pelo diálogo — cada vez mais próximo — e pelas novas perspectivas de análise que a mim foram abertas através da inovadora disciplina “História das ciências sociais no Brasil”, em 2010.

Aos professores que, em algum momento, tiveram a generosidade de ler e comentar partes deste trabalho: Luiz Carlos Jackson, Simone Meucci, Nísia Trindade Lima, Maria Alice Rezende de Carvalho e Antonio Herculano Lopes. Ao Luiz, mais uma vez, pela amizade e contato próximo quando morávamos em Buenos Aires.

Aos pesquisadores do Projeto Temático “Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro”, e em especial ao Prof. Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), pela criação de um espaço inovador em termos teóricos e metodológicos para o nosso campo de pesquisa.

Ao Prof. José Ricardo Ramalho, novamente, e à Prof.^a Neide Esterci, pela oportunidade de participar do Núcleo de Pesquisas “Desenvolvimen-

to, Trabalho e Ambiente” (IFCS/UFRJ) e de apresentar alguns dos resultados desta pesquisa.

Aos amigos Maurício Hoelz, Andre Bittencourt, Lucas Carvalho, Alexander Englander, Pedro Cazes, Paloma Malaguti, Alice Ewbank, Karim Helayël, Fausto Ventura, Diego Araoz, Marcelo Martins, Heloísa Helena Santos, Mário Medeiros da Silva e Mariana Chaguri, que tanto ouviram deste trabalho em conversas, encontros e bares. Aos amigos “insulanos”, em especial Wagner Vallim, Pedro Manea, Thiago Santos, Raphael Bastos e Fabiano Gouvêa, sempre presentes mesmo durante minhas reiteradas ausências ao longo do último ano.

Ao CNPq, à Capes e à Faperj, que, em diferentes momentos, concederam-me bolsas de estudo.

À minha família, fiadora incondicional deste projeto, que finalmente se materializa neste momento.

Um agradecimento especial a Patricia Aleksitch, que me fez ver, com amor e ternura, a desrazão dos nossos planos racionais, e pelo apoio fundamental nas últimas horas.

A diferença está em que na Sociologia vigente, sobretudo nos Estados Unidos, a dimensão histórica é tolerada em geral enquanto um fundo em segundo plano, ou — como ali se costuma dizer — como *background-information*, que proporciona uma ideia de como se chegou a tudo aquilo, para que não paire no ar [. . .]. Mas há uma continuada compreensão equivocada e incompreensão quanto ao papel constitutivo da história e dos nexos históricos para a Sociologia, no sentido em que a apreensão imanente das categorias da Sociologia é desprovida de sentido e que a sociedade não pode ser apreendida sem referência aos elementos históricos nela implícitos. O conhecimento histórico não é algo à margem da sociologia, mas algo que nela é central; a posição conferida à história é uma diferença decisiva entre todas as que são essenciais para distinguir uma teoria crítica da sociedade [. . .].

— Theodor Adorno. *Introdução à sociologia*, 17.^a aula, 11-7-1968.

Introdução

Associando a ideia de *montagem*, que denota artifício, à de *processo*, que evoca a marcha natural, talvez seja possível esclarecer a natureza ambígua, não apenas do texto (que é e não é fruto de um contacto com o mundo), mas do seu artífice (que é e não é um criador de mundos novos).

— ANTONIO CANDIDO. *O discurso e a cidade*.

A chispa crítica não salta num lugar só, e estipular disjuntivas abstratas nem sempre é mais radical e produtivo que discernir relações.

— ROBERTO SCHWARZ. *Sequências brasileiras*.

Na década de 1950, o mundo conheceu uma onda de profundas transformações. A reconstrução da Europa no pós-guerra e a retomada do crescimento econômico nos países centrais, assim como a urbanização e a industrialização acelerada de vários países periféricos, davam a impressão de que o tecido social da sociedade global estava sendo revolido de alto a baixo — uma verdadeira “sociedade em movimento” (Botelho, 2008). Coube sobretudo à sociologia tentar captar os *sentidos* dessas transformações aceleradas, mostrando não só suas potencialidades e limites mas também os dramas de adequação dos diferentes grupos sociais a um mundo cada mais complexo, racionalizado, impessoal e competitivo. Teria sido esse, segundo

alguns, o “grande” momento da sociologia, que não só daria luz a um de seus produtos intelectuais mais típicos — o “estrutural-funcionalismo” em suas inúmeras variações — como receberia grande visibilidade pública, sendo vista por Estados e burocracias internacionais (sobretudo a Unesco) como uma forma de conhecimento capaz de *orientar* as mudanças sociais.

Ainda na década de 1950, o próprio cenário da sociologia se transformaria bastante, com o deslocamento de seu eixo dinâmico da Europa para os Estados Unidos. Mas isso não se deveu somente à nova posição ocupada por esse país como centro do capitalismo mundial. Ela também foi resultado de uma série de operações intelectuais, entre as quais se destaca especialmente a “americanização” da teoria social europeia por Talcott Parsons.¹ Em sua releitura dos clássicos da disciplina, notadamente de Émile Durkheim e Max Weber, o sociólogo de Harvard construiu uma teorização vigorosa do funcionamento dos sistemas sociais, concebendo-os como um conjunto de subsistemas diferenciados mas integrados a partir de um padrão normativo mais geral. O impacto das formulações de Parsons teria sido tamanho que Anthony Giddens (2003) chegou a dizer certa vez sobre a existência de um “consenso ortodoxo” em torno de suas proposições, consenso que só se desmancharia nos anos 1960 com as críticas vindas das “teorias do conflito” e das diferentes abordagens “hermenêuticas”, como a etnometodologia e assemelhados.

Essa é a história mais ou menos “canônica” da sociologia entre os anos 1950 e 1970, história que já há algum tempo tem sido criticada por seu autocentrismo, isto é, por sua circunscrição aos autores e problemas dos países centrais da disciplina (Connell, 2006, 2007; Rodríguez et al., 2010). Isso porque, simultaneamente ao deslocamento do centro da sociologia para os Estados Unidos, a sociologia também se consolidava institucional e intelectualmente em diferentes paragens periféricas ou semiperiféricas, graças a articulações entre atores e instituições locais e estrangeiros dos mais variados tipos. Ela chegou a ganhar força considerável em algumas

1 E também, não podemos nos esquecer, do enorme afluxo de intelectuais emigrados da Europa para os Estados Unidos (Hughes, 1975). Um dos casos mais famosos é sem dúvida o dos membros da chamada “Escola de Frankfurt” (Jay, 1973). Para uma análise do período “norte-americano” de Theodor Adorno, cf. Jenemann (2007).

idades importantes da América do Sul, como São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Santiago do Chile, com resultados muitas vezes surpreendentes e teoricamente inovadores. Certamente um retrato mais completo desse período da sociologia deveria levar em conta não só as produções intelectuais ao norte da América mas também ao sul do continente — e em outros continentes —, tarefa que sem dúvida não é fácil.

Neste livro, vamos tratar de dois sociólogos que, a partir de dois contextos periféricos distintos, conseguiram produzir uma sociologia teoricamente consistente e publicamente relevante, e em vários aspectos original em relação às sociologias dos países centrais: Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo (USP), e Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires (UBA). Esses dois intelectuais, que dirigiram entre 1950 e 1960 as principais cadeiras de sociologia no Brasil e na Argentina a despeito de suas trajetórias biográficas inverossímeis,² e atuando numa estrutura

2 Já é bastante conhecida a trajetória errática e acidentada de Florestan Fernandes, explorada em diversos trabalhos. Para este ponto, cf. especialmente Garcia (1997). O caso de Germani, menos conhecido no Brasil, foi analisado extensamente na biografia intelectual escrita por Ana Alejandra Germani sobre o seu pai, intitulada *Gino Germani: del antifascismo a la sociología* (2004). Vale a pena, no entanto, reproduzir aqui a rápida reconstrução da trajetória de Gino Germani escrita por Sergio Miceli (2007), em artigo no qual compara as trajetórias dos dois autores tratados neste livro: “Gino Germani (1911-1979), nascido na Itália, filho de um alfaiate e de uma descendente de camponeses, desembarcou na Argentina em 1934, após a morte do pai, com vinte e três anos de idade, acompanhando a mãe que viera se juntar a parentes já instalados no país. Havia concluído o curso de contabilidade numa escola técnica e obtido o diploma de economista no Instituto de Economia da Universidade de Roma. Ao que tudo indica, o fato de se haver exilado para escapar ao fascismo lhe conferiu salvo-conduto de aproximação aos círculos políticos e intelectuais de tendência liberal. [...] De início, arranjou um emprego no Ministério da Agricultura para se sustentar. Já em 1938, Germani passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia e Letras, na Universidade de Buenos Aires, cuja cadeira era então ocupada pelo titular Ricardo Levene. [...] A competência de Germani no manejo de informações estatísticas e a condição de estrangeiro, afastado do caldeirão local de rivalidades, lhe permitiram a reconversão em «especialista» em matéria de morfologia social, autoridade que lhe asseguraria o monopólio virtual da pesquisa empírica. [...] Com a ascensão do primeiro governo peronista, as perseguições políticas no âmbito da universidade forçaram Germani a largar a posição de professor assistente e a se aproximar dos círculos liberais de oposição ao regime. Nesse período de interregno, Germani reorientou energias para um trabalho editorial de envergadura. Dirigiu coleções de obras em ciências sociais [...], sem desleixar a retomada de seus trabalhos de consultoria contábil. [...] Logo em seguida à queda de Perón, em 1955, Germani foi nomeado chefe do departamento de sociologia da Universidade de Buenos Aires, o que lhe permitiria obter a criação da carreira de sociologia”.

institucional muito mais instável e precária que seus colegas norte-americanos, fizeram da sociologia uma verdadeira ferramenta de inteligência das grandes questões que agitavam as suas sociedades, cujos impasses lograram formalizar em suas teorizações. Desse contato íntimo com sociedades que teimavam em não repetir a história dos países centrais do capitalismo surgiram sociologias igualmente distintas, resultado de um penoso processo de “aclimatação” intelectual. Penoso porque a situação periférica não implica apenas desigualdade no plano político e econômico mas também no plano da circulação internacional das ideias.

Assinalar essa desigualdade básica é importante porque aqui não pretendemos fazer um simples elogio a essas sociologias “periféricas”, “invisibilizadas” nas narrativas hegemônicas sobre a história das ciências sociais. A análise da produção sociológica de Florestan Fernandes e de Gino Germani que fazemos aqui não visa a uma simples tentativa de “resgate”, tampouco se reduz à mera constatação da diversidade das sociologias existentes. Muito mais que isso, procuramos fazer da análise dessas duas sociologias “periféricas” também uma plataforma de observação da sociologia como um todo, ou melhor, ao reconstituirmos as formulações desses dois autores estaremos igualmente ganhando uma perspectiva crítica a respeito das próprias sociologias “centrais”. Nesse sentido, “periferia” aqui não aparece apenas como um lugar, mas sobretudo como um método de análise, capaz de olhar para a sociologia ao mesmo tempo em sua totalidade, diversidade e desigualdade.³

De que modo a análise da produção sociológica de Fernandes e de Germani também pode servir a uma plataforma de observação do movimento mais amplo da teoria sociológica? Como já apontou, dentre muitos outros, Antonio Candido, a dinâmica cultural em países periféricos envolve um nexo

3 Em diversas ocasiões, Elide Rugai Bastos tem chamado a atenção para esta possibilidade, explorada em variadas direções pela chamada “escola sociológica paulista” (Bastos, 2002). Mais recentemente, a autora retomou o problema: “Do ponto de vista metodológico, reabre-se uma velha questão: a partir da «periferia» do sistema social (e não apenas territorial), onde os conflitos sociais se apresentam em sua pluralidade, o analista encontra-se numa perspectiva que lhe permite visualizar melhor os problemas, o que nem sempre resulta na ampla sistematização dos mesmos. Trata-se de mais uma possibilidade a ser levada em consideração para se refletir sobre o lugar do pensamento social brasileiro no quadro geral das ciências sociais” (Bastos, 2011, p. 67).

inevitável entre referências intelectuais nacionais e estrangeiras, estas últimas em geral dando o sentido da marcha das ideias. Afinal, como ignorar as mais novas formulações teóricas que circulam pelos principais centros produtores da sociologia? Dada a inevitabilidade dessa referência às ideias produzidas nos países “centrais” — e, cada um a seu modo, Fernandes e Germani procuraram incorporar o repertório “estrutural-funcionalista” em suas teorizações —, a análise das produções “periféricas” permite realizar uma espécie de história intelectual comparada, na qual tanto a produção “central” quanto “periférica” saem divisadas em termos críticos. A última porque a simples adoção dos esquemas conceituais “importados” invariavelmente acarreta inadequações explicativas no novo contexto; a primeira porque, ao girarem no “vazio” quando transplantadas, revelam melhor os pressupostos sociais cifrados em sua organização interna. Ou, noutros termos, o “universalismo” das sociologias “centrais” mostra os seus limites na periferia, bem como o “localismo” das sociologias “periféricas” se torna problemático dada a sua dependência das referências conceituais “importadas”. Em suma, essa forma de colocar o problema exige uma perspectiva de conjunto, de totalidade, além de forçar o argumento para o achado das mediações entre *sociologia* e *sociedade*.

Nesse sentido, o problema deste trabalho se situa numa questão muito mais ampla, relacionada às delicadas relações entre vida intelectual e condição periférica, que se manifesta virtualmente em todos os campos da produção cultural dos países dependentes.⁴ Assim, podemos situar o nosso esforço aqui como a análise do capítulo latino-americano — ou melhor, brasileiro e argentino — da sociologia nos anos 1950-1970. Capítulo que alterou de maneira significativa a compreensão dos processos de mudança social, àquela altura em grande medida informada pela voga mundial da chamada “sociologia da modernização”, um dos produtos mais típicos da sociologia norte-americana. Essa vertente intelectual — uma espécie de conjunção do “estrutural-funcionalismo” de Talcott Parsons (em chave simplificada) com os métodos quantitativos de Paul Lazarsfeld —,

4 O conjunto de trabalhos assentados sobre essa problemática é muito extenso, e seria ocioso tentar uma enumeração exaustiva. Para ficarmos em alguns exemplos: literatura (Candido, 2006; Prieto, 1969; Schwarz, 2000; Sarlo, 1988, 2007), filosofia (Arantes, 1994; Terán, 1993), marxismo (Ricupero, 2000; Altamirano, 2001), artes plásticas (Naves, 1996, 2007; Giunta, 2001).

apresentava-se como uma narrativa capaz de lidar com todo e qualquer processo de mudança social, independentemente do tempo e do espaço. Aplainando inteiramente as arestas históricas, a “sociologia da modernização” pressupunha que os processos de urbanização, industrialização, secularização da cultura e democratização política sempre andariam juntos, forçando as sociedades em mudança à convergência final com os padrões societários dos países “modernos”. Ora, o que precisamente fizeram Florestan Fernandes e Gino Germani, ao tentarem captar, cada um a seu modo, a nota divergente da mudança social em seus países, foi questionar aquela narrativa linear, *adensando historicamente* a compreensão do processo. As especificidades das sociedades brasileira e argentina não podiam ser simplesmente neutralizadas, porquanto a promessa de que a modernização levaria necessariamente à democratização simplesmente deixara de fazer sentido na virada para os anos 1960, marcados pelo turvamento sem precedentes do cenário político desses países.

Dito isso, este livro tem como objetivo analisar os problemas acarretados pela importação da “sociologia da modernização” norte-americana nestes contextos periféricos. A hipótese aqui avançada é que a “aclimatação” da “sociologia da modernização” feita por Florestan Fernandes e Gino Germani gerou produtos muito distintos *vis-à-vis* a matriz original, diferenças cuja inteligibilidade passa pela análise de como eles incorporaram as componentes históricas específicas às sociedades brasileira e argentina no interior de suas reflexões. Não se trata, como pretendo sugerir ao longo do meu argumento, de um simples problema de “assunto”. Afinal, a “sociologia da modernização”, a despeito de ser um produto típico da sociologia norte-americana, voltava-se justamente para os casos de modernização tardia. A meu ver, as diferenças mais significativas se depositam na própria *forma*, no princípio de composição da teorização sociológica, cuja organização interna sofre uma transformação qualitativa. Voltarei mais à frente a essa questão.

O atual desprestígio da “sociologia da modernização”, o que não necessariamente coincide com o seu desaparecimento como recurso explicativo implícito ou *ad hoc*,⁵ não favorece a percepção da real dimensão de

⁵ Já se tornou lugar-comum na sociologia contemporânea a crítica ao “dualismo” da “sociologia da modernização”, ao seu “evolucionismo”, etc. Para uma análise dessa vertente intelectual e de suas críticas posteriores, cf. Sztompka (2005).

seu impacto a partir de fins da década de 1950. Devemos lembrar, no entanto, que a “sociologia da modernização” conheceu uma circulação ampliada nesse momento por dois motivos principais. O primeiro se prende à própria centralidade da sociologia norte-americana no imediato pós-guerra, deslocando a sociologia europeia de seu antigo posto de líder da disciplina. Basta consultarmos um livro como *Sociology in Europe: in search of identity* (1993), editado por Birgitta Nedelmann & Piotr Sztompka, para ver que todas as diferentes “histórias” da sociologia nos países europeus aí apresentadas fazem menção, em maior ou menor medida, ao impacto representado pela sociologia norte-americana no pós-guerra. Richard Münch, cujo apreço pelas formulações de Talcott Parsons encontra-se fora de questão, inicia o seu texto sobre a sociologia na Alemanha com uma seção intitulada “US hegemony after the Second World War: the Americanisation of European social theory”. Se uma questão como essa veio à tona num país de consolidada tradição sociológica, não é de estranhar que ela passe a organizar todo o fio argumentativo das “histórias” da sociologia na periferia da Europa: é o que vemos nas contribuições de Christian Fleck e Helga Nowotny a respeito da sociologia austríaca, de Erik Allardt sobre a sociologia escandinava, e de Władysław Kwaśniewicz acerca da sociologia polonesa. Ainda no mesmo livro, Kenichi Tominaga (1993, p. 203), convidado especialmente para tratar do contraponto da experiência japonesa, também assinala que “especialmente os trabalhos de Talcott Parsons e Robert Merton foram os mais entusiasmaticamente lidos nos anos 1950 e 1960”. Vejamos, portanto, que a difusão da sociologia norte-americana configurou um problema de dimensões mundiais, no qual obviamente estavam inseridos os países ao sul da América.⁶

Em segundo lugar, essa voga da sociologia norte-americana foi dinamizada pela atuação de grandes organizações burocráticas como a Unesco,

6 O impacto da sociologia norte-americana se fez sentir até mesmo onde menos se esperaria. Por um lado, pode parecer desconcertante que Theodor Adorno, crítico permanente da “fetichização” dos métodos de pesquisa empíricos na sociologia praticada nos Estados Unidos, tenha chegado a promovê-los quando de seu retorno à Alemanha (Jay, 1973, p. 251). Por outro, até mesmo em países à primeira vista alheios à sua área de influência, como no caso da antiga União Soviética, as formulações de Talcott Parsons foram lidas e incorporadas ao repertório cognitivo de uma sociologia que desejava entender não só a mudança social (o que fazia através de seu “marxismo oficial”) mas também a estabilidade da vida coletiva, os mecanismos de socialização e as formas de controle social (Vucinich, 1974).

cuja atuação foi decisiva na construção de instituições voltadas para a pesquisa e o ensino de sociologia nos quatro cantos do mundo e na imposição da temática do desenvolvimento. Se olharmos rapidamente os anais de dois importantes congressos promovidos pela Unesco em 1960, um realizado na Cidade do México (De Vries & Echavarría, 1962) e outro em Chicago (Hoselitz & Moore, 1963), veremos que, em sua maioria, os trabalhos estão ancorados na perspectiva da “sociologia da modernização”. A atuação da Unesco não cancelou as assimetrias existentes na circulação das teorias sociológicas. Antes, amplificou o alcance dos produtos gerados pela sociologia dotada então de maior prestígio, apesar da impressão de que se estaria formando um espaço relativamente comum, supranacional, de teorização sociológica — impressão reforçada, por um lado, pelo caráter internacional da instituição e, por outro, pela pretensão de “universalidade” da sociologia enquanto ciência. Datam justamente dessa época as formulações de que estaria emergindo uma verdadeira “sociologia internacional” (Fox, 1965), finalmente liberta das limitações nacionais ou regionais, não obstante essa *generalização* da sociologia não tenha suspenso a *centralização* de suas principais produções.⁷

O impacto da sociologia norte-americana, pelo menos no que se refere aos países da América Latina, chegou a ser mensurado em termos estatísticos. Emilio Herrera — aluno de Johan Galtung, sociólogo norueguês que trabalhou como *expert* da Unesco na Faculdade Latino-Americana de Sociologia (Flacso) em Santiago do Chile — tabulou, contrastando as publicações em revistas da região, não só o padrão de citação como a nacionalidade dos autores dos artigos. Usando como material os artigos das revistas *América Latina*, a *Revista Latinoamericana de Sociología* e a *Revista Mexicana de Sociología* publicados entre 1965 e 1969, o autor comparou os resultados encontrados com os dados de dois periódicos situados em países não periféricos, a *American Sociological Review* e a *Revue Française de Sociologie*. Na reprodução simplificada de duas tabelas geradas por Herrera (1970), podemos ver de modo mais claro como ocorre a circulação da sociologia por seus diferentes centros de produção:

7 Franco Moretti (2003), ao trabalhar com a ideia de “mercados narrativos”, fez uma observação muito semelhante para o caso do romance europeu.

Nacionalidade dos autores (% do total de artigos)

	A. S. R.	R. F. S.	A. L.	R. L. S.	R. M. S.
Nacionais (país da revista)	96,7	81,0	23,4	50,0	42,0
América Latina	—	—	36,2	27,1	34,0
Estados Unidos	—	4,7	23,4	18,7	10,0
Europa	1,4	9,6	10,6	4,2	10,0
Outros países	2,9	4,7	6,4	—	4,0

“Quem cita quem?” Nacionalidade dos autores citados (% do total de artigos)

	A. S. R.	R. F. S.	A. L.	R. L. S.	R. M. S.
Norte-americanos	93	60	56	89	56
Europeus	29	79	31	55	42
Latino-americanos	1	—	75	69	50
Outros	1	2	2	—	5

Não só os autores norte-americanos são publicados em grande quantidade nas três revistas da região — na *América Latina* chegam a conformar quase um quarto dos autores — como são, em duas delas, os mais citados. O contraste com o perfil de publicação da *American Sociological Review* não poderia ser maior. Nesta, a quase totalidade dos artigos são de autores norte-americanos, que citam preferencialmente os seus compatriotas — embora um terço faça referência *também* a autores europeus. Não há publicação de autores latino-americanos, que tampouco são citados (o resultado encontrado é irrisório). Os dados indicam claramente que a sociologia que ocupa a posição de líder da disciplina é basicamente autorreferida e autosuficiente, embora exerça enorme penetração nas sociologias que gravitam a seu redor. As sociologias periféricas — e, nesse momento específico, a sociologia francesa parecia se encontrar numa situação intermediária —, por sua vez, são heterorreferidas e altamente expostas às produções de outros centros de maior prestígio. É impossível não enxergar, portanto, a existência de linhas de força que regulam a circulação de teorias, conceitos e métodos de pesquisa. O caminho é sempre do centro para as periferias, e raramente ocorre o contrário.

Diante das questões que colocamos acima, podemos ver que a nossa questão de pesquisa — a “aclimação” da “sociologia da modernização” realizada por Florestan Fernandes e Gino Germani — se prende, na

verdade, a um campo problemático muito mais amplo, que inclui autores e contextos sócio-históricos os mais diversos. Mas, então, por que Fernandes e Germani? Por que os seus textos — quer dizer, *alguns* de seus textos — são produtivos para o entendimento dessa questão? Acredito que a resposta pode ir além da menção do protagonismo de ambos em suas respectivas cátedras de sociologia nas Universidades de São Paulo e Buenos Aires, cujos efeitos renovadores na linguagem e nas práticas sociológicas já foram devidamente assinalados por suas fortunas críticas (Arruda, 2001; Blanco, 2006; Blanco & Jackson, 2008). Como o nosso problema é a “aclimatação” da “sociologia da modernização”, o acompanhamento dos seus textos sobre o problema da mudança social ou desenvolvimento produzidos ao longo dos anos 1950-70 nos permite enxergar os “momentos decisivos” desse processo, isto é, as diferentes tentativas em acertar, para o plano da armação sociológica, os desajustes entre os esquemas importados e a experiência local. Desde a transplantação do modo “profissionalizado” de lidar com a disciplina — o que incluía a dedicação *full time*, a monografia como meio expressivo, a pesquisa empírica e a constante atualização bibliográfica⁸ —, passando pela construção de modelos “estrutural-funcionalistas” de entendimento da mudança social até chegar à crítica dos esquemas explicativos da “sociologia da modernização”, tanto Fernandes quanto Germani percorreram o extenso arco da “aclimatação”, com resultados bastante diferenciados que vamos qualificar ao longo do trabalho. Daí o interesse heurístico em trabalhar com *esses* autores, posto que eles permitem uma visão do *conjunto* do processo. Os seus ex-orientandos, que jogaram esse processo para outras direções — penso, especialmente, em Fernando Henrique Cardoso e Eliseo Verón —, já começaram de outro patamar, quando os problemas da simples importação do “funcionalismo” e suas variantes já se encontravam em evidência, o que de modo nenhum desqualifica os seus resultados.

À primeira vista, pode causar estranheza esse argumento de que os textos de Gino Germani são produtivos para o entendimento da “aclimatação” da “sociologia da modernização” — e do “estrutural-funcionalismo” que lhe deu suporte cognitivo. Se, por um lado, já se tornou ponto pacífico

8 Para uma análise dessa questão no caso brasileiro, cf. Pulici (2008). Para o caso argentino, cf. Blanco (2006).

na fortuna crítica de Florestan Fernandes a sua relação ao mesmo tempo intensa e heterodoxa com a teorização “funcionalista”, no caso de Germani, por outro, durante décadas se produziu um consenso quanto ao caráter puramente “imitativo” do seu trabalho teórico, que seria nada mais que uma simples “importação” da sociologia norte-americana ou, mais especificamente, de Talcott Parsons — só recentemente essa imagem vem se alterando, especialmente a partir das pesquisas de Alejandro Blanco (2003, 2006).⁹ Como procurarei demonstrar neste livro, mesmo nos textos de Germani, autor profundamente dedicado à incorporação das principais inovações da sociologia norte-americana da época em sua própria teorização, é possível detectar variações e dissonâncias significativas em relação ao *mainstream* da “sociologia da modernização”. Afinal, se mesmo nos autores mais dedicados à teorização em chave “funcionalista” surgem divergências significativas em relação à matriz original, isto é sinal de que a matéria social qual a lidaram forçou o raciocínio para direções inesperadas.

Portanto, agora podemos delimitar de modo mais claro o nosso material empírico: neste trabalho, utilizo basicamente os textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani que tenham tratado sobre a mudança social ou o desenvolvimento entre fins dos anos 1950 e meados dos anos 1970. Evidentemente, esse universo não esgota a totalidade de seus textos. Ambos já tinham começado a praticar sociologia de maneira sistemática desde os anos 1940 — e no caso de Fernandes ele continuou escrevendo ativamente até a década de 1990. Assim, recortamos desse universo apenas os textos que nos permitam reconstituir o processo de “aclimação” da “sociologia da modernização”, o que inclui desde as suas pesquisas empíricas da década de 1950 até as suas sínteses teóricas de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Estas últimas representam, por assim dizer, os seus “pontos de chegada” em relação a este processo.¹⁰

9 Também no Brasil há em larga medida uma visão que associa Germani sem mediações ao “estrutural-funcionalismo”, como podemos ver nos trabalhos de Maria Sylvia C. Franco (1970, 1972, p. 38), Octavio Ianni (1972, p. 80) e de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto (2004, p. 28).

10 Cabe lembrar que, sempre que se mostrou pertinente e necessário, foram utilizados, além dos livros publicados dos autores, materiais de natureza empírico-documental coligidos nos arquivos do Fundo Florestan Fernandes, disponível na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), e da biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA).

Além de trabalharmos numa perspectiva de *processo*, uma exigência da nossa questão de pesquisa — a “aclimação” —, também fazemos uma análise *comparativa*. Como o eixo dos argumentos gira em torno da importação de esquemas, a comparação não se esgota na díade Fernandes-Germani. Ela precisa incorporar de maneira constitutiva um terceiro elemento, que é justamente a matriz teórica a que ambos, de maneira seletiva e diferenciada, fazem referência. Nesse sentido, como recurso metodológico — e não mais como objeto de pesquisa —, volto-me a uma série de textos de Talcott Parsons, que embora não tenha sido um praticante direto da “sociologia da modernização”, foi fundamental na sua configuração intelectual e institucional, como procuro demonstrar no segundo capítulo. Podemos ver ao longo dos textos de Parsons do período 1950-70 uma teorização cada vez mais complexa e refinada sobre a mudança social, que, *grosso modo*, dá continuidade às principais pressuposições contidas naquela vertente intelectual, especialmente sua visão linear e ordeira dos processos históricos. A despeito dessa continuidade, não podemos desconsiderar o caráter dinâmico dessa matriz teórica, e a análise dos textos de Parsons nos permite justamente observar as suas principais inflexões e reorientações — o recurso a vários autores simultaneamente tornaria essa tarefa inviável. Assim, encarando em termos de *processo* os textos de Fernandes, Germani e Parsons, podemos contrastar a rigor dois processos distintos de “aclimação” *vis-à-vis* uma matriz teórica ela também em movimento. Ou, dito de outra maneira, o *sentido* das inovações feitas na periferia ganham maior densidade quando comparadas ponto a ponto com as inovações feitas no centro. É no movimento amplo, e não em etapas isoladas, que se cristalizam as diferenças específicas.

Esta ressalva é importante porque uma visão ao mesmo tempo *processual* e *comparativa* nos permite, pelo *contraste reciprocamente referido entre os autores*, enxergar melhor as relações entre sociologia e as experiências sócio-históricas às quais ela se liga. Ao operar como uma espécie de “filtragem reordenadora”, a matéria social brasileira e argentina terminou impondo uma série de *deslocamentos diferenciados e cada vez mais pronunciados* em relação aos esquemas importados, e é precisamente através desses deslocamentos que podemos ter uma via de acesso às mediações entre os textos dos autores e os contextos nos quais se inscrevem. Os afastamentos

mais significativos em relação seja à teorização feita no centro seja à teorização feita em outra periferia podem sugerir pistas preciosas para o achado de conexões menos óbvias e esperadas entre sociologia e processo social.

O termo *aclimatação* sugere uma certa ambiguidade, problema para o qual me alertou o Prof. Roger Chartier em comentário ao desenho desta pesquisa.¹¹ O termo pode se referir, por um lado, à reprodução das condições iniciais no novo meio — a “aclimatação” de um tipo de árvore europeu para terras tropicais, para usarmos um exemplo do mundo da botânica do qual o termo é tributário. Por outro, o mesmo termo pode levar à análise das discrepâncias, das diferenciações, dos *deslocamentos* em relação àquelas condições iniciais. A nossa preferência, conforme manifestamos acima, se dá para a segunda acepção do termo, embora a ambiguidade que ele revela seja também muito significativa. Isso porque tanto Fernandes quanto Germani tinham a intenção explícita de equipar materialmente e conceitualmente as suas cátedras de sociologia à maneira dos centros mais avançados da disciplina — as complicações dessas tentativas foram exprimidas por ambos em uma série de reflexões sobre a sociologia em seus países ou na América Latina (Fernandes, 1980; Germani, 1964). No caso mais específico desta pesquisa, os dois autores pretenderam igualmente teorizar sobre a dinâmica social de seus países em registro “estrutural-funcionalista”, o que fizeram de modo bastante criativo filiando-se a uma série de textos disponíveis no repertório da sociologia europeia ou norte-americana. No entanto, ao buscarem a fidelidade aos contextos nos quais se inscreviam, a “tradução” inevitavelmente introduziu diferenças que não podem ser ignoradas, ainda quando não estejam tão à mostra. Nesse sentido, nem as acusações de Guerreiro Ramos sobre a “sociologia enlatada” praticada em São Paulo, nem o neologismo inventado por Milcíades Peña, “ginoparsoniano” — uma junção irônica de Gino Germani e Talcott Parsons —, procedem. Mesmo o sociólogo considerado por muitos como mero repetidor de Parsons, caso de Germani, não deixou de produzir deslocamentos significativos, alguns até radicais, ante as formulações do sociólogo de Harvard.

11 Durante os dois *workshops* realizados pelo Prof. Roger Chartier no IFCS/UFRJ, em atividade patrocinada pelos programas de pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e em História Social (PPGHS), em 2010 e em 2011, tive a oportunidade de debater o meu projeto de pesquisa e alguns de seus resultados.

Assim, ao tratarmos da “aclimação”, tratamos da indissociação da referência a modelos externos e dos efeitos dissonantes de sua aplicação às condições locais, duas faces da mesma moeda.

Num plano muito geral, este trabalho se propõe a levar para o caso específico da sociologia um exercício metodológico semelhante ao de Antonio Candido em *O discurso e a cidade* (2004) para a literatura, procedimento extensamente comentado por Roberto Schwarz em “Adequação nacional e originalidade crítica” (1999). Nesse ensaio, Candido (2004, p. 106) remete precisamente ao “problema de filiação de textos e fidelidade aos contextos” que comentamos acima. Além disso, estas reflexões de Candido e Schwarz nos auxiliam a precisar também a maneira não disjuntiva a partir da qual trabalhamos com as relações entre *texto* e *contexto*. Conforme alertamos acima, o nosso material empírico é constituído apenas pelos textos de Florestan Fernandes e Gino Germani, embora a nossa hipótese de pesquisa traga como requisito o achado das mediações com a matéria social. Como resolver esse imbróglio, se o único recurso que temos à mão é o corpo a corpo com produtos de natureza textual? Nossa tentativa aqui não passa pela busca da “verdade histórica” inscrita nos textos, isto é, a sua adequação aos processos reais que visam a analisar. Tampouco tomamos as sociedades brasileira e argentina como simples enquadramentos ou envoltórios das teorizações dos autores, como uma espécie de limite externo à composição textual. Antes, procuramos qualificar o “social” como uma componente interna, capaz de atuar como um dos princípios organizadores da teorização sociológica. Embora referido à crítica literária, o seguinte comentário de Schwarz (1999, pp. 35-6) é pertinente aos nossos propósitos aqui:

Repetindo, a sociedade não aparece como modalidade envolvente, mas como elemento interno ativo, sob a forma de um dinamismo especificamente seu, resultado consistente dela e potência interior ao romance, onde atritará com outras forças e revelará algo de si. [. . .] / Tomada como invólucro da literatura, a sociedade desempenha um papel de enquadramento, que seria despropósito desconhecer. Mas concebida como força interna, encapsulada num dispositivo formal, a sua lógica escapa à comparação externa, para produzir uma verossimilhança sem parte com as noções e os limites aceitos. Os dois funcio-

namentos são reais, e a preferência pelo segundo traduz o interesse pela sondagem de forças organizadoras profundas. Paradoxalmente, é sob esse aspecto desprovido de aval empírico imediato que a obra tem parte — a especificar — com os desdobramentos do mundo.

Ora, se a relação entre sociologia e sociedade deve ser demonstrada, nessa visada, nas próprias filigranas do texto, a relação *texto e contexto* perde muito do seu caráter de determinação mecânica ou externa. Como o “social” está transposto como princípio interno de organização, e este princípio varia de autor para autor, a qualificação dessa relação se dá caso a caso — não há fórmulas prontas. Conforme alerta Schwarz, o problema aqui “não é a redução de uma estrutura a outra, mas a reflexão histórica sobre a constelação que elas formam” (Idem, 1999, p. 28). Assim, as conexões que aqui perseguimos entre *forma* sociológica e matéria social não pretendem apagar a contingência desses vínculos, o quanto de imprevisto elas podem manifestar.¹² No limite, é a própria noção de *contexto* que se torna problemática, “com seus pressupostos de trama cerrada e tangível” (Ibidem, p. 34). O contexto não está já dado, pronto, mas é reconstruído nos *textos* sempre de maneira diferenciada. Daí que a comparação é feita sempre entre *textos*, cujo confronto, nessa acepção que tomamos aqui, permite-nos melhor enxergar como a experiência social foi retraduzida enquanto princípio interno ativo de sua construção.

Estas breves considerações só têm realmente algum valor se forem realmente demonstradas ao longo do trabalho, tarefa que espero ter

12 Essa forma de trabalhar a relação entre *texto* e *contexto*, pelo menos em Roberto Schwarz, além de tributária de Antonio Candido, é também de clara inspiração adorniana. Theodor Adorno, ao refletir sobre as teorias sociológicas clássicas ou de seu tempo, simultaneamente fazia busca incansável de suas mediações com a sociedade inclusiva. Para ele, os conceitos sociológicos não são simples criações arbitrárias ou classificatórias provindas do espírito analítico do sociólogo, mas expressões do próprio movimento do social. Em seus termos, é possível ver “na formação e no movimento dos conceitos as tendências do movimento da realidade” (Adorno, 2002, p. 34). Essa visada que não separa o movimento do conceito do movimento da realidade social não é, contudo, mecânica. Dado que, para Adorno, “a ciência da sociedade se refere a um objeto infinitamente diferenciado” (Adorno, 2008, p. 212), as diferentes formações conceituais não são intercambiáveis, posto que apresentam diferentes facetas do processo social. Para uma análise da posição de Adorno, cf. Vasconcellos (2009).

cumprido minimamente. Imagino que elas também fiquem mais claras com uma rápida apresentação dos capítulos, uma vez que a sua organização também acompanhou o movimento proposto por aquele exercício metodológico, assim como a problemática mais ampla da “aclimação”. A fim de simplificar o argumento, o trabalho foi dividido em duas partes, antecedidas por um capítulo inicial. A primeira delas, dedicada às pesquisas empíricas realizadas pela “sociologia da modernização”, por um lado, e por Florestan Fernandes e Gino Germani, por outro, estrutura-se sincronicamente, e discute em chave comparada os *primeiros momentos* da “aclimação”. A segunda, voltada para as teorizações sobre a mudança social e o desenvolvimento feitas por Fernandes e Germani — assim como Parsons, que funciona como “caso de controle” —, estrutura-se diacronicamente, contrastando três processos de *acumulação intelectual* e seus deslocamentos recíprocos ao longo do tempo.

O primeiro capítulo não remete senão pontualmente aos autores aqui pesquisados, Florestan Fernandes e Gino Germani. Ele visa, antes, em sentido mais amplo, a desestabilizar o próprio contexto intelectual da comparação, a “sociologia latino-americana”. Nele, mostro que *essa* sociologia não se confunde com toda e qualquer sociologia praticada na região, mas se refere a uma identidade contingente e relacional, cuja força só se compreende em relação ao seu *outro*, a “sociologia norte-americana”. Além disso, também recupero parte dos debates encampados pela “sociologia latino-americana”, em especial os questionamentos aí presentes das visões disjuntivas entre “ciência” e “ensaio” ou entre “ciência” e “ideologia” que marcam o *mainstream* da “sociologia norte-americana”.¹³ Neste capítulo, também aparece com força a atuação de uma outra personagem, Luiz Costa Pinto, que junto a Germani foi decisivo na configuração intelectual e institucional desta “sociologia latino-americana”.

O segundo capítulo cumpre a função de discutir os pressupostos da

13 A “sociologia norte-americana”, que aqui coloco entre aspas, é, na verdade, uma certa versão da sociologia praticada ao norte do continente, rotulada — internamente, como categoria de acusação — como *mainstream*. Em que pese a diversidade de orientações e centros de produção que marcaram a sociologia feita nos Estados Unidos neste período, alguns de seus produtos tiveram maior visibilidade e, portanto, maior circulação mundial. Em termos convencionais, ela poderia ser resumida como a sociologia feita nos departamentos de Harvard (Talcott Parsons) e Columbia (Paul Lazarsfeld). Para uma visão crítica sobre este assunto, cf. Calhoun & VanAntwerpen (2007).

“sociologia da modernização”, ressaltando as suas fontes intelectuais e práticas de pesquisa. A fim de ilustrar essas últimas, destaco dois projetos que, além de representativos dessa vertente intelectual, voltaram-se (também) à análise das sociedades brasileira e argentina: *The measurement of modernism: a study of values in Brazil and Mexico*, realizado por Joseph Kahl, e o *Harvard Project on sociocultural aspects of modernization*, coordenado por Alex Inkeles. Apesar de essas pesquisas terem como assunto explícito a modernização de países periféricos, procuro mostrar como as suas limitações explicativas estão associadas à incorporação de pressupostos sociais, ao nível tanto do desenho teórico quanto de seus recortes empíricos, de experiências “clássicas” de revolução burguesa.

No capítulo seguinte, contrastei justamente essas pesquisas da “sociologia da modernização” com as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani. A partir dessa comparação, poderemos ver que, a despeito de suas aproximações no plano do objeto e no plano das técnicas de pesquisa — Fernandes e Germani, ainda que de diferentes modos, recorreram ao repertório metodológico disponibilizado pela sociologia norte-americana —, *diferenças significativas* são detectáveis entre os principais produtos dessas pesquisas. Nesse sentido, pretendo esclarecer como estas diferenças se localizam em especial nos seus princípios internos de composição, que estão ligados, por sua vez, a experiências sócio-históricas distintas.

No quarto capítulo, reconstituo como Fernandes e Germani analisaram os processos de mudança social no Brasil e na Argentina à luz de uma releitura de corte “estrutural-funcional” da hipótese da “demora cultural”. No entanto, se os dois autores chamaram a atenção para a existência de descompassos ou assincronias entre as diferentes partes de uma ordem social em transformação, o que permite aproximá-los um do outro — e também da produção parsoniana da fase “intermediária”, como procuro demonstrar —, mais uma vez os resultados alcançados por eles são divergentes. Essas diferenças, conforme mostrarei, prendem-se às inscrições dos autores nos debates que animavam as suas respectivas sociedades (como a questão racial e o desenvolvimentismo, no caso brasileiro, e o peronismo, no caso argentino), o que acarretou várias alterações de sentido *vis-à-vis* a “sociologia da modernização”.

No quinto capítulo, trato da bifurcação de caminhos que se explicita na primeira metade da década de 1960 entre as teorizações feitas no centro

e na periferia. Se o registro explicativo da “demora cultural” permitia reunir os três autores, em que pesem suas diferenças, num terreno relativamente comum, ao longo dessa década os seus textos passarão a revelar *deslocamentos recíprocos* cada vez mais significativos. *Deslocamentos* que incidem sobretudo na incorporação, por Fernandes e Germani, de elementos específicos às sociedades brasileira e argentina em seus raciocínios sociológicos, *adensando historicamente* a análise do processo de desenvolvimento. Através das noções de “dilema social brasileiro” e de “paradoxo argentino”, Fernandes e Germani tiraram consequências teóricas da marcha labiríntica da mudança social em seus países, o que contrasta diretamente com a inflexão de Parsons no sentido de uma perspectiva cada vez mais formalista e evolucionária, típica de sua produção dos anos 1960.

Já no sexto capítulo, e último, analiso em chave comparada os “produtos finais” da “aclimação” da “sociologia da modernização”, que, a meu ver, podem ser localizados no construto “capitalismo dependente” de Fernandes e no “esquema de etapas” de Germani, presentes respectivamente nos livros *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968) e *Sociología de la modernización* (1969). Eles podem ser considerados os “produtos finais” não apenas porque representam um amadurecimento intelectual de Fernandes e Germani; antes, porque permitem incorporar na própria *forma* da teorização sociológica a matéria social com a qual lidam. Digo *forma* porque com essas construções intelectuais tanto Fernandes quanto Germani procuraram meios de generalização teórica para além de suas sociedades de referência, que deixaram de ser simples assunto para se transformarem em *perspectiva* acerca dos processos de mudança social ou desenvolvimento como um todo. Assim, e mais uma vez pelo contraste com a teorização parsoniana, em especial a sua teorização tardia apresentada em *The system of modern societies* (1971), mostro que as formas de intelecção da dinâmica social divisadas nas formulações teóricas dos três autores são distintas e revelam aspectos cruciais de suas próprias sociedades.

Nas considerações finais, faço um balanço desses dois processos de “aclimação”, sugerindo algumas possibilidades de mediação entre os “produtos finais” de Fernandes e Germani e as sociedades brasileira e argentina, respectivamente. Afinal, o envolvimento intenso e paciente de Florestan Fernandes e Gino Germani com as sociedades brasileira e argentina, isto é, seus esforços em trazê-las para a conceituação sociológica,

certamente fez com que os seus constructos analíticos incorporassem algo do dinamismo social específico dessas sociedades, com todas as diferenças e afastamentos que isso implica. O mesmo raciocínio também pode ser estendido a Parsons, cuja teorização evolucionária sobre a marcha do mundo ocidental igualmente carrega consigo marcas evidentes da experiência social norte-americana. Em suma, confronto três perspectivas sobre a mudança social elaboradas a partir de três matérias sociais distintas. Duas periféricas, o Brasil e a Argentina, sociedades que experimentaram casos “não clássicos” de revolução burguesa, embora bastante diferentes uma da outra. E uma central, que radicalizou a revolução burguesa “clássica” para além dos limites europeus. Diferentes chãos históricos, diferentes passagens para a teoria sociológica — processo que terei oportunidade de discutir ao longo de todo o livro.

O processo relativamente exitoso de “aclimação” da “sociologia da modernização” feito por Florestan Fernandes e Gino Germani ainda tem a nos interpelar contemporaneamente? Imagino que sim. A despeito das reivindicações recentes em prol de maior descentramento da teoria sociológica para além do Atlântico Norte, o cenário atual da sociologia ainda reproduz (ou até agrava) as assimetrias de poder existentes, com o inevitável “influxo externo” de teorias, conceitos e métodos e definir a marcha das ideias nas paragens periféricas. Assim, permanece de pé o problema da “aclimação”, ainda que os autores e os problemas fundamentais da teoria sociológica possam ser outros. Como furtar-se ao confronto com as formulações de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, cuja adequação à experiência brasileira ou argentina — ou latino-americana, ou até mesmo periférica em geral — é sempre problemática? O confronto bem-sucedido de autores como Fernandes e Germani com a principal teoria sociológica de seu tempo — metonimizada aqui sobretudo por Parsons —, cujos resultados exploramos neste livro, pode nos ajudar a ganhar perspectiva histórica para o esforço coletivo de (re)criação de uma teoria sociológica *a partir* da periferia. Nesse sentido, os textos que analisaremos aqui devem servir menos como *receita* e mais como um repertório de *questões* para o debate contemporâneo. Isto é, mais como um ponto de partida do que como ponto de chegada.

Capítulo 1

O problema de uma “sociologia latino-americana”

À primeira vista, este trabalho é mais uma contribuição ao entendimento da sociologia latino-americana, produção cuja fortuna crítica vem se avolumando ao longo do tempo (Solari et al., 1976; Liedke Filho, 1991; Santos, 2000; Tavares-dos-Santos & Baumgarten, 2005; Blanco, 2007; Trindade et al., 2007; Blanco & Jackson, 2008; Rosenmann, 2008). No entanto, cabe perguntar: faz sentido falar em uma sociologia latino-americana, no singular? Ou haveria várias *sociologias* latino-americanas? Toda e qualquer produção sociológica feita *na* ou *a partir* da América Latina faz parte da sociologia latino-americana? Ou apenas alguns de seus produtos caberiam sob essa denominação?

Acredito que esses questionamentos não se resumem a mero exercício nominalista, tampouco constituem perguntas apenas retóricas. Podemos dizer que a “sociologia latino-americana” — agora sempre entre aspas —, ao lado de diversos empreendimentos intelectuais análogos feitos em outros campos culturais, é uma produção contingente, historicamente delimitável, fruto da ação de diversas instituições e atores sociais.¹ Neste

1 O processo de “latino-americanização” não se ateve apenas à sociologia, mas ganhou também vários campos da produção cultural, como as artes plásticas, a literatura, a filosofia, a canção popular, etc. Para uma análise feita em registro semelhante ao proposto aqui, mas referido ao campo dos estudos urbanos, vale a pena consultar o artigo de Adrián Gorelik, “A produção da «cidade latino-americana»”. Conforme ele sustenta neste artigo: “A «cidade latino-americana» não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao

capítulo, proponho um exercício de “desnaturalização” da “sociologia latino-americana” enquanto contexto intelectual de comparação dos textos de Florestan Fernandes e Gino Germani, uma vez que este contexto não é estável, mas sujeito a variações de acordo com o momento analisado. *Grosso modo*, a “sociologia latino-americana” passa a ganhar adesão crescente dos praticantes da disciplina a partir de fins dos anos 1950, consolidada-se na década seguinte e passa a declinar rapidamente em fins da década de 1970.

A construção de identidades “latino-americanas” é um processo de longa duração, cujas bases me eximo de analisar aqui. Além disso, cada país da região constrói um tipo de relação distinta com o referente “América Latina”, o que já vem sendo investigado em diversos trabalhos (Altamirano, 2005; Oliveira, 2005). Houve vários momentos de fermentação intelectual em torno desta construção identitária, cuja força cresce quando um *outro* se estabelece de maneira clara² — “arielismo” no começo do século XX, vanguardas artísticas nos anos 1920-30, *boom* literário nos anos 1960, etc. Contemporaneamente, a própria noção de “América Latina” vem sendo questionada enquanto anseio de autonomia e emancipação, porquanto traria consigo um projeto de dominação “ocidental” ante as populações originárias (Mignolo, 2007).

No caso da “sociologia latino-americana”, a sua reconstituição não pode ser subsumida a iniciativas de caráter puramente “autóctone”, ou como uma trama engendrada unicamente por latino-americanos. Ela se configurou através do cruzamento complexo de instituições nacionais, internacionais ou mesmo externas à região, o mesmo ocorrendo com os seus portadores sociais — os intelectuais engajados em torno da “sociologia latino-americana”. Contudo, o principal aspecto *desta* sociologia não se

mesmo tempo e de modo inverso, que a «cidade latino-americana» existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. [. . .]. Na verdade, isso não é muito diferente do que poderia ser dito sobre a própria América Latina, e a proposta de estudar essas categorias em sua produção e realização históricas, qua categorias históricas, poderia ser tomada como uma proposta mais abrangente para os estudos latino-americanos” (Gorelik, 2005, p. 112).

2 Conforme notou José Mauricio Domingues (2003, p. 15), “[. . .] as identidades coletivas se constroem, também elas, com referência a *alter egos*, outros grupos e subjetividades coletivas; são dimensões de sistemas sociais os quais, por sua vez, se reproduzem em relação com outros sistemas de interação”.

resume às instituições que ela nos legou, a maioria delas existente até hoje — é o caso da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) e do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso). Até porque, embora vigentes, estas instituições nem de longe conseguem produzir a mesma adesão à “sociologia latino-americana” tal qual experimentada nas décadas de 1960 e 1970. Num momento em que a articulação entre as diferentes sociologias é pensada em novas chaves cognitivas — teorias “pós-coloniais”, sociologia global, *southern theory*, etc.³ —, creio que a principal contribuição da “sociologia latino-americana” resida no extenso repertório crítico que ela produziu, no qual temas como as relações entre centro e periferia, dependência científica, “neutralidade” valorativa, os limites do método monográfico e das técnicas de *survey*, a associação entre conhecimento e ideologia, etc. foram intensamente debatidos.

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, traço um breve panorama da constituição da “sociologia latino-americana”, tal como a entendo aqui, o que faço principalmente através da releitura de alguns textos dos protagonistas deste processo. Na segunda parte, recupero as principais linhas de clivagem que tensionaram o debate a respeito da “sociologia latino-americana”, as quais estão diretamente relacionadas a um acerto de contas crítico em relação à sociologia norte-americana que então se difundia mundialmente. Afinal, esta última, ou pelo menos seu *mainstream*, constituiu o *outro* por excelência da “sociologia latino-americana”. Quando o seu prestígio e sua centralidade declinaram no âmbito mundial, igualmente refluíu grande parte da força da “sociologia latino-americana” enquanto empreendimento coletivo.

A “latino-americanização” da sociologia

Como notaram Blanco (2005, 2007) e Trindade et al. (2007), a institucionalização das ciências sociais na América Latina sempre esteve, em alguma medida, marcada por impulsos de integração regional. É digno de nota que a Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas) tenha sido a primeira organização sociológica de caráter regional do mundo, criada em

3 Para uma análise crítica destas novas possibilidades de se repensar o repertório cognitivo periférico *vis-à-vis* a sociologia praticada nos países centrais, cf. especialmente Maia (2009, 2010) e Domingues (2011).

Zurique em 1950 durante o Primeiro Congresso Mundial de sociologia — auspiciado pela entidade que mais tarde se transformaria na International Sociological Association (ISA). A atuação de lideranças intelectuais como Alfredo Poviña, na Argentina, e de Fernando de Azevedo, no Brasil, foram cruciais para que o intercâmbio entre os sociólogos da região se intensificasse. A partir de 1951, a Alas promoveria, a cada dois anos, congressos regionais de sociologia, percorrendo cidades como Buenos Aires, Rio de Janeiro, Quito, Santiago do Chile, Montevideu, Caracas e Bogotá (Blanco, 2005, p. 30). Além disso, ainda na década de 1940, dois trabalhos importantes já haviam sido publicados a respeito da sociologia na região: *Historia de la sociología en Latinoamérica* (1941), de Poviña, e “La sociología en América Latina: vista de conjunto”, de Roger Bastide, publicado por Georges Gurvitch no segundo volume de *La sociologie au XX^e siècle: les études sociologiques dans les différents pays* (1947).

Apesar desse visível processo de “latino-americanização”, essa dinâmica só cobra maior intensidade a partir de meados dos anos 1950, quando um grupo renovador começa a conceber a sociologia como uma atividade sistemática, de caráter científico, amparada em pesquisas empíricas e em procedimentos universalizados. Desse grupo renovador, podemos citar especialmente Gino Germani, Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes, embora este último só tardiamente tenha ingressado no processo de “latino-americanização”. Também foram cruciais nesta virada da sociologia na região a atuação do emigrado espanhol José Medina Echavarría, que atuaria na Cepal, e dos *experts* da Unesco Peter Heintz (Suíça) e Johan Galtung (Noruega), ambos professores na Flacso. Lembrando que Gino Germani era italiano, embora radicado desde longa data na Argentina, esse afluxo de estrangeiros na América Latina “pode ser [lido] também como outro capítulo do importante papel jogado pela «imigração intelectual» europeia na implantação das ciências sociais no século XX” (Blanco, 2007, p. 96).

Mas em que sentido esse processo de “latino-americanização” iniciou-se a partir da metade da década de 1950 se diferencia daquele impulso primeiro, que desaguou na criação da Alas? Nas memórias do sexto congresso promovido por essa associação, realizado em Caracas em 1961, Gino Germani salienta as limitações de uma integração regional realizada apenas em nível institucional:

La existencia de una infraestructura material u organizativa es importante, no suficiente; no basta tener sociedades y congresos y otros símbolos externos de la profesión científica [. . .]. / Si se desea elevar el nivel de la investigación sociológica, el fortalecimiento de un universo de comunicación fundado en un sistema normativo, valorativo y compartido, en actitudes comunes internalizadas, representa otra condición esencial (Germani, 1961, pp. 118-9).

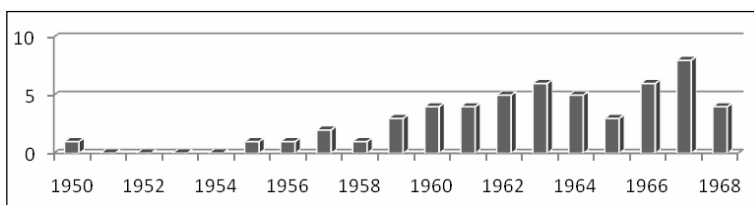
Em comentário ao *paper* de Germani, o venezuelano Pedro Barboza de la Torre (1961, p. 121) também assinala a urgência da conformação de um “universo de comunicação” entre os sociólogos da região que vá além dos simples encontros em congressos e seminários:

Pero sería entonces [. . .] necesario preguntarse, en este momento con sentido creador, si nosotros debemos darles a los congresos latino-americanos de Sociología un sentido más dinámico en el sentido de promover no únicamente congresos, sino intercambio de otros tipos, intercambios en todos los órdenes de la comunicación científica, por una parte; y por otra, promover reuniones que tiendan a unificar el papel del sociólogo dentro de la sociedad latinoamericana [. . .].

Ao que tudo indica, o que permitiu uma articulação não só institucional mas igualmente a formação de um “universo de comunicação” entre as diferentes sociologias praticadas na América Latina foi a imposição da temática da modernização ou do desenvolvimento econômico. Em que pesem as diferenças, que são muitas, o surgimento de um tema substantivo comum, analisado pelo prisma da passagem de uma sociedade tradicional a outra moderna, deu azo a iniciativas compartilhadas como seminários temáticos, projetos de pesquisa coletiva, publicações periódicas, balanços bibliográficos, revisão da literatura sociológica produzida em outros contextos, etc. Nesse registro, a “sociologia latino-americana” e a “sociologia do desenvolvimento” são como duas faces da mesma moeda, já que foi a última que deu sistematização à primeira.

Evidentemente, a convergência em torno da temática do desenvolvimento não apagou a diversidade de interesses temáticos e as diferentes

maneiras de entender a prática da disciplina. Mas é bastante perceptível o momento em que essa problemática se delineia com mais força. Tabulando-se os dados da *Revista Mexicana de Sociología* por eixos temáticos — escolhi esta revista porque ela apresenta uma série relativamente contínua desde 1939 —, vemos como ela se precipita em fins dos anos 1950. Embora a categoria inclusiva da revista seja “mudança social”, a maior parte dos artigos que caem nessa classificação tratam da questão da modernização e do desenvolvimento.



Uma série de eventos, processos e fatores contribuíram para esta forte conexão entre “sociologia latino-americana” e “sociologia do desenvolvimento”. Um de seus momentos inaugurais certamente foi a realização, no Rio de Janeiro, do seminário internacional “Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, organizado em 1959 por Luiz Costa Pinto, então diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), instituição patrocinada pela Unesco assim como a Flacso. Em carta a Florestan Fernandes, Costa Pinto explica as razões do seminário para o qual o convida:

A aspiração dos promotores do Seminário na escolha deste tema é fazer uma análise, em termos elevada e estritamente científicos, não só dos planos, das intenções, dos móveis e dos impulsos que conduzem ao desenvolvimento econômico e social — mas, sobretudo, daqueles fatores de diversa ordem que impedem ou dificultam a sua consecução efetiva. Deseja-se, assim, recolher, comparar e analisar depoimentos e experiências, estudos de casos e situações concretas, bem como hipóteses e teorias e explicativas sobre o assunto, com vistas a aumentar a área do nosso conhecimento sobre a matéria.

Com a publicação em volume das comunicações apresentadas e dos debates que sobre elas ocorreram, serão amplamente divulgados os resultados do Seminário (Fundo Florestan Fernandes, correspondência passiva, Costa Pinto, 26-6-1959).

Vemos, pois, que o elemento que dá unidade ao seminário é justamente o tema do desenvolvimento, ou melhor, dos “obstáculos” ao desenvolvimento, na “inversão dialética” proposta por Costa Pinto. Reunindo sociólogos não apenas da América Latina, mas também da Europa e dos Estados Unidos, o ponto alto deste evento foi a sessão “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento”, na qual Florestan Fernandes, Gino Germani e Charles Wright Mills — este último publicaria no mesmo ano *The sociological imagination* (1959) — apresentaram as suas posições sobre o assunto. Na introdução aos anais do seminário, Costa Pinto assinala que a sua atuação a partir do CLAPCS tinha como objetivo justamente “*inventar* formas e fórmulas de cooperação científica regional” (Costa Pinto, 1960, p. 5, *italico no original*).

Invenção que não se corporificou somente no seminário “Resistências à mudança”, mas igualmente em pesquisas coletivas. A mais significativa delas, tanto por sua ambição quanto por suas limitações, foi o projeto “Estratificação social e mobilidade em quatro capitais latino-americanas” (Costa Pinto et al., 1959), cujas bases foram assentadas numa reunião do CLAPCS ocorrida em Belo Horizonte em 1957 e debatidas continuamente até 1961, nas “Jornadas argentinas y latinoamericanas de sociología”, evento que reuniu em Buenos Aires vários pesquisadores do subcontinente. Essa pesquisa tinha como objetivo realizar o que havia de mais avançado no plano das técnicas quantitativas — um *survey*, que seria aplicado em Buenos Aires, Montevideu, Santiago do Chile e Rio de Janeiro —, embora articulando de maneira horizontal e flexível as diferentes equipes envolvidas nela. Durante sua exposição nas “Jornadas” de Buenos Aires, Costa Pinto assinala como concebia a realização da pesquisa:

(a) era necesario considerar cuidadosamente las peculiaridades nacionales; (b) el proyecto se planeaba en forma tal que los estudios nacionales tuvieran valor científico como monografías sobre estratifi-

cación en cada país y, al mismo tiempo, observarán la uniformidad requerida como para permitir análisis comparativos; (c) las investigaciones a iniciarse en los cuatro países se extenderán, en el futuro, a todos los países de la región, de permitirlo las condiciones. / En este esquema trazado por el Centro [CLAPCS] estaba implícito que el proyecto tendría una unidad metodológica, mas sin requerir uniformidad doctrinaria; que tendría la necesaria flexibilidad como para abarcar las futuras adquisiciones resultantes del programa de investigación; y, finalmente, que era necesario orientar la obtención de datos en el sentido de los elementos básicos del perfil de estratificación, en donde se hacen más factibles los análisis comparativos (Costa Pinto, 1959, pp. 1-2).

O projeto do CLAPCS tinha preocupações fortes tanto com a construção da comparabilidade quanto com a manutenção de certa autonomia relativa das equipes nacionais de pesquisa. Quase que inventando um novo “gênero” sociológico, Costa Pinto optou por uma forma “democrática” de direção, sem vincular de modo hierárquico os diferentes institutos envolvidos. Ele chegou mesmo a dizer que se tratava de um trabalho que “não teve precedentes pela sua envergadura, pelo caráter de cooperação internacional que apresenta e pela severidade metodológica com que se trabalha, e que talvez não se tenha feito nada igual nem na América Latina e nem em parte alguma” (Idem, 1964, p. 129). No entanto, os resultados finais dessa pesquisa jamais foram publicados inteiramente, uma vez que só as equipes de Buenos Aires, dirigidas por Gino Germani, e as de Montevideu, coordenadas por Isaac Ganón, conseguiram finalizar o processamento do *survey*. Os resultados parciais foram divulgados por um pesquisador alheio ao desenho original do projeto, o sociólogo inglês Bertram Hutchinson — *expert* da Unesco no CLAPCS —, que redigiu vários artigos comparando os dados das duas capitais platinas com os resultados de uma outra pesquisa que ele havia realizado em 1960 no CBPE [Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais] sobre estratificação e mobilidade em São Paulo. Sem replicar os mesmos padrões “democráticos” de coordenação científica previstos originalmente, Hutchinson acabou por antecipar um tipo de relacionamento que seria marcante a partir da década de 1960

nas relações entre sociólogos “latino-americanistas” — norte-americanos ou europeus — e latino-americanos, cujas assimetrias e limitações não escaparam aos últimos (Germani, 1965; Fernandes, 1976, pp. 166-201).

Até mesmo pelas limitações encontradas para a realização de uma pesquisa deste porte, a construção *desta* “sociologia latino-americana” não poderia prescindir de um portador social específico: o sociológico inteiramente dedicado ao seu *métier*, isto é, dotado de competência específica para analisar a sociedade por meio das modernas técnicas de pesquisa empírica. Vale a pena ressaltar que, segundo Costa Pinto, esse tipo de treinamento sociológico não representava um fim em si mesmo. Para ele, a própria imposição da temática do desenvolvimento forçaria os sociólogos da região a maior refinamento metodológico, haja vista a complexidade da matéria tratada. Daí a sua fórmula recorrente, presente em vários de seus trabalhos, que a “sociologia do desenvolvimento” estaria diretamente relacionada ao “desenvolvimento da sociologia”. Ou, nos seus próprios termos, “os problemas do desenvolvimento econômico e social se constituíram explicitamente em problemática da sociologia em franco desenvolvimento” (Idem, 1972, p. 119).

Assim, o sucesso dessa nova forma de conceber a “sociologia latino-americana” *como* uma “sociologia do desenvolvimento” não estaria assegurada apenas pela posição de portadores do *ethos* científico assumida por seus praticantes. Para Gino Germani, o próprio processo social em curso estaria solapando as bases do tipo de intelectual por ele nomeado — de modo polêmico e depreciativo — como “sociólogo de cátedra”, cujo principal meio expressivo, o “ensaio”, revelaria até certo travo “aristocrático”. Nesse sentido, o desenvolvimento e a democratização da sociedade pareciam favorecer o surgimento de compromissos mais intensos com a atividade científica:

[. . .] el proceso de rápido cambio que están experimentando las sociedades latinoamericanas, impulsa hacia una renovación de los estudios sociológicos: urbanización, industrialización, incorporación de masas urbanas al tipo de vida de las sociedades industriales, integración política de grandes sectores de la población, han creado no sólo una multiplicación de problemas, sino que han alterado tam-

bién la estructura de clase, y en particular el origen social tanto del estudiante universitario, como del profesor y de las *élites* intelectuales. De este modo, por un lado las actitudes “contemplativas” vinculadas por ejemplo a las de tipo aristocrático, ceden el paso a una mayor inclinación hacia los estudios empíricos, para una formación más científica. Por otra parte estos estudios son reclamados directamente desde diferentes sectores con finalidades de inmediata aplicación (Germani, 1964, p. 36).

Em suma, o trabalho de renovação da sociologia empreendida por estes autores entendia que o esforço de produção de uma “sociologia latino-americana” implicaria simultaneamente: (a) uma mudança no tipo de intelectual envolvido, através da formação “científica”; (b) um novo repertório de temas e problemas, sobretudo as “transformações em processo na estrutura econômica e social dos países latino-americanos” (Costa Pinto, 1972, p. 119); e (c) a vinculação estreita entre sociologia e reconstrução social, notadamente por meio do planejamento e da “mudança provocada”. Sobre esse último ponto, a partir do qual se deu uma das principais vias de recepção das formulações de Karl Mannheim (Villas Bôas, 2006), que se difundiram rapidamente pela América Latina (Blanco, 2009), as formulações mais incisivas vieram dos textos de Florestan Fernandes. Em “Padrão e ritmo de desenvolvimento na América Latina”, comunicação apresentada em seminário da Unesco realizado em 1960 na Cidade do México — e depois republicada como oitavo capítulo de *A sociologia numa era de revolução social* (1963) —, Fernandes defende um papel renovado para a sociologia, já que ela poderia fornecer “técnicas sociais racionais” de intervenção:

[. . .] nas fases de reconstrução social que nos preocupam, o homem precisa lançar mão, através do comportamento social inteligente, de técnicas sociais inevitavelmente complexas. [. . .] Algumas delas são relativamente simples [. . .]. Outras, são complicadas, requerendo êxitos prévios na própria reconstrução social e a colaboração de especialistas (como se poderia exemplificar com o planejamento social). [. . .] Mesmo que isso não aconteça espontaneamente, os cientistas sociais devem estimular e orientar o processo, por todos os meios

possíveis. Parece óbvio que a mudança social provocada terá enorme importância para quebrar o círculo vicioso, que pesa sobre o destino histórico dos países latino-americanos. [...] Na medida em que conseguirem explorar regularmente técnicas sociais racionais, é previsível que esses países poderão atingir com maior rapidez o limiar do desenvolvimento social (Fernandes, 1976, pp. 269-70).

Ao articularem estas três dimensões — sociologia como “ciência”, voltada à temática do desenvolvimento e capaz de atuar na planificação da sociedade —, este grupo renovador garantiu igualmente um ponto de contato com as iniciativas em curso da Unesco para a expansão das ciências sociais pelo mundo (Maio, 1997). Como já vimos acima, duas das principais instituições *desta* “sociologia latino-americana”, o CLAPCS e a Flacso, foram criadas a partir do suporte da Unesco. A decisão de criar um centro de pesquisa no Rio de Janeiro e um centro de ensino em Santiago do Chile foi tomada no “I Seminário sul-americano de ensino superior de ciências sociais”, reunião dirigida em 1956 por Luiz Costa Pinto na condição de vice-presidente da ISA, que ocupara o cargo deixado por Fernando de Azevedo. Algum tempo depois, Costa Pinto faria um pequeno balanço do impacto representado pelas grandes burocracias internacionais nas ciências sociais da região:

La preeminencia a que acabamos de referirnos, de los estudios económicos y sociológicos del desarrollo en América latina se debe en buena parte — además de la importancia relativa que presentan estos aspectos — a la actuación sistemática de organizaciones internacionales que operan en la región, sobre todo la Comisión Económica para América Latina, el Consejo Interamericano Económico y Social de la Organización de Estados Americanos y el Centro Latinoamericano de Investigaciones en Ciencias Sociales, que se dedican principalmente al estudio de esos aspectos. Los trabajos de la Cepal, por ser más antiguos y concentrarse específicamente en los problemas que constituyen las preocupaciones más inmediatas de las políticas nacionales de desarrollo económico, tienen amplia divulgación y repercusión en toda la región y el mundo entero (Costa Pinto, 1972, p. 130).

A atuação da Unesco foi decisiva não apenas no plano institucional mas também na fixação da temática do desenvolvimento. Se no imediato pós-guerra as principais questões levantadas em seus fóruns remetiam em especial às tensões internacionais e à discussão do racismo, a partir de meados dos anos 1950 a sua divisão de ciências sociais voltou-se sobretudo a temas como urbanização, industrialização, etc. (Lengyel, 1966). Além disto, a Unesco também contribuiu fortemente para conferir verossimilhança a um espaço propriamente “latino-americano” de reflexão, pesquisa e aplicação dos conhecimentos sociológicos, posto que esta instituição dividia o mundo em grandes unidades regionais. Basta passarmos os olhos nos títulos de algumas publicações da Unesco desse período: *Social implications of industrialization and urbanization in Africa South of the Sahara* (1957), *Urbanization in Asia and the Far East* (1957), *Urbanization in Latin America* (1961), *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina* (1962). As duas últimas publicações — na verdade, os anais de dois seminários patrocinados pela Unesco em Santiago do Chile (1959) e na Cidade do México (1960), respectivamente — reuniram artigos e comunicações não só de diferentes sociólogos latino-americanos, mas também de sociólogos europeus e norte-americanos. No seminário do México, marcara presença Wilbert Moore, um dos principais praticantes da “sociologia da modernização”.

Ainda que a Unesco tenha propiciado a confluência de sociólogos provenientes de diferentes partes do mundo, a sua inflexão temática para as questões do desenvolvimento acabou fazendo desse organismo um canal de grande difusão da “sociologia da modernização”, àquela altura um dos principais produtos intelectuais da sociologia norte-americana. Não por acaso, a sua principal publicação coletiva neste campo, *Industrialization and society: proceedings of the Chicago conference on social implications of industrialization and technical change* (1963) — resultado de um encontro realizado na cidade de Chicago em 1960 cujo objetivo era compilar todas as discussões feitas nos encontros “regionais” anteriores — reuniria *papers* dos principais praticantes desta vertente intelectual, como David Apter, Bert Hoselitz, Neil Smelser, David McClelland, Wilbert Moore, dentre outros. Aliás, coube a Moore fazer a síntese final das exposições, timbrando com o selo oficial da Unesco a suposta “universalidade” das formulações por ele avançadas.

A difusão da “sociologia da modernização” pela América Latina não se limitaria às agências da Unesco. De maneira mais direta ainda, ela ganharia maior visibilidade com a conformação de um *area studies* dedicado exclusivamente, nos Estados Unidos, à produção de conhecimentos sobre as transformações recentes na região. Assim, em relativa simultaneidade à fundação dos centros regionais na América Latina, como o CLAPCS e a Flacso, foi recriado em 1959 por órgãos de fomento norte-americanos o Joint Committee on Latin America Studies (JCLAS), que passou a regular o campo dos chamados “latino-americanistas” (Miceli, 1990; Drake & Hilbink, 2003). O interesse *overseas* pela América Latina, embora não fosse novo (Peixoto, 2001), recebe grande impulso em virtude dos efeitos provocados pela revolução cubana nos meios oficiais e acadêmicos norte-americanos. Em termos irônicos, assim expressa Gino Germani, em carta ao sociólogo norte-americano Irving Louis Horowitz, o “prestígio” das questões latino-americanas nos meios sociológicos daquele país:

My trip to the States. I have been invited to some round table to be held at Cornell. Date is 10 to 13 May. The conference is of course on Latin America and what to do about it. Did you ever thought of the effects of Castro on tourism? [. . .] Sometimes I thought I could profit these trips to the US to try sell some “lectures” to American universities. Our common friend Bunge told me that he did many lectures, with the monetary implications (Transaction-Horowitz Archive, 23 de abril de 1963).

Esse espelhamento de instituições ao sul e ao norte do continente voltadas para a “América Latina” acabaria por reforçar mutuamente a ideia de um espaço cognitivo “latino-americano”, ou melhor, que a “América Latina” seria, ao lado das sociedades nacionais, o referente empírico por excelência das análises realizadas *na* ou *sobre* a região.⁴ Além disso, a en-

4 Sobre os estudos latino-americanos nos Estados Unidos, o comentário de Pedro Meira Monteiro a respeito de sua experiência na academia norte-americana é bastante revelador: “[. . .] não será exagerado dizer que, hoje em dia, a América Latina é possível, como constructo teórico e produto imaginário, graças principalmente à academia norte-americana, onde o conceito é perfeitamente operacional e

trada de um novo “competidor” na produção especializada sobre a América Latina — justamente os “latino-americanistas” reunidos no JCLAS — teria como efeito não previsto o próprio fortalecimento do processo já em curso de “latino-americanização” das identidades e das práticas sociológicas, o que faria parte de uma estratégia mais ampla de diferenciação entre a produção feita na região e a produção norte-americana. Essa estratégia de diferenciação se tornaria premente quando, em 1965, Johan Galtung denunciou o frustrado “Camelot Project” no Chile, tornando visíveis as linhas de articulação entre a atividade intelectual dos “latino-americanistas” e a política externa dos Estados Unidos.⁵

Outros atores externos à região foram igualmente relevantes na produção da “sociologia latino-americana”. Uma outra “sociologia do desenvolvimento”, com fortes raízes na sociologia do trabalho desenvolvida por Georges Friedmann na França, também favoreceu a comunicação entre os diferentes centros de sociologia da região. Alain Touraine, então diretor do Laboratoire de Sociologie Industrielle, atuou como professor-visitante na Universidade de São Paulo (USP), na Universidad de Buenos Aires (UBA) e no Instituto de Sociología no Chile, locais nos quais lecionou e coordenou

um professor de literatura brasileira (com todos os seus esforços estendidos à história do “pensamento social”) estará sempre exposto ao cânon hispano-americano, tornando impossível que se restrinja à área lusófona da América” (Monteiro, 2011, p. 94).

⁵ No segundo número da *Revista Latinoamericana de Sociología*, dirigida por Gino Germani, foi publicada uma carta coletiva endereçada ao diretor da publicação, assinada por vários sociólogos argentinos (Darío Canton, Eliseo Verón, Silvia Sigal, Manuel Mora y Araujo, Francis Korn, Torcuato Di Tella, dentre outros) e por Johan Galtung, na qual é reproduzido um trecho do documento oficial do frustrado “Camelot Project”: “El proyecto Camelot es un estudio que tiene por objetivo determinar la posibilidad de elaborar un modelo general de sistemas sociales que permita predecir aspectos políticamente significativos del cambio social en los países en vías de desarrollo, e influir sobre ellos. / En forma un poco más específica, sus objetivos son: Primero, proyectar procedimientos para evaluar las situaciones potenciales de guerra interna en sociedades nacionales; Segundo, identificar con mayor precisión las medidas que un gobierno pueda tomar para mitigar las condiciones que se juzguen como favorecedoras de la guerra interna” (Canton et al., 1965, p. 251). O “Camelot Project”, que seria financiado por agências de defesa norte-americanas, também suscitou um grande debate crítico nos Estados Unidos, cujas intervenções foram reunidas por Irving Louis Horowitz em *The Rise and Fall of Project Camelot: Studies in the Relationship Between Social Science and Practical Politics* (1967, 1969). Para uma análise sobre o que representou este projeto no sistema acadêmico chileno da época, cf. Beigel (2010).

pesquisas sobre operários industriais em diferentes cidades. A revista *Sociologie du Travail*, editada pelo próprio Touraine, chegou a organizar dois números especiais voltados à América Latina, ambos contendo artigos tanto de Touraine e “seu grupo” na França quanto de sociólogos como Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Gino Germani, Torcuato Di Tella, dentre outros. O primeiro, de 1961, foi intitulado *Ouvriers et syndicats d'Amérique Latine*; o segundo, de 1967, *Classe sociales et pouvoir politique en Amérique Latine*. Embora tenha realizado uma pesquisa coletiva no Chile sobre os trabalhadores das cidades de Lota e Huachipato (Touraine et al., 1966), o vínculo de Touraine parece ter sido mais forte com o grupo da cadeira de Sociologia I da USP, cujo fruto concreto foi a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), órgão de pesquisa anexo à cadeira. Se de modo geral Florestan Fernandes e “seu grupo” ficaram alheios aos primeiros movimentos do processo de “internacionalização” pelo qual estavam passando os demais centros de sociologia da região (Trindade et al., 2007), com a criação do Cesit e com a atuação de Fernando Henrique Cardoso na Cepal, iniciam-se os primeiros passos nessa direção (Romão, 2006).

Até aqui, foram enumerados uma série de eventos e fatores que, de maneira contingente, contribuíram para a conformação de uma “sociologia latino-americana”. Contudo, não podemos esquecer do contexto sociopolítico problemático que afetou quase todos os países da região a partir de meados dos anos 1960, generalizando os golpes militares e, com eles, a experiência do exílio. O fechamento político contribuiu indiretamente, portanto, para dar lastro social à “latino-americanização” da sociologia. A existência de uma série de instituições de ensino e pesquisa de sociologia em Santiago do Chile, como a Flacso e outras ligados à Cepal, bem como o clima democrático vigente até 1973, fizeram da capital chilena um grande centro de polarização dos intelectuais da região. Em entrevista a Joseph Kahl (1976), Fernando Henrique Cardoso assinala que foi no Chile onde realmente “descobriu” a América Latina.

A questão principal, no entanto, vai muito além da conformação de uma “sociologia latino-americana”. O que importa reter aqui é que, no âmbito dessas iniciativas, gestou-se igualmente um enorme repertório de reflexões sobre os fundamentos da prática sociológica. Muitas dessas reflexões foram pouco tratadas ou até mesmo minimizadas pelo *mainstream* da

sociologia norte-americana, tais como a dependência científica, as delicadas relações entre “ciência” e “ideologia” ou os limites do método monográfico e das técnicas quantitativas para a inteligibilidade dos processos sociais. Num balanço da produção sociológica latino-americana até meados da década de 1970, Aldo Solari e seus colaboradores chegaram a se surpreender com a quantidade de trabalhos voltados exclusivamente para estas questões, por assim dizer, “metassociológicas”:

[. . .] la preocupación por la naturaleza de la sociología, por sus funciones y por el papel del sociólogo ha sido constante. Una inmensa literatura se ha escrito en América Latina sobre el punto. Más aún, cabe sospechar que, con relación a la producción sociológica total, en ninguna región del mundo desarrollada ni subdesarrollada se ha escrito tanto sobre ese problema (Solari et al., 1976, p. 62).

Para alguns, como Johan Galtung — o que veremos mais à frente — esta reflexividade da “sociologia latino-americana” seria antes um sinal de fraqueza, reveladora de uma sociologia preocupada mais com seus fundamentos que com a investigação empírica concreta. No entanto, podemos ver a questão por outro ângulo. Talvez a própria impossibilidade de se transplantar, sem mais, a prática do *scholar* tenha sido o principal disparador dessas reflexões críticas. Afinal, nos países da região, e em especial nesse momento, a simples dedicação do sociólogo ao seu ofício — e unicamente a ele — constituía das tarefas mais complicadas. Por um lado, faltavam recursos materiais e clima democrático para as condições necessárias à autonomia universitária; por outro, exigia-se muito mais do intelectual que a adesão irrestrita ao seu *métier*. Nos debates que reconstituiremos a seguir, foram postos em discussão *quase* todos os aspectos que envolvem a sociologia como prática intelectual e profissional. Daí o caráter radical e o tom muitas vezes paroxístico que marcaram muitas das discussões em torno do que *é* ou *deveria ser* a “sociologia latino-americana”.

Modernização ou efeito-demonstração?

Como vimos, a “sociologia latino-americana” começou a se delinear em fins dos anos 1950, ganhando rapidamente a adesão dos sociólogos da

região ao longo da década seguinte. Ao longo desse processo, o debate sobre o que consistia, afinal, *esta* “sociologia latino-americana” se impôs de modo central aos participantes deste “universo de comunicação”, como podemos ver, por exemplo, em vários números da revista *América Latina* (publicação do CLAPCS) e da *Revista Latinoamericana de Sociología* (publicação do Instituto Di Tella, dirigida por Gino Germani). Esta última, na qual havia uma seção intitulada “La sociología en América Latina”, abrigou consideráveis polêmicas entre autores como Gino Germani e Eliseo Verón, por um lado, e entre Octavio Ianni e Johan Galtung, por outro. A partir desse debate, é possível delinear as tensões que atravessavam as tentativas de definição de uma identidade à “sociologia latino-americana”.

Grosso modo, podemos reconstituir o debate em torno da “sociologia latino-americana” a partir de dois polos, que sintetizam duas perspectivas em relação à sociologia norte-americana, ou, pelo menos, a sua ponta mais visível. A primeira, representada especialmente por Gino Germani e Johan Galtung, entendia que tarefa principal era a “modernização” da “sociologia latino-americana”, o que, neste caso, significava integrá-la ao novo *corpus* de métodos e técnicas da “sociologia mundial”. Ou, noutros termos, não haveria a rigor, segundo esta perspectiva, uma especificidade que pudesse garantir à “sociologia latino-americana” uma identidade contraposta à sociologia norte-americana. A segunda, representada, dentre outros, por Eliseo Verón, Octavio Ianni, Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes, entendia que a simples “modernização” não seria suficiente, sendo necessário um ajuste de foco em relação às problemáticas específicas dos países latino-americanos. Com efeito, essa última perspectiva já partia de uma visão crítica em relação à sociologia norte-americana, considerando o seu impacto muitas vezes como uma forma de “imperialismo científico” (Verón) ou “efeito-demonstração” (Ianni), com efeitos deletérios na análise sociológica.

Embora pouco conhecido hoje em dia, Johan Galtung foi um dos principais responsáveis por difundir os “modernos” métodos e técnicas de pesquisa empírica quantitativa na América Latina. Funcionário do departamento de ciências sociais da Unesco, Galtung ministrou diversos cursos na Flacso na área de metodologia, com ênfase nas técnicas quantitativas elaboradas por Paul Lazarsfeld na Universidade de Columbia. Embora o

seu campo de atuação tenha se restringido basicamente ao Chile, a publicação de *Teoría y métodos de la investigación social* (1966) pela editora da Universidad de Buenos Aires (Eudeba) garantiu uma grande circulação de suas formulações pelo continente. A ele coube inaugurar a seção “La sociología en América Latina” da *Revista Latinoamericana de Sociología* com o artigo “Los factores socioculturales y el desarrollo de la sociología en América Latina” (1965), no qual expôs com grande contundência o seu desconforto com o estado — para ele deplorável — das técnicas de pesquisa empírica na América Latina.

Em *Teoría y métodos*. . ., Galtung tabulou uma série de dados, extraídos de uma análise das revistas de sociologia de diferentes partes do mundo, a partir dos quais procurava mensurar a quantidade de artigos que utilizavam técnicas estatísticas como recurso metodológico. Como o seu critério a respeito do avanço da disciplina se baseava no maior ou menor uso dessas ferramentas de pesquisa, ele hierarquizou as diferentes sociologias da seguinte maneira (Galtung, 1966, p. 592):

Tabla D. 1. Las diferencias entre las regiones

% de artículos con datos estadísticos	Estados Unidos	Europa	América Latina
Bajo (0%-30%)	35%	63%	75%
Medio (31%-60%)	35%	27%	25%
Alto (61%-100%)	30%	10%	0%
Suma	100%	100%	100%

Tomando, como o próprio Galtung diz, a “tendência geral dos Estados Unidos como a avant-garde”, ele constrói a partir do quadro acima uma escala de modernização da sociologia: “a orientação estatística das ciências sociais nos Estados Unidos se mostra claramente na primeira parte da tabela, com a Europa no meio, como se esperava, e a América Latina perto da Europa, mas bem longe dos Estados Unidos” (Idem, 1966, p. 593). Dada a sua concepção de sociologia, o fato de a “sociologia latino-americana” estar *bem longe dos Estados Unidos* só reforçava o seu sentido de urgência como “modernizador” das ciências sociais nesta quadra do mundo. Afinal, a diferença encontrada remeteria não a “estilos” de sociologia

incomensuráveis e igualmente válidos, mas a deficiências — “técnicas”, no limite — que deveriam ser superadas.

Para Galtung, as desigualdades existentes entre as sociologias norte e latino-americanas, expressas na assimetria que indicamos acima, seriam resultado do baixo desenvolvimento dos métodos e técnicas de pesquisa empírica. Se as últimas se mostrassem capazes de fazer uso das técnicas *up to date*, para cuja divulgação no continente tanto se esforçou Galtung, o processo de “assimilação cultural” e integração entre as duas sociologias se completaria, desfazendo-se o problema. No entanto, esta “assimilação” teria o seu curso complicado pela existência de um complexo cultural e simbólico típico de uma “sociedade de castas”, o que colocaria enormes problemas para a importação do aparato técnico-metodológico lazarsfeldiano. Senão, vejamos.

Neste artigo de 1965, Galtung assenta as bases de uma, por assim dizer, “sociologia da modernização” da sociologia. O eixo da análise gira numa versão própria das *pattern variables* de Talcott Parsons (que veremos melhor no capítulo seguinte), só que aplicadas à própria sociologia. Para a nossa reconstrução do argumento do autor, basta mencionarmos três: (1) “objeto da análise: sociedade *versus* sociologia”; (2) “modo de análise: descritivo *versus* normativo”; (3) “dados: empíricos *versus* não empíricos” (Galtung, 1965, p. 77). As primeiras seriam “escolhas” típicas da sociologia norte-americana e as segundas da sociologia latino-americana, conformando arranjos relativamente coerentes. Assim combinadas, essas “escolhas” trariam uma série de consequências à prática da disciplina. Uma delas seria o afastamento do sociólogo em relação à realidade social concreta: “sua realidade não é a sociedade, mas o espelho sociológico da sociedade; escrevem mais (e melhor) sobre as obras de um sociólogo que sobre os fatos empíricos aos quais este se refere (Idem, 1965, p. 77). Ainda, essas “escolhas” seriam consistentes com padrões culturais mais amplos, típicos de uma “sociedade de castas”, onde a distância social entre os intelectuais e o conjunto da população é máxima:

Los Hombres Académicos, y entre ellos los sociólogos, probablemente — por cuanto carecemos de datos regionales al respecto — han nacido en considerable medida de padres ubicados en la clase

media terciária, han sido educados por éstos, se han casado con miembros de otras familias ubicadas en el mismo compartimiento [. . .]. En la medida en que esto es válido, la experiencia social se limita al sector terciario, de alta clase media urbana, e incluso principalmente a un estrecho segmento de este sector. De tal modo pocos intelectuales, según nuestra experiencia, poseen conocimiento de primera mano del sector comercial; las distancias sociales son, desde luego, considerablemente mayores que en Europa del norte (Idem, 1965, p. 86).

Para Galtung, o “isolamento” imposto aos intelectuais numa “sociedade de castas” dificultaria o contato com a realidade social concreta. Como forma compensatória, para estes sociólogos o mundo simbólico seria “autosuficiente”, invertendo-se a sequência “normal” do conhecimento: “o mundo empírico se torna epifenômeno, e o mundo simbólico real; a coerência [. . .], a elegância, e não as proposições bem integradas e empiricamente confirmadas, chegam a constituir o critério de excelência” (Idem, 1965, p. 98). Uma outra consequência desta configuração sociocultural seria fatal para as pretensões de se “modernizar” a investigação sociológica: numa “sociedade de castas”, na qual há prevenção contra o trabalho manual, o sociólogo não saberia como operar um “computador-classificador, uma máquina de calcular [. . .]. Isto o obriga a pagar assistentes, [. . .] e o afasta de um estreito contato com os seus dados. Inclusive operações administrativas tão importantes como preencher questionários [. . .] são consideradas amígdas impróprias de sua dignidade” (Idem, 1965, p. 84).

No entanto, segundo Galtung, a “sociologia latino-americana” estaria passando por um processo de considerável transição. Se ela conseguiria ou não “quebrar este complexo sociocultural” (Idem, 1965, p. 100) adverso, o próprio autor não se decide entre uma postura cética ou otimista:

[. . .] la sociología latinoamericana se encuentra en una etapa de notable transición, en el camino entre los dos extremos de nuestro análisis. Será interesante ver si el cambio se producirá sólo en términos de estilo cultural o también en términos de las relaciones entre los sociólogos y su sociedad y dentro de la comunidad de los sociólogos, y si el cambio cultural ocurrirá sólo en términos de imitación del

Norte o se realizará desarrollando una sociología realmente adecuada para estudiar la tremenda y dinámica del edificio social de América latina. Sería triste que el deseo de producir algo diferente de lo hallado en el Norte sólo condujera a la perpetuación de una meta-sociología [. . .] y no a una sana inventiva en la sociología empírica (Idem, 1965, pp. 100-1).

Esse artigo receberia uma réplica de Octavio Ianni no terceiro número da *Revista Latinoamericana de Sociología*, texto sobre o qual falaremos mais adiante. Apesar de sua visão algo estreita da sociologia, a conexão assinalada por Galtung entre “sociologia não empírica” e “sociedade de castas” — ou melhor, uma sociedade que ainda não se conformou como uma típica “sociedade de classes” — também se fazia presente nas reflexões dos praticantes locais da disciplina, como Florestan Fernandes e Gino Germani. Este último, aliás, viu-se às voltas de uma considerável polêmica na primeira metade da década de 1960, que o levou a defender posições mais ou menos próximas às de Galtung. Germani, é bom lembrar, embora tenha feito da defesa dos métodos e técnicas de pesquisa empírica — especialmente os desenvolvidos nos Estados Unidos — um dos seus principais cavalos de batalha contra os (por ele) denominados “sociólogos de cátedra”, jamais chegou aos extremos de reduzir a sociologia a um simples repositório metodológico. Entretanto, um evento específico contribuiu para fazer de Germani, na percepção altamente polarizada do debate sociológico argentino à época, um digno representante do *establishment* da sociologia norte-americana: o prefácio que ele escreveu à tradução de *The sociological imagination* (1959) ao castelhano.

Antes de passarmos ao prefácio propriamente dito, vale a pena discutir rapidamente o que representou, nos Estados Unidos e na América Latina, a visada crítica de Charles Wright Mills ao que ele via como a sociologia dominante de seu tempo. Como sabemos, Mills ajustou o foco de suas críticas nas “grandes teorias”, especialmente as de Talcott Parsons, e no “empirismo abstrato”, representado pelo trabalho de Paul Lazarsfeld, seu colega em Columbia — quer dizer, nas duas principais figuras da sociologia norte-americana do pós-guerra. Para Mills, essas duas orientações predominantes, além de não oferecerem os meios capazes de ligar os

problemas individuais às grandes dinâmicas históricas — haja vista o abismo que se havia erigido entre as perspectivas micro e macro de explicação sociológica —, também colocavam problemas para uma sociologia crítica. Invasa por um “*ethos* burocrático”, a sociologia norte-americana não se mostrava capaz de questionar as bases históricas da desigualdade e dos conflitos sociais, mostrando-se útil apenas para reforçar as próprias “formas burocráticas de dominação na sociedade moderna” (Mills, 1965, p. 13).⁶

A morte prematura de Mills, em 1962, catalisou uma verdadeira onda de balanços sobre a qualidade e o sentido da produção sociológica norte-americana. Dois livros dedicados à sua memória reuniram grande parte deste *corpus* crítico, ambos publicados em 1965: *Sociology on trial*, editado por Maurice Stein e Arthur Vidich, e *The new sociology*, organizado por Irving Louis Horowitz. Nesses dois livros, no qual figuram, dentre outros, autores como Barrington Moore, Alvin Gouldner, Hans Gerth, Robert Nisbet — sociólogos que ocupariam posições de destaque no período pós-parsoniano —, podemos enxergar uma tonalidade crítica mais ou menos comum. Em geral, os artigos reivindicavam o “compromisso” do sociólogo com os valores democráticos e com a ação política transformadora, o que ia de mãos dadas com a crítica à onipresença da técnicas de *survey* e à ausência de historicidade nas formulações teóricas, e com a recuperação das análises sociais clássicas ou dos elementos “estéticos” ou “ideológicos” na explicação sociológica. Noutros termos, a sociologia norte-americana passava por um profundo processo de revisão crítica. Não por acaso, pouco tempo depois, Talcott Parsons organizou a coletânea *Knowledge and society: American sociology* (1968), livro no qual procurou reafirmar a sua liderança intelectual no contexto norte-americano.

Esse processo de revisão crítica não tardaria em chegar nos meios sociológicos ao sul do continente. Contudo, se na sociologia norte-americana os seus efeitos só se fizeram sentir com mais força em fins da década de

6 Nos termos de Charles Wright Mills (1965, p. 23): “I want to make it clear in order to reveal the political meaning of the bureaucratic ethos. Its use has mainly been in and for nondemocratic areas of society — a military establishment, a corporation, an advertising agency, an administrative division of government. It is in and for such bureaucratic organizations that many social scientists have been invited to work, and the problems with which they there concern themselves are the kind of problems that concern the more efficient members of such administrative machines”.

1960, na América Latina os seus impactos foram quase que imediatos. De maneira bastante ácida, Milcíades Peña afirmaria que o prefácio de Gino Germani a *The sociological imagination* não constituía senão “palha seca diante do fogo” (Peña, 1964, p. 37).⁷ As críticas de Mills encontraram ampla ressonância nos textos dos sociólogos latino-americanos, que a mobilizaram muitas vezes não só para construir uma imagem simplificada da sociologia norte-americana — metonimizada pelas figuras de Parsons e Lazarsfeld — como para atribuir uma identidade crítica à “sociologia latino-americana”, que não deveria repetir os mesmos “problemas” levantados naquele livro. Mas por que o prefácio de Germani ao livro de Mills causou tanta polêmica? É o que veremos a seguir.

Temendo que a circulação da crítica de Mills ao *mainstream* da sociologia norte-americana pudesse revigorar a tradição “ensaística” contra a qual se batera por anos, Germani pretendia, ao prefaciá-la *La imaginación sociológica* — título da versão em castelhano —, ajustar as teses do livro ao contexto da “sociologia latino-americana”. Em carta a Irving Louis Horowitz, antigo colega de Germani na UBA (ele atuou como professor-visitante) e futuro promotor do “legado” de Mills nos Estados Unidos, assim expressa suas intenções:

[. . .] I published the introduction to the *Sociological Imagination*, for the Spanish edition, of the Fondo de Cultura Económica: it was meant to help the L. American reader to adjust himself to the US situation. I mean that there is the danger that people apply mechanically the criticism of Mills to a situation like the Latin American

7 Milcíades Peña, fundador da revista *Fichas de investigación económico-social*, na qual publicava sob diversos pseudônimos (no caso deste artigo, intitulado “Gino Germani sobre C. W. Mills o las enojosas reflexiones de la paja seca ante el fuego”, assinara como Alfredo Parera Dennis), foi grande crítico de Gino Germani. Nesse mesmo texto, Peña aproximou tanto Germani das posições de Talcott Parsons que chegou até mesmo a inventar um neologismo, “definición ginoparsoniana de la sociedad tradicional” (Peña, 1964, p. 45). Em carta a Irving Louis Horowitz, Germani reage a este episódio: “I don’t know if you knew it; but I guess you don’t know. It is a strange magazine called «Fichas de investigación económico-social». It is heavily ideological orientated, of the castrista-troskyte [sic] variety. [. . .] It seems that one of the main purposes of the magazine (6 numbers per year), is to attack the Department of Sociology, its members and specially myself” (Transaction-Horowitz Archive, 5 de agosto de 1964).

which is very different from the North American. This is what happened for instance with Dilthey and the German historicists. In L. America we have perhaps too much “imagination” and too little routine. But perhaps you will think that I am an incorrigible positivist, which I am not (Transaction-Horowitz Archive, 1.º de abril de 1963).

O proposto ajuste à recepção de Mills na América Latina ganha perspectiva, como ele mesmo afirma, à luz de seus debates na década anterior contra o predomínio de uma orientação antiempírica na sociologia argentina, em geral amparada na tradição alemã (Blanco, 2004). Para o autor de *La sociología en la América Latina* (1964), livro no qual o dito prefácio foi republicado, as críticas ao “empirismo abstrato” só fariam sentido se já houvesse, na região, uma tradição assentada de pesquisas empíricas — o que, em seu entender, não seria o caso. Germani não se concebia como um “incorrigível positivista”, como diz acima. No entanto, a associação que poderia ser feita entre a liberação da “imaginação sociológica” proposta por Mills e o retorno ao “ensaísmo” o levou a defender posições duras em prol de uma sociologia que fosse estritamente “científica”. Daí para acusação de “cientificismo” a distância realmente parecia curta. Vejamos o trecho abaixo:

Es necesario insistir — particularmente en América latina — en que si la investigación, por un lado, exige imaginación y pensamiento creador, por otro, *exige, de manera no menos imperiosa, disciplina*. [. . .] / Es utópico hablar de desarrollo científico, del mismo modo que es imposible hablar de desarrollo económico, en un país que no cuenta con una mayoría de la población capaz de realizar un trabajo serio, sistemático, regular, continuo — es decir capaz de practicar la forma de *ascetismo* mundano a la manera que describió Weber — y esta exigencia — bueno es que no lo olviden los “intelectuales” de toda orientación — es por completo independiente del “modelo” de desarrollo que se asuma (occidental, oriental o término medio), del mismo modo que lo es del tipo de ciencia o de método que se adopte o practique (Germani, 1964, pp. 76-7).

Para Germani, a ausência de uma rotina científica, de um “ascetismo mundano” — que seria funcional, numa leitura de Weber talvez filtrada por Parsons, para toda e qualquer forma de racionalização — seria o problema crucial na América Latina. Nos Estados Unidos, o problema seria justamente o inverso: o excesso de racionalização, segundo a interpretação de Mills, é que estaria minando a sociologia norte-americana. No argumento de Germani, a situação da “sociologia latino-americana” seria explicável tanto por fatores “objetivos” quanto “subjetivos”. Em relação aos primeiros, entrariam as limitações institucionais ao desenvolvimento da pesquisa empírica e à profissionalização *full time* do sociólogo, o que rebaixaria a eficiência dos controles sociais formais e informais intrínsecos ao mundo da ciência, como: crítica especializada, livre circulação da informação, ausência de critérios particularistas de julgamento, etc. Isso porque as atividades dos sociólogos também estariam sujeitas à regulação social, ou seja, a “uma série de normas e de valores que, por um lado, motivam, guiam, determinam o comportamento do cientista e, por outro, constituem as pautas institucionalizadas que proporcionam critérios de avaliação do desempenho do próprio cientista e de seu trabalho” (Idem, 1964, p. 72). Em relação aos fatores “subjetivos”, Germani assinala, no contexto da região, a ausência de “um tipo de caráter que favoreça ou estimule a regularidade e a sistematicidade no trabalho, o rigor, a capacidade de previsão, de planejar e de proceder racionalmente” (Idem, 1964, p. 75). Ainda na mesma carta a Horowitz, Germani comenta qual seria o sentido de sua contribuição à coletânea organizada pelo primeiro em homenagem a Mills, *The new sociology*, para a qual fora convidado:

I had thought to prepare an article on the problem of the Sociology of development and the undeveloped sociologist, in which I had the intention to analyze the problem of the so called “neutrality” of the social sciences, within the context of the underdeveloped societies; specifically, how the psychological, cultural and intellectual dependence of the social scientists in underdeveloped countries affects and modify the problem and the possibility of a non ideological sociology, within the limits of the general problem of such value free science (Transaction-Horowitz Archive, 1.º de abril de 1963).

Acima Germani faz referência ao problema da “dependência” dos sociólogos em países subdesenvolvidos. Para ele, os efeitos da situação de dependência incidiram especialmente na esfera dos fatores “subjetivos”, pois dariam esteio a certas respostas “emocionais” ou “irracionais” a um problema que, a rigor, poderia ser contornado. Por um lado, Germani não nega a existência do “problema da *recepção* de teorias e métodos originados em outra parte”, uma vez que eles “são produtos históricos, quer dizer, nascidos em contato com certa realidade sociocultural e, nesse sentido, é possível que não seja possível trasladá-las diretamente a outro tipo de realidade” (Idem, 1964, p. 4). Por outro lado, mesmo reconhecendo o problema, ele não encerraria consequências intransponíveis, nem seria prerrogativa dos países latino-americanos:

Aunque hasta hace poco la sociología se caracterizaba sobre todo por sus estilos nacionales, es decir, reflejaba muy de cerca la realidad social y la tradición intelectual de los países en donde se había originado, puede decirse que siempre fue universal, en la medida en que sus formulaciones teóricas eran objeto de una revisión crítica y estimulaban una interacción continua entre diferentes contextos concretos. Desde este punto de vista, pues, la recepción de teorías nacidas en diferentes sociedades o épocas se presenta como un *problema*, un problema que puede ser resuelto a la perfección con el empleo de los procedimientos generales del conocer científico. Es decir, se trata de una cuestión de orden puramente metodológico; una cuestión, además, que se presenta en cualquier país, trate o no de un país productor o dependiente en cuanto a creación de teorías (Idem, 1964, pp. 4-5).

Para o autor *La sociología en la América Latina*, portanto, a solução para o problema da “importação” estaria na “criação de uma tradição científica séria”. E, mais ainda, ela só seria viável através de “uma íntima conexão com o processo científico universal”. No entanto, a situação de dependência transformaria “o problema da recepção de teorias sociológicas, de uma questão puramente científica, em uma questão emocional, cheia de conotações ideológicas”. As duas principais formas de responder a esse problema, ambas

“irracionais”, seriam: por um lado, negar “teorias «forâneas» enquanto tais, em nome da *autenticidade* nacional”; por outro; promover “a atitude contrária de aceitação *acrítica* de toda novidade que se origina nos centros intelectualmente mais avançados” (Idem, 1964, p. 5). De acordo com Germani, apenas com a constituição de uma rotina na prática sociológica, isto é, com “a aplicação dos procedimentos gerais do conhecimento científico”, seria possível constituir “o filtro necessário” que permitiria “utilizar de maneira criadora os aportes do pensamento universal” (Idem, 1964, pp. 5-6). Ou, noutros termos, a superação da dependência apenas se concretizaria por meio de um “labor constante, continuado, sempre em contato com o desenvolvimento científico internacional, e não dando as costas a ele” (Idem, 1964, p. 6).

Este apelo aos procedimentos mais generalizados do pensamento científico, aos efeitos racionalizadores da rotina ascética, está ligado, por seu turno, a uma visão mais geral de que, a rigor, não existiria — ou melhor, não deveria existir — uma *diferença fundamental entre a “sociologia latino-americana”, por um lado, e as demais sociologias, como a sociologia norte-americana*. As reações a esta última, frequentes no contexto da América Latina, seriam para Germani fruto de sua condição de líder da disciplina no pós-guerra, o que teria sido agravado por ter como solo histórico “o país hegemônico no continente e um dos que dominam a cena mundial”. No entanto, a necessária integração da “sociologia latino-americana” à “sociologia mundial” emergente não poderia prescindir de um contato estreito com os desenvolvimentos da sociologia nos Estados Unidos, “devido ao fato da maior atividade neste campo por parte dos sociólogos norte-americanos” (Idem, 1964, p. 7).

Esse contato estreito, no entanto, não significaria uma imitação *tout court* da sociologia norte-americana, mas seria parte de uma estratégia de incorporar certas inovações que se mostrariam de alcance universal. Dentre estas inovações, constariam, dentre outras: (a) “acentuação do caráter *científico* da disciplina com a adoção de princípios básicos do conhecer científico em geral” (Idem, 1964, p. 118); (b) “desenvolvimento de procedimentos de pesquisa extremamente mais refinados que os que existiam no passado”, implicando “uma crescente *tecnificação* da sociologia”; (c) passagem “de uma fase *artesanal* a uma fase *industrial* da pesquisa, transição esta que foi *genuinamente* requerida pelas inovações metodológicas e técnicas” (Idem,

1964, p. 119). Para Germani, essas inovações não se limitariam à sociologia (e muito menos à sociologia norte-americana), mas seriam características “de certos aspectos essenciais e bem conhecidos da sociedade industrial” (Idem, 1964: 121), a saber:

La creciente importancia de la organización, con su consecuente burocratización, impersonalidad del trabajo, fragmentación de tareas, son obvios en el campo de las ciencias de la naturaleza; también es inevitable hoy que se separe al sabio de la propiedad o el control de los instrumentos científicos: el monto de la inversión necesaria para instalar un laboratorio moderno rebasa infinitamente las posibilidades individuales y, en la mayoría de los casos, solo resulta asequible con la intervención [. . .] de alguna organización que rebasa “la escala humana” y se caracteriza por su estructura burocrática y por la concentración de poder. El hecho de que ahora este proceso empieza a afectar el campo de las “humanidades” [. . .] solo pone de relieve de manera más dramática los problemas y los dilemas que el hombre de ciencia moderno está llamado a enfrentar, cualquiera que sea el campo específico de su quehacer científico (Idem, 1964, pp. 121-2).

Essa visão não faz de Germani um simples apologista da *racionalização* em geral ou da *racionalização científica*. Ele reconhece, aliás, “os problemas teóricos, práticos e morais” (Idem, 1964, p. 122) envolvidos nesse processo. Contudo, que Wright Mills tenha salientado os seus limites no contexto norte-americano, ou melhor, as consequências da excessiva tecnificação do pensamento sociológico, não significaria, para Germani, uma invalidação dos modernos métodos e técnicas de pesquisa empírica. Nesse sentido, o prefácio de Germani a *La imaginación sociológica* tinha como objetivo traduzir o esforço de Wright Mills como uma “reação necessária diante do formalismo técnico e teórico, mas não ante as próprias inovações metodológicas, nem à formulação de teorias gerais que realmente resultem fecundas para o conhecimento da realidade social e não se reduzam a meros jogos conceituais” (Idem, 1964, p. 133).

Essa posição de Germani em relação a Wright Mills recebeu diversas críticas, sendo a mais incisiva delas a de Eliseo Verón, seu ex-aluno e, a

70 | O problema de uma “sociologia latino-americana”

esta altura, seu colega de departamento na UBA. No contexto mais amplo da “sociologia latino-americana”, as teses expostas em *The sociological imagination* também encontraram boa acolhida nos textos de Octavio Ianni e Luiz Costa Pinto, que as levaram até para outras direções. Esses autores, aos quais podemos também acrescentar Florestan Fernandes, já partiam de um *parti pris* crítico em relação à sociologia norte-americana, e buscavam conferir um sentido específico à “sociologia latino-americana” que a tornasse capaz de transcender as limitações daquela. É o que veremos agora com mais vagar.

A sociologia norte-americana e seus limites

Começemos por contrastar o proposto “ajuste” de Germani em relação às críticas de Mills ao *mainstream* da sociologia norte-americana com as posições defendidas por Eliseo Verón e Octavio Ianni no início da década de 1960 — ambos, nesse momento, jovens professores das cátedras regidas por Gino Germani e Florestan Fernandes, respectivamente. *Grosso modo*, os dois questionam, na linha de Mills, a imbricação entre o pensamento sociológico daquele país e a defesa do *statu quo*, ou melhor, enxergam na sociologia norte-americana um forte componente ideológico de defesa dos interesses do capitalismo. Vejamos, primeiro, alguns argumentos de Verón, presentes tanto num artigo de 1962 intitulado “Sociología, ideología y subdesarrollo” quanto em sua resenha a *La sociología en la América Latina*, de Germani.

No artigo de 1962, Verón diz que, para se fazer frente a impacto representado pela sociologia norte-americana, a simples adoção de uma postura metódica, ascética, científica não seria suficiente. Ele assinala que é impossível conceber as relações entre a sociologia e as ideologias como *relações de exterioridade*. Ao contrário, propõe a necessidade de compreender a sociologia “como função de uma totalidade social da qual [. . .] forma parte, e, portanto, a necessidade de rechaçar a tese da neutralidade valorativa como uma função ideológica” (Verón, 1962, p. 28). Assim, procurando identificar em que sentido certas características da sociedade norte-americana se fariam presentes no interior dos principais argumentos da “sociologia científica”, Verón chama a atenção para a indissociabilidade entre *orientação cognitiva* e *dinâmica social* mais ampla. Em seus termos:

Los caracteres de la sociología contemporánea no se explican porque la norteamericana sea aquella sociedad en la cual, en su mayor parte, se ha *aplicado* la más reciente teoría y metodología sociológicas; esta sociedad es, simplemente, la matriz histórica, social y cultural en que la mayoría de los contenidos de la ciencia social actual, como trabajo humano, se ha originado y elaborado. Por lo tanto, la sociología que más influencia ejerce hoy entre nosotros contiene necesariamente, en su teoría y sus instrumentos de investigación, como partes de los principios que han participado de su construcción, las significaciones humanas que tal sociedad ha hecho posible. [. . .] Nada más poderoso que las armas que la sociología proporciona, para enfrentar los “problemas funcionales” promovidos por las posibles “tendencias a la conducta divergente”, problemas que deben ser contrarrestados mediante “mecanismos de control” que eviten las “consecuencias disfuncionales”. En la “teoría de la acción social” de Parsons se condensó, hace ya tiempo en forma armónica y sistemática, el complejo de valores de la ideología de control, pero en la última década ésta parece haberse extendido a la mayoría de los planteos y perspectivas (Idem, 1962, pp. 28-9).

Como vemos, Verón se mostra crítico às orientações sociológicas *up to date* porquanto elas seriam expressão, ao nível mesmo da armação lógica dos conceitos, de uma função de “controle social”, com vistas à “preservação da democracia norte-americana” (Idem, 1962, p. 30). Contudo, o intento crítico de Verón não se detém aí. Ele também vê fortes componentes ideológicos na “sociologia do desenvolvimento” praticada até este momento na América Latina. Para o autor, o próprio conceito de “desenvolvimento” implicaria uma adesão valorativa implícita a um modelo que, supostamente concebido de maneira “racional” e “extra-histórica”, na verdade acarretaria o próprio reforço do “subdesenvolvimento”. Ao se considerar o “desenvolvimento” como uma trajetória linear, minimizando-se os efeitos da dominação imperialista, sua teorização acabaria ocultando várias dimensões das relações de poder aí envolvidas. Pergunta-se Verón:

¿Es científico olvidar que el estado actual de las economías subdesarrolladas con sus correlatos sociales y políticos tiene por causa un

proceso temporal con una relación muy específica con el país “desarrollado”, con ese mismo país que hoy — como si hoy naciera la historia — se ofrece generosamente para salvarnos del subdesarrollo en que estamos sumidos? ¿Es científico hablar de “desarrollo” como si se tratara de un valor universal, y olvidar describir el modelo en forma completa, llamándolo por su nombre científico, a saber, “desarrollo por parasitismo” o “desarrollo por dependencia”? (Idem, 1962, p. 35).

Assim, para Verón, a “sociologia do desenvolvimento” cumpriria a função ideológica de ocultar a “experiência do subdesenvolvimento como sujeição e injustiça, como dominação e impotência” (Idem, 1962, p. 36). Noutras palavras, esta sociologia estaria, a despeito dela mesma, atrelada ao *statu quo*:

La conceptualización sociológica actual sobre el desarrollo económico a partir de la *Weltanschauung* racionalista de la “ciencia pura” es uno de los canales a través de los cuales la compleja estructura ideológica del capitalismo avanzado logra una interpretación de la historia congruente con su mundo de valores de dominación (Idem, 1962, p. 37).

Nesse sentido, a questão da dependência científica seria estrutural, intrínseca, constitutiva do tipo de abordagem até então vigente na “sociologia latino-americana”. Não à toa, em sua resenha a *La sociología en la América Latina*, de Germani, Verón é extremamente crítico à redução do problema da dependência a uma suposta variável “subjativista” ou “psicologizante” — e, logo, facilmente contornável (Idem, 1965, p. 275). É curioso notar que, nem mesmo com os desenvolvimentos teóricos da “sociologia do desenvolvimento” na América Latina ao longo dos anos 1960 e 1970, Verón abriria mão de sua posição crítica. Em 1974, quando publica *Imperialismo, lucha de clases y conocimiento*, o autor reafirma o argumento de que a “sociologia do desenvolvimento” seria uma “simples adaptação para uso de latino-americanos do estrutural-funcionalismo predominante nos Estados Unidos” (Idem, 1974, p. 37).

Como vimos, Eliseo Verón chamou a atenção para os efeitos ideológicos da penetração imperialista por meio dos canais “normais” da sociologia. Octavio Ianni, ainda que situado no mesmo campo de problemas, aponta para outras dimensões. À primeira vista, ele segue as críticas mais gerais de Wright Mills, como vemos no artigo “Crise do pensamento sociológico”, publicado originalmente em 1961. Vejamos o trecho abaixo:

À medida que se realiza a institucionalização das ciências sociais, acentuam-se os seus liames com as ideologias dos grupos dominantes, transformando-se as disciplinas em técnicas de dominação e manipulação. À medida que se “desenvolve” o pensamento científico, perdem-se ou abandonam-se as noções e os sistemas criados pelos clássicos do pensamento social para os quais os homens e as configurações histórico-estruturais não são alheios, mas entidades integradas dinamicamente. [. . .] Daí a redução a-histórica da ciência social, a segmentação da realidade para investigação, a burocratização das condições de divisão do trabalho científico e a multiplicação das disciplinas que focalizam fenômenos sociais. Abandona-se o uso criador da inteligência e as ciências se transformam em elementos instrumentais cada vez mais afastados dos seus alvos verdadeiros [. . .] (Ianni, 1971, pp. 154-5).

Até aí, digamos, não há muita novidade. Salta aos olhos, no entanto, a diferença da leitura de Ianni em relação ao prefácio de Germani a *The sociological imagination*: o primeiro não apenas acompanha as críticas de Mills aos excessos da racionalização da sociologia nos Estados Unidos como indaga a respeito de suas possíveis consequências em outros contextos. Até porque, esclarece Ianni, “certas manifestações do pensamento sociológico na Inglaterra, na França, na Itália, no Brasil podem ser encaradas como resultantes diretas ou indiretas das influências exercidas pela sociologia instaurada nos Estados Unidos” (Idem, 1971, p. 156). No Brasil, a influência da sociologia norte-americana teria se expressado relativamente cedo no âmbito dos estudos de “relações raciais” e nos “estudos de comunidade”. Em relação aos últimos, ele chegou a publicar um artigo a respeito, intitulado “Estudo de comunidade e conhecimento científico” (1961), no

qual indica as consequências negativas do “efeito-demonstração” no desenvolvimento da sociologia brasileira.⁸ Essa questão reaparece em “Sociología de la sociología en América Latina” (1965), artigo que dá continuidade ao debate inaugurado por Johan Galtung — como vimos mais acima — na *Revista Latinoamericana de Sociología*. Neste texto, Ianni polemiza diretamente com Galtung e Germani, debate que nos interessa analisar mais detidamente.

Para Ianni, as polarizações recorrentes entre uma abordagem “pré-científica” ou “ensaística” e uma “sociologia científica”, ou a “oposição entre indução «quantitativa» e «indução qualitativa»” (Ianni, 1965, p. 416), constituiriam o que ele chama de um “falso dilema teórico”. Essa divisão rígida, que apareceria “continuamente nos escritos sobre as tendências, as limitações e o progresso da sociologia nas nações do continente” (Ibidem) — e ele cita justamente os trabalhos de Germani —, não levaria em conta que, muitas vezes, entre o “ensaio” e o raciocínio “científico” “existe continuidade e interpenetração”. Em seus termos:

Y esas vinculaciones son positivas, si tomamos las corrientes de pensamiento en el ámbito del proceso más general de elaboración y desarrollo de la ciencia. De otro modo, algunas veces el empirismo es tan estéril como las especulaciones abstractas. Más aún, las concepciones de totalidad y devenir histórico elaboradas por el “ensayismo” generalmente son elementos sin los cuales las investigaciones monográficas se reducen a meras descripciones estáticas de la realidad social (Ibidem).

⁸ “Efeito-demonstração” é um termo originário da economia que, neste texto, Octavio Ianni retoma para analisar o impacto da produção sociológica de países “avanzados” na sociologia brasileira. Em relação à sua acepção original, podemos recuperar um trecho de Gino Germani no qual ele resume o seu significado: “El efecto de demostración, según la afortunada expresión acuñada por J. Duesenberry, se refiere al comportamiento del consumidor en tanto su propensión al consumo y al ahorro está afectada no solamente por el nivel absoluto de su ingreso, «sino también por la proporción entre su ingreso y el nivel de consumo más elevado de otras personas, con las que pueda entrar en contacto». Esto es, el conocimiento de la existencia de tal nivel produce aspiraciones similares y este hecho afecta al consumo y al ahorro [...]” (Germani, 1965, p. 102).

O problema de Ianni, portanto, é que de uma perspectiva de simples “modernização” de métodos e técnicas, tende-se a perder de vista a “importância relativa das contribuições teóricas e metodológicas dos cientistas e dos filósofos que forneceram outros marcos de referência” (Ibidem). Para ele, não poderíamos descartar sem mais o “ensaísmo”, pois muitas vezes aí estariam contidas “interpretações pioneiras, que abrem perspectivas novas à reflexão e à investigação”. E completa: “o sociólogo não pode deixar de reconhecer o valor das interpretações ou das sugestões de obras como *Facundo*, de Domingo F. Sarmiento, ou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha” (Idem, 1965, p. 420). O recurso ao “ensaísmo” poderia também ajudar a fazer frente ao chamado “efeito-demonstração”, isto é, minimizar os efeitos negativos implicados na “transferência, em certos casos pura e simples, da problemática de outros países para as nações latino-americanas” (Idem, 1965, p. 423). Se, no caso do Brasil, esse “efeito-demonstração” já teria se manifestado nos chamados “estudos de comunidade”, em âmbito latino-americano ele se faria presente sobretudo nas orientações predominantes da “sociologia da modernização”, uma vez que nem sempre elas levariam em conta as especificidades históricas destas sociedades. Nas palavras de Ianni,

Nótese [. . .] que los mismos dilemas se están planteando en lo que toca al análisis de las condiciones sociales del desarrollo económico. No siempre la problemática propuesta a partir de la perspectiva ofrecida por las naciones ya industrializadas se reformula en base a una concepción diferente propiciada por las singularidades de las propias naciones subdesarrolladas. En este área más que en otras, la lección de Wright Mills ha sido olvidada. Hay investigaciones que se concentran en la formación de las actitudes favorables a la innovación, o de las élites empresarias, pero se olvida el contexto histórico y la estructura social global indispensables a la constitución y manifestación de las acciones y relaciones sociales creadoras (Idem, 1965, p. 424).

Ora, como vimos na passagem acima, Ianni reclama uma abordagem sociológica que, sem deixar de ser “científica”, incorpore de maneira constitutiva elementos históricos e totalizadores na explicação, o que apenas seria

possível por sua “interpenetração” com as visadas mais gerais oferecidas justamente pelo “ensaísmo”. Segundo o autor, seria preciso, portanto, partir dos “ensinamentos dos sociólogos de gerações anteriores, nacionais e estrangeiros”, de modo a “submeter a uma crítica construtiva as experiências e os erros acumulados”. Só assim seria possível reduzir “as consequências negativas do «efeito de demonstração» no campo das orientações teóricas, da metodologia da investigação e da temática da ciência” (Idem, 1965, p. 425).

Se comparamos as visadas críticas de Eliseo Verón e Octavio Ianni a respeito da sociologia norte-americana e de seu impacto na “sociologia latino-americana”, podemos perceber que, não obstante a referência comum a Wright Mills, os caminhos seguidos foram muito diferentes. O primeiro realizou uma crítica de corte estruturalista que perseguia, ao nível interno do discurso da “sociologia científica” — ele pensava especialmente nos trabalhos de Gino Germani —, a recriação de certas funções ideológicas de dominação e controle social. Nesse passo, nem o recurso às explicações históricas e muito menos ao “ensaísmo” são dimensões fortes na posição defendida por Verón. O segundo, por sua vez, entendia que uma sociologia historicamente orientada, ou melhor, destinada a ver a historicidade das estruturas sociais, não poderia abrir mão do acúmulo intelectual propiciado por várias gerações de “ensaístas”, sob pena de esterilização da “imaginação sociológica”. Apesar dessas diferenças, Verón e Ianni contribuíram para desestabilizar certas concepções correntes que introduziam separações demasiado rígidas entre “ciência” e “ideologia” e entre “ciência” e “ensaísmo”.

Essa postura crítica em relação à sociologia norte-americana também se expressa nos textos de Luiz Costa Pinto e de Florestan Fernandes, não sendo prerrogativa, portanto, das — àquela altura — novas gerações de sociólogos universitários. No caso de Costa Pinto, sua tentativa de dar um sentido teórico inovador à “sociologia latino-americana” implicou uma verdadeira rotação de perspectivas no que se refere às relações entre as sociologias dos países “superdesenvolvidos”, como diz ao modo irônico de Wright Mills, e as sociologias dos países em transição. Se as primeiras estariam em “crise” — formulação que Costa Pinto já expõe em 1947 no artigo “Sociologia e mudança social”, publicado na revista *Sociologia* —, as segundas poderiam conter as chaves de sua renovação. Em discurso pronunciado na abertura das *Jornadas Argentinas y Latinoamericanas de Sociología*, realizadas em Buenos Aires em fins de 1961, assinala:

[. . .] el problema de la objetividad científica de nuestra disciplina, en sus relaciones con el orden social, es mucho más grave y difícil en aquellas sociedades que juzgan que ya tienen hecho en el pasado su revolución estructural y donde la estabilidad es el valor dominante, que en sociedades como las nuestras — que hoy están viviendo su revolución — en el que la variedad un valor dominante y deseable, y que facilita la sincronización de los valores de la ciencia creadora con los valores del orden social en transformación. / Obsérvese, por ejemplo, lo que pasó con el pensamiento liberal que inspiró la sociología en los Estados Unidos y en la Europa Occidental y lo que pasó con el marxismo en cuanto doctrina oficial de una súper potencia del mundo moderno y fácilmente se concluirá que el problema de la respetabilidad y de la objetividad del pensamiento científico no es exclusivamente “latino-americano” (Costa Pinto, 1962, p. 6).

Costa Pinto vê com ceticismo a situação contemporânea da sociologia produzida no “mundo desenvolvido”. Nesse sentido, ele procura persuadir que “talvez aqui, nestas paragens, neste mundo novo em gestação, possa a sociologia encontrar as condições ótimas para germinar com o impulso de um verdadeiro renascimento” (Ibidem). Ao contrário da sociologia norte-americana, que, segundo o autor, “descaracterizou o sentido profundamente racional e criador do pensamento sociológico, gerando [. . .] um hermetismo acadêmico que nada tem de autenticamente científico” (Idem, 1962, p. 7), a “sociologia latino-americana”, por ter como objeto “um processo rápido e recente de transformação”, estaria em “uma posição mais vantajosa que a dos colegas que trabalham nas chamadas sociedades superdesenvolvidas, onde a estabilidade, muito mais que a mudança, se apresenta como valor social supremo” (Idem, 1972, p. 142). Além disso, a própria realidade dos países da América Latina *em transição* geraria fenômenos de alta complexidade, “alguns dos quais [. . .] inteiramente novos e [. . .] totalmente desprovidos da casuística sobre a qual se erigiu o esquema conceitual das ciências sociais no apogeu de sua fase acadêmica” (Idem, 1972, p. 121). Reunindo as duas pontas deste argumento, Costa Pinto sugere que a “sociologia latino-americana”, a fim de se mostrar válida, teria de levar mais longe ainda a série de questionamentos que a “sociologia

78 | O problema de uma “sociologia latino-americana”

acadêmica” já vinha recebendo desde a publicação de *The sociological imagination*, de Wright Mills. Nas palavras do autor:

En todas las disciplinas de la familia de las ciencias sociales, la insatisfacción con respecto a los esquemas académicos y su crítica metodológica provino, más o menos directamente, de la verificación elemental de que estaban apareciendo combinaciones nuevas en la realidad social, sin que bastase para comprenderlas el esquema estático y atomizado que ofrecían las ciencias sociales compendiadas en los manuales. Si es cierto que la sociología académica ha estado sometida a fuertes críticas y serias revisiones en los últimos años, a fin de volverla más apta para entender los procesos de la vida social *en cualquier sociedad*, tales críticas y anhelos de revisión se justifica aún más en sociedades que están pasando por un período de reciente y acelerado desarrollo. Tal vez por eso explique, por otra parte, el carácter renovador de las críticas y revisiones propuestas por sociólogos de estas regiones del mundo, que muchas veces se anticipan a las de centros más adelantados (Idem, 1972, p. 122).

Portanto, para Costa Pinto, parecia residir no próprio movimento da sociedade “subdesenvolvida” — por sua complexidade, pela aceleração das transformações em curso, pela eleição da mudança como valor coletivo — a chave da renovação da “sociologia em crise”.

Uma posição mais ou menos análoga, mas com especificidades, encontramos em diversos textos de Florestan Fernandes, especialmente naqueles reunidos em *A sociologia numa era de revolução social* (1963). No prefácio à primeira edição deste livro, encontramos uma das versões mais bem acabadas da posição de Fernandes neste momento. Vejamos o seguinte trecho:

Através de escolhas judiciosas, o sociólogo brasileiro pode contribuir de forma original e criadora para o enriquecimento de ramos da teoria sociológica que não podem ser cultivados com a mesma facilidade por seus colegas dos “países desenvolvidos” do mesmo círculo civilizatório. As sociedades que se afastam do tipo “normal”, inerente a de-

terminada civilização, representam, em si mesmas, um problema teórico para a ciência. As explicações válidas para o tipo “normal” nem sempre se aplicam às suas objetivações em condições especiais [...]. Desse ângulo, a posição do sociólogo brasileiro é quase privilegiada, pois poderá propor-se tarefas de grande significação teórica para a sociologia. Baste que procure interpretar os fenômenos observados tendo em vista o que as descobertas representarem no contexto da análise sociológica da sociedade de classes (Fernandes, 1976, pp. 19-20).

Embora essa posição não apresente o mesmo vazio polêmico da proposta de Costa Pinto — que praticamente deposita na “sociologia latino-americana” a esperança de renovação da teoria sociológica em “crise” —, ela também sugere uma viravolta nas relações entre os sociólogos dos países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. Lidando com problemas novos, aos últimos não caberiam apenas “corrigir” as limitações dos quadros interpretativos vigentes, “mas, principalmente, construir modelos de explicação congruentes com as flutuações da realidade”. Ou seja: a “investigação intensiva e cuidadosa de casos dessa natureza permite estender a teoria, de forma consistente, íntegra e sistemática, a todas as manifestações de um mesmo tipo social” (Idem, 1976, p. 20). Vale a pena registrar que, mesmo atribuindo aos sociólogos dos países “subdesenvolvidos” a tarefa de alargar os quadros interpretativos vigentes, de modo que capture a dinâmica específica que aí apresenta a “sociedade de classes”, Fernandes jamais desconsiderará a herança, para ele válida e positiva, das explicações sociológicas “clássicas”.⁹ Anos mais tarde, em “Sociologia, modernização autônoma

9 Esta posição de Fernandes ganhou feição mais acabada em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959). Neste livro, Fernandes considera Marx, Weber e Durkheim como os principais sociólogos “clássicos”, porquanto cada um deles possibilitaria “rotacionar” o entendimento da dinâmica social por diferentes prismas teóricos e recortes empíricos. Ao tratar da questão da indução e da generalização na sociologia, Fernandes afirma que esses três autores souberam dar respostas originais e diferentes a esse problema, tal como divisados na noção de “tipo extremo” (Marx), “tipo ideal” (Weber) e “tipo médio” (Durkheim). Vale notar o relativo pioneirismo de Fernandes neste particular, em especial a sua incorporação de Marx à teoria sociológica — Parsons, por exemplo, em *The structure of social action*, retirou Marx de sua “síntese” por entendê-lo como pré-sociológico. Para uma análise da posição de Fernandes sobre os “clássicos” da disciplina, cf. Cohn (1987) e Sallum Jr. (2002).

e revolução social” — originalmente escrito em 1970, e publicado em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) —, Fernandes se posicionará favoravelmente à “importação” das formulações “clássicas”, tanto europeias quanto norte-americanas. Apenas a mais recente voga da “sociologia da modernização” seria, por assim dizer, inadaptável:

Não se pode escapar a conceitos, técnicas de investigação e teorias que se comprovaram como adequados à análise e à interpretação da formação, evolução e crise do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. [...] Esta discussão também comporta um corolário. É interessante que a chamada “sociologia clássica” europeia e a “sociologia empírica” norte-americana da década dos trinta ou dos quarenta sejam muito mais “importáveis” e “utilizáveis” que as recentes elucubrações *sistemáticas*. À medida que se desenvolve nos Estados Unidos um ciência social com pretensões generalizadoras, “analíticas” e pseudocomparativas [...] e à medida que esse modelo também se impõe nos centros universitários europeus, a contribuição recente dos cientistas sociais norte-americanos e europeus é quase nula (Fernandes, 1981, p. 131).

Desse conjunto de textos aqui analisados, vemos que a constatação de *diferenças* entre a produção sociológica norte e “latino-americana” se impôs como um problema fundamental. O que muda é o modo pelo qual os autores lidaram com elas. Johan Galtung e Gino Germani contrastaram estas duas sociologias, mas as diferenças entre elas deveriam se apagar à medida que a “sociologia latino-americana” se integrasse à “sociologia mundial”. Já Verón, Ianni, Costa Pinto e Fernandes, por outro lado, quiseram justamente reforçar *estas diferenças*, vendo-as como fundamentais para se repensar o sentido crítico da sociologia como um todo. Nesse sentido, quando a “crise” se generaliza pela região, em fins da década de 1960, levando os sociólogos a repensarem os seus papéis intelectuais, já se encontra à sua disposição um leque variado de posições e reflexões sobre o que deveria ser, afinal, a “sociologia latino-americana”.

Parte I

Capítulo 2

O moderno e suas semelhanças

A deficiência da paisagem norte-americana não é, como quer a ilusão romântica, a ausência de recordações históricas: é que nela a mão não deixou rastros.

— ADORNO. *Minima moralia*

Para os sociólogos latino-americanos, a emergência da “sociologia da modernização” representou um problema imediato em dois sentidos. Ela não se configurou apenas como um dos produtos intelectuais mais difundidos da sociologia norte-americana, cujo prestígio intelectual àquela altura tornava a sua referência inescapável. Ainda mais diretamente, a “sociologia da modernização” se tornou uma concorrente direta na explicação dos padrões de mudança social nos países “subdesenvolvidos”. Essa inusitada confluência de interesses, colocando lado a lado sociólogos latino e norte-americanos — às vezes cooperativamente, na maioria dos casos em conflito —, reflete uma série de fatores, tanto de matriz intelectual quanto de ordem política. Neste capítulo, nosso interesse é reconstituir as principais características da “sociologia da modernização”, o que será feito em duas partes. Na primeira, faremos breve menção às suas origens intelectuais, especialmente a combinação que ela realiza das formulações teóricas de Talcott Parsons com as técnicas de pesquisa desenvolvidas por Paul Lazarsfeld. Na segunda, analisaremos a “sociologia da modernização” *em ação*, quer dizer, mostraremos através de dois projetos de pesquisa, *The measurement of modernism: a study of values in Brazil and Mexico* e *The*

Harvard Project on sociocultural aspects of modernization, coordenados, respectivamente, por Joseph Kahl e Alex Inkeles, como esta vertente intelectual lida com o processo de mudança social em países periféricos. Assim, em vez de destacar de maneira abstrata os princípios cognitivos dessa vertente intelectual, procuraremos identificá-los nos próprios procedimentos adotados pelos autores das pesquisas e suas equipes. Além disso, outra vantagem de nos remetermos a esses dois projetos é a luz contrastante que eles nos permitem jogar nas pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani, tema do próximo capítulo. Afinal, por lidarem, *grosso modo*, com a mesma matéria social — as pesquisas de Kahl e Inkeles tratam (também) das sociedades brasileira e argentina —, será possível rebatermos ponto por ponto as principais diferenças entre as pesquisas feitas no centro e na periferia.

I. Parsons + Lazarsfeld

A “sociologia da modernização”, cuja sistematização data de fins da década de 1950, foi o resultado de uma série de inovações paralelas que, uma vez reunidas, mostraram um elevado poder de difusão e persuasão. Os seus produtos intelectuais mais típicos — *surveys* destinados a medir o grau de modernidade de um grupo ou sociedade — não podem ser entendidos sem a conjugação de três elementos: (a) a releitura parsoniana da teoria clássica europeia, em especial a sua versão da distinção “comunidade”/“sociedade”; (b) a expansão e o refinamento das técnicas quantitativas de pesquisa realizados por Paul Lazarsfeld e sua equipe em Columbia; e (c) um novo padrão de financiamento às investigações sociológicas, combinando grandes recursos provenientes seja de órgãos governamentais (especialmente da área de segurança), seja de fundações privadas. A síntese entre estes três elementos coube a uma série de autores, como Daniel Lerner, Marion Levy, Bert Hoselitz, Wilbert Moore, Alex Inkeles,¹ etc.,

¹ Daniel Lerner publicou o que talvez tenha sido o primeiro livro da “sociologia da modernização” em sentido estrito — *The passing of traditional society* (1958). Marion Levy, ex-aluno de Parsons em Harvard, escreveu em dois volumes *Modernization and the structure of societies* (1966), no qual contrapunha aspectos das sociedades “relativamente modernizadas” e “relativamente não modernizadas”. Bert Hoselitz foi o autor de *The sociological aspects of economic growth* (1960), que conheceu relativa circulação

que, além de alavancarem as suas carreiras profissionais sintonizando-se com os interesses da política externa norte-americana, terminaram por rotinizar a “sociologia da modernização” como um marco interpretativo capaz de lidar com todo e qualquer processo de mudança social em curso. Num momento de incertezas e transformações aceleradas nos centros e nas periferias, cuja carga explosiva era potencializada pelo clima da “guerra fria”, a “sociologia da modernização” contribuiu para gerar ao mesmo tempo uma imagem relativamente ordeira sobre o curso dos acontecimentos — as sociedades em “modernização” estariam caminhando de modo convergente para o mesmo padrão “moderno” já conhecido de antemão — e afinada ao relativo consenso “liberal” nos Estados Unidos, divisado em termos de política externa na “Aliança para o Progresso”.²

Talcott Parsons, apesar de jamais ter sido um praticante direto da “sociologia da modernização” — os seus estudos dos anos 1940 sobre a Alemanha de Weimar ou sobre o Japão não poderiam ser colocados sob esta rubrica —, foi decisivo para a sua constituição em pelo menos dois planos: cognitivo e institucional.³ Em relação ao primeiro, devemos ressaltar a “síntese” por ele proposta da teoria social europeia, em especial a sua hipótese da “convergência” entre Weber e Durkheim quanto à importância dos elementos normativos na orientação das condutas. Ainda que a sua “teoria voluntarista da ação” remonte à década de 1930, quando redigiu *The structure of the social action* (1937), os seus desdobramentos em trabalhos posteriores, como em *Economy and society* (1956), escrito a quatro mãos com Neil J. Smelser, terminariam legitimando o tratamento sociológico de

nos meios sociológicos latino-americanos. Wilbert Moore, junto com Hoselitz, editou o importante manual da Unesco *Industrialization and society* (1960), que reuniu (e divulgou) diversos textos da “sociologia da modernização”. Sobre Alex Inkeles e suas pesquisas, teremos a oportunidade de discutir ao longo deste capítulo.

2 “Beyond such direct connections between social scientific argument and policy design, however, modernization also functioned powerfully as a perceptual and cognitive framework. In that sense, modernization was often far more than a set of analytical, instrumental tools used to produce a given outcome. It was also an ideology that established the connections between mutually reinforcing ideas. Through its claims to objective, scientific knowledge, modernization gave forcefully expression to deeply rooted cultural assumptions about America’s ability to project a nation-building power” (Latham, 2000, p. 70).

3 Para uma visão mais ampla do conjunto da produção de Talcott Parsons, cf. Alexander (1984), Domingues (2001) e Gerhardt (2002).

problemas antes vistos como principalmente “econômicos” — caso, por exemplo, da temática do desenvolvimento. Nesta chave, a dinâmica da economia não seria inteligível em si mesma, mas em interação complexa com outras esferas da sociedade, especialmente a esfera dos “valores”.

No geral, Parsons foi muito parcimonioso na especificação dos universos empíricos concretos aos quais a sua teorização se refere. No entanto, a discussão feita por ele em *The social system* (1951) sobre a “diferenciação empírica” das estruturas sociais fez posteriormente grande fortuna. Neste livro, ele identifica quatro tipos básicos de sociedade, definidos a partir das chamadas “variáveis-padrão” [*pattern-variables*]. Essas “variáveis-padrão”, para o autor, expressariam os dilemas básicos de escolha presentes em todo e qualquer contexto de ação. Além disso, elas permitiram tratar, com alto grau de abstração, da “interpenetração” entre o sistema cultural e o sistema da personalidade (motivação dos atores), ambos cruciais para a institucionalização da ordem normativa própria aos sistemas sociais. Assim, girando a sua construção tipológica em torno dos eixos “universalism-particularism” [*universalismo-particularismo*] e “ascription-achievement” [*qualidade-de-sempenho*] — dois dos cinco pares de “variáveis-padrão” definidos por Parsons⁴ —, ele contrasta sobretudo dois tipos societários: um de padrão “universalistic-achievement” e outro de padrão “particularistic-ascriptive”. O

4 “An action in Parsons’ frame of reference acquires meaning for the actor when he adopts a set of relevant orientations about the situation. Every situation, in Parsons’ view, presents five pairs of “meaning alternatives”, and the actor’s choice of one alternative from each pair determines his orientations. Parsons refers to these pairs of alternatives as pattern variables” (Park, 1967, p. 187). A tradução desta categoria ao português é extremamente problemática: por isto optei por uma versão quase literal. José Maurício Domingues, por exemplo, prefere traduzi-la como “variáveis de parâmetro”. Para situar o leitor, aqui reproduzo o resumo feito por Domingues (2001, pp. 51-2) destas variáveis: “*Afetividade-Neutralidade afetiva*: o ator deve decidir-se, dada uma oportunidade determinada, pela gratificação que esta pode proporcionar, sem atenção para as consequências, ou, ao contrário, avaliando-as disciplinadamente. *Auto-orientação-Orientação para a coletividade*: estabelece-se a direção da ação em termos do compromisso do ator com o seu interesse individual ou da solidariedade com o coletivo. [...] *Universalismo-particularismo*: refere-se à avaliação e ao julgamento dos objetos da situação em termos uniformes e gerais ou em termos de seu significado para o próprio ator. *Performance-atributos*: define se um objeto deve ser avaliado em termos de seu desempenho ou de suas qualidades inatas. *Difusão-especificidade*: implica a extensão e explicitação das obrigações devidas em uma relação, no escopo de significação do objeto para o ator”.

primeiro se manifestaria de maneira típica nas sociedades industriais modernas. Nessas sociedades, haveria uma profunda diferenciação entre o que ele denomina de “complexo instrumental”, isto é, o sistema de papéis ocupacionais, e as demais “solidariedades relacionais”, como as relações comunitárias e de parentesco. Nos termos das suas “variáveis-padrão”, haveria uma grande separação entre o tipo de orientação de valor vigente no “mundo da produção”, que seria definido a partir de critérios universalistas de desempenho — como a eficiência profissional —, e no campo das relações primárias, agora circunscritas basicamente à família conjugal. Essa diferenciação, além de introduzir constantes tensões nas esferas da vida organizadas em torno das “solidariedades relacionais”, seria a responsável pelo aspecto essencialmente dinâmico desse tipo societário. Nas palavras de Parsons,

This is the combination of value-patterns which in certain aspects introduces the most drastic antitheses to the values of a social structure built predominantly about the relationally ascriptive solidarities [. . .] of kinship, community, ethnicity and class. [. . .] [It] favors status determinations [. . .] on the basis of generalized rules relating classificatory qualities and performances independently of relational foci. / [. . .] This will lead to valuation of activities segregated from the relational solidarities — the primary focus of a such social system will hence rest in a differentiated instrumental complex, in occupational roles [. . .]. The combination of achievement interests and cognitive primacies will mean that it is a dynamically developing system [. . .]. This is the kind of structure central to what are often called “industrial” societies (Parsons, 1964a, pp. 182-4).

Já o segundo tipo societário padronizaria os seus sistemas de ação de maneira totalmente inversa. Em vez de estar separado das demais “solidariedades relacionais”, o “complexo instrumental” se encontraria profundamente imbricado nas relações comunitárias e de parentesco. Desta orientação “particularista”, voltada antes para a qualidade específica que para o desempenho de atores, coletividades ou instituições sociais, adviria a sua ausência de dinamismo, a sua tendência à inércia estrutural — não haveria

pressões fortes para transcender os aspectos “dados” da situação. Se as sociedades industriais modernas, por um lado, estariam orientadas para a transformação contínua de suas condições de funcionamento, as sociedades “particularistic-ascriptive”, por outro, se adaptariam “passivamente” ao mundo. Em *The social system*, o principal exemplo dado pelo autor a respeito deste tipo de sociedade seriam as populações hispano-americanas. Mais uma vez, segundo Parsons:

Because of its particularism it shares the tendency for the organization of the social structure to crystallize about the relational reference points, notably those of kinship and local community. But because of its ascriptive emphasis these tend to be taken as given and passively “adapted to” rather than made the points of reference for an actively organized system. / [. . .] The absence of the achievement emphasis even further inhibits the development of instrumental orientations and the structures associated with them. [. . .] Work is basically a necessary evil just as morality is a necessary condition of minimum stability (Idem, 1964a, p. 198).

Os outros dois tipos societários, que não nos cabe comentar aqui — o padrão “universalistic-ascriptive”, cuja expressão típica seria a Alemanha, e o padrão “particularistic-achievement”, referido sobretudo à China “clássica” —, completariam o quadro das principais variações empíricas da estrutura social. Parsons não descarta a existência de casos de difícil análise, como os tipos “mistos” ou “transicionais”, mas pouco desenvolve essas alternativas. A rigor, essa discussão de Parsons é uma versão um pouco mais complexa e matizada das distinções, que seriam feitas posteriormente à exaustão pela “sociologia da modernização”, entre as sociedades moderna e tradicional como tipos contrapostos de estrutura social (Bendix, 1967).

Mas em que medida essas formulações de Parsons foram relevantes para a “sociologia da modernização”? Em primeiro lugar, pela maior complexidade que os seus cinco pares de “variáveis-padrão” introduzem na especificação de dicotomias como *Gemeinschaft/Gesellschaft* [comunidade/sociedade]. Ao “quebrar” esses dois grandes blocos dicotômicos em oposi-

ções mais específicas, Parsons poderia dar conta de ações padronizadas socialmente que incorporassem elementos tanto de um quanto de outro, como no caso no caso da prática médica — ele realizou uma série de estudos empíricos nesse campo durante os anos 1940. A atuação do médico não poderia ser subsumida diretamente em nenhum dos dois lados da oposição “comunidade”/“sociedade”. Se a sua orientação “desinteressada”, voltada para o bem-estar do paciente, poderia aproximá-la do primeiro lado da dicotomia, o seu uso de conhecimentos científicos a levaria para o lado oposto. Daí que, como o autor assinala em sua autobiografia intelectual, a dicotomia de Tönnies deveria ser revista:

La implicación obvia era que la dicotomía de Tönnies no debería tratarse como una variación en términos de una sola variable, sino también como el resultado de una pluralidad de variables independientes. Si estas últimas eran en realidad independientes, deberían existir no solamente dos tipos de relación social, sino un conjunto más grande de ellos (Idem, 1986, p. 34).

Ao “quebrar” a dicotomia de Tönnies em variáveis independentes e mais específicas, Parsons abriu o caminho para transformar as componentes da estrutura social em variáveis operacionalizáveis, ou analiticamente “destacáveis”. Não por acaso, vários praticantes da “sociologia da modernização” se propuseram a traduzir as “variáveis-padrão” parsonianas na forma de itens de um questionário, com vistas à realização de *surveys* nos mais diferentes contextos sociais e históricos, como veremos mais à frente. Quanto mais a conduta dos indivíduos se pautasse por apenas um dos lados das “variáveis-padrão” — neste caso, o lado do “universalismo”, “desempenho”, etc. —, mais “modernizados” eles seriam. Como já havia notado Carvalho Franco (1970), em sua crítica à “sociologia da modernização”, essa operação parsoniana terminaria por *esvaziar* historicamente os conceitos que ele havia incorporado da tradição sociológica alemã. Afinal, agora eles poderiam ser aplicados universalmente, em razão de seu caráter generalizado.

Não obstante a “quebra” das dicotomias realizada por Parsons, a sua discussão sobre a “diferenciação empírica” das estruturas sociais acabaria

reunindo-as de novo, ainda que noutra registro. Como vimos, a sua discussão sobre a moderna sociedade industrial assinalou que ela é conformada fundamentalmente por um sistema de papéis orientados para o desempenho [*achievement*], definidos de maneira afetivamente neutra [*affectively neutral*], voltados para tarefas específicas [*specific*] e regulados por normas universalistas [*universalistic*]. Esse tipo societário padronizaria as ações sociais sempre “escolhendo” um lado dos pares das “variáveis-padrão” — elas não seriam combinadas de maneira aleatória. Segundo Parsons, haveria certos imperativos “estruturais” para que isso ocorresse: uma sociedade industrial não poderia conviver, por exemplo, com uma estrutura de parentesco que não o da família conjugal, posto que apenas ela seria capaz de limitar o alcance dos papéis orientados pelo “outro lado” das “variáveis-padrão” — particularismo, qualidade, afetividade, etc. — a um nicho especializado. Quer dizer: a sociedade industrial não seria puramente “societária”, mas as componentes “comunitárias” nela presentes não dariam a tônica de seu funcionamento. Em seus termos:

Hence we may say with considerable confidence to those whose values lead them to prefer for kinship organization the system of mediaeval Europe or of Classical China to our own, they must choose. It is possible to have either the latter type of kinship system or a highly industrialized economy, *but not both in the same society*. Either one requires conditions in the corresponding part of the social structure, which are incompatible with the needs of the other. In other words, a given type of structure in any major part of the society imposes *imperatives* on the rest, in the sense that given that structure, if it is to continue, other relevant structures in the same society cannot vary beyond certain limits which are substantially narrower than are the general limits of variability of social structure in the relevant spheres (Idem, 1964a, p. 178, *itálicos no original*).

Nesse sentido, ainda que as diferentes partes da sociedade moderna pudessem se organizar combinando as “variáveis-padrão” de diferentes maneiras, o seu funcionamento efetivo cobraria uma certa coerência sistêmica entre elas. Além disso, embora Parsons não descarte a existência de

variações empíricas entre as diferentes sociedades modernas, elas teriam de cumprir — todas elas — alguns requisitos funcionais para que o seu “complexo instrumental” pudesse subsistir e manter o seu dinamismo. As esferas-chave da sociedade não poderiam apresentar entre si orientações de valor muito discrepantes, sob pena de introduzir elevadas tensões ao longo da estrutura social. Daí para a visão de que o tipo moderno de sociedade seria definido por um conjunto de variáveis sistêmicas interligadas entre si, ou por uma série de “pré-requisitos”, independentemente das trajetórias históricas específicas, o caminho foi pequeno (Bendix, 1967). Essa concepção parsoniana foi fundamental para a “sociologia da modernização”, que radicalizou a sua concepção de que a sociedade moderna seria formada universalmente por partes organizadas de maneira coerente e consistente entre si. Digo radicalizou porque, em *The social system*, como veremos no quarto capítulo, Parsons não deixou de chamar a atenção para a existência de “tensões estruturais” no padrão de integração das modernas sociedades industriais. Assim, a “sociologia da modernização”, muito mais que o próprio Parsons, difundiu aos quatro cantos uma imagem extremamente positiva da sociedade moderna, expurgando quase toda a carga crítica contida nas formulações alemãs que, “filtradas” pelo sociólogo de Harvard, constituíram uma de suas principais fontes intelectuais.

Além de ter sido responsável por “articular uma visão de modernidade que foi amplamente compartilhada pela geração de *scholars* formados no pós-guerra” (Gilman, 2007, p. 74), Parsons também foi decisivo para a “institucionalização” da “sociologia da modernização”. Com a criação do Departamento de Relações Sociais em Harvard, ele não só formou vários dos futuros praticantes daquela vertente intelectual como lhes deu guarida universitária nas suas mais diversas especializações. Como assinala Nils Gilman,

[. . .] [The] DSR provided an institutional presence for the employment and training of students of modernization. Most of the sociologists associated with modernization theory had some affiliation with the DSR as either professors or collaborators (including Talcott Parsons, David McClelland, Alex Inkeles, Edward Shils, and S. N. Eisenstadt) or as students (including Francis Sutton, Robert Bellah, Neil Smelser, Marion Levy, and Clifford Geertz). [. . .] [The] social

theory being developed at the DSR came to be embraced by American social scientists eager for a methodology that would allow them to understand the contemporary geopolitical situation of the newly identified “third” world. It is this embrace that provided the theoretical cornerstone of modernization theory (Idem, 2007, pp. 73-4).

Se o sucesso institucional do departamento criado por Parsons explica parcialmente a enorme circulação da “sociologia da modernização”, devemos lembrar que havia outras instituições importantes igualmente orientadas nesse sentido. O *Committee on the Comparative Studies of New Nations*, de Chicago, reuniu nomes como David Apter, Edward Shils, Clifford Geertz, dentre outros. O *Center for International Studies* (CIS), por sua vez, localizado no MIT, era dirigido por Walt W. Rostow, cujo livro *The stages of economic growth: an non-communist manifesto* (1960) constituiu uma das principais referências na literatura sobre a modernização.⁵ Assistia-se, assim, ao surgimento de uma nova elite intelectual que, ocupando importantes postos na hierarquia universitária norte-americana, legitimou a reorientação dos interesses da pesquisa sociológica para o chamado “mundo subdesenvolvido”.⁶

No plano dos procedimentos metodológicos, a “sociologia da modernização” não pode ser entendida sem o conjunto de inovações feitas neste terreno pelo emigrado austríaco Paul Lazarsfeld. Além de sua atuação pioneira no *Princeton Radio Project*, no qual desenvolveu o que denomina-

5 No plano mais específico das teorias do “desenvolvimento político”, revestiu-se de enorme importância a atuação do *Committee on Comparative Politics*, órgão associado ao *Social Science Research Council* (SSRC). Para uma análise abrangente deste comitê, cf. Gilman (2007, cap. 4) e a dissertação de mestrado de Natália Nóbrega de Mello (2009).

6 Conforme assinala Nils Gilman (2007, p. 45): “[. . .] Washington’s need for new information about areas and topics where American influence was being challenged by the Soviet Union [. . .] meant that the federal government after World War II was to embark on its most important funding of higher education since the Morrill Act of 1862. [. . .] Many social scientists considered it their patriotic duty to offer their services to their country in its hour of need, but no doubt the ability to be able to promote their careers by gaining access to government funding encouraged social scientists to pursue “useful” projects. No social scientists were more astute at judging this possibility than the modernization theorists. In this way the military-industrial complex quickly became the military-industrial-academic complex”.

va “administrative research”,⁷ as principais marcas do trabalho de Lazarsfeld foram deixadas no *Bureau of Applied Social Research* da Universidade de Columbia. A partir deste *Bureau*, as técnicas quantitativas de pesquisa conheceriam uma expansão e um refinamento até então desconhecidas no âmbito da sociologia. Apesar de inicialmente marginal no campo acadêmico norte-americano — Lazarsfeld não conseguiu assumir sozinho a cadeira de sociologia em Columbia, compartilhando-a com Robert Merton, ex-aluno de Parsons —, o esforço de guerra dos Estados Unidos contribuiu bastante para fortalecer a sua posição intelectual e institucional. A ampla pesquisa que culminou nos quatro volumes de *The American Soldier* (1949-1950), projeto dirigido por Samuel A. Stouffer (ligado ao *Bureau* de Lazarsfeld),⁸ é expressiva dessa viragem, que deslocou a Escola de Chicago de seu antigo posto de principal referência no que se refere aos métodos empíricos. Conforme esclarece Michael Pollak (1979, p. 53),

Pendant la guerre, l'administration a commencé à utiliser de façon systématique les sondages d'opinion publique et les analyses de contenu des médias écrits et parlés. Les quatre volumes de *The American Soldier* prouvaient, selon l'avis des promoteurs de cette conception de la sociologie, que la recherche pouvait être à la fois

7 Para Adorno (2009, p. 120-1), que integrou o *Radio Project* quando de seu exílio norte-americano, a “administrative research” era uma das expressões da reificação da consciência, embora manifestada no próprio plano das técnicas de pesquisa sociológica. Referindo-se ao seu trabalho com Lazarsfeld, assinala: “Me irritaba en particular un círculo metodológico: que para asir, según las normas imperantes de la sociología empírica, el fenómeno de la coisificación cultural debiese uno servirse de métodos también cosificados, como los que se me ofrecían amenazadoramente en la forma de aquel *program analyzer*. Si me veía, por ejemplo, confrontando con la exigencia de “medir la cultura”, como literalmente se decía, recordaba que la cultura constituye precisamente ese estado que excluye una mentalidad que lo pudiese medir. En general, me resistía al empleo indiferenciado de aquel principio, entonces todavía poco criticado en las ciencias sociales, según el cual *science is measurement*”.

8 Como nota Lazarsfeld (1962a, p. xv) na introdução de uma compilação de textos de Samuel A. Stouffer, *The American Soldier* (1949-50) completou o processo de legitimação acadêmica da *survey research*: “By the time that World War II broke out, attitude surveys had acquired scientific validity, but they were mainly used for commercial purposes. Stouffer's monumental work on the American soldier established the link between the revolutionary technique and academic sociology”. Cf. também, Lazarsfeld (1962b).

utile à l'administration et à l'avancement de la discipline. [. . .] Dans cette bataille pour la légitimité scientifique, la sociographie de l'École de Chicago souffrait de plusieurs de désavantages par rapport à la sociologie par sondages, la *survey research*: du fait qu'elle recourait à des techniques d'observation souvent "qualitatives", on lui reprochait d'illustrer plutôt que de prouver, de décrire, alors que les techniques quantitatives et statistique prétendaient pouvoir prédire. Au nom de l'efficacité, de l'utilité et de la scientificité (grâce à la quantification et à la mathématisation) l'avantage revenait finalement à la nouvelle École de Columbia.

Ao lado do Departamento de Relações Sociais de Harvard, dirigido por Parsons, a Universidade de Columbia, sob a liderança de Lazarsfeld, passou a ser um dos centros mais importantes de sociologia nos Estados Unidos do pós-guerra. Além disso, o envolvimento crescente do sociólogo austríaco nas grandes burocracias internacionais, como a Unesco, e nas agências privadas de financiamento à pesquisa, como a Fundação Ford, espalhou o seu campo de influências para uma escala quase global. Pollak (1979, p. 58) ressalta que a consagração dos métodos de pesquisa quantitativa como a forma *por excelência* de sociologia "modernizada" atingiu o seu ápice quando a Unesco convidou Lazarsfeld para redigir o capítulo "Sociologia" de sua enciclopédia de ciências sociais, *Main trends of research in the social and human sciences* (1970). Embora Lazarsfeld, assim como Parsons, não tenha sido um praticante direto da "sociologia da modernização", a legitimidade que ele conferiu à técnica do *survey* deu sustentação a uma das características mais salientes dessa vertente intelectual, que usou (e abusou) dos dados quantitativos e das inferências estatísticas para assinalar padrões, ritmos e defasagens na marcha da modernização.⁹

A conjugação de uma versão simplificada da concepção parsoniana da sociedade moderna com o uso de procedimentos "estandardizados" de

9 Apesar do prestígio inquestionável de Talcott Parsons e de Paul Lazarsfeld no cenário sociológico norte-americano do pós-guerra, Reinhard Bendix e Seymour Lipset também conseguiram difundir uma perspectiva sociológica a partir de Berkeley que, embora não totalmente crítica à "sociologia da modernização" (penso especialmente no caso de Lipset), chamou a atenção para aspectos minimizados pelo grupo de Harvard, como as relações entre estratificação e política, entre conflito e cidadania (cf. Bendix & Collins, 1998).

pesquisa empírica, como o *survey*, permitiu que a “sociologia da modernização” articulasse uma visada cognitiva básica para lidar com os problemas colocados pela mudança social nos países “subdesenvolvidos”. Essa conjunção conheceu a sua primeira sistematização com a publicação de *The passing of traditional society: modernizing the Middle East* (1958), de Daniel Lerner, uma iniciativa conjunta do CIS-MIT e do *Bureau* de Lazarsfeld. Este livro pretendeu demonstrar empiricamente, com uma série de entrevistas feitas em países do Oriente Médio, que o homem moderno — definido por Lerner a partir do grau de abertura a novas experiências (“empatia”) — se encontraria cronicamente associado a variáveis como urbanização, industrialização, democratização, etc. Nesse sentido, o autor supôs que a modernização pudesse ser descrita a partir como uma “função linear” daquelas variáveis, pois, a despeito das diferentes trajetórias históricas na região, as correlações estatísticas encontradas foram positivas e significativas em todos os países. Nos termos de Lerner,

We know that urbanization, industrialization, secularization, democratization, education, media participation do not occur in haphazard and unrelated fashion even though we often are obliged to study they singly. Our multiple correlations showed them to be so highly associated as to raise the questions whether some are genuinely independent factors at all — suggesting that perhaps they went together so regularly because, in some historical sense, they *had to go together* (Lerner, 1958, p. 438, *itálicos no original*).

A “confirmação” a que chegou o estudo de Lerner também aparece em outro livro de sistematização da “sociologia da modernização”, *The achieving society* (1961), de David McClelland, sociólogo de Harvard. Nesse último caso, a combinação dos aportes de Parsons e Lazarsfeld é explícita: o autor pretendia provar por meio de ferramentas estatísticas que o comportamento orientado pelo valor “achievement” estaria empiricamente ligado ao crescimento econômico. Ou, noutros termos, que os países “avançados” teriam uma grande proporção de indivíduos com elevado “*n Ach*”, índice que mediria um comportamento voltado para o êxito e a realização de objetivos [*achievement*]. O livro de McClelland tinha como pretensão dar um suporte empírico à tese weberiana, devidamente retraduzida por Parsons,

da conexão entre a “ética protestante” — agora convertida em uma variável generalizável e totalmente esvaziada de conteúdo histórico específico, “*nAch*”, — e o desenvolvimento do capitalismo.

Em suma, tanto a pesquisa de Lerner quanto a de McClelland avançaram a ideia de que alguns traços da personalidade moderna — como “empatia” ou “achievement” — seriam causa e/ou consequência de certos processos de modernização, como urbanização, industrialização, etc., que, por sua vez, também andariam sempre juntos. Para esses autores, as características da sociedade moderna são concebidas como se elas conformassem uma espécie de “pacote sistêmico”, isto é, o surgimento de um item de modernidade nos permitiria deduzir o aparecimento de todos os demais itens ao final do processo de modernização. Essa visão linear, cujo entendimento demasiado ordeiro da mudança social termina deslocando as contingências históricas para um ponto cego à análise, constitui uma das características mais marcantes da “sociologia da modernização”. Cumpre lembrar que essa suposição de “linearidade” histórica, isto é, de que a sociedade moderna se configuraria de maneira semelhante em todo e qualquer lugar, não é apenas resultado dos achados “empíricos” desses autores. Antes, ela se conforma como um princípio que articula internamente o conjunto dos procedimentos cognitivos por eles mobilizados. É o que veremos a seguir, pela reconstrução de duas pesquisas da “sociologia da modernização” realizadas na América Latina.

II. Novos viajantes e cronistas

Uma forma ainda pouco explorada de avaliarmos o impacto da “sociologia da modernização” na América Latina é a análise das pesquisas que seus praticantes aqui realizaram. Produção em geral muito menos conhecida que a dos demais “latino-americanistas”,¹⁰ essas pesquisas foram geradas com pouca ou nenhuma colaboração com os sociólogos dos países pesquisados — e, quando houve, a partir de padrões muito assimétricos de cooperação intelectual. Basicamente autorreferidas ao seu campo institucional tan-

¹⁰ É curioso notar que, dentro do conjunto dos “latino-americanistas”, tenham sido os sociólogos os menos conhecidos e influentes no debate contemporâneo. Se historiadores como Thomas Skidmore e Richard Morse, antropólogos como Janice Perlman e cientistas políticos como Philippe Schmitter continuam, em maior ou menor medida, a interpelar as reflexões ainda hoje, os “sociólogos da modernização” caíram em quase completo ostracismo — cujas razões, acredito, ficarão mais claras ao longo do capítulo.

to em recursos quanto em referências intelectuais — ambos quase exclusivamente norte-americanos —, além de algumas delas dotadas de intenções políticas nem um pouco inocentes, essas pesquisas foram alvo de críticas frequentes dos sociólogos latino-americanos. Hoje em dia a ameaça que ela representou a estes últimos pode nos parecer exagerada, mas o surgimento de um conjunto de autores mais bem equipados em termos financeiros e de suporte institucional — e, mais ainda, pesquisando os “mesmos” temas — foi vista pelos sociólogos da região como a entrada em cena de um competidor muito poderoso. Exemplificando, Florestan Fernandes (1976, p. 200) chegou a temer que “o incremento da colaboração estrangeira” viesse “a sufocar ou corromper os aspectos produtivos e originais do labor intelectual dos cientistas sociais latino-americanos”. Impressão reforçada igualmente por Jorge Graciarena (1967, p. 200), colega de Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, quando ponderou que essa produção norte-americana “não contribui de maneira positiva ao desenvolvimento institucional da sociologia e ao conhecimento da realidade social latino-americana”.

A fim de analisar mais detidamente a “sociologia da modernização” e a maneira pela qual ela se debruçou sobre os países latino-americanos, destacaremos as seguintes pesquisas: *The measurement of modernism: a study of values in Brazil and Mexico*, de Joseph A. Kahl, e o *Harvard Project on Sociocultural Aspects of Modernization*, coordenado por Alex Inkeles e que envolveu um considerável trabalho de campo na Argentina, no Chile, em Israel, na Nigéria, na Índia e em Bangladesh. As duas pesquisas tinham como objetivo mensurar, em termos comparativos, o grau de modernização dos agentes sociais em diferentes países “subdesenvolvidos”, o que foi feito a partir de *surveys* que cobriram uma amostra (se somarmos os universos empíricos das duas pesquisas) de mais de sete mil indivíduos. A vantagem de concentrarmos a nossa análise nessas pesquisas é dupla. Em primeiro lugar, na medida em que tanto a pesquisa de Kahl quanto a de Inkeles podem ser tomadas, em certa medida, como representativas da “sociologia da modernização” norte-americana,¹¹ a reconstrução de seus

11 Em relação à pesquisa coordenada por Alex Inkeles, Michael Latham (2000, p. 52) diz que o seu principal resultado, o livro *Becoming modern* (1974) (que teremos oportunidade de discutir neste capítulo), escrito a quatro mãos com David H. Smith, foi “a tentativa mais elaborada de provar empiricamente a validade da modernização”.

procedimentos teóricos e metodológicos pode nos ajudar na melhor elucidação dos pressupostos fundamentais desta vertente intelectual. Em segundo lugar, por tratarem (também) das sociedades brasileira e argentina, o seu confronto com as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani — que serão discutidas no próximo capítulo — nos permitirá, pelo contraste, clarificar os diferentes princípios que nortearam a reconstrução da realidade empírica em um caso e no outro.

Joseph Kahl contou, vale a pena registrar, não só com o apoio de agências norte-americanas de fomento, mas também com o patrocínio do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), após convite feito por Luiz Costa Pinto. Em sua estadia no Brasil, durante o ano de 1960, estabeleceu estreitas relações com Glaucio Ary Dillon Soares, que viria a ser, além de “consultor técnico por excelência” (Kahl, 1968, p. x) de sua pesquisa, seu futuro aluno de doutorado na Washington University, em St. Louis. Alex Inkeles, colega de Parsons em Harvard, chegou a coordenar pessoalmente o trabalho de campo no Chile, mas pouco se envolveu com a comunidade acadêmica local. Para o trabalho de campo na Argentina, que se realizou no ano de 1964, contou com o suporte do Instituto de Sociologia da UBA, e sua diretora “local” — ou *junior*, como é designado no projeto — foi Regina Gibaja, ex-aluna de Germani e professora de métodos e técnicas de investigação naquela universidade.¹² A rigor, estas duas pesquisas envolveram mais colaboração entre norte e latino-americanos que a média da produção “latino-americanista”, mas, ainda assim, reproduziram padrões muito assimétricos de intercâmbio intelectual. Como veremos mais adiante, as formulações da sociologia latino-americana não chegaram a informar o quadro teórico

12 Regina Gibaja colaborou nos anos 1950 na revista vanguardista *Contorno* (que polemizou com *Sur*, principal veículo da intelectualidade argentina até então, por conta, dentre outros motivos, do cerrado “antiperonismo” da revista dirigida por Victoria Ocampo). Também publicou, sob encomenda, um livro sobre o público de uma mostra de arte no Museo Nacional de Bellas Artes de Buenos Aires (Gibaja, 1964). No entanto, enfrentou, enquanto professora de métodos e técnicas de pesquisa — cargo que, acredito, capacitou-a para a participação na pesquisa de Inkeles — uma inusitada greve estudantil, proclamada com a seguinte bandeira: “Contra o empirismo abstrato!” (numa clara referência ao libelo antiparsoniano e antilarzfeldiano *The sociological imagination* (1959), de Charles Wright Mills). Cf. Rubinch (1999, p. 39).

mobilizado pelos autores, *grosso modo* constituído pelo *mainstream* da “sociologia da modernização”.

Ainda que tenham desenvolvido essas pesquisas no interior de um mesmo campo problemático — as relações entre atitudes e valores modernos e mudanças na estrutura social —, Kahl e Inkeles tiveram uma trajetória anterior bem distinta, o que também afetou os interesses teóricos mobilizados. O primeiro, ex-aluno de Samuel Stouffer (diretor do projeto *The American Soldier*) e autor de um dos principais livros sobre a estrutura de estratificação nos Estados Unidos, *The American class structure* (1957), buscou analisar especialmente o impacto das linhas de classe na conformação de indivíduos modernos. Já o segundo, após vários anos dedicados a entender o impacto do “industrialismo” na antiga União Soviética — impacto este que estaria criando uma “convergência” entre os países soviéticos e os países do campo capitalista, tese exposta em *The Soviet citizen: daily life in a totalitarian society* (1959) —, pretendeu averiguar se também nos países subdesenvolvidos a industrialização estava produzindo uma adesão em massa a valores considerados universalmente modernos.

O “homem moderno”

A fim de detectar os graus relativos de “modernismo” ou “modernidade” dos indivíduos a serem entrevistados em suas pesquisas, Joseph Kahl e Alex Inkeles tiveram de construir, analiticamente, um modelo do “homem moderno”, descrevendo quais seriam as suas características fundamentais. Partindo das dicotomias correntes na literatura sociológica, especialmente das “variáveis-padrão” de Parsons, ambos transformaram os atributos que em geral definem uma sociedade ou uma personalidade como tradicional ou moderna em variáveis operacionalizáveis num questionário, de modo que cada resposta pudesse registrar uma pontuação não ambígua num *continuum* linear entre estes dois polos. Vejamos, pois, como cada autor elabora estas variáveis.

Ainda que as variáveis escolhidas por Kahl tenham sido bastante abrangentes, elas remetiam sobretudo a questões relacionadas com mudanças de atitudes em relação ao trabalho e à carreira profissional. As perguntas do questionário foram confeccionadas em torno de quatorze eixos, dentre os quais podemos mencionar:

- (a) *ativismo*: “o homem moderno usa a tecnologia para moldar o mundo aos seus próprios desejos”;
- (b) *abertura do sistema social*: o homem moderno acredita que “o sistema social está aberto ao avanço individual” e que é possível “mudar o seu *status*”;
- (c) *hierarquização*: os “modernistas” veem a sua comunidade “em termos democráticos, e portanto se veem capazes de influenciar as políticas públicas”;
- (d) *família*: os homens modernos consideram a família extensa “um bloqueio à liberdade e à iniciativa individual”;
- (e) *individualismo*: “um desejo de independência em relação a vínculos fortes com companheiros de trabalho”;
- (f) *acesso aos mass media*: os “modernistas” “deveriam ser ávidos leitores de jornais, entusiastas do rádio (e da televisão) e acompanhar os eventos nacionais e internacionais”;
- (g) *preferência por grandes empresas e valorização do trabalho manual*: os indivíduos “«integrados» no moderno mundo do trabalho deveriam aceitar as vantagens da organização burocrática”, além de rejeitar o “tradicional desdém elitista por qualquer atividade [manual]” (Kahl, 1968, pp. 18-20).

Já a proposta da pesquisa coordenada por Alex Inkeles era muito mais inclusiva que a de Kahl, pois a sua tentativa de mensuração de valores e atitudes modernos ultrapassava o âmbito mais específico das relações de trabalho. Ainda assim, o próprio Inkeles afirmava, em 1966, que o trabalho de Kahl — àquela altura ainda não publicado — era o único que “possuía uma dimensão comparável” (Inkeles, 1966, p. 359). Do total de 159 itens dispostos no questionário, reagrupados em diversos grupos e subgrupos, podemos destacar os seguintes:

- (a) *disposição para a mudança*: o homem moderno deveria aceitar “uma maior participação política de segmentos amplos da população”, “mais oportunidades para as mulheres” e ser “menos enraizado em suas tradições”;
- (b) *tempo*: “o homem moderno estaria mais ligado ao presente e ao futuro do que ao passado”;

(c) *eficiência*: o indivíduo moderno poderia “exercer um considerável controle sobre o seu ambiente”, perseguindo suas próprias metas “ao invés de ser dominado por forças criadas por homens mais poderosos ou pela própria natureza”;

(d) *política*: há a expectativa de que o homem moderno “venha a se interessar ativamente não só por assuntos que o tocam de perto, mas também por questões mais amplas diretamente ligadas à sua comunidade”;

(e) *estratificação social*: espera-se que “os homens modernos atribuíssem mais prestígio com base na educação e na capacidade técnica do que no *status* tradicional; ainda mais, que aceitassem a mobilidade para ele próprio e para seus filhos” (Idem, 1981, pp. 19-30).

A partir da construção dessas variáveis, tanto Kahl quanto Inkeles construíram um índice que pudesse conferir um valor numérico a cada indivíduo entrevistado. Quanto maior a pontuação, maior o seu grau de “modernismo” (Kahl) ou a sua “modernidade geral” [*overall modernity, OM*] (Inkeles). Evidentemente, este procedimento não era inédito na “sociologia da modernização”. Os dois autores reconheceram os seus débitos intelectuais com trabalhos anteriores dessa vertente intelectual, como os de Daniel Lerner sobre os *mass media* no Oriente Médio, de Gabriel Almond e Sidney Verba a respeito da “cultura cívica”, os de Karl Deutsch sobre o “nacionalismo”, etc. Nas duas pesquisas, as referências bibliográficas são basicamente autorreferidas à produção norte-americana — Inkeles não chega a citar nenhum autor latino-americano. Embora Kahl tenha trabalhado junto com Costa Pinto no CLAPCS, ele tampouco se abriu, pelo menos neste momento de sua trajetória, a perspectivas teóricas alternativas. Ele citou apenas ocasionalmente, em *The measurement of modernism*, os trabalhos de Gino Germani e de Octavio Paz.¹³

13 Ainda que *The measurement of modernism* tenha incorporado de maneira muito limitada as contribuições teóricas dos sociólogos latino-americanos, sua abertura a outras perspectivas já se fazia presente na antologia *La industrialización en América Latina* (1965), que contou com a participação de diversos autores da região (Juarez Brandão Lopes, Gino Germani, Pablo González Casanova, dentre outros), assim como em *Comparative perspectives on international stratification: Mexico, Great*

Uma vez feita a tradução dos valores e atitudes modernos para itens de um questionário, os autores deveriam definir e justificar os universos empíricos de suas pesquisas. Num âmbito muito geral, ambos queriam averiguar se o modelo de “homem moderno” que eles reconstruíram a partir da bibliografia sociológica resistiria ao teste da empiria, isto é, se os indivíduos mais “modernos” de acordo com os seus índices apresentariam, em todos os países pesquisados, as mesmas características. Noutros termos, tanto Kahl quanto Inkeles pretendiam investigar se os vários atributos usualmente utilizados para definir uma personalidade moderna configurariam, de fato, uma “síndrome” universal, ou, ao contrário, eles seriam apenas elementos contingentes de uma determinada forma de cultura, a “Ocidental”. No âmbito mais restrito de cada pesquisa, os critérios usados para selecionar os seus universos empíricos variou de acordo com os interesses teóricos de cada um. Kahl priorizou a garantia da representatividade das amostras nos diferentes níveis da estratificação social e nos diferentes locais de residência (se no interior ou nas capitais). Ele tinha como hipótese que altos índices na escala de “modernismo” coincidiriam com níveis elevados na hierarquia social e ambiente metropolitano. Já Inkeles preferiu introduzir distinções finas entre os distintos grupos de trabalhadores urbano-industriais, apesar de não desconsiderar a diferença da origem rural ou urbana. O sociólogo de Harvard tinha como principal hipótese que a experiência fabril contribuiria para aumentar de maneira consistente o *score* dos indivíduos em sua escala de “modernidade geral”.

Britain, Japan (1968), que replicou o mesmo modelo de autoria compartilhada. Mas seria em *Modernization, exploitation and dependency in Latin America: Germani, González Casanova and Cardoso* (1976), livro montado a partir de entrevistas com os sociólogos listados no título (e que pretendia divulgar o que, a seu ver, constituía o melhor da “sociologia latino-americana” à época), que a sua abertura teórica perspectivas alternativas à “sociologia da modernização” atingiria o seu ponto máximo. No entanto, vale a pena ressaltar que a introdução a *The measurement of modernism* já traz um certo toque de ceticismo quanto à validade do estudo ali empreendido por Kahl (1968, p. ix): “[. . .] I could not hope in so short a time to understand the richness of Brazilian culture as well as could local scientists, like Juarez Rubens Brandão Lopes, for instance, who already engaged in qualitative studies of new factory workers; I had hopes of developing some measuring instruments that later could be used in other countries. So instead of doing a longitudinal and qualitative study, I developed a questionnaire and generated some statistics, thereby satisfying the expectations of my colleagues at the Center that I could behave like a typical North American sociologist”.

A construção das amostras

Tanto na pesquisa de Joseph Kahl quanto na de Alex Inkeles, a construção das amostras seguiu princípios mais ou menos análogos. Ao contrário do projeto patrocinado pelo CLAPCS, “Estratificação e mobilidade em quatro capitais latino-americanas”, e das investigações coordenadas por Bertram Hutchinson em São Paulo, que deram origem ao livro *Trabalho e mobilidade*,¹⁴ o princípio adotado não foi o da representatividade do total da população das cidades escolhidas, mas a construção de cotas significativas de determinados segmentos que procuravam analisar. Assim, foram selecionados, em cada país, grupos de indivíduos que pudessem captar, de acordo com as hipóteses específicas de cada autor, a variação máxima, no plano dos valores e das atitudes, no eixo “tradicionalismo”/“modernismo”. O que se perdia em termos descritivos se ganhava em rentabilidade analítica das escalas — as consequências dessa escolha metodológica ficarão mais claras ao longo de nosso argumento. Vejamos como Kahl e Inkeles construíram suas amostras.

Do total de 1.367 indivíduos entrevistados no Brasil (627) e no México (740), Kahl buscou diversificar a sua amostra recrutando: (a) habitantes nascidos ou de longa data das capitais destes países — respectivamente, Rio de Janeiro (311) e Cidade do México (344) —, o que constituiu praticamente a metade da amostra; (b) um grupo mais ou menos amplo de habitantes das duas capitais migrados do interior — 132 no Rio de Janeiro e 126 na Cidade do México —; e (c) um grupo de habitantes de pequenas cidades do interior — 184 no Brasil e 270 no México. Simultaneamente, também procurou variar a amostra de acordo o nível ocupacional dos indivíduos, selecionando tanto trabalhadores manuais (qualificados ou não) quanto trabalhadores “de colarinho branco” em diferentes graus de hierarquia. Abaixo, reproduzimos a tabela que consta em *The measurement of modernism* (Kahl, 1968, p. 20):

14 Este projeto, que conjugou os trabalhos de levantamento estatístico produzidos por Hutchinson — que se encontrava no Brasil na qualidade de técnico da Unesco — com análises de corte sociológico (Juarez Brandão Lopes), antropológico (Carlo Castaldi) e psicológico (Carolina Martuscelli Bori), foi pioneiro na introdução de instrumentos de medição à la “sociologia da modernização”, como podemos notar no uso da variável “achievement motive”, desenvolvida por David McClelland, por parte de Bori.

Residence	Brazil	Mexico	Occupational Level	Brazil	Mexico
Provincials	184	270	Unskilled or semiskilled manual	164	154
Migrants	132	126	Skilled manual	152	238
Metropolitans	311	344	Low white-collar	202	188
Total	627	740	High white-collar	72	100
			Total	627	740

Vale ressaltar também o modo pelo qual Kahl procedeu para selecionar as cidades do interior, todas com população entre cinco e dez mil habitantes. No caso do México, foram analisadas “diversas comunidades do estado de Hidalgo; algumas possuíam pequenas fábricas têxteis, outras eram centros de comércio agrícola”; no caso do Brasil, as escolhas foram feitas “por um acidente feliz”, já que os dois principais assistentes de pesquisa procediam de duas pequenas cidades, uma em Minas Gerais e outra no Rio Grande do Sul — e foram eles que conduziram as pesquisas nessas localidades, após “terem acumulado experiência com o questionário no Rio de Janeiro” (Idem, 1968, pp. 25-6).¹⁵ Para a escolha das diferentes empresas e fábricas designadas para garantir a variabilidade das posições ocupacionais presentes na amostra, o critério não foi o sorteio, mas contatos pessoais:

We picked firms to enter by seeking a variety of types: some large and modern enterprises like automobile manufacturing; some smaller ones like print shops and automobile-repair establishments, some large office firms like insurance companies, some small office establishments like banks or post offices. Usually we went into a firm because we knew someone who would introduce us to the manager and help us gain entry (Idem, 1968, p. 26).

¹⁵ Joseph Kahl não esclarece, no livro, nem quais eram as cidades, nem o nome de seus assistentes de pesquisa em cada uma delas.

Embora Kahl tivesse escolhido subgrupos da população que pudessem variar ao máximo no eixo “tradicionalismo”/“modernismo”, a escolha das cidades do interior (e de seus indivíduos) e a exclusão dos ocupantes dos níveis mais altos da hierarquia profissional eliminou os supostos “polos extremos”. No caso das localidades rurais, foram selecionadas as que fossem ao mesmo tempo distantes de uma cidade grande mas comercializadas o suficiente para possibilitar a existência de trabalhadores assalariados. Isto é: embora as localidades fossem “as mais tradicionais possíveis num âmbito geral”, elas não poderiam ser descritas, de acordo com Kahl, como “totalmente tradicionais — elas não atingiam o extremo polo do eixo tradicionalismo-modernismo” (Idem, 1968, p. 25). Esse procedimento foi adotado por exigência do uso de um questionário único, que deveria conter perguntas sobre trabalho, escola e carreira profissional. Por essa razão, foram deliberadamente excluídos os “camponeses” [peasants], que necessitariam de um “questionário inteiramente diferente”, e os trabalhadores casuais e não qualificados. No que se refere aos profissionais e executivos com formação universitária, o autor justifica a sua exclusão da amostra porque a trajetória de vida deste subgrupo não seria, a rigor, comparável com os demais para viabilizar a aplicação de um mesmo questionário. Na confecção da amostra, também foi usado um recorte de gênero e de idade: os indivíduos entrevistados eram todos homens e com idades entre 25 e 49 anos, “a fim de se concentrar nos anos-pico da carreira profissional” (Ibidem).

Na pesquisa coordenada por Alex Inkeles, muito mais ambiciosa no seu recorte empírico do que a dirigida por Joseph Kahl, foram entrevistados quase seis mil indivíduos de seis diferentes países “em desenvolvimento” localizados em três continentes (Chile, Argentina, Nigéria, Israel, Índia e Bangladesh). Como dito mais acima, a construção das amostras não procurou garantir a representatividade do total da população, e sim de determinados grupos que constituíssem “uma grande proporção dos principais grupos da população” (Inkeles, 1966, p. 356).

Em comparação com as amostras confeccionadas por Kahl, embora o número de entrevistados por país não fosse muito maior — “Argentina, 817; Chile, 931, Índia, 1.300; Israel, 739; Nigéria, 721; e Paquistão, 1.001” (Idem, 1966, p. 358) —, os subgrupos escolhidos por Inkeles são

ligeiramente diferentes. Além de ter incluído os camponeses, o interesse teórico distinto — o impacto da experiência da fábrica nos índices de “modernidade” — levou-o a construir diferentes amostras de trabalhadores urbanos de acordo a quantidade (tempo de exposição) e a qualidade (fábricas “modernas” ou “tradicionais”) do trabalho industrial, e não pela posição ocupada no sistema de estratificação.

Outra diferença em relação à pesquisa de Kahl é que aqui os trabalhadores industriais estão sobrerrepresentados em relação aos demais, até porque Inkeles desejava reter ao máximo a diferença específica trazida pela indústria em relação a outras possíveis causas “modernizadoras”, como a educação e a urbanização. Assim, para cada país, os trabalhadores industriais representam entre seiscentos e setecentos indivíduos do total entrevistado, ao passo que o conjunto dos trabalhadores agrícolas e o dos trabalhos urbanos não industriais entram com apenas cem cada um. Ainda, no interior do conjunto dos trabalhadores industriais, há uma subdivisão principal: foi pedido ao diretor de campo em cada país que selecionasse “as fábricas da amostra de forma que, tanto quanto possível, metade pudesse ser classificada como relativamente moderna e outra metade como tradicional”, usando como critérios o tipo de relação existente entre os operários e a administração e o nível “técnico-racional” alcançado. Quanto mais as fábricas tratassem o operário como “cidadão”, isto é, “como uma pessoa que possui direitos”, e quanto mais a sua administração mostrasse “interesse pela eficiência, mudança e melhoramento contínuo na organização e produção da fábrica” (Idem, 1981, p. 173), maior o grau presumido de modernidade da fábrica. Nesse sentido, procurou-se analisar pelo menos trezentos operários em cada país que estivessem numa fábrica “moderna” e outros trezentos que estivessem numa fábrica “tradicional”, universos empíricos que também se subdividiam no que tange ao grau de experiência fabril e a sua origem urbana ou rural. Abaixo, reproduzo a estrutura geral da amostra (Idem, 1981, p. 41):

Total da amostra (900)								
Trabalhadores urbanos na indústria (700)						Trab. urbanos não ligados à indústria (100)	Trab. agrícolas (100)	Outros grupos (100) (opc.)
Trabalhadores em firmas modernas (300)				Trabalhadores em firmas tradicionais (300)				
Trabalhadores experientes (200)		Trabalhadores sem experiência (100)		Trabalhadores experientes (200)		Trabalhadores sem experiência (100)		
Orig. urb. (100)	Orig. rur. (100)	Orig. urb. (50)	Orig. rur. (50)	Orig. urb. (100)	Orig. rur. (100)	Orig. urb. (50)	Orig. rur. (50)	
Trabalhadores na indústria, experientes e com alto grau de educação (100)								

No primeiro livro que resultou do projeto de Harvard, *Becoming modern* (1974), há poucas indicações específicas a respeito do trabalho de campo realizado em cada país. Para a pesquisa feita na Argentina, podemos acessar parte delas em um artigo de Regina Gibaja (1967), diretora de campo local, que usou os resultados do projeto em “Actitudes hacia la familia entre obreros industriales argentinos”. Neste texto, Gibaja esclarece os procedimentos adotados: foram entrevistados 503 operários na Grande Buenos Aires, 133 em Córdoba e 82 em rosário, além de 61 camponeses na província de Córdoba. Por “camponeses”, entendia-se “trabalhadores rurais e minifundiários sem empregados assalariados”. Já os operários provinham “todos de fábricas com um pessoal superior a cem empregados e distribuídas por todos os distintos ramos da indústria, de forma similar à distribuição nacional”. A autora também reforça as precauções de Inkeles quanto à representatividade da pesquisa: “dado que a amostra não foi selecionada ao acaso, mas seguindo critérios específicos, os resultados [. . .] só têm validade dentro dos limites estabelecidos”, isto é, só poderiam ser generalizados aos “operários industriais jovens, treinados em fábricas relativamente

grandes dos centros industriais mais importantes do país” (Gibaja, 1967, p. 413).

A construção dos índices: a “síndrome moderna”

Tendo definido tanto o construto teórico do “homem moderno” quanto os diferentes segmentos da população a serem submetidos ao questionário, o primeiro passo das duas pesquisas que aqui analisamos foi criar um índice de “modernismo” [*modernism*] (Kahl) ou de “modernidade geral” [*overall modernity*, OM] (Inkeles) que pudesse atribuir uma pontuação para cada indivíduo entrevistado — pontuação que giraria em torno do eixo unidimensional “tradicionalismo”/“modernismo”; quanto maior a pontuação, mais “moderno” seria o indivíduo. Uma vez reunidos os indivíduos com maior pontuação em suas escalas, os autores testaram simultaneamente a coerência interna dos diversos elementos modernos entre si — isto é, se efetivamente um indivíduo com alta pontuação em “ativismo” também teria alta pontuação em “individualismo”, “cultura cívica”, “participação nos meios de comunicação de massa”, etc. — como o impacto “real” das diferentes causas “modernizadoras” — urbanização, estratificação, trabalho industrial, etc. — na adesão aos valores, atitudes e comportamentos tidos como modernos. Em primeiro lugar, vejamos como cada autor trata da questão da *coerência interna* dos itens de “modernidade”.

Cumprir lembrar que a definição “empírica” — e não mais “teórica” — dos indivíduos modernos medidos por suas escalas é, como eles mesmo reconhecem, um tanto arbitrária, além de parecer contraintuitiva. Isso porque as principais medidas são *relativas* a cada país, não servindo para comparações entre os diferentes países pesquisados. A rigor, os procedimentos adotados tanto por Kahl quanto por Inkeles partiram ao meio o conjunto de indivíduos selecionados por suas amostras: cortando exatamente na mediana, metade da população cairia na classificação “tradicional” e outra metade cairia na classificação “moderna”. Como diz o próprio Kahl, este tipo de recorte “é apropriado para comparações de grupos *dentro* do país, mas pode não ser para comparações *entre* os países” (Kahl, 1968, p. 48). A justificativa para esse procedimento se daria pela necessidade, nos termos de Inkeles, de se garantir “a variação máxima de resultados de modernidade em cada país”, mesmo que isso lhe “tenha custado a compa-

tabilidade rígida de qualquer resultado absoluto da OM [*overall modernity*] de um país para outro” (Inkeles, 1981, p. 84). Dito de modo mais simples, se em cada amostra apenas poucos indivíduos se classificassem como modernos, o universo empírico se reduziria a tal ponto que inviabilizaria qualquer correlação estatisticamente válida. Daí a necessidade de tornar as escalas *relativas* a cada país de modo que sempre houvesse um número considerável de evidência empírica generalizável.

Assim, como as escalas são relativas a cada país, não podemos dizer que dois indivíduos com uma alta pontuação em “modernismo” no Brasil e no México, por exemplo, seriam equivalentes: a única coisa que a escala revela é que eles são mais “modernos” em relação aos indivíduos mais “tradicionais” existentes nas amostras de seus respectivos países. Essa forma um tanto arbitrária de colocar, em cada país, uma metade dos indivíduos no polo “tradicional” e outra metade no polo “moderno” é expressão de uma maneira muito peculiar de se entender o que é uma análise comparativa. Possibilitando comparar apenas internamente aos países — e através de um único eixo unidimensional “tradicionalismo”/“modernidade” —, a comparação necessariamente reforçará antes a *similitude* que o *contraste* entre os diferentes processos de mudança social. Ainda que os autores não tenham descartado a construção de índices que pudessem servir para comparações *entre* os países, como veremos mais à frente, mesmo aí as comparações apenas reforçaram as suas semelhanças, em vez de explorar as suas diferenças. Feita essa advertência, passaremos agora a expor alguns dos resultados de suas pesquisas.

Em *The measurement of modernism*, Joseph Kahl pretende demonstrar, após inúmeros testes empíricos — uma série de análises multivariadas de dados, com correlações, regressões, fatoriais, etc. —, a existência de um “núcleo” do “modernismo” [*core of modernism*]. Este núcleo seria formado pelos elementos que, tanto no Brasil quanto no México, estariam empiricamente altamente correlacionados entre si nos indivíduos “modernos”. Nas palavras de Kahl:

A “modern” man is an activist; he attempts to shape his world instead of passively and fatalistically responding to it. He is an individualist, who does not merge his work career with that of either

relatives or friends. He believes that an independent career is not only desirable but possible, for he perceives both life chances and the local community to be low in ascribed status. He prefers urban life to rural life, and he follows the mass media (Kahl, 1968, p. 37).

De acordo com os dados levantados, as correlações são semelhantes no Brasil e no México, embora com algumas diferenças significativas — na próxima seção, abordaremos como Kahl trata algumas destas discrepâncias. Cruzando-se as variáveis, os indivíduos “modernos” tendem fortemente a ser, nos dois países, “ativistas” (no sentido de “antifatalistas”), “individualistas”, “urbanitas”, portadores de “cultura cívica” [*low community stratification*], a ter contato com os *mass media* e a buscar a ascensão social. Por outro lado, estão menos associados — contrariamente ao que o autor esperava inicialmente — ao desenvolvimento de sentimentos de “confiança” em relação aos demais, a ter atitudes favoráveis ao trabalho manual (sobretudo no Brasil) e à preferência pelas grandes empresas. Assim, o teste empírico possibilitou que “as escalas fossem «purificadas» pela análise fatorial, eliminando o que não tivesse suficientemente correlacionado com a dimensão comum” (Idem, 1968, p. 43). Como a maioria das variáveis “passou” pelo teste empírico, elas revelariam que existiria, de fato, “uma dimensão «tradicionalismo»/«modernismo» que chegou perto das predições teóricas”, quer dizer, mostraria que “a síndrome do modernismo proposta pela literatura teórica pode ser demonstrada empiricamente” (Idem, 196, p. 44). Nessa direção, Kahl “acredita que as escalas de valor podem ser úteis em estudos transculturais relacionados não apenas com a predição do comportamento de indivíduos numa dada sociedade, mas também com a convergência das culturas” (Idem, 1968, p. 151).

Também Alex Inkeles pretendia provar empiricamente a existência de uma “síndrome moderna” de atitudes, valores e comportamentos, usando, para tanto, procedimentos análogos. Posto que trabalhava com um número muito maior de variáveis que Kahl, a apresentação dos resultados da pesquisa agrupou os diferentes itens em quatro grandes subgrupos:

The modern man's character, as it emerges from our study, may be summed up under four major headings. (1) He is an informed partic-

ipant citizen; (2) he has a marked sense of personal efficacy; (3) he is highly independent and autonomous in his relations to traditional sources of influence, especially when he is making basic decisions about how to conduct his personal affairs; and (4) he is ready for new experience and ideas, that is, he is relatively open-minded and cognitively flexible (Inkeles, 1975, p. 328).

O autor trabalhou as correlações entre as variáveis tomando tanto os seis países em conjunto (Chile, Argentina, Nigéria, Israel, Índia e Bangladesh), quanto analisando o seu desempenho no interior de cada um. Na citação acima, Inkeles apresenta os resultados agregados. Embora os dados não sejam idênticos para todos os países, a presença de correlações sempre significativas para as principais variáveis — “participação política”, “eficácia pessoal”, “autonomia” e “abertura a novas experiências” — permitiu que Inkeles afirmasse que o “homem moderno” é muito mais que um simples “construto na cabeça dos teóricos da sociologia”: não só a sua coerência interna seria “real” como ele poderia “ser identificado com boa dose de confiança no seio de qualquer população em que o nosso teste pudesse ser aplicado”. Além disso, como a análise incluía uma cesta de países muito diferentes em termos históricos, geográficos e culturais, os resultados reforçariam a sua hipótese de que “as mesmas qualidades básicas que definem um homem como moderno num país ou cultura também caracterizam o homem moderno em outros lugares” (Idem, 1975, p. 329). Inkeles chega mais longe ainda. Segundo a sua perspectiva, seria possível dizer que a humanidade estaria caminhando para uma “real” unificação de seus componentes psíquicos, “uma unidade factual, não apenas estrutural mas também de *conteúdo*”, na medida em que “as forças que tendem a moldar os homens [. . .] se tornam cada vez mais amplamente e uniformemente difundidas por todo o mundo” (Idem, 1969a, p. 212).

Valores, atitudes e estrutura social: causas e consequências

As pesquisas de Joseph Kahl e Alex Inkeles, como dito mais acima, pretendiam ir além da “constatação” empírica do processo de convergência dos valores “modernos” em diferentes países e culturas. Também

procuravam medir as prováveis causas deste processo, indagando se elas também podiam ser consideradas gerais ou específicas apenas a um certo grupo de países. Kahl relacionou os índices de “modernismo” encontrado em suas amostras com duas dimensões estruturais principais: o local de residência (pequena cidade do interior ou uma grande metrópole) e a posição ocupada na estratificação social. Inkeles fez o mesmo, discriminando especialmente o impacto da educação e da experiência de trabalho industrial.

Antes de obter os resultados, Kahl esperava que o local de residência tivesse um alto poder de predição no que se refere aos índices de “modernismo” — quanto maior a exposição a uma metrópole, maior o grau de “modernismo”. No entanto, através da discriminação dos diferentes estratos sociais, ele percebeu que os localizados nas camadas médias das localidades “provincianas” também obtiveram, ao contrário do previsto, um alto *score* na escala, um pouco menor mas comparável aos indivíduos “metropolitanos”. Citando o trabalho de Marvin Harris, *Town and country in Brazil* (1956), Kahl rejeita a tese do “isolamento” das pequenas comunidades exposta por aquele autor, afirmando que, pelo menos para os seus estratos médios, “eles [já] começaram a se desprender dos padrões locais fixos e tradicionais”, isto é, “intelectualmente eles já estão participando na vida nacional [. . .], mesmo que em muitos sentidos as suas oportunidades econômicas continuem sendo limitadas” (Idem, 1968, pp. 134-5). Mobilizando os conceitos de “socialização antecipada” e “empatia”, este último desenvolvido por Daniel Lerner, assinala:

They travel, they go to school, they read the newspapers and magazines that come from the metropolis; they listen to the radio. They may not be participating physically in the life of the big city, but to a considerable degree they are sharing its mentality. [. . .] they are experiencing “anticipatory socialization” toward urban patterns through empathy, in a process that has been vividly described by Daniel Lerner (Idem, 1968, p. 135).

Por outro lado, o autor não descarta completamente o impacto do local de residência na conformação dos índices de “modernismo”. O que os dados agregados mostraram, nos dois países, é que a correlação entre

“modernismo” e *status* socioeconômico — .58 para o Brasil e .56 para o México — é muito maior que a sua correlação com a residência nas capitais — .26 para o Brasil e .24 para o México. Este resultado indica, diz Kahl, que os valores “modernos” se difundem “pela sociedade através da hierarquia das classes sociais”, dado que “pessoas de *status* médio-alto estão em contato intelectual umas com as outras independentemente das regiões geográficas em que vivem” (Idem, 1968, p. 46). Mesmo que o local de residência não tenha tanto impacto quanto o *status* socioeconômico na produção de indivíduos “modernos”, a sua correlação positiva nos dois países garantia que a “síndrome do modernismo” também se difundiria (embora em menor grau) para os indivíduos “metropolitanos” de baixo *status*. Nesse sentido, o autor se defende de uma possível crítica a respeito do caráter “classista” dos valores “modernos”, isto é, que os valores medidos pela pesquisa fossem, na verdade, “uma síndrome de valores de alto *status*” (Idem, 1968, p. 39).

Ainda que as correlações encontradas fossem muito próximas no Brasil e no México, Kahl não deixa de salientar algumas diferenças entre os dois países. Para explicar, por exemplo, o descompasso entre os ideais de família e as atitudes em relação ao trabalho nos dois contextos — no Brasil, especialmente nas capitais, a adoção dos valores “modernos” no seio da família convivia com a permanência de atitudes “tradicionais” no local de trabalho, ao passo que no México se dava justamente o inverso —, o autor usa mão de *‘soft’ data*, de elementos culturais *específicos* que esclareceriam essas aparentes discrepâncias. O autor introduziu na análise essas especificidades através de “impressões qualitativas” (Idem, 1968, p. 81) geradas por sua “experiência pessoal”, isto é, pelo fato de “ter vivido em ambos os países” (Idem, 1968, p. 143). A causa comum subjacente a estes efeitos discrepantes entre dois itens de “modernismo” teria que ver com “a qualidade geral das relações interpessoais, com os brasileiros sendo mais relaxados e abertos, e os mexicanos mais circunspectos e até mesmo desconfiados em relação a estranhos (e, concomitantemente, mais confinados à família no que tange ao apoio emocional)”. Em nota de rodapé, Kahl chega a citar o ensaio de Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*, como “um relato envolvente de um mexicano sobre esta característica reservada dos homens do interior” (Idem, 1968, p. 82). Essa divergência “cultural” explicaria tanto o

maior “modernismo” dos brasileiros no plano familiar quanto o maior “modernismo” dos mexicanos no âmbito laboral. Em relação ao primeiro aspecto, assinala Kahl:

I suspect that these differences are related to some old traditions within the Portuguese and Spanish cultures that were transferred to the New World, and possibly to some differences between the Negro contribution in Brazil and that of the Indian in Mexico. In Brazil interpersonal relations of many types seem somewhat more relaxed and less formal than in Mexico; for instance, the use of first names is much more common. Therefore, despite my feeling that many phases of the world of work are more modern in Mexico than in Brazil, I believe that in Rio de Janeiro conjugal roles closely approximate the usual urban-industrial mode than in Mexico City, especially in the middle class (Idem, 1968, p. 79).

No trecho acima, vimos que a postura mais “aberta” dos brasileiros no trato interpessoal, especialmente dos habitantes do Rio de Janeiro, contribuiria para aumentar os índices de “modernismo” no plano familiar. No entanto, essa mesma característica faria dos brasileiros mais “tradicionais” (isto é, mais “personalistas”) em relação aos mexicanos na esfera do trabalho. Mais uma vez, nas palavras do autor,

In Mexico, the more restrained tone of interpersonal relationships seems to pervade both family and work life. Within the family, it may be connected with a more traditional style of male dominance and large number of children. At work, this very restraint with other people may lead men to distrust the possibilities of advancement through good relations with bureaucratic colleagues [. . .]. Therefore an ambitious man would be pushed toward advancement through a personal technical skill which he can control [. . .] (Idem, 1968, p. 130).

Mesmo que estas considerações específicas às sociedades brasileira e mexicana coloquem problemas para a tese da “convergência” dos diferentes itens de “modernismo” entre si, Kahl não chega às últimas consequências deste argumento “culturalista”. Isso porque as incongruências encontradas

pela pesquisa diriam menos respeito ao “contraste geral entre valores tradicionais e valores modernos”, e mais às “incongruências comuns aos momentos de mudança rápida”, quando “o modernismo se propaga através de padrões inconsistentes e contraditórios”. Embora reconheça que a transição leva tempo, Kahl acredita existir “uma tendência em prol do equilíbrio”, e que essa tendência seria “uma das pressões para a mudança social”, fazendo com que os homens “reajustem todos os seus valores para as novas circunstâncias” (Idem, 1968, p. 146).

Na pesquisa coordenada por Alex Inkeles, a variável educação apareceu, em todos os países, como aquela com maior poder de predição dos índices de “modernidade geral” [*overall modernity*, OM]. A correlação, significativa em todas as amostras, variou de .34 em Bangladesh a .65 na Índia — na média, “para cada ano a mais que um homem passa na escola, ele ganha mais ou menos dois ou três pontos adicionais numa escala de modernidade de zero a 100” (Inkeles, 1969a, p. 212). No entanto, como essa evidência empírica já teria sido apontada por diversos outros estudos, o autor preferiu concentrar-se nos efeitos — menos fortes, mas igualmente presentes — da fábrica “como uma escola para a modernização”, expressão cunhada por Inkeles para ser “o *slogan* do [seu] projeto”.¹⁶ As correlações entre experiência de fábrica e OM estão todas na faixa dos .20, com exceção da Índia, país no qual a correlação alcançou apenas .08 — segundo Inkeles, essa diferença seria consequência dos problemas da amostra indiana, que estava “limitada a onze fábricas”, e “duas destas não eram verdadeiramente industriais”, mas ligadas ao “processamento de minérios” (Idem, 1969a, p. 213).

16 Em texto de divulgação do *Harvard Project*, Inkeles (1969b, p. 102) acredita que demonstrou “empiricamente” o isomorfismo existente entre a experiência da fábrica (enquanto componente da estrutura social) e atitudes (enquanto componentes do sistema da personalidade): “As for sociological theory, it is our ambition to put our understanding of the links between social structure and personality on a new basis. By establishing a isomorphism of certain structural features of organization and certain personality elements of the attitudinal and values type, we hope to provide a definitive resolution of an issue which both Durkheim and Marx raised, and about which they made numerous assertions, but which neither was able to settle by recourse to evidence: which features of social structure bring which types of change in men, and at what rate or, in other words, how far is man but the reflection of the structure of social forces which impinge upon him?”

Em suas formulações, o bom desempenho da escola e da fábrica na predição de altos índices de OM em todos os países teria menos que ver com o *conteúdo* efetivamente aprendido nestes locais — didáticos, no primeiro, técnicos, no segundo —, inevitavelmente variados, e mais com certos princípios de *organização racional* que permeariam essas grandes instituições burocráticas. Nas suas palavras,

Just as we view the school as communicating lessons beyond reading and arithmetic, so we thought of factory as training men in more than the minimal lessons of technology and skills necessary to industrial production. We conceived of the factory as an organization serving as a general school in attitudes, values, and ways of behaving which are more adaptive for life in a modern society. We reasoned that work in a factory should increase a man's sense of efficacy, make him less fearful of innovation, and impress on him the value of education as a general qualification for competence and advancement (Ibidem).

No trecho acima, o autor apresenta o seu argumento de que a participação e a experiência no trabalho industrial, além de preparar os homens para o aumento de sua produtividade técnica, também reforçaria todos os demais itens de “modernidade geral”. Mesmo se compararmos dois homens com o mesmo nível de escolaridade, um camponês e outro trabalhador industrial, o último geralmente terá “entre oito a dez pontos a mais na escala de modernização” (Idem, 1969a, p. 214) que o primeiro. Isto ocorreria, para Inkeles, pelo “fato de que a fábrica parece ser capaz não somente de ensinar novas técnicas mas, também, mudar valores, padrões de reação e hábitos já estabelecidos nos homens de origem rural”. Controlando-se os efeitos concomitantes da escolaridade, na época em que os homens de origem rural “tiverem aproximadamente oito anos de fábrica, terão alcançado quase o mesmo nível de modernidade daqueles nascidos e criados na cidade” (Idem, 1981, p. 231).

Mas como a difusão de valores “modernos” realmente afeta essas sociedades e, mais ainda, como ela pode estar ligada ao desenvolvimento econômico? Joseph Kahl responde a essa questão de maneira indireta. Como vimos, para ele, os valores do “modernismo” se difundem sobretudo ao

longo da linha de estratificação, sendo muito mais presentes para os níveis médio e alto que para os estratos mais baixos. Além disso esses valores “modernos” tenderiam a se impor universalmente, a despeito das variações culturais por ele encontradas no Brasil e no México. O autor concorda, neste ponto, explicitamente com Alex Inkeles, como no trecho abaixo:

The results support the position of Alex Inkeles that social structure tends toward convergence in industrial (or industrializing) countries, creating sets of cultural values that reflect status positions and the exigencies of life that are associated with them, regardless of previously different national traditions. [. . .] [It] imply that with respect to those beliefs most closely associated with the world of work, there is emerging a world-wide set of institutions reflecting industrial and bureaucratic modes, and that all modernized cultures accommodate themselves in parallel ways to these institutional requisites (Kahl, 1968, p. 51).

Embora reconheça que a sua definição de “modernismo” é enviesada para “uma visão de mundo de classe média”, Kahl imagina que as próprias “tendências do desenvolvimento econômico [estariam] nos levando lentamente a esta direção”. O “modernismo” conseguiria se impor porque as sociedades como um todo estariam gerando cada vez mais indivíduos situados nos setores intermediários. Ele enxerga como índices dessa mudança a redução dos protestos socialistas na Europa e nos Estados Unidos e até mesmo a existência de “tendências «burguesas» para o «individualismo», o «consumo de massa» e o «conservadorismo» na União Soviética”. Para o autor, esse estilo de ação individualista da classe média passará a ser a “tônica dominante que substituirá as antigas dicotomias entre proprietários e trabalhadores” (Idem, 1968, p. 118). Em suma, quanto mais os países avançarem na transição, mais indivíduos pertencerão às classes médias — e, no mesmo passo, maior será o número de indivíduos “modernos”, reforçando mais uma vez o mesmo processo.

A pesquisa de Inkeles, com o intuito de medir o impacto prático da adesão aos valores “modernos”, também incluiu uma série de perguntas comportamentais, isto é, capazes de medir se as atitudes verbalizadas como

“modernas” eram realmente efetivas. De acordo com os resultados obtidos, que apresentaram uma ampla correlação entre valores, atitudes e comportamentos, o autor afirma o seguinte:

I affirm that our research has produced ample evidence that the attitude and value changes defining individual modernity are accompanied by changes in behavior precisely of the sort that I believe give meaning to, and support, those changes in political and economic institutions that lead to the modernization of nations (Inkeles, 1975, p. 340).

Noutros termos, os valores medidos por sua escala OM estariam diretamente ligados a mudanças efetivas de comportamento — e precisamente as necessárias ao processo de modernização. Ora, se os resultados empíricos nos seis países apresentaram uma forte correlação entre variáveis como “educação” e “experiência de fábrica” e a modernização dos indivíduos, “a despeito da grande variação na cultura [. . .] e no nível de desenvolvimento que caracterizam os países” (Idem, 1969a, p. 225), isso significa que, a longo prazo, as *mesmas causas* (que se mostraram potentes nos seis países) possivelmente gerariam os *mesmos efeitos*, levando todos os países a convergirem para um padrão estrutural “moderno” único. Nessa perspectiva otimista, os custos da transição parecem ser, para Inkeles, relativamente baixos, pois todo indivíduo situado numa “configuração institucional adequada pode experimentar um processo contínuo de movimento ascendente na escala de modernidade” (Idem, 1975, p. 337) Em outros termos, isso quer dizer que “os meios para elevar a modernidade individual estão [. . .] potencialmente ao alcance mesmo das nações e comunidades menos avançadas” (Idem, 1975, p. 339).

Comparações e contrapontos

Em que pesem as diferenças assinaladas entre as perspectivas de Joseph Kahl e Alex Inkeles, ambos avançaram um duplo argumento. De um lado, (a) as diferentes dimensões que caracterizam a “modernidade” em seu aspecto sociopsicológico — ou seja, no plano dos valores e das atitudes — estão interligadas entre si de maneira sistêmica, isto é, a presença de

uma delas tenderia a gerar todas as demais, formando um todo internamente “coerente” e “consistente”. Isso significa que os valores “modernos” não seriam específicos de determinados países ou culturas, mas teriam um alcance realmente universal. Doutro lado, (*b*) alguns processos sociais em curso nos países subdesenvolvidos, como a urbanização e o crescimento das camadas médias (Kahl), ou o aumento da escolarização e do emprego urbano-industrial (Inkeles), estariam elevando de maneira forte e consistente os índices de “modernidade” dos seus habitantes, a despeito das diferentes trajetórias nacionais envolvidas. Da junção desse duplo argumento, resultado de uma dupla denegação das especificidades históricas, sociais e políticas dos diferentes países pesquisados, emerge a tese da “convergência”, isto é, a tese de que todas as sociedades modernas se assemelhariam estruturalmente.

É claro que essa posição, que se tornou básica na “sociologia da modernização”, assume uma série de matizes em cada autor. Vimos que Kahl, mesmo sem tirar todas as consequências possíveis, chamou a atenção para a existência de algumas diferenças entre as sociedades brasileira e mexicana. Em relação à última, chegou a escrever, em conjunto com Claudio Stern, um de seus auxiliares de pesquisa naquele país, um artigo sobre as mudanças na pauta de estratificação desde a Revolução Mexicana (Kahl & Stern, 1968), numa visada mais sensível aos processos históricos concretos. No caso de Inkeles, este tipo de sensibilidade histórica é praticamente ausente, mesmo quando ele tenciona fazer comparações *entre* os países. Como dito mais acima, as escalas de “modernidade” construídas pelos autores eram *relativas* a cada país, e permitiam somente comparações entre *processos abstratos*, e não entre trajetórias históricas específicas: elas indicavam apenas que alguns indivíduos eram mais “modernos” que outros em seu próprio país, e que alguns fatores comuns a todos os países (estratificação, educação, trabalho industrial, etc.) estavam empurrando-os para a parte de cima da escala.¹⁷ No entanto, vale a pena comentar brevemente uma tentativa de Inkeles em remediar esse problema.

17 Em sua resenha a *Becoming modern*, Irene L. Gendzier (1979, pp. 139-40) chama a atenção para o problema da abstração da história e dos contextos sociais na explicação da modernização: “Chief among the environmental factors conducive to modernity, according to the authors, is the factory. But the factory and its related

Depois de quase duas décadas do início do *Harvard Project*, Inkeles lançou um segundo volume, intitulado *Exploring individual modernity* (1983). Neste livro, há um capítulo intitulado “National differences in individual modernity” no qual Inkeles constrói uma escala denominada “modernidade internacional” [*international modernity*, IM]. Desta vez, a escala foi construída justamente para permitir a comparabilidade entre os diferentes países, usando, para tal, uma tabela única de pontuação, gerada a partir dos itens que se mostraram mais confiáveis nos seis países simultaneamente. Os resultados mostraram uma considerável divergência na média de “modernidade” para cada país:

To that end we arbitrarily classified as modern anyone whose IM score placed him in the upper third of the distribution for the total sample of almost 6,000 men. Using that criterion we found 57 percent of the Israelis and 51 percent of the Argentineans to be modern, while a mere 5 percent of the men from Bangladesh could so qualify. The other three countries were bunched on the middle ground, the percent modern in those samples being, respectively: Nigeria 34, India 33 and Chile 28 (Inkeles, 1983, p. 171).

Após chegar a esses resultados, Inkeles passou a computar a variação específica que os diferentes contextos nacionais introduziam na “modernidade” individual. Isto é: nascer na Argentina ou em Bangladesh traria, para além dos demais fatores “modernizadores”, alguma diferença no desempenho da IM? Sim, e controlando-se a educação, essa diferença chegava a uma média de oito pontos. “Um homem argentino que não foi à escola se apresenta como tão moderno quanto um bengalês que completou mais de oito anos de escolaridade”, exemplifica o autor (Idem, 1983, p.

structures of production are introduced in isolation from the larger economic and political context in which they appear. The result is a description of the individual and the factory as atomized elements suspended in a social vacuum. [. . .] There is no attempt to convey a sense of what the historic circumstances were which produced contemporary underdevelopment societies in their interpretation. And in the final analysis, it is less the process of modernization and development in which they seem interested, than the description of what they regard as the characteristics of modernity”.

178). Para explicar essa diferença, Inkeles rejeita quaisquer argumentos de natureza histórica ou cultural. Sua proposta é, por assim dizer, *imane*nte à própria “síndrome de modernidade” que ele já havia identificado nos textos anteriores: quanto mais “moderno” for um país, mais ele contribuirá para a produção de indivíduos “modernos” — o que ele denomina de “efeitos «contextuais»” (Idem, 1983, p. 181). Através deste um argumento circular, no qual só há espaço para círculos virtuosos, a única conclusão a que podemos chegar é a seguinte: com todas as demais variáveis controladas, um país mais “moderno” gera proporcionalmente mais indivíduos “modernos” que países mais “tradicionais”. Como assinala o autor, “cada indivíduo que vive em tal ambiente «enriquecido» [de modernidade] recebe um bônus na escala” (Idem, 1983, p. 182). Assim, o que de início se apresentava como uma possível análise dos *contrastes* entre diferentes experiências históricas, retorna ao final como mais um reforço de suas potenciais *semelhanças*. Com a generalização da marcha da modernização, mais e mais ambientes “enriquecidos de modernidade” se difundiriam por todos os países, elevando os índices da IM como um todo.

* * *

Ao final da leitura dos trabalhos de Joseph Kahl e Alex Inkeles, ficamos com uma sensação ambivalente. Por um lado, não deixam de ser admiráveis algumas soluções aventadas para resolver problemas metodológicos específicos, bem como a amplitude das amostras como um todo. Por outro, temos também a sensação de que o enorme esforço empreendido nessas pesquisas joga pouca luz nos processos que eles pretendiam esclarecer. Como o próprio Kahl diz à certa altura de *The measurement of modernism*: “[. . .] amigos cínicos me acusaram de ter trabalhado duro para provar o óbvio” (Kahl, 1968, p. 136). Do ponto de vista do debate promovido pela sociologia latino-americana contemporânea às duas pesquisas aqui analisadas — lembrando que o trabalho de campo das duas começou no início da década de 1960 —, os resultados obtidos pouco avançaram na produção de conhecimento relevante: só para dar um exemplo significativo, embora a equipe de Inkeles tenha entrevistado mais de oitocentos indivíduos na Argentina (e cada entrevista durava, em média, quatro horas!), não há nenhuma reflexão a respeito do “peronismo” — e, mais digno de

nota ainda, a palavra nem sequer aparece nos inúmeros artigos e livros de Inkeles. Sabemos que o “peronismo” se constituiu como assunto obrigatório para qualquer análise do processo de mudança social naquele país. Mesmo que Kahl possa ter levantado algumas sugestões pertinentes acerca dos padrões culturais no Brasil, em contraste com o México — e, curiosamente, essas sugestões não foram feitas a partir do *survey*, mas de seu contato pessoal com as duas sociedades —, tampouco somos esclarecidos se o processo de modernização é compatível ou não com formas autoritárias de poder político, ou se ele gerará maior democratização nas relações entre brancos e negros.

Essas formulações de Kahl e Inkeles, que podemos tomar, em certa medida, como representativas da “sociologia da modernização” produzida nos Estados Unidos, parecem girar no vazio devido à visão linear que elas pressupõem existir na relação entre valores, atitudes e estrutura social, como se a “síndrome moderna” se realizasse num vazio de relações sociais, acarretando os mesmos efeitos independentemente do tempo e do espaço. Esta “linearidade” histórica, longe de ser apenas consequência dos resultados “empíricos” dessas pesquisas, foi na verdade um princípio que orientou praticamente todos os procedimentos adotados pelos autores, seja no recorte dos universos empíricos, seja na construção das escalas, seja no critério comparativo adotado. À luz de uma matéria social tão variada — lembremos que Inkeles realizou pesquisas em seis países situados em três continentes diferentes —, a utilização de uma mesma escala de “modernidade” não poderia acarretar senão uma imagem muito simplificada da estrutura social de cada país. Afinal, ela não nos permite tratar de grupos sociais específicos, historicamente localizáveis e em relações de conflito, mas apenas de somatórias abstratas de indivíduos, cuja caracterização nos permite dizer apenas que alguns são mais “modernos” que outros num mesmo país. E, em termos de dinâmica histórica, essa forma de entendimento da mudança social é muito pouco sensível a quaisquer contingências: ela se limita a afirmar a “universalidade” de certas causas que estariam elevando de maneira consistente a adesão aos valores “modernos”.

Em resumo, a “sociologia da modernização”, uma espécie de síntese do que havia de mais prestigioso na sociologia norte-americana de seu tempo — as formulações de Talcott Parsons e as técnicas de pesquisa de

Paul Lazarsfeld —, como vimos na primeira seção deste capítulo, articulou uma imagem bastante ordeira e simplificada dos processos de modernização. Simplificação que obscurecia especialmente as *complicações históricas* das sociedades pesquisadas, como se o moderno em expansão nesses contextos — ou em quaisquer outros — pudesse “consumir” inteiramente os traços de “arcaísmo”, eliminando as arestas históricas encontradas pelo caminho. Podemos dizer que a “sociologia da modernização” é um produto intelectual tipicamente norte-americano não só por suas fontes intelectuais, ou por suas imbricações com a política externa deste país. Num nível mais profundo, porquanto *interno* à composição dos textos aqui analisados, podemos vê-la como a retradução de uma experiência “clássica” de revolução burguesa — e os Estados Unidos figuram como um de seus exemplos mais significativos. A despeito de seus assuntos explícitos, que são, a rigor, experiências de modernização periférica, o princípio que organiza as pesquisas da “sociologia da modernização” — a pressuposição da “linearidade” histórica — só ganha verossimilhança noutro chão histórico, na qual esta imagem do “moderno” como capaz de revolucionar o mundo à luz de seus próprios princípios ganha algum sentido. Não por acaso, é possível identificar uma série de *deslocamentos* entre essas pesquisas e as pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Gino Germani, que veremos no próximo capítulo. Ambos tiveram de incorporar, ainda que de diferentes maneiras, as especificidades históricas do Brasil e da Argentina a fim de garantir inteligibilidade aos processos sociais que pretendiam investigar.

Capítulo 3

O imigrante e seus irmãos

Sob esse aspecto, o imigrante poderia ser comparado ao judeu das descrições e interpretações de Sombart.

— FERNANDES, 2006, p. 156.

Um enigma: o imigrante.

— GERMANI, 2006, p. 237.

Durante quase duas décadas — mais precisamente, entre meados dos anos 1940 e meados dos anos 1960 —, Florestan Fernandes e Gino Germani se dedicaram intensamente à realização de pesquisas empíricas. O primeiro percorreu um arco bastante extenso de temas e problemas, que vai desde a reconstrução histórica das relações entre brancos e negros até a elaboração de análises etnográficas, passando por estudos sobre “folclore”, “personalidades marginais”, etc. O segundo concentrou-se mais detidamente nas relações entre estratificação social e comportamento político — relações que foram vistas a partir de diferentes ângulos, conceitos e contextos históricos —, tendo como pano de fundo a “crise” que acompanhou a emergência do “peronismo”. Sem dúvida, ao lado de suas elaborações teóricas, o acúmulo intelectual propiciado por essas pesquisas empíricas foi decisivo para que Fernandes e Germani pudessem ganhar perspectiva em relação às visões demasiado lineares ou ordeiras sobre a mudança social que circulavam, dentre outros lugares, através da “sociologia da modernização”.

Como não será possível reconstruir o conjunto de suas pesquisas, este capítulo selecionou — com fins de análise comparativa — apenas alguns textos que resultaram de dois projetos coletivos, ambos situados num momento de grande fermentação universitária e de iniciativas internacionais de suporte institucional e financeiro à investigação empírica na América Latina. Por um lado, o projeto “O preconceito racial em São Paulo” (1951), redigido por Florestan Fernandes e assinado (com modificações) por ele e Roger Bastide, que se configurou como uma das várias pesquisas patrocinadas pela Unesco sobre a questão racial no Brasil (Maio, 1997). Por outro, o projeto “El impacto de la inmigración masiva sobre la sociedad y la cultura argentinas” (1960) (posteriormente renomeado como “El impacto de la inmigración masiva en el Río de la Plata”), fruto de uma parceria entre Gino Germani e a cátedra de História Social, dirigida por José Luis Romero,¹ projeto que contou com o aporte financeiro da Fundação Rockefeller. A escolha dessas pesquisas se justifica porque, a partir delas, tanto Fernandes quanto Germani tiveram de se debruçar, numa visada sócio-histórica, sobre alguns dos aspectos mais problemáticos da modernização das sociedades brasileira e argentina.

A fim de construir a comparabilidade entre os dois projetos e a produção que deles resultou, escolhemos um elemento que permitisse conectar, de maneira interna, a problemática desenvolvida pelos autores. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), de Fernandes, e numa série de textos de Germani, alguns deles reunidos em *Política y sociedad en una época de transición* (1962), os dois autores chamaram a atenção para o *imigrante de ultramar* como um dos principais (senão o principal) portador das mudanças sociais em curso, cuja integração bem-sucedida nos setores mais dinâmicos da ordem capitalista emergente se daria concomitantemente à integração limitada ou precária de outros grupos sociais. No entanto,

1 Os principais resultados desse projeto foram publicados em *Argentina: sociedad de masas* (1965) (organizado por G. Germani, J. Graciarena & T. Di Tella) e *Los fragmentos del poder* (1969) (compilado por T. Di Tella & T. Halperín Donghi), nos quais se encontra uma série de artigos coletivos reunindo sociólogos (vários deles alunos ou ex-alunos de Germani) e historiadores na análise do impacto da imigração estrangeira no sistema de estratificação, na urbanização e na industrialização, no sistema político, etc.

os autores também apontaram para o aspecto problemático da ação do imigrante, porquanto o seu caráter inovador na esfera econômica se articulava a um baixo ou escasso impacto na democratização da sociedade. Essas questões, conforme sugerido brevemente no final do capítulo, permitiram que Fernandes e Germani ganhassem um ângulo privilegiado para observar a não linearidade da mudança social, ponto-chave das proposições teóricas desenvolvidas por eles em fins da década de 1960.

No caso de Fernandes, a análise da integração relativamente bem-sucedida do imigrante em São Paulo se apresenta à contraluz da difícil e lenta integração do grupo negro, prisma sob o qual analisará as hesitações e dubiedades da sociedade de classes em formação.² Ainda, será sobretudo por meio de uma pesquisa de campo com os grupos negros da metrópole paulistana, usando técnicas como a entrevista e a observação direta, que a equipe responsável pela coleta de dados fornecerá o grosso do material empírico levantado. Vale ressaltar que a questão da imigração propriamente dita também se fazia presente no horizonte intelectual de Fernandes, pois o seu projeto original de doutorado tinha como objeto a “aculturação religiosa” de um grupo de imigrantes sírio-libaneses em São Paulo. Essa pesquisa, apesar de inconclusa, se estendeu por toda a década de 1950,³ e

2 Os seus orientandos, Renato Jardim Moreira, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, estenderiam a pesquisa sobre a integração do negro para outros estados do sul do Brasil, realizando pesquisas em Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. Cf. o texto escrito pelos três e apresentado na II Reunião Brasileira de Antropologia, “O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional” (1957). Antes da pesquisa conjunta com Bastide, vale ressaltar, a “questão racial” não constituía o cerne das preocupações intelectuais de Fernandes — haja vista suas pesquisas de mestrado e doutorado sobre os Tupinambá —, embora se fizesse presente, como nos seguintes textos: “Congadas e batuques em Sorocaba” (1942), “Contribuição para o estudo de um líder carismático” (1942) e “Representações coletivas sobre o negro: o negro na tradição oral” (1943). Posteriormente, esses trabalhos foram reunidos em Fernandes (1960). Maio (1997) recupera alguns documentos e entrevistas de Fernandes nas quais ele assinala a sua relutância em aceitar participar do Projeto Unesco em São Paulo. Ao que tudo indica, Fernandes só aceitou participar da pesquisa porque, com ela, Bastide resolveria também a questão de seu substituto na regência na Cadeira de Sociologia I.

3 Dessa pesquisa sobre a “aculturação religiosa” dos sírio-libaneses em São Paulo temos poucas referências publicadas, para além de sua menção em entrevistas do autor (1995a, 1995b). Uma delas está na resenha escrita por Fernandes (1949) do livro *A aculturação dos alemães no Brasil*, de Emilio Willems, na qual diz trabalhar “no mesmo campo, em São Paulo — estudando a aculturação religiosa dos sírio-libaneses”

certamente não deixou de afetar a fatura de *A integração do negro na sociedade de classes*, tese de cátedra defendida em 1964.

Para Germani, por sua vez, a análise do imigrante de ultramar (e da imigração) é o foco da investigação. No entanto, simultaneamente ao projeto “El impacto de la inmigración masiva. . .”, ele também se engajou noutra iniciativa coletiva de pesquisa, desta vez em parceria com os Institutos de Medicina e de Nutrição da Universidade de Buenos Aires (UBA), destinada à análise das condições de vida num bairro operário de Avellaneda, a “Isla Maciel”. Esse bairro, conformado sobretudo por migrantes do interior argentino, sugeria um quadro bastante distinto em relação à integração bem-sucedida dos imigrantes de ultramar, já que os primeiros ainda se encontravam pouco integrados social e culturalmente ao meio urbano. No plano metodológico, os principais esforços da equipe liderada por Germani se concentraram na confecção de uma amostra de mais de duas mil famílias que fosse representativa da Grande Buenos Aires, o que possibilitaria a utilização de técnicas estatísticas de inferência e generalização.⁴

(p. 217) A esse respeito, o autor publicou apenas dois artigos: “A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo” (1956) e “O Brasil e o mundo árabe” (1967). No entanto, no “Fundo Florestan Fernandes”, disponível na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), há abundante material coletado pelo autor, como jornais, questionários, histórias de vida (incluindo uma de Azis Simão, colega de Fernandes na USP) e até provas de alunos. Em 1949, como parte dos exames do primeiro ano do curso de ciências sociais, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni escreveram, respectivamente: “Contribuição para o estudo de uma família síria; estudo de uma personalidade marginal” e “Contribuição ao estudo sociológico da família síria: religião e miscigenação”. Por esses dois trabalhos, nos quais abundam referências a Emilio Willems (*A aculturação dos alemães no Brasil*, publicado no ano anterior), Robert Park e Everett Stonequist (autor de *The marginal man*), podemos ter uma dimensão mais concreta da importância que a pesquisa sobre os sírio-libaneses assumiu para Fernandes tanto na esfera da pesquisa quanto na docência.

4 Não seria a primeira vez que Gino Germani trabalharia na confecção de um *survey*. De modo quase amadorístico, ele atendeu à solicitação de Ricardo Levene, diretor do Instituto de Sociologia da UBA nos anos 1940, para a realização de uma pesquisa sobre a “classe média” em Buenos Aires. Como disse em entrevista a Joseph Kahl (1976, p. 28), Germani não recebeu nenhuma orientação de Levene: “[. . .] the professor would assign us some subjects, like a study of the middle class, but he gave no orientation and the students did it their own way. [. . .] I got something from the U.S. Bureau of Labor Statistics, and compared Chicago and Buenos Aires; I found the American material in the library of the Ministry of Labor, almost by accident. [. . .] I was just searching for models; I didn’t have any formal methodology at the time. Then a little later we prepared a questionnaire, and did one of the first

Este exercício de aproximação não pretende, no entanto, apagar as diferenças significativas que existem entre as formulações de Fernandes e Germani. Isto porque a própria maneira pela qual se organizou o debate a respeito da “questão nacional” foi diferente no Brasil e na Argentina nos anos 1950: aqui, o debate se polarizou em torno da “questão racial” e do padrão, democrático ou não, de relação entre brancos e negros;⁵ na Argentina, ele se articulou em torno do “peronismo” e sobre os grupos sociais que lhe davam sustentação política (especialmente os recém-migrados do interior argentino).⁶ Como veremos mais adiante, seja por suas tomadas de posição a respeito da “questão nacional” em seus respectivos países, seja pelas diferentes formas de recortar a realidade e proceder à investigação empírica, os esforços de Fernandes e Germani também se distanciam em vários aspectos.

surveys in Argentina”. Dessa pesquisa, destacam-se os seguintes textos: “La clase media en la Ciudad de Buenos Aires: estudio preliminar” (1942); “Los censos y la investigación social: algunas reflexiones acerca del proyectado censo general” (1943); “La sociografía de la clase media en la Ciudad de Buenos Aires estudiadas a través del empleo de las horas libres” (1944). Germani mostrava-se bastante a par das produções sociológicas de corte quantitativo (especialmente norte-americanas), tal como vemos no texto “Métodos cuantitativos en la investigación de la opinión pública y de las actitudes sociales” (1944). Somente em 1956, um ano após a publicação de *Estructura social de la Argentina: análisis estadístico*, elaborado com base nos dados recém-divulgados do Censo de 1947, é que Germani conseguiria autorização para uma “viagem de estudos” ao exterior, no qual tivera a oportunidade de se encontrar “com os autores dos livros que havia estudado ao longo de seus tantos anos de formação solitária, como Talcott Parsons, Robert Merton, Paul Lazarsfeld, entre muitos outros” (Germani, 2004, p. 181).

5 Em sua pesquisa de doutorado, Marcos Chor Maio reconstrói o amplo painel dos estudos relacionados à “questão racial” patrocinados pela Unesco no Brasil, envolvendo, para além de Fernandes e Bastide, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, René Ribeiro e Luiz Costa Pinto (e em contraponto também Guerreiro Ramos). Embora ela já tivesse sido debatida no “ensaísmo” dos anos 1920-30, a “questão racial” ganha novos contornos nos anos 1950, sendo marcada pelo tema do “desenvolvimento”. Nos termos de Maio: “Não obstante a pesquisa da Unesco remeter de imediato a um tema específico, ou seja, as relações raciais, ela serviu de «pretexto» para diversas análises acerca da transição do arcaico para o moderno” (Maio, 1997, p. 314).

6 “Há meio século o peronismo vem sendo *objeto de polémica*: um conjunto de fatos, motivos, metáforas e identidades tratados como legítimo objeto de discordância e tomada de posição [. . .]. Por muito tempo, interpretar o peronismo foi um tema tão central nas lutas intelectuais argentinas que, para ser ouvido, qualquer indivíduo interessado em falar sobre a realidade social e cultural do país tinha de participar do debate sobre as origens e a natureza do peronismo” (Neiburg, 1997, p. 15).

Com fins de organizar a comparação, dividiremos o capítulo em três partes: (a) em primeiro lugar, mostraremos como os autores incorporaram a dimensão histórica como uma componente fundamental da explicação sociológica; (b) em seguida, destacaremos como eles analisaram os diferentes graus de integração social dos grupos sociais à cidade de São Paulo e à Grande Buenos Aires (que são os seus recortes empíricos); e, por fim, (c) discutiremos em que sentido o processo analisado e os atores sociais nele presentes lograram ou não democratizar as sociedades brasileira e argentina, respectivamente.

A dimensão histórica

Nos dois livros de Florestan Fernandes que se originaram diretamente das pesquisas sobre as relações raciais em São Paulo, *Branços e negros em São Paulo* (em parceria com Roger Bastide) e *A integração do negro na sociedade de classes*, não só o recurso ao passado ocupa um peso central na explicação,⁷ como a sua reconstrução tem alcances distintos em cada um, como veremos mais à frente. No primeiro, o autor especifica o papel econômico e social desempenhado pelas populações negras desde o começo da colonização do planalto paulista, ressaltando de que o modo a escravidão, no período posterior à decadência da mineração, agiu como um “fator social construtivo” (Fernandes, 2008a, p. 42), ou seja, criou as bases

7 Na introdução a *O negro no mundo dos brancos*, esta preocupação com a dimensão histórica é reafirmada: “[. . .] não tentamos explicar o presente pelo passado, o que seria irreal numa sociedade de classes em formação e em rápida expansão. Porém, combinamos a análise sincrônica à análise diacrônica, num modelo dialético de fusão da perspectiva histórica com a perspectiva estrutural-funcional” (Fernandes, 2007, p. 26). De acordo com Fernandes, a perspectiva histórica jogaria luz sobre as especificidades da “situação de contato” entre brancos e negros em São Paulo, o que o afastaria das pretensões de Donald Pierson em generalizar a experiência baiana para o restante do Brasil, tal como propõe em *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial* (1945). Na marginalia do livro de Pierson, disponível em seu arquivo pessoal, Fernandes assim explicita a sua crítica: ao lado do trecho “o que encontramos na Bahia é uma sociedade multirracial de classes”, assinala — “faltou = análise histórica = é preciso entendê-la fenômeno histórico-social”. No interior desse mesmo livro, encontramos um documento (uma folha solta, datilografada) que reforça a impressão de que, pelo menos na década de 1940, o debate sobre a relação entre brancos e negros não se encontrava no centro de seu horizonte de problemas: “Penso ser possível estudar os contatos raciais e culturais entre brancos e índios, em s. paulo, e suas consequências, desde os primeiros dias da colonização até meados [sic] do século XIX, aproximadamente [. . .]”.

para o desenvolvimento da grande lavoura de exportação no século XIX — evitando, assim, o retorno a uma simples economia de subsistência. Deixando de ser um elemento marginal à economia da região, diz Fernandes, “durante quase um século”, os negros foram “os únicos agentes do trabalho escravo e os principais artífices da produção agrícola”. Nesta chave de leitura, que se apropria de algumas teses de Caio Prado Jr., mas também mobiliza Roberto Simonsen, Sérgio Buarque de Holanda, dentre outros, interessa ao autor situar uma particularidade histórica de São Paulo: o período no qual as *plantations* de café atingem o seu maior ponto de rendimento “coincide com o período em que se inicia e se processa o colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil” (Idem, 2008a, p. 58).

Nesse sentido, o quadro histórico apresentado pelo autor chama a atenção para os dois desdobramentos principais deste “colapso”: o primeiro, o caráter conservador da Abolição, que concedeu ao negro apenas “uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou assistência compulsória” (Idem, 2008a, p. 65); o segundo, a entrada massiva de imigrantes europeus a fim de “corrigir as limitações do mercado interno de trabalho”, drenando “sem cessar milhares de indivíduos de diversas regiões da Europa para as lavouras paulistas” (Idem, 2008a, p. 58). Dessa combinação resultou que, apesar do fim da escravidão e da maior diferenciação da economia paulista, incluindo aí o crescimento acelerado da cidade de São Paulo, a abertura de postos de trabalho no mundo urbano não modificou “a posição do negro no sistema de trabalho”, porque “à medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus” (Idem, 2008a, p. 59). É justamente sobre este “drama histórico” que se concentra a maior parte da reconstrução histórica apresentada em *A integração do negro na sociedade de classes*.

Neste livro, Fernandes faz uso de uma série de dados referentes ao grande impacto demográfico, econômico e sociocultural representado pela entrada de um elevado contingente de imigrantes na capital paulistana. Ainda que as cifras não cheguem aos mesmos patamares da capital argentina, são bastante consideráveis: se no início do século XIX “o elemento negro e mulato, escravo ou livre, constituía aproximadamente 54% da população local” (Idem, 2008b, p. 36), já em 1886 os “imigrantes radicados na

cidade excediam em mil oitocentos e setenta indivíduos (ou seja, em 3,9%) a população considerada no censo como «preta» e «parda» (Idem, 2008b, p. 37). Em termos percentuais, já atingiam 25% do total. Contudo, esse impacto acarretado pela imigração de ultramar produziu, de acordo com Fernandes, impactos desiguais ao longo da estrutura social. No censo da capital de 1893, por exemplo, nota-se uma conexão forte entre a população imigrada e as profissões mais dinâmicas da nova ordem capitalista: constituíam 79% dos operários, 85,5% dos artesãos, 81% dos empregos relacionados aos transportes e 71,6% dos empregos comerciais. No conjunto da população ativa, isto é, “nos setores que operavam como fulcros da rápida expansão urbana e da industrialização, a participação dos trabalhadores estrangeiros era da ordem de 82,5%” (Idem, 2008b, p. 43). Nos termos do autor,

O fato de a urbanização e a industrialização se darem, em grande parte, como consequência da imigração concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato, automaticamente deslocados para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional (Idem, 2008b, p. 163).

Que os imigrantes tenham garantido para si os melhores postos de trabalho que se abriam à competição requer, para Fernandes, uma explicação sociológica. Para ele, os ex-escravos, ao contrário dos imigrantes, não conseguiram se ajustar às novas exigências do mercado de trabalho livre por conta de sua socialização inadequada a uma situação de classes:⁸ “tornava-se difícil ou impossível, para o negro e o mulato, dissociar o contrato de trabalho de transações que envolviam, diretamente, a pessoa humana”. O imigrante, já socializado para um regime de trabalho livre, cumpria “à risca as obrigações decorrentes do contrato de trabalho, estimulado ainda mais pelo agulhão de converter a sua força de trabalho em fonte de poupança”.

8 A esse respeito, cf. a reconstrução feita por Elide Rugai Bastos (1987) dos argumentos de Fernandes sobre a dinâmica de ressocialização. Neste texto, ela afirma que a “discussão sobre a socialização ultrapassa o nível explicativo meramente psicossocial. [...] Mostrando que o negro é expulso não apenas da estrutura de trabalho tipicamente capitalista mas do *sistema contratual* como um todo, Florestan Fernandes aponta para os obstáculos à conquista dos direitos de *cidadania*” (pp. 144-5).

Ainda que repelisse “as condições de vida que não fossem «decentes»”, o imigrante “percebia com clareza que somente vendia sua força de trabalho”, ao passo que os negros “se ajustavam à relação contratual como se estivessem em jogo direitos substantivos sobre a própria pessoa” (Idem, 2008b, 46). Como assinala o autor, os negros,

para manter a pessoa intangível, procuravam cumprir as obrigações contratuais segundo um arbítrio que, formalmente, prejudicava os interesses do contratante, por causa das incertezas e imprevistos que se introduziam na relação patrão-assalariado. A recusa de certas tarefas e serviços; a inconstância na frequência ao trabalho; o fascínio por ocupações real ou aparentemente nobilitantes; a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; [...] essas e outras “deficiências” do negro e do mulatos se entrosavam à complexa situação humana com que se defrontavam no regime de trabalho livre (Idem, 2008b, pp. 46-7).

No processo histórico reconstruído por Fernandes, portanto, a própria expansão da ordem capitalista se ajustou estruturalmente a uma profunda desigualdade entre as populações negras e imigradas. Preso ainda a móveis de ação “pré-capitalistas” — e nesse ponto “a escravidão atingia o seu antigo agente no próprio âmago de sua capacidade de se ajustar à ordem social associada ao trabalho livre” —, a rapidez com a qual se processou a mudança social na cidade de São Paulo bloqueou aos negros e mulatos a “aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida” (Idem, 2008b, p. 47).

No conjunto da produção de Germani dos anos 1950 e 60, o texto que lhe serve de base para a reconstrução histórica da sociedade argentina é a publicação interna n.º 14 do Instituto de Sociologia da UBA, *La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso en la inmigración reciente* (1959).⁹ Nesse informe, ao investigar como se deu a

9 Esse texto será republicado depois em diversas oportunidades, com acréscimos e modificações — aparecerá tanto em *Política y sociedad en una época de transición* (1962), como o oitavo capítulo, “La inmigración masiva y su papel en la modernización del país”, quanto numa coletânea publicada nos Estados Unidos, com o nome de “Mass immigration and modernization in Argentina” (1970).

passagem, na Argentina, da “sociedade tradicional” à “sociedade moderna”, Germani elege como o ponto de inflexão histórica a atuação das elites liberais do período posterior ao governo de Juan Manuel de Rosas, cujo projeto político, denominado “Organização Nacional” (1852-1880),¹⁰ tinha como objetivo “uma renovação da estrutura social do país, e, em particular, de seu elemento dinâmico principal, o elemento humano” (Germani, 1959, p. 7). E o elemento humano designado para esse fim renovador seria o imigrante, especialmente o europeu, personagem que estaria associado diretamente à modernização da estrutura social argentina.¹¹

Ao longo do texto, Germani procura especificar ao máximo o tipo de impacto acarretado pela imigração massiva de ultramar na estrutura social, especialmente na região da Grande Buenos Aires. Em relação ao seu aporte demográfico, embora já fosse um fenômeno considerável a partir da segunda metade do século XIX, a imigração só atingiria um caráter “massivo” entre os anos de 1880 e 1890, quando as cifras anuais alcançam uma média de sessenta e quatro mil pessoas. O processo se acelera nos anos posteriores, tendo atingido o seu ponto máximo “na primeira década do século [XX] (cento e doze mil em média) e em particular nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, que registrou o ano recorde com um saldo na imigração de ultramar de mais de duzentas mil pessoas” (Idem, 1959, p. 7).

Entretanto, esta imigração sofre uma grave interrupção na década de 1930, quando se combinam diversos fatores, como a “depressão mundial, mudanças políticas na Argentina e nos países de emigração europeus (especialmente Itália)” (Idem, 1959, p. 7). Mesmo que as taxas voltem a se

10 Para uma análise deste projeto político, cf. Halperin Donghi (2007).

11 Apesar da crítica negativa de Germani ao “ensaísmo” argentino, incluindo a produção de José Luis Romero (a quem critica, neste texto, em nota de rodapé), essa forma de reconstrução do passado argentino tem algumas afinidades com a visada histórica proposta por este último. Porque também para Romero, com quem Germani dividia a responsabilidade do projeto “El impacto de la inmigración masiva. . .”, seria possível distinguir uma Argentina “criolla”, de corte marcadamente rural e tradicional, e uma Argentina “aluvial”, cada vez mais urbana e europeizada, sendo justamente o “aluvião imigratório” o principal responsável por esta transmutação histórica. Para uma análise da noção de “aluvião imigratório” e suas relações com o ensaísmo argentino, cf. Altamirano (2005). Para uma comparação entre as formulações de Romero e Germani a respeito da “imigração massiva”, cf. Blanco (2009).

elevar depois da Segunda Guerra Mundial, já não recobrarão o aspecto massivo dos períodos anteriores, o que será “compensado”, segundo Germani, por um movimento de proporções análogas de deslocamento populacional das províncias do interior argentino e de outros países limítrofes (Bolívia, Paraguai e Chile) para a Grande Buenos Aires. Esta imigração estrangeira proveniente dos países vizinhos, que tomaria maior fôlego a partir de 1940, seria “parte do processo de urbanização massiva mais recente, e os problemas que apresentam a assimilação desses migrantes são muito próximos aos de adaptação à vida urbana dos imigrantes internos de origem rural e semirrural” (Idem, 1959, pp. 8-9). No fundo, a leitura do passado recente e remoto da Argentina feita pelo autor será balizada por essas duas grandes “migrações”, a de ultramar e a interna (incluindo nesta última os estrangeiros de países limítrofes), e os impasses da modernização do país serão tratados a partir das especificidades de cada uma.¹²

Em relação à imigração ultramarina, Germani chama a atenção para os seus efeitos desiguais em termos regionais e socioeconômicos. Por um lado, mesmo tendo contribuído para aumentar em doze vezes a população do país entre 1869 (um milhão e setecentos mil habitantes) e 1959 (mais de vinte milhões de habitantes), o seu impacto será muito mais significativo na região metropolitana de Buenos Aires, onde se multiplicou por vinte e dois o número de habitantes no período 1869-1947, e 50% deste crescimento se “deveu, entre 1869 e 1914, ao aumento do número de residentes estrangeiros”. Noutras palavras, a Grande Buenos Aires “concentrou ao longo do período considerado entre 40 e 50% da população estrangeira total” (Idem, 1959, p. 13), o que conferiu um tom essencialmente urbano ao fenômeno da imigração.

12 A preocupação com a questão das “migrações internas” já se fazia presente, para Germani, nos anos 1940, conforme se nota em sua participação na *Comisión Asesora Honoraria de Demografía* do Censo Nacional de 1947 — Germani fora convidado por Ricardo Levene, então diretor do Instituto de Sociologia da UBA, para integrar a comissão do Censo. No entanto, as sugestões de Germani para incluir perguntas a respeito das “migrações internas” e da “assimilação cultural” não foram acatadas. Para remediar esse problema, ele se amparou nos dados do IV Censo Escolar, como podemos ver no artigo “*Algunas repercusiones de los cambios económicos en la Argentina, 1940-1950*” (1952), texto pioneiro no que tange à “mensuração” do impacto das “migrações internas” em Buenos Aires. Para uma análise mais ampla do Instituto de Sociologia da UBA, cf. Bollo (1999).

O fato de que a imigração de ultramar tenha se concentrado nas cidades requer, de Germani, algumas explicações adicionais, especialmente porque, segundo afirma, “os imigrantes que chegaram em tão grandes massas pertenciam em sua grande maioria aos estratos mais pobres dos países de origem”, e, até 1900, “pelo menos, se registrava uma preponderância de imigrantes camponeses” (Idem, 1959, p. 16). O principal fator apontado pelo autor foi a permanência do exclusivismo agrário, já que a propriedade fundiária não foi democratizada no processo de “Organização Nacional”. Desse modo, dificultou-se “seriamente a realização de um dos propósitos principais da imigração massiva: a radicação de população europeia nas áreas rurais desertas ou quase desertas do país”. Diante dessas condições, dada a inviabilidade dos imigrantes em se constituírem como proprietários rurais, “a maioria acabou por se fixar nas cidades” (Idem, 1959, p. 19), onde proporcionaram “uma abundante mão de obra urbana” (Idem, 1959, p. 21).

Embora não se detenha muito no que representou propriamente essa mudança abrupta para o conjunto da população imigrada, nem no modo pelo qual ela conseguiu romper com o fardo da herança cultural rural de origem, Germani salienta que o processo migratório é ele mesmo “inseparável do desenvolvimento econômico que se verificou de maneira contemporânea e em boa medida como resultado deste mesmo processo” (Idem, 1959, p. 17).¹³ Assim, num quadro histórico assemelhado ao reconstruído por Fernandes para a capital paulistana, também na Argentina, e especialmente na Grande Buenos Aires, os imigrantes de ultramar, e não os nativos, teriam se entrosado de maneira estreita às novas categorias ocupacionais modernas propiciadas pelo *boom* da economia primário-exportadora. Nesse processo de expansão, que “transformou a Argentina em um dos principais países exportadores quanto à sua produção agrícola”, mas que também proporcionou a construção do “essencial do sistema de transporte

13 O que, de fato, dá margem às interpretações que veem nos argumentos de Germani uma sobreposição do par “tradicional” / “moderno” no par “argentino nativo” / “imigrante de ultramar” (Halperín Donghi, 1975; Devoto, 1992). No entanto, Germani não concebe a “psicologia do imigrante” como uma variável independente, conectando-a sempre com os demais processos sociais. Para uma análise deste ponto de vista teórico, cf. Germani (1973).

ferroviário” e estimulou “o desenvolvimento de uma atividade industrial” (Idem, 1959, p. 17), os imigrantes, assinala Germani, “desempenharam uma função de grande importância” (Idem, 1959, p. 18). Nos seus termos:

La expansión del comercio exterior e interno y el general aumento de riqueza, el aumento en las actividades del estado, la construcción de obras públicas, particularmente de los ferrocarriles y por fin desde los últimos quince o veinte años del siglo anterior, el surgimiento y desarrollo de la industria, todas estas actividades absorbieron la masa de inmigrantes que constituían, como se ha visto, la mayoría de la población de las grandes ciudades del país [. . .]. Aparentemente, en el proceso de transformación de la sociedad argentina, que estaba ocurriendo en esa época, los extranjeros se situaban con preferencia en los nuevos estratos que iban surgiendo a raíz del desarrollo económico: empresarios de la industria y el comercio, obreros y empresarios en estas dos ramas; es decir, predominaban sobre todo en la clase media en expansión y en el nuevo proletariado urbano industrial, ambas categorías correspondientes a las estructuras económicas que reemplazaban a las existentes en la sociedad tradicional (Idem, 1959, p. 22).

Nesse ponto, o autor pretende delimitar de maneira máxima a contribuição do imigrante na modernização da sociedade argentina: além de se concentrar geograficamente nos principais centros urbanos das zonas mais prósperas do país e na faixa demográfica de maior importância (os adultos do sexo masculino), também se fará mais presente como empresário capitalista, operário industrial e empregado no comércio urbano — justamente nos setores mais dinâmicos na nova ordem social em expansão. Daí Germani poder afirmar a sua contribuição decisiva no aparecimento do “novo tipo de estratificação social que estava substituindo o tradicional” (Idem, 1959, p. 24).¹⁴ Já

14 Para Germani, o impacto da imigração de ultramar seria de tal ordem que, a rigor, o termo *assimilação* lhe parecia inadequado. Em vez de *assimilação*, que dá a entender que a sociedade global incorporará os novos elementos sem se transformar em seus aspectos essenciais, ele prefere os termos *fusão* ou *síncrise*. Isso porque, ao contrário do que pressupõe o primeiro termo, o que teria ocorrido foi a própria transformação das formas sociais preexistentes e “o surgimento [. . .] de novas formas culturais e [de] uma nova estrutura social” (Germani, 1959, p. 10).

os habitantes do mundo agrário argentino, mesmo quando imigrados posteriormente à Grande Buenos Aires, não conseguiriam igual êxito, permanecendo nas posições menos vantajosas que se abriam na ordem moderna emergente, como veremos abaixo.

Os diferentes graus da integração social

Acima, vimos como para Fernandes e Germani a modernização acelerada de São Paulo e de Buenos Aires não logrou envolver igualmente todos os grupos sociais, repondo, em outro patamar, desigualdades seculares. Por meio de suas pesquisas empíricas, essa questão foi tratada pelo prisma da integração social problemática experimentada pelo “meio negro”, em São Paulo, e pelos “migrantes rurais”, em Buenos Aires, em contraposição à bem-sucedida integração dos grupos de imigrantes de ultramar. Embora no vocabulário mais ou menos difundido pela “sociologia da modernização” houvesse a expectativa de que, uma vez iniciada, essa transformação tenderia a se expandir para a totalidade do sistema social, tanto Fernandes quanto Germani se depararam com processos que, de maneira estrutural, reforçavam a marginalidade de amplos setores da população, em vez de integrá-los na nova ordem em expansão.¹⁵

Antes de passarmos propriamente à análise dos resultados das pesquisas, vale a pena uma breve reflexão sobre os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa adotados pelos autores e suas equipes. Embora esses “métodos” e “técnicas” fossem justamente os que se difundiram com a internacionalização da sociologia como disciplina “científica”, e

15 Nesse sentido, Elide Rugai Bastos (1996) nos ajuda a pensar — embora no texto em questão trate de Octavio Ianni — que, em mais de um sentido, as formulações de Fernandes ultrapassaram o marco funcionalista mais convencional do período, como a tese da “demora cultural”. Isso porque existiriam, em sua análise, “elementos totalizadores da explicação”, não sendo “por acaso que as diferentes esferas do social desenvolvem-se de forma descompassada” (p. 90). Duarcides Mariosa (2003), ao percorrer as pesquisas de Fernandes sobre os negros em São Paulo e sobre os Tupinambá, chama a atenção para a inovação teórica aí realizada, dado o uso criativo noção de “integração” num registro em que convivem formas de exclusão e de hibridismo. Também no que se refere a Germani, Alejandro Blanco atenta para a lógica de apropriação bastante heterodoxa das formulações da sociologia da modernização (especialmente as de Talcott Parsons) pelo autor de *Política y sociedad en una época de transición*. Além disso, posteriormente Germani (1973) tratou do tema da marginalização e de seu estatuto teórico na sociologia.

que se impuseram com o padrão monográfico de trabalho sociológico, podemos dizer que, ao operar com tais métodos, a sua própria “aplicação” foi altamente tingida, por assim dizer, pela “cor local”, isto é, pela problemática que estruturava o debate intelectual em seus respectivos países — a “questão racial”, no caso de Fernandes, e o “peronismo”, no caso de Germani. Assim, longe de serem apenas “aplicações” de técnicas inteligíveis em si mesmas, é possível localizar já no *modus operandi* a forma particular com a qual os autores lidavam com os fenômenos que pretendiam analisar.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, comparecem uma série de dados de natureza quantitativa, ainda que eles não conformem a maior parte do material empírico reunido. O grosso do material é fruto da “pesquisa de campo realizada em 1951” complementadas, como esclarece Fernandes, “por informações levantadas anteriormente, entre 1940 e 1949, seja por alunos do professor Roger Bastide ou por este mesmo, seja pelo próprio autor e por seus alunos” (Fernandes, 2008c, p. 191). Talvez até mesmo pelos tipos de técnicas utilizadas — “histórias de vida”, entrevistas, questionários e observações diretas¹⁶ —, a relação de Fernandes e de sua equipe de pesquisa com os diversos segmentos da população negra de São Paulo foi bastante estreita, incluindo aí parte considerável de seus intelectuais. Basta lembrarmos que uma das referências bibliográficas principais do livro é a monografia escrita a quatro mãos por Renato Jardim Moreira, orientando de Fernandes, e José Correia Leite, importante líder do movimento negro em São Paulo.¹⁷

16 Para uma reflexão sobre o uso da “história de vida” na produção de Florestan Fernandes, cf. Martins (1998). Cumpre lembrar que em 1953, na revista *Sociologia*, travou-se um intenso debate a respeito da “história de vida” como técnica de pesquisa, com artigos de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Maria Isaura Pereira de Queiroz e de Renato Jardim Moreira. Os textos dos dois últimos versam justamente sobre as contribuições à pesquisa sobre as relações raciais. É curioso notar que o artigo de Fernandes lida com o material empírico de sua “outra” pesquisa — o caso de uma jovem mulher de comportamento “desviante” pertencente ao grupo sírio-libanês em São Paulo.

17 Trata-se da monografia “Movimentos sociais no meio negro”, infelizmente não localizada. Cf., para maiores informações nesse sentido, Moreira (1953). Em sua pesquisa de doutorado, Mário Augusto Medeiros da Silva (2011) mostrou que o contato travado entre Florestan Fernandes e seus orientandos e os intelectuais nucleados na Associação Cultural do Negro em São Paulo era intenso, sendo possível captar nexos de sentido entre as produções dos primeiros e dos últimos.

Essa relação foi decisiva não só na maneira pela qual foi levada a cabo a pesquisa, mas também porque, em mais de um sentido, a própria armação do argumento desenvolvido ao longo do livro é um espécie de diálogo crítico, embora mediado pelas categorias sociológicas, com as representações coletivas desenvolvidas no interior da coletividade negra. Exemplificando: na discussão sobre a existência ou não do “preconceito de cor”, questão que polarizou a bibliografia referida sobre o tema, Fernandes trabalha o problema num duplo registro: num plano, o “preconceito de cor” funciona como uma noção sociológica, mobilizada pelo autor ao lado de outras; noutro, como uma “categoria histórico-social”, forjada no seio das próprias organizações da população negra e difundida por meio de sua imprensa periódica. Nesse sentido, diz Fernandes que a noção de “preconceito de cor” atuava também como “uma categoria inclusiva de pensamento”, isto é, como uma categoria que permitia aos negros “designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial” (Idem, 2008c, p. 44). Noutras palavras, a “contraideologia” racial elaborada pelos movimentos negros é ela mesma incorporada, ainda que apontando os seus limites e recalibrada pela explicação sociológica, nas formulações de Fernandes.¹⁸

No caso da pesquisa liderada por Germani na Grande Buenos Aires, a escolha do *survey* como instrumento metodológico já de saída se explicaria pelas possibilidades de estabelecer comparações precisas com outras trajetórias nacionais. Desenhado no âmbito de uma pesquisa mais ampla patrocinada pelo CLAPCS sobre “Estratificação e mobilidade social em quatro capitais latino-americanas” (Costa Pinto, 1959), embora também servisse para fornecer os dados para a pesquisa sobre a “Assimilação de

18 Fernandes reconhece que, do material levantado na pesquisa, apenas um quarto dele foi coligido junto às populações brancas. Isto se daria, segundo o autor, porque “o *eidos*, o *logos* e o *ethos* da percepção e da explicação da realidade racial ambiente, no que diz respeito ao «branco», ainda se definem através de influências diretas ou indiretas do horizonte cultural tradicionalista” (Fernandes, 2008c, p. 459). Nesse sentido, no que toca à questão das relações raciais em São Paulo, os negros teriam desenvolvido um aparato cognitivo muito mais complexo que os brancos, pois o “preconceito de cor” forçaria o negro “a romper a obnubilação condicionada pelo horizonte cultural com as imagens correntes da nossa realidade social” (Fernandes, 2008c, p. 460).

imigrantes”,¹⁹ à primeira vista a construção do *survey* não seria afetada pelas particularidades da experiência sócio-histórica argentina. Contudo, num ponto central a própria construção da amostra utilizada retraduziria esta experiência: a fim de distinguir os diferentes estratos sociais, definidos a partir de um “índice de Nível Econômico Social”, Germani se ampara nos dados eleitorais de 1958, com a justificativa de que, “com base em outros estudos”, existiria “uma correlação de 0.90 (correlação ecológica) entre a porcentagem de voto no peronismo [. . .] e o percentual de operários” (Germani, 1962a, p. 17). Isto é: quanto maior a concentração de votos peronistas, maior a quantidade de grupos pertencentes às classes populares (e vice-versa). Nesse sentido, a construção da escala de estratificação social usada na pesquisa é ela mesma tributária de uma leitura das bases sociais do peronismo, questão que encerraria considerável polêmica nas décadas seguintes.²⁰ No que se refere à pesquisa realizada na “Isla Maciel”, também aí o “peronismo” se impôs nos procedimentos de pesquisa: região de considerável militância peronista, Germani só pôde realizar as entrevistas com as famílias do bairro após um longo período de contato, pois, como ele mesmo admite, era muito difícil assegurar uma relação favorável com o grupo estudado em virtude das “circunstâncias imperantes” que “dificultavam ou até impediam a comunicação entre diferentes setores da população, ainda comovida pelos acontecimentos de setembro de 1955” (Idem, 1962b, p. 210).

Vejamos agora, pois, alguns resultados das pesquisas empíricas de Fernandes e Germani. Se, como vimos mais acima, é possível aproximar, tal como aparece nos argumentos dos autores, a ação do imigrante de ultramar

19 A amostra também serviu para uma outra pesquisa paralela, destinada a empregar a chamada “Escala F” desenvolvida por Theodor Adorno e sua equipe nos Estados Unidos. A partir dela, Germani pretendia mensurar não apenas o grau de “antisemitismo” na população de Buenos Aires mas também o seu potencial “autoritário”. Cf. “Antisemitismo ideológico y antisemitismo tradicional” (1963c).

20 A discussão sobre as bases sociais do peronismo ganhou grande fortuna no debate sociológico e político mais amplo na Argentina. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, publicado em 1971 é em certa medida um livro pioneiro na revisão da tese de Germani, que se amparava na associação entre o “peronismo” e os grupos migrantes do interior argentino, como mais adiante será visto. Um bom balanço bibliográfico dessa questão se encontra em De Ípola (1989).

nos dois contextos em virtude da posição que eles ocuparam no processo de modernização, parece mais arbitrário, no entanto, fazer algo parecido em relação às populações negras de São Paulo e os migrantes internos de origem rural na Grande Buenos Aires. Podemos dizer, no entanto, que o próprio Fernandes nos autoriza a fazer essa aproximação. Em documento interno do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), que patrocinou, em parte, a preparação de *A integração do negro na sociedade de classes*, o autor assinala que o conhecimento da situação do negro em São Paulo permite dar conta também das dificuldades de ajustamento das populações “rústicas” como um todo à capital paulistana. Em seus termos:

Por seus caracteres sociais e culturais, essa camada é comparável ou assimilável a outras populações rústicas brasileiras, que não estão socializadas para a vida social urbana. [...] Por isso, o estudo do que se passou com esse segmento da população paulistana permite conhecer e esclarecer processos que ocorreram e tendem a ocorrer, ainda hoje, quando indivíduos ou grupos de populações rústicas brasileiras concorrem por ocupações e classificação social na sociedade paulistana. A sociedade de classes em desenvolvimento necessita desses indivíduos e grupos, que passam, de maneira dramática, da vida social rústica para a vida social urbana (Fernandes, 1959, pp. 1-2).

Feito esse esclarecimento, voltemos aos argumentos de *A integração do negro na sociedade de classes*. Nesse livro, pelos motivos históricos já discutidos acima, a emergência de uma ordem capitalista em São Paulo teria tido consequências muito desiguais na organização da vida das populações negras e imigradas: para as primeiras, expelidas de seu núcleo dinâmico, significou a agravamento das condições anômicas herdadas da escravidão, prendendo-as a um tradicionalismo “rústico”; para as segundas, inseridas nas posições estratégicas da nova ordem, significou a sincronização entre os modos de agir e pensar às “exigências” da sociedade de classes, não obstante o recurso a elementos “tradicionais” (reforço da solidariedade familiar em torno da autoridade paterna, por exemplo) fosse bastante frequente. Dada a participação marginal do negro na “civilização urbana” durante as primeiras décadas do século XX atuaria o seguinte “círculo vicioso”:

Essa exclusão [. . .] acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando a sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do *elemento negro* o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura” (Idem, 2008b, p. 87).

A fim de investigar os efeitos “sociopáticos” da desorganização social no “meio negro”, Fernandes confere grande importância à questão da constituição familiar, não só por sua centralidade para as instâncias de socialização como por sua recorrência nas “histórias de vida” coligidas pela pesquisa. No seio da “população de cor”, diz o autor que esta instituição, “tal como ela se manifesta em São Paulo durante as três primeiras décadas deste século XX, poderia ser definida como uma *família incompleta*”. E agrega: “parece fora de dúvida que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó, e seu filho ou filhos” (Idem, 2008b, p. 240).²¹ Essa deficiência institucional da família negra, também presente durante o período da escravidão, traria complicações adicionais na nova ordem em expansão, sobretudo na competição com os padrões impostos pelos imigrantes. Em virtude da mudança acelerada ocorrida na cidade de São Paulo, “essa limitação se apresentava, sem exagero, como verdadeiramente catastrófica. Numa sociedade de classes

21 A discussão sobre a “desorganização social” e “anomia” no “meio negro” paulistano já vinha sendo feita desde os anos 1940 por Roger Bastide — e Fernandes não só cita os trabalhos de seu ex-professor como reconhece o seu débito intelectual em relação a ele. Cf. especialmente os trabalhos sobre “Os suicídios em São Paulo, segundo a cor” (1943) e sobre “A macumba paulista” (1946). Aliás, em relação a este último artigo, Bastide já distingue a situação dos negros em São Paulo e na Bahia — a “macumba” seria expressão da “desorganização social”, ao passo que o “candomblé” expressaria justamente o inverso. Outro ponto sensível da “influência” bastidiana sobre Fernandes é a importância conferida à imprensa periódica produzida pelos negros em São Paulo como material de pesquisa. Cf. o artigo de Bastide, “A imprensa negra do estado de São Paulo” (1951). Alguns desses trabalhos de Bastide foram reunidos posteriormente em *Estudos afro-brasileiros* (1983).

em formação, a família vinha a ser o principal e, por vezes, o único ponto de apoio grupal com que contavam os indivíduos”. Ou dito de outra maneira,

Sem um mínimo de cooperação e de solidariedade domésticas, ninguém podia vencer naquela “selva selvagem”; a “competição individualista”, irrefreada ou não, requeria um complexo substrato institucional, de que a família integrada constituía o patamar. Os exemplos dos imigrantes são conclusivos, pois entre eles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política (Idem, 2008b, p. 238).

No entanto, nem a constituição do “meio negro” em São Paulo era homogênea, nem persistiriam indefinidamente as tendências de desorganização social — pelo menos uma parte desse “meio negro” paulistano conseguiu lentamente se classificar na sociedade de classes. Fernandes expõe em diversas passagens do livro, através do material coletado, algumas maneiras pelas quais o “meio negro” pôde, “com grande atraso e enormes deficiências”, “de modo lento e descontínuo”, absorver as instituições sociais “que se tornaram básicas para a conformação do horizonte cultural, a organização da vida e a integração no regime de classes” (Idem, 2008b, p. 284). Entre elas, está o uso da inteligência no aproveitamento criador das experiências do imigrante, especialmente do italiano:

O negro e o mulato e o descobriram no convívio ou na observação da “vida do italiano” a importância da família. [...] O negro ou o mulato “ordeiros”, propensos a “respeitar” a família, nos porões ou nos cortiços podiam ser estimulados nessa direção. A presença de brancos “estrangeiros”, com vida familiar estável e organizada, estabelecia um ponto de referência que dava um novo sentido àquela propensão (Idem, 2008b, p. 243).

A esta modernização e maior integração social do negro, isto é, sua ressocialização para a “civilização urbana”, seguiram-se, para Fernandes, dois processos: um deles foi, como era de se esperar, a sua maior capacidade competitiva em relação aos demais grupos sociais, jogando-lhe nos

caminhos da ascensão social facilitada pela interrupção das correntes imigratórias e pelo crescimento industrial no período da Segunda Guerra Mundial; o outro foi a formação de movimentos sociais. Contudo, o negro não conseguiria repetir o feito do imigrante, assinala o autor, tanto pelo grau limitado de sua inserção nas posições estratégicas da ordem industrial em formação, quanto pela maior complicação ulterior da sociedade de classes. Diz Fernandes que, embora os negros já pudessem “reproduzir os procedimentos dos velhos imigrantes”, na “conjuntura atual as coisas são mais difíceis”, pois “ninguém arredonda um pé de meia com base na poupança nem poderia se lançar com ele em empreendimentos compensadores” (Idem, 2008c, p. 139). Combinando “os dados fornecidos pela situação ocupacional da «população de cor» em 1940 com outros dados” recolhidos pela equipe “mediante questionários e entrevistas” (Idem, 2008c, p. 151), Fernandes chega ao seguinte quadro:

No conjunto, portanto, a diferença decisiva, que se estabelece em relação ao passado recente, diz respeito à aquisição de uma fonte estável de ganho. Em outras palavras, o negro e o mulato conquistaram “meios de vida” que lhes proporcionam posições regulares (e por vezes permanentes) no seio do sistema de trabalho livre. No entanto, essas posições nem sempre asseguram classificação no sistema capitalista de relações de produção. Por isso, associam-se, variavelmente, com ocupações que proporcionam baixos níveis de remuneração e condicionam formas mais ou menos precárias da participação da estrutura de poder da sociedade inclusiva (Idem, 2008c, pp. 158-9).

Nos resultados das pesquisas de Germani na Grande Buenos Aires, também transparece um quadro de integração desigual dos diferentes grupos sociais à metrópole portenha. Os dados extraídos a partir do *survey* realizado pela equipe de Germani foram publicados no texto “La movilidad social en la Argentina” (1963), apêndice n.º 2 da edição argentina de *Social mobility in industrial society* (1959), de Reinhard Bendix & Seymour Lipset. Mesmo que os resultados apresentados nesse informe sugiram amplas possibilidades ascensionais para o conjunto da população investigada — foram selecionadas, de maneira criteriosa, duas mil duzentas e

sessenta e duas famílias da Capital Federal e dos demais municípios da região metropolitana (Graciarena & Sautu, 1961) —, as *chances* de ascensão social se expressavam diferentemente de acordo com a origem geográfica, sendo muito maior para os imigrantes de ultramar e seus descendentes que para os migrantes do interior.

No agregado dos dados, quando se comparam as diferentes posições socioeconômicas ocupadas ao longo de três gerações (pais, filhos e avós paternos), Germani assinala que “o grau de fluidez do sistema de estratificação na zona de Buenos Aires [...] poderia ser sintetizado nas seguintes proporções: 29,7% de indivíduos permaneceram na posição de seus pais; 32,4% descendeu e 37,9% ascendeu, um ou mais níveis”. No que diz respeito à origem social dos entrevistados, os resultados mostraram que, “nos níveis médios (3, 4 e 5) em conjunto, pouco menos de 40% tem origem nos níveis baixos (1 e 2)”; em relação aos níveis altos (6 e 7), estes “revelam também um grau considerável de permeabilidade, posto que uma quinta parte é originária de famílias de nível operário e mais de 40% de níveis médios” (Germani, 1963a, p. 339). Germani afirma que “esta interpenetração de pessoas de diferentes origens em distintos estratos sociais representa, provavelmente, um dos fatos de maior significado para se ter em conta ao analisar as consequências da mobilidade social” (Idem, 1963a, pp. 340-1).

Contudo, se as taxas de mobilidade social encontradas na Grande Buenos Aires são elevadas e, nesse sentido, se aproximam (e até ultrapassam) os padrões encontrados nos países “avançados”, os sentidos desse processo teriam variado historicamente, especialmente quando se compara a época da imigração de ultramar com o período das grandes migrações internas. Por um lado, os setores médios teriam se expandido em ritmo acentuado nos dois momentos, numa “razão de 0,56% anual entre 1869 e 1895 e entre 0,27 e 0,29% anual nas épocas posteriores até 1947, continuando provavelmente no mesmo ritmo na década dos anos 1950” (Idem, 1963a, p. 354). Por outro, a expansão constante das camadas médias teria afetado diferencialmente os imigrantes externos e internos: os primeiros conformaram a maior parte da classe média no período inicial de sua expansão; os segundos, posteriormente, ocupariam os níveis mais baixos, “empurrando” os nativos de Buenos Aires (em sua maioria filhos de estrangeiros) para as posições intermediárias que continuavam a se abrir. A hipótese

aventada pelo autor para explicar essa divergência seria a natureza distinta dos setores médios “recentes”, que exigiriam maior nível de escolaridade. Contrastando o período da migração interna com o da imigração externa, afirma:

Por lo pronto, las personas más móviles (a través de la línea “manual” / “no manual”) no fueron los extranjeros, sino los argentinos nativos [. . .]. Además, ya desde comienzos de siglo las categorías en mayor expansión fueron de los estratos medios “dependientes”, es decir, empleados, categorías para las cuales los estudios superiores y secundarios representan un requisito esencial. Por lo tanto, en esta época, la educación aumenta su importancia en términos cuantitativos, como canal de movilidad ascensional (Idem, 1963a, p. 333).

De acordo com Germani, os resultados da pesquisa mostram que, ao se controlar o lugar de nascimento, a ascensão social de indivíduos de origem popular para níveis médios e altos se deu em muito maior número para os que nasceram em Buenos Aires que para os nascidos no interior — 47,8% do total para os primeiros e 23,3% para os segundos. Se no período da imigração estrangeira massiva os “forasteiros” ascenderam *em massa* para as posições de classe média, no momento das grandes migrações internas foram justamente os “nativos” que aproveitaram as melhores oportunidades ascensionais. “É razoável supor”, diz Germani, “que um dos elementos diferenciais seja as facilidades educacionais que desfrutaram estes últimos” (Idem, 1963a, p. 342). Apesar deste limite bastante nítido para a inserção dos argentinos nascidos no interior nas posições mais vantajosas do sistema de estratificação, a migração para a Grande Buenos Aires não deixou de significar, para eles, um processo de considerável ascensão social.

Vale lembrar que, no que diz respeito a estes últimos, Germani também realizou uma pesquisa de campo na Isla Maciel, onde foram entrevistadas duzentas e dez famílias com distintos graus de integração à vida urbana. Mais especificamente, contrastou os habitantes mais antigos do bairro com os recém-migrados do interior, que viviam numa *villa miseria* [favela]. Um dos muitos índices usados por Germani na mensuração da adaptação de cada grupo ao meio urbano foi a qualificação do trabalho:

La mayoría de los recién inmigrados se clasifican en la categoría de peones, obreros sin especialización alguna; apenas la cuarta parte registra diferentes niveles de capacitación. En el grupo inmigrado reciente la proporción no especializada es aproximadamente la mitad; en el grupo nativo alrededor del 15%. Este grupo incluye además de obreros especializados, cierto número de artesanos que trabaja por su cuenta y personal empleado subalterno. Las mujeres del grupo recién llegado trabajan sobre todo en servicio doméstico y unas pocas en industrias (Idem, 1962b, p. 224).

Essa divergência se refletiria de modo decisivo nas *chances* de ascensão social em cada grupo, e os resultados da pesquisa na Isla Maciel mostravam o mesmo padrão do *survey*: os “grupos revelam certas tendências ascensionais: maior proporção subindo que descendo. Mas ao passo que no grupo nativo a metade dos casos registrou uma ascensão (e 40% nos imigrados antigos), essa quantidade cai para 23% nos recentes” (Idem, 1962b, p. 225). A esse acúmulo de desvantagens integrativas se juntariam também, nas famílias de imigração recente, os problemas típicos da desorganização social e da vida familiar, aliado às péssimas condições de vida na *villa miseria*. Nos termos de Germani:

Los mecanismos de control social — tanto en el plano de la familia como en el de la comunidad local y la sociedad global — están casi ausentes o muy deteriorados en la villa. [. . .] Por otra parte, tienden a acumularse en estas áreas no sólo los factores de desmoralización debidos a dificultades económicas y las condiciones primitivas de la vivienda, sino también los que surgen de la tendencia a concentrarse en las mismas de individuos ya al margen del comportamiento normal o parcialmente desintegrados (Idem, 1962b, pp. 234-5).

Assim, mesmo numa área em que quase a totalidade da população pertencia às camadas populares, também aí se manifestavam *chances* bastante desiguais de ascensão social quando comparados os nativos de Buenos Aires com os grupos rurais ou semirrurais recém-imigrados do interior. Numa expressão semelhante à adotada por Fernandes sobre os anseios de

classificação social dos negros em São Paulo, diz Germani que àqueles lhes “corresponderam os lugares menos favorecidos”. Ainda que estejam “provavelmente repetindo”, embora num “ambiente distinto e talvez mais difícil, a experiência de seus predecessores” (Idem, 1962b, p. 224), isto é, os imigrantes estrangeiros, a escalada dos grupos migrantes internos se limitaria aos primeiros degraus da pirâmide social. Germani não esclarece, neste momento, se os grupos recém-imigrados passarão, com o tempo, a uma situação de integração mais ou menos completa às pautas modernas de comportamento, mas sugere que o caminho deles será mais complicado.

Integração social, protagonismo político?

Aparentemente, o quadro trazido pelas pesquisas de Fernandes e Germani sugere que os atores sociais problemáticos por excelência, no que se refere ao ajustamento à vida urbano-industrial, são, respectivamente, o negro e o migrante interno — embora Fernandes admita, como vimos, que as dificuldades do negro em São Paulo poderiam ser generalizadas também para o conjunto das populações “rústicas” imigradas à metrópole paulistana.²² Contudo, o relativo êxito do imigrante de ultramar, que praticamente monopolizou as posições mais dinâmicas da ordem capitalista em expansão nos dois contextos, tampouco o isentaria de problemas. Cada qual a seu modo, Fernandes e Germani chamaram a atenção para um profundo descompasso na ação do imigrante: se, por um lado, ele foi crucial para a expansão e diferenciação de um setor econômico “moderno”, por outro, o seu impacto na democratização do sistema político teria sido muito pequeno, permitindo a recomposição das elites tradicionais virtualmente ameaçadas por sua ascensão social.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, embora essa questão não informe o foco da pesquisa, há algumas indicações bastante precisas a

22 Na “Nota Explicativa” que abre o primeiro volume de *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes diz que a análise do negro em São Paulo não apenas poderia ser generalizada para o conjunto das populações “rústicas” recém-imigradas, mas poderia ser vista, “em sentido literal”, como “um estudo de como o Povo emerge na história” (Fernandes, 2008b, p. 21). Conforme esclarece Gabriel Cohn, neste livro “o negro apresenta-se como a expressão mais extrema e por isso mesmo mais nítida do personagem histórico do qual não se fala explicitamente, mas que atravessa a análise de ponta a ponta: o *povo*, na sua forma específica na sociedade brasileira” (Cohn, 2002, p. 389).

respeito das razões pelas quais os grupos de imigrantes não teriam conseguido abrir o sistema de dominação conformado pelas antigas elites senhoriais. Pela própria posição ocupada na sociedade de classes, diz Fernandes, os imigrantes e seus descendentes se situavam como “um dos polos humanos do desenvolvimento da ordem social competitiva”, parecendo-lhe “óbvio que daí poderia ter nascido uma oposição ferrenha à dominação das antigas elites” (Fernandes, 2008b, p. 322). Contudo, em vez de um choque antagônico, teria ocorrido “uma sorte de acomodação mecânica de interesses paralelos”. Para o autor:

As camadas dominantes, vindas do passado senhorial e escravista, conservaram-se à testa do poder organizado política, econômica e socialmente. As demais categorias sociais se concentraram no afã de “fazer a fortuna”: ou no sentido europeu de “fazer a América”; ou no sentido brasileiro de adquirir o estalão de “gente de prol”. O importante é que decorreram quase três gerações antes que entrassem na arena como concorrentes e, até, como opositores daquelas elites. Nesse ínterim, a acomodação aludida proporcionou uma especialização táctica. O poder ficava entre as atribuições indisputadas dos seus executores tradicionais [. . .] Os demais “faziam a fortuna”. Para muitos imigrantes, a ilusão do retorno ao país de origem contava mais que qualquer motivação suplementar de prestígio ou considerações sociais; para os elementos nacionais, os mecanismos tradicionais de organização do poder enredavam a todos nas malhas do patrimonialismo e da lealdade para com seus interesses (Idem, 2008b, p. 323).

No trecho acima, vemos que Fernandes enxerga um relativo atraso na fermentação propriamente política dos imigrantes e seus descendentes (assim como dos brancos nacionais de camadas intermediárias). Isso seria devido não apenas à atuação dos círculos dirigentes, que, como reconhece o autor, tiraram proveito dessas circunstâncias e “souberam aproveitá-las com notável egoísmo, para garantir a supremacia de seus interesses e de suas preferências ideológicas”. Mas também porque “as camadas «baixas» e «intersticiais» da comunidade se envolviam muito mal, quase sempre tangencial ou superficialmente, em assuntos que não possuíssem significação

imediate para elas". Desse modo, "as velhas elites contaram com um tempo de quase três gerações de domínio absoluto, ao sabor do *antigo regime*, e só então começaram a sofrer os efeitos diretos ou indiretos da presença de outros interesses organizados na luta pelo poder". Essa situação histórica, algo desconcertante, permitiria ao autor esclarecer "por que a substituição populacional [isto é, a imigração] foi tão importante para a diferenciação da ordem socioeconômica, refletindo-se quase nada nas estruturas políticas e no clima moral da sociedade inclusiva" (Idem, 2008b, p. 324).

Nesse ponto, reveste-se de interesse a comparação com os argumentos de Germani sobre a escassa participação política dos imigrantes. Não obstante a enorme gravitação destes nos setores mais dinâmicos da economia argentina, assim como as novas possibilidades de participação política institucionalizada a partir de 1916, quando, aproveitando-se da reforma política, sobe ao poder um partido representante das classes médias, a Unión Cívica Radical (UCR, também conhecida como "radicalismo"), o peso político efetivo desses setores teria sido bastante diminuído em virtude da própria condição de "estrangeiro" (o que lhes retirava os direitos políticos). É claro que Germani não deixa de apontar para a importância da ação dos imigrantes nos "grandes movimentos de protesto das primeiras décadas do século". No entanto, ressalta que "é muito provável que os efeitos políticos da aparição dos estratos médios se vissem consideravelmente retardados por sua formação principalmente estrangeira", o mesmo acontecendo com as classes populares: "o fracasso na formação de um partido capaz de representá-la politicamente obedeceu muito provavelmente a razões semelhantes" (Germani, 1965b, p. 221). O autor ainda calcula que em termos eleitorais isto significava que "entre 50% e 70% dos habitantes se encontrava à margem de seu exercício legal" (Idem, 1965b, p. 220), tornando o país "eleitoral" bastante distinto do país "real". Em sua hipótese, o fato de que justamente os setores mais "modernizados" tivessem limitado ou anulado o seu acesso aos canais políticos teria feito do "radicalismo", um ator histórico pouco comprometido com as transformações estruturais requeridas na Argentina, o protagonista deste período:

El radicalismo que gobernó al país durante 14 años y hasta 1930, debía expresar entonces todos los nuevos estratos surgidos en virtud

de los cambios de estructura social, del paso del patrón tradicional al “moderno”, pero no puede decirse que cumplió su función. En efecto, de ninguna manera utilizó el poder para aportar aquellas transformaciones en la estructura social que hubiesen asegurado una base más segura para el funcionamiento de las instituciones democráticas y tendiente a preparar la integración de todos los estratos sociales a medida que iban emergiendo (Idem, 1965b, p. 222).

Fazendo um balanço do que representou este período da história argentina para o processo posterior de incorporação política dos migrantes rurais, Germani chama a atenção para a sua herança problemática. Durante as três primeiras décadas do século XX, justamente aquelas nas quais mais se sentiu o impacto da presença do imigrante de ultramar, seria significativa, para além da ausência de reformas estruturais, a não conformação de um forte partido de esquerda e de orientação democrática que fosse capaz de “absorver”, através de canais políticos “legítimos”, a grande massa que se instalaria na Grande Buenos Aires a partir de meados da década de 1930. Essa seria, para Germani, uma das divergências mais significativas em relação à experiência europeia: na Argentina, afirma, “nem a velha organização sindical, nem os partidos de esquerda ideológica puderam absorvê-los, tal como, por exemplo, ocorre na Itália, com as grandes migrações sul-norte cujas características sociais são tão parecidas” (Idem, 1963a, p. 363). Dito de outro modo, nos países “avançados” teria existido uma sequência histórica capaz de sincronizar minimamente a expansão da participação política com a expansão dos mecanismos institucionais, ou seja, “quando a população não incluída se torna ativa”, caso dos migrantes rurais, “existem os mecanismos capazes de canalizar a participação sem transtornos catastróficos para o sistema (ainda que obviamente não sem conflitos mais ou menos agudos)” (Idem, 1963b, p. 421). Já no contexto platino, em virtude da ausência de mecanismos democráticos que pudessem representar as camadas populares “recém-mobilizadas”, os migrantes internos encontrariam no “peronismo” o único canal político capaz de expressar suas demandas — com todas as consequências desse fato para a posterior sorte da democracia representativa no país. Nesse sentido, a adesão dos “migrantes rurais” ao governo de Perón não se explicaria somente, para Germani, pelos

traços culturais “tradicionais” dos primeiros ou pelo tipo “carismático” de liderança exercido pelo segundo, mas também por uma sequência histórica específica na qual entra de maneira decisiva o fracasso dos imigrantes de ultramar na criação de um canal político democrático.

Fernandes, por sua vez, não chegaria a esboçar este tipo de “sociologia política”, talvez até porque, no contexto paulista, a relação entre os elementos imigrantes e o “meio negro” e as identidades disponíveis no mundo político não apresentassem a mesma “transparência” — na Argentina, a própria emergência do “peronismo”, em certo sentido, fez com que a identidade dos migrantes do interior se constituísse de maneira “politizada” e “partidarizada”. Em *A integração do negro na sociedade de classes*, especialmente no segundo volume, a reconstrução histórica da atuação política dos movimentos sociais no “meio negro” feita por Fernandes não passaria, senão muito indiretamente, por suas vinculações com as lideranças partidárias da cidade. O foco argumentativo de Fernandes se concentrou especialmente no impacto desses movimentos no plano da “socialização”. Esse tipo de abordagem procurou isolar o componente que, no entender do autor, seria fundamental desses movimentos: sua contribuição na conformação de “personalidades democráticas”, quer dizer, intelectual e moralmente ajustadas à nova ordem social.²³ Mas justamente daí emergiria um dos dilemas históricos mais profundos da sociedade brasileira: apesar de atuarem “como uma espécie de vanguarda intransigente e puritana do radicalismo liberal, exigindo a plena consolidação da ordem social competitiva” (Fernandes, 2008c, p. 9), os movimentos do “meio negro” estavam confinados aos setores mais frágeis da sociedade, uma vez que não conseguiram envolver a sociedade como um todo, nem mesmo os imigrantes de ultramar. Neste “drama histórico”, a sociedade brasileira teria deixado

23 Podemos, com fins de simples conjectura, sugerir que essa circunscrição ao plano da “socialização” permitiu Fernandes realizar uma verdadeira “rotação de perspectivas” em relação à avaliação do significado político dos movimentos negros em São Paulo, especialmente se tivermos em vista as críticas altamente negativas que circulavam sobre a atuação da Frente Negra Brasileira, como as de Paulo Duarte, um dos patrocinadores da pesquisa de Bastide e Fernandes (cf. Bastos, 1988). Este último, ao chamar a atenção para as funções ressocializadoras desse movimento, concentrou o argumento no seu aspecto mais especificamente “democrático” — o que talvez ficasse bastante obscurecido se tivesse perseguido de maneira sistemática a sua conexão com o mundo político-partidário.

aos negros a “responsabilidade de se fazer justiça com as próprias mãos” (Idem, 2008c, p. 32), condenando ao malogro as tentativas de democratização da sociedade.

Em suma, o descompasso entre o protagonismo na expansão econômica e na industrialização de São Paulo e da Grande Buenos Aires e o baixo impacto na democratização política faz do imigrante, tal qual aparece nas pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Gino Germani, uma espécie de personagem-síntese da marcha recalcitrante da modernização nos países latino-americanos.

* * *

Na primeira parte deste trabalho, analisamos algumas pesquisas empíricas realizadas tanto pela “sociologia da modernização” — mais especificamente, por Joseph Kahl e Alex Inkeles — quanto por Florestan Fernandes e Gino Germani. Neste momento, é possível delinear quais são as *diferenças* mais significativas entre a produção feita pelos dois primeiros em relação aos textos de Fernandes e Germani que discutimos aqui. Não creio que as principais diferenças se situem no plano dos assuntos tratados, que, com efeito, são equivalentes: todas as pesquisas se debruçaram sobre os processos de modernização das sociedades brasileira ou argentina. No mesmo sentido, as quatro pesquisas, a despeito da variedade de posições teóricas existentes entres os autores, mobilizaram um vocabulário sociológico mais ou menos afim, baseado na conexão entre certas variáveis — urbanização, industrialização, etc. — e a modernização das condutas de certos grupos sociais. No entanto, essas aproximações entre as pesquisas de Fernandes e Germani e as da “sociologia da modernização” não devem obscurecer a percepção dos principais *deslocamentos* operados em relação àquela matriz teórica.

Em primeiro lugar, tanto Fernandes quanto Germani *tensionaram* a perspectiva “sistêmica” de que o processo de modernização geraria sempre os mesmos efeitos independentemente dos contextos sociais e das trajetórias históricas particulares. Não por acaso, os dois tiveram de incorporar a dimensão histórica como uma componente explicativa em seus argumentos, já que a modernização não parecia seguir um caminho em linha reta. Antes, as desigualdades legadas pelo passado eram reencontradas no seio

da nova ordem social. Em segundo lugar, a distinção entre grupos sociais mais “modernos” e mais “tradicionais” não era deduzida a partir de *scores* individuais numa escala de “modernismo”, mas extraída da própria experiência social brasileira e argentina. Daí que, em vez de contrastarem somatórias abstratas de indivíduos, Fernandes e Germani analisavam grupos sociais localizáveis no tempo e no espaço, como o negro, o imigrante europeu, o fazendeiro, o migrante rural, etc. Essa diferença é crucial para que possamos entender as diferentes visões a respeito da mudança social. No caso das pesquisas da “sociologia da modernização”, a análise se detinha em especificar as correlações positivas entre urbanização e industrialização e pontuações elevadas na escala de “modernismo”. Já nos textos de Fernandes e Germani, por sua vez, o impacto da modernização é visto pelo prisma das relações concretas e historicamente determinadas entre diferentes grupos sociais, relações sempre conflituosas e variáveis ao longo do tempo. Noutras palavras, Kahl e Inkeles analisaram a modernização do Brasil e da Argentina *esvaziando* a dimensão contingente dos processos históricos, esvaziamento explicativo que é a própria condição do pressuposto de “linearidade” que organizou internamente a composição de suas pesquisas. Já Fernandes e Germani *adensaram historicamente* a análise dos resultados encontrados, colocando em *tensão* a perspectiva de que as suas sociedades convergiriam para o mesmo padrão “moderno” dos países avançados. Suas formulações a respeito dos limites da ação “modernizadora” do imigrante exprimem justamente esta sorte de problemas.

Em suma, podemos dizer que o envolvimento intenso de Fernandes e Germani com as suas respectivas experiências sócio-históricas possibilitou que a matéria social — periférica e recalcitrante — com a qual lidavam repercutisse internamente em seus procedimentos de pesquisa, com resultados distintos para cada autor. Em contraste, o envolvimento apenas tangencial e indireto com essa mesma matéria social por parte de Kahl e Inkeles — a preferência pelas técnicas de *survey* são reveladoras deste contato quase “asséptico” com a matéria cuja dinâmica queriam revelar — pouco ou nada alterou os seus esquemas interpretativos básicos, levando a uma concomitante perda de poder explicativo.

Parte II

Capítulo 4

Assincronia e demora

Tu dici: “cosa devo guardare?”. Io dico:
“come devo vivere?”. È la stessa cosa.

— MICHELANGELO ANTONIONI. *Il
deserto rosso* (1962)

The progress of science and related elements of rational thought is the core and fundamental prototype of the process. Science is an inherently dynamic thing. [. . .] / The significance of this arises in the first place from the fact that there is much evidence that security [. . .] is to a high degree a function of the stability of certain elements of the socio-cultural situation. This is true especially because certain aspects of the situations people face are involved in the actual and, as they feel it, prospective fulfillment of their “legitimate expectations”. These expectations are, even apart from any neurotic distortions, apt to be highly concrete so that any change, even if it is not intrinsically unfavorable, is apt to be disturbing and arouse a reaction of anxiety. It should above all be noted that technological change inevitably disrupts the informal human relationships [. . .] (Parsons, 1964b, pp. 315).

Cuando un cambio brusco de la situación objetiva invalida el sistema de creencias, los individuos se hallan completamente desorientados; en una situación como ésta surge un sentimiento de angustia indefinida, un “miedo total”, es decir, sin objeto determinado. [. . .]

No hay duda de que es éste uno de los aspectos psicológicos más decisivos de la inseguridad colectiva que amenaza a la sociedad occidental (Germani, 1965a, p. 165).

A cidade-metrópole configurou-se antes que o homem, que nela vive, tivesse tempo de preparar-se para o seu novo estilo de vida. / Se pudéssemos apelar para o jargão sociológico, diríamos que o homem não foi socializado para viver em mundo social tão complexo como o que surgiu com o desenvolvimento tumultuoso da cidade de São Paulo. Por isso, se ele foi o agente humano do “progresso” da cidade, falhou em pontos essenciais, por sua incapacidade de elevar-se à altura das exigências da nova situação histórico-social (Fernandes, 1979, pp. 307-8).

AS TRÊS PASSAGENS, extraídas de textos de Talcott Parsons, Gino Germani e de Florestan Fernandes, respectivamente, remetem à desorientação provocada nos homens pelo vertiginoso processo de mudança social imprimido pela civilização industrial. Embora houvesse uma expectativa difusa — e relativamente otimista — quanto aos benefícios da ciência e da tecnologia no melhoramento da vida coletiva, numa imagem do moderno marcada “pelo progresso, autoaperfeiçoamento e aperfeiçoamento ilimitado do mundo social” (Botelho, 2008, p. 15), a teoria sociológica desse período não desconsiderou as dimensões problemáticas desse processo, especialmente no que se refere ao desajustamento dos equipamentos cognitivos e expressivos dos seus portadores em relação a essa ordem social em mudança acelerada. Não por acaso, a formulação sobre a mudança social mais popular desse período, e que se encontra nos três autores que destacamos aqui, chama a atenção não apenas para o que estava *acelerando* a vida coletiva, mas fundamentalmente para o que estava em *atraso*, isto é, em *descompasso* em relação aos tempos da fábrica, da ciência e da metrópole.

Refiro-me à noção de “cultural lag”, cunhada por William F. Ogburn¹ ainda na década de 1920, e que em sua acepção original dizia respeito aos

1 W. F. Ogburn, que lecionou sociologia nas prestigiosas universidades de Columbia — onde foi aluno de Franz Boas — e de Chicago, teve como centro de seus interesses sociológicos a análise do impacto das invenções (científicas, tecnológicas,

ritmos distintos da mudança social nas esferas materiais — sobretudo as invenções tecnológicas — e não materiais da cultura, produzindo “desajustamentos” de várias ordens. Associada a essa noção, portanto, está a de que existiria uma correlação entre as várias partes da sociedade moderna, e que o atraso de uma “exigiria” o seu reajustamento às demais partes em mudança.² Retomada nos anos 1940 e 1950 a partir de um vocabulário “estrutural-funcional”, empregado por diversos autores, tratava-se agora de averiguar a maior ou menor “funcionalidade” dos diferentes grupos ou instituições da sociedade em relação à sociedade global em mudança — ou melhor, ao *sentido* esperado que tomaria a mudança. É a partir desse terreno relativamente comum, no qual se situam Florestan Fernandes e Gino Germani — e também Talcott Parsons e Robert Merton, que difundiram o enfoque “estrutural-funcional” pelas diferentes sociologias então existentes — que iremos montar o cenário da comparação entre as suas formulações. Cada qual a seu modo recriou, a partir de recursos próprios, a noção de “cultural lag” em seus esquemas analíticos, com resultados teóricos divergentes que nos interessa analisar. Também pretendo sugerir, ao final do capítulo, algumas mediações possíveis entre as formulações teóricas de Fernandes e Germani, nesse particular, e os contextos sócio-históricos problemáticos nos quais estavam inseridos. Como caso de controle, começaremos a exposição reconstituindo de que modo a noção de “cultural lag” é apropriada por Talcott Parsons, destacando alguns de seus textos do chamado “período intermediário” de sua obra (Alexander, 1987, pp. 52-72), a menos explorada por sua fortuna crítica. O interesse heurístico em recuperar, aqui, as formulações parsonianas desse período se dá em virtude de sua visada crítica aos impactos da racionalização do mundo social, visada que

etc.) nas instituições sociais. Além disso, foi pioneiro no uso das novas técnicas estatísticas na mensuração dos fenômenos sociais, fenômeno que apenas se generalizaria a partir do ação institucional e intelectual de Paul Lazarsfeld em seu *Bureau*. Também se tornou conhecido pela publicação de manuais como *Sociology*, este último traduzido ao castelhano pela editora madrilenha Aguilar. Para maiores informações a respeito de Ogburn, cf. Huff (1973) e Laslett (1991).

2 “The thesis is that the various parts of modern culture are not changing at the same rate, some parts are changing much more rapidly than others; and that since there is a correlation and interdependence of parts, a rapid change in one part of our culture requires readjustments through other changes in the various correlated parts of culture” (Ogburn, 1922, pp. 200-1).

será paulatinamente expurgada nos fins da década de 1950, quando os Estados Unidos — e sua sociologia — saem da periferia e assumem a posição de vanguarda do “moderno”, difundindo aos quatro cantos uma imagem em grande medida benéfica dessa experiência social. Imagem contra a qual se bateram tanto Florestan Fernandes quanto Gino Germani, que ao longo dos anos 1960 se deram conta do potencial autoritário e excludente da “sociedade moderna” em casos “não clássicos” de revolução burguesa.

Desajustes e tensões estruturais

Em *The social system*, Parsons assinala que o peculiar dinamismo das sociedades industriais modernas repousaria, de acordo com a sua particular leitura de Max Weber, numa “racionalização institucionalizada”. Esta “racionalização”, ancorada numa “orientação de valor” mais ampla (secularização, valorização do pensamento científico, etc.), introduziria modificações permanentes no seio do que ele chama de “complexo instrumental”, isto é, das esferas sociais diretamente relacionadas ao mundo da produção material. Dessa “racionalização institucionalizada”, isto é, desta incorporação contínua dos avanços científicos e tecnológicos como parte do funcionamento esperado do “complexo instrumental” de uma sociedade industrial moderna, adviriam diversas consequências. A principal delas estaria relacionada às perturbações criadas pela “ruptura” no sistema de expectativas dos atores, uma vez que a institucionalização da ciência e da tecnologia cria “tensões nos seus entornos imediatos” (Parsons, 1964a, p. 505).³ Em termos mais específicos, essa “ruptura” se faria presente em dois planos: por um lado, (a) no plano do *sistema social*, produzindo uma diferenciação cada vez mais acentuada entre os papéis ocupacionais e os demais papéis so-

3 Como assinala Parsons em sua monografia escrita a quatro mãos com Edward Shils, “Values, motives and systems of action” (1962: 232): “There are, furthermore, powerful tendencies, once the ethos of science is institutionalized in a society sufficiently for an important scientific movement to flourish, to render it impossible to isolate scientific investigation so that it will have no technological application. Such applications in turn will have repercussions on the whole system of social relationships. Hence a society in which science is institutionalized and is also assigned a strategic position cannot be a static society”. No fundo, trata-se de uma releitura, em seus próprios termos, da hipótese da *cultural lag* desenvolvida por William F. Ogburn ainda na década de 1920 (cf. Parsons, 1964a: 505).

ciais, como os ligados ao parentesco e à família. Em termos das *pattern variables*, haveria uma dissociação máxima entre os papéis cuja orientação se dá pelo “desempenho” dos atores, definidos por critérios “universais” (ex.: eficiência) — caso das “profissões” —, e os papéis cuja orientação se ligaria às “qualidades” dos atores, definidas por critérios “particularistas” (ex.: relações de parentesco).⁴ Por outro, (*b*) no plano do *sistema da personalidade*, um acréscimo inaudito das tensões psíquicas, haja vista que a rapidez da mudança social implicaria um contínuo desajuste entre o “sistema de expectativas” previamente internalizado e as novas condições do ambiente.⁵ Estas duas consequências, assim associadas, fariam da “racionalização institucionalizada” um processo potencialmente não linear e sujeito a contingências históricas várias, trágicas até.

Devemos lembrar que o período intermediário de sua obra é marcado justamente por um grande “hiato” entre dois de seus principais livros, *The structure of social action* e *The social system*. Quando perguntado por Kenichi Tominaga, numa viagem ao Japão já ao final da vida, sobre as razões deste “hiato”, ele lembra do contexto problemático da segunda guerra mundial, e diz: “embora não estivesse engajado profissionalmente, eu fui conselheiro em Washington por um tempo” (Parsons & Tominaga, 2000, p. 54). Esta dimensão da trajetória de Parsons, que apenas há pouco vem

4 “[. . .] In the broadest terms it would seem that the development has strongly accentuated the general trend to isolation of the conjugal family, above all because professionalization and bureaucratization have both operated to accentuate the universalistic-specific-achievement pattern of an increasingly large proportion of occupational roles. [. . .] This obviously means that family and occupational unit must be sharply segregated, and that the process of allocation of personal within the occupational system must be relatively independent of kinship solidarities” (Parsons, 1964a, p. 510).

5 Trata-se do fenômeno que Parsons chama de *vested interests*, isto é, o interesse (no sentido amplo do termo) criado pelos autores na conformidade com as expectativas previamente institucionalizadas, que por sua vez estariam conectadas — segundo o teorema da “internalização” que ele toma emprestado de Freud — às gratificações esperadas pelo *sistema da personalidade*. Para o autor, uma sociedade que passa por uma mudança acelerada necessita lidar de maneira crônica com os *vested interests*: “A society where rapid technological change is going on would be expected to show many signs of strain centering about this process, and of defensive behavior on the part of groups which are threatened with the supersession or less drastic upsetting of their established ways. This may indeed be interpreted as one of the primary sources of the «security mindedness» which is so prominent in certain sectors of our society” (Parsons, 1964a, p. 507).

sendo mapeada (especialmente o seu envolvimento no esforço de guerra) (Gerhardt, 2002), parece-me fundamental para uma avaliação mais ponderada de suas diferentes concepções a respeito da modernização. Afinal, é justamente em seus textos sobre a Alemanha de Weimar e sobre o nazismo, passando pelo último capítulo de *The social system*, até chegar em suas análises sobre o fenômeno do macarthismo nos Estados Unidos, que encontramos o núcleo de sua visão mais “pessimista” sobre o impacto da “racionalização institucionalizada” na vida coletiva. Embora não possamos percorrer todos esses textos, creio que um deles, escrito no calor da guerra contra a Alemanha nazista, pode ser representativo de suas reflexões neste período: “Democracy and social structure in pre-Nazi Germany” (1942). Já de saída, a fim de conferir inteligibilidade sociológica à adesão ao “nazismo”, Parsons assinala, neste artigo, que não deveríamos “exagerar a integração dos sistemas sociais”, já que, quando se trata de problemas de mudança social, “é essencial dar atenção específica aos elementos de má-integração, tensão e perturbação na estrutura social” (Idem, 1964b, p. 117). Embora o seu problema imediato fosse a Alemanha de Weimar, ele generaliza a ideia de “tensões estruturais” e de “*free-floating aggression*” para todas as sociedades industriais modernas:

In the first place, all Western societies have been subjected in their recent history to the disorganizing effects of many kinds of rapid social change. It has been a period of rapid technological change, industrialization, urbanization, migration of population, occupational mobility, cultural, political and religious change. As a function of sheer rapidity of change which does not allow sufficient time to “settle down”, the result is the widespread insecurity — in the psychological, not only the economic sense — of a large proportion of the population, with the well-known consequences of anxiety, a good deal of free-floating aggression, a tendency to unstable emotionalism and susceptibility to emotionalized propaganda appeals and mobilization of affect around various kinds of symbols. If anything, this factor has been more prominent in Germany than elsewhere in that the process of industrialization and urbanization were particularly rapid there. In addition, the strain and social upset of the last

war were probably more severe than in the case of any other belligerent except Russia (Idem, 1964b, pp. 117-8).

Portanto, sugere Parsons, os riscos associados a uma mudança social acelerada, como o de uma “insegurança psicológica generalizada”, poderiam desaguar, em casos de tensão muito aguda, em movimentos de tipo “totalitário”.⁶ Mesmo que em *The social system* ele faça a ressalva da excepcionalidade da sociedade norte-americana neste particular, posto que a “fluidez” de sua estrutura social (ao contrário da rigidez e do “formalismo” alemão) não teria criado as condições de uma ruptura de corte revolucionário, logo depois o fenômeno do “macarthismo” remeteria a problemas análogos, dada a “compulsão” por ele criada em torno da lealdade e da conformidade aos valores do “anticomunismo”.⁷ Portanto, é somente a partir da segunda metade da década de 1950 que Talcott Parsons começa a cristalizar uma imagem mais “otimista” da experiência social moderna, especialmente ao identificar as conexões positivas entre a diferenciação funcional, a autonomia dos indivíduos e a democratização das relações sociais — lembremos que, nos artigos da etapa “intermediária”, era a própria diferenciação (“racionalização”) que estava na raiz dos problemas de ajustamento dos atores.

6 Como nos lembra Jeffrey Alexander, é neste período “intermediário” que Parsons começa a incorporar de maneira mais sistemáticas as contribuições de Freud. Nas palavras de Parsons (1955, p. 127): “It is a generalization well established in social science that neither individuals nor societies can undergo major structural changes without the likelihood of producing a considerable element of irrational behavior. There will tend to be conspicuous distortions of the patterns of value and of the normal beliefs about the facts of situations. These distorted beliefs and promptings to irrational action will also tend to be heavily weighted with emotion, to be over determined; as the psychologists say”. Devemos lembrar, no entanto, que a incorporação da “psicanálise” às ciências sociais não é uma idiossincrasia parsoniana, mas um traço mais geral da sociologia dos anos 1940-50. No caso da Argentina, Blanco (2006) mostrou a profunda interlocução de Gino Germani com a psicologia social. Mesmo no Brasil, onde esse processo pareceria menos acentuado, é possível indicar várias contribuições nesse sentido. Basta consultarmos o manual *Personalidade*, escrito por Dante Moreira Leite (1967): neste livro, os textos de Florestan Fernandes sobre Tiago Marques Aipobureau são vistos como uma contribuição à “psicologia social”.

7 Cf. a publicação organizada por Daniel Bell, *The new American right* (1955), no qual constam análises de David Riesman, de Talcott Parsons, de Seymour Lipset, dentre outros, sobre a “nova direita” e o “macarthismo”.

Como sugere Jeffrey Alexander, está implicada nesta passagem a própria modificação da situação imediata norte-americana:⁸ a aparente superação do “macarthismo” (em suas expressões mais fortes, pelo menos), a consolidação da posição de liderança do bloco capitalista no plano mundial e, por fim, a retomada do crescimento econômico com estabilidade política. O *aggiornamento* de Parsons, neste particular, fez-se presente em uma série de trabalhos, dentre os quais podemos citar: *Economy and society* (1956), escrito a quatro mãos com Neil Smelser, no qual ele começa a elaborar o seu “paradigma” da diferenciação sistêmica — e que se tornará conhecido mais tarde como esquema *AGIL* —; na resenha de 1957 ao livro *The power elite*, de Charles Wright Mills, quando Parsons assinala que a diferenciação de uma *polity* não implicaria (como pensaríamos num jogo de “soma-zero”) uma perda de poder do cidadão comum, muito pelo contrário; e, por fim, já na virada para a próxima década, no artigo “«Voting» and the equilibrium of the American political system” (1959). Nesse texto, no fundo uma reelaboração dos resultados estatísticos elaborados por Paul Lazarsfeld e sua equipe em *Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign* (1954), Parsons ressalta as virtudes do sistema político bipartidário dos Estados Unidos no duplo processo de manutenção do equilíbrio político com abertura à mudança social, isto é, ele seria capaz de aumentar a eficiência do sistema social como um todo sem comprometer a realização de certas “orientações de valor” democráticas.⁹ Cumpre lembrar que, se por um lado esta “virada” nas formulações de Parsons coincide com a consolidação de seu prestígio à testa do Departamento de Relações Sociais da Universidade de Harvard, por outro é ainda em 1959 que ele, junto com Lazarsfeld, conhece uma das críticas mais influentes (e difundidas mundialmente) à sua obra: o livro *The sociological imagination*, de Wright Mills.

8 “In ideological terms, this shift in perspective represents a transition from a critical to a relatively complacent liberalism. America and other democratic capitalist societies had entered the Cold War, and their citizens earnestly held up their particular patterns of capitalist and democratic social development as universal and right. The euphoria of the immediate postwar period seems also to have had a major impact, sweeping away the doubt and negativism of the prewar and depression years. But there were also more legitimate, scientific reasons for this change in Parsons’s work. A stable and rational order may in fact be possible, and one cannot begrudge Parsons the ambition, which he shared with all his great classical predecessors, to explore just how this possibility might actually come about” (Alexander, 1987, p. 75).

9 Posteriormente, estes textos foram reunidos em Parsons (1969).

O que acontece, no entanto, quando a realidade histórica, ao contrário do que se passou com Parsons, parece aos autores cada vez mais problemática? É o que veremos a seguir, pela análise de alguns textos de Gino Germani e de Florestan Fernandes da passagem dos anos 1950 à década seguinte.

“Assincronia” e catástrofe

Em 1944, Gino Germani publica no *Boletín* do Instituto de Sociología da Universidad de Buenos Aires o artigo “Anomía y desintegración social”, um de seus primeiros trabalhos teóricos. Nesse texto, ele passa em revista diferentes visões sociológicas a respeito dos problemas de integração social no mundo moderno, começando pelas noções de “anomía” formuladas por Émile Durkheim e Maurice Halbwachs, passando pelos trabalhos de William I. Thomas e Florian Znaniecki (da “Escola de Chicago”), sobre os processos de “desintegração social”, até chegar às questões colocadas por Karl Mannheim e Erich Fromm acerca das formas “totalitárias” de ajustamento social. Ao percorrer esse extenso arco de autores e perspectivas, Germani se posiciona no interior do debate referido à “crise contemporânea”, como ele e outros a denominavam. O seu ponto específico, nesse texto, é ressaltar que os efeitos “desintegradores” experimentados pelas sociedades modernas (a ele) contemporâneas não poderiam ser tomados como um traço estrutural deste tipo de sociedade. Eles seriam antes de um processo de “demora cultural”, isto é, uma consequência da não universalização do “espírito moderno” para toda a sociedade:

[. . .] y eso es, de hecho, lo que ha ocurrido en el mundo occidental y lo que puede observarse hoy: subsistencia de muchas estructuras tradicionales que se conservan con mayor o menor vigencia; formación de nuevas estructuras, orientadas por el espíritu “moderno” de carácter racionalista o individualista, y, por último, vastos sectores de la vida social parcialmente desintegrados. Por lo tanto, no es en el “espíritu moderno”, como tal, donde debe buscarse la causa de la desintegración creciente en nuestra sociedad, sino, por el contrario, en el hecho de que ese espíritu no haya podido extenderse e impregnar toda la organización social (Germani, 1966, p. 153).

Para Germani, portanto, a “crise contemporânea” poderia ser lida como resultado do “crescimento desproporcionado das diversas partes que constituem a sociedade” (Idem, 1966, p. 162). Aliás, o autor chega a dizer textualmente que o problema da “demora cultural” é fundamental, pois “se trata justamente do fenômeno da crise” (Idem, 1966, 108). Para ele, a coexistência de tempos históricos distintos, haja vista a permanência deteriorada de estruturas tradicionais em meio a uma organização social moderna ainda em consolidação, acarretaria nos agentes um estado crônico de insegurança coletiva, com “resultados incalculáveis” (Idem, 1966, p. 161) ou até mesmo catastróficos (Idem, 1966, p. 162). Esta forma de lidar com o problema da “demora cultural” colocava Germani no interior de um debate mais amplo, que agitou os meios sociólogos no período pós-guerra quanto às origens e à natureza do fascismo europeu. Questão candente especialmente para os exilados alemães ou do Leste europeu — Theodor Adorno, Max Horkheimer, Erich Fromm, Norbert Elias, Karl Mannheim, dentre outros —, ela se converteu numa das preocupações intelectuais mais duradouras de Gino Germani, ele mesmo vítima do fascismo italiano. Aliás, é justamente o seu esforço em entender o sentido da “catástrofe”, como ele denomina o fascismo, que explica a intensa recepção dos autores da “Escola de Frankfurt” em vários de seus textos.¹⁰ Mesmo em fins da década de 1950, quando Germani começa a sistematizar um quadro analítico afinado com algumas das teses da “sociologia da modernização” norte-americana, este *background* ao mesmo tempo biográfico e intelectual não desaparece, muito pelo contrário. Permanentemente acionado em virtude das ambíguas relações entre o “peronismo” e o fascismo europeu, Germani jamais desconsiderou as saídas “totalitárias” como se elas fossem simples resíduos históricos, inscrevendo-as antes como uma potencialidade que rondaria todo e qualquer processo de “secularização”. Mas antes de darmos este passo, vejamos mais atentamente como funciona a noção de “demora cultural” nos textos de Germani.

Nos três primeiros capítulos de *Política y sociedad en una época de transición social: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*, publicado

10 Uma análise muito bem cuidada a este respeito, e que mobiliza uma enorme quantidade de material empírico-documental, pode ser encontrada em Blanco (2006).

pela primeira vez em 1962, mas que reúne textos também da década anterior, Germani expõe as suas proposições mais gerais no que tange ao estudo da mudança social.¹¹ Embora a noção de “demora cultural” esteja aí presente em diversos momentos, ele prefere designá-la a partir do termo mais amplo *assincronia*, posto que ele permitiria dar conta dos “atrasos” de todo e qualquer tipo, sejam eles de ordem cultural, econômica, ou sociopsicológica. No entanto, o termo *atraso* requer, logo de saída, uma justificação sobre o *sentido* dos processos de mudança. Afinal, quais são os critérios usados para avaliar o que está atrasado, o que está avançado e o que está sincronizado? Neste particular, Germani é bastante atento aos riscos de se reificar os “modelos de referência”, já que eles sempre trariam consigo alguma carga valorativa. Assim, ao enunciar o que ele chama de “juízos de funcionalidade” (Idem, 1965a, pp. 42-3), isto é, a avaliação acerca do relativo “ajuste” ou “desajuste” de determinada esfera social em relação à sociedade global em mudança, o sociólogo deveria sempre, em seu entender, explicitar as suas escolhas teóricas. Em seu caso, Germani analisa as “assincronias” a partir das tipologias, convencionais àquela época, que contrastavam uma “sociedade tradicional” a uma outra “sociedade moderna”,¹²

11 Estes capítulos, que deram azo para toda uma série de acusações quanto à adesão irrestrita de Germani às teses de Parsons, eram originalmente material didático usado pelo autor em seus cursos na Universidade de Buenos Aires — e, no caso do terceiro capítulo, ele era uma compilação de uma série de intervenções de Germani nos congressos de sociologia da região. Esta ressalva é importante, conforme nos lembra Alejandro Blanco, para que possamos situar de maneira correta a recepção das teses de Parsons por Gino Germani. Continuando aqui o movimento iniciado por Blanco no artigo “Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani” (2003), pretendo mostrar como há diferenças fundamentais entre Germani e Parsons até mesmo nos textos considerados como os mais “parsonianos”. Apesar dos trabalhos bem documentados de Blanco a este respeito, a adesão de Germani ao “parsonianismo” continua uma questão polêmica, como podemos ver no artigo de Carlos Acevedo Rodríguez, “Germani y el estructural-funcionalismo, evolucionismo y fe en la razón: aspectos de la involución irracional” (2009).

12 Gino Germani (1965, p. 116) chama a atenção para “as limitações e os perigos de semelhante esquematização, que são os de toda tipologia”, haja vista que ela minimiza, dentre outras coisas, as variações internas a cada tipo de sociedade. Em seus termos: “[. . .] por un lado, carecemos todavía de formulaciones claras que permitan construir una tipología de la sociedad industrial «en general», capaz de incluir, como variedades, los diferentes tipos de sociedad industrial que han ido apareciendo hasta el presente; en segundo lugar, la intención del esquema [. . .] era sobre todo la de *su posible aplicación a los países de América Latina y a la Argentina en particular, y para este propósito, el modelo 'occidental' parecía el más adecuado históricamente*”

embora em diversas ocasiões ele tenha preferido empregar os termos *sociedade industrial* ou *sociedade de massas*, o que creio não ser causal. Portanto, a fim de entendermos por que, para Germani, o fenômeno da “assincronia” seria universal — e, mais ainda, crônico nas sociedades em modernização — devemos reconstruir rapidamente a sua visão sobre o que ele denomina processo de “secularização”.

O termo *secularização*, que à primeira vista parece ter inegável parentesco weberiano, refere-se, nos textos de Gino Germani, ao processo mais geral de mudança social que acompanha a modernização. O seu uso no lugar do termo *racionalização* explica-se, a meu ver, em virtude de sua forma muito específica de entender o tipo de ação social que seria predominante numa sociedade “moderna”: nestas sociedades “secularizadas”, o marco normativo não fixaria ou prescreveria cursos de ação definidos, mas imporia a escolha. Não obstante a ambivalência do argumento, pois se trata de uma norma que sanciona a *necessidade da escolha* (o que parece uma contradição em termos), este tipo de “ação eletiva”, como Germani a denomina, estaria na raiz do peculiar dinamismo das sociedades “modernas”. Vejamos o seguinte trecho:

En las sociedades *tradicionales no industriales* la mayor parte de las acciones humanas se realizan en base a prescripciones: puede haber mayor o menor tolerancia o puede haber variabilidad de comportamiento alrededor de una pauta moral, *pero no hay elección*. [. . .] En la sociedad industrial una parte significativa de las acciones humanas se realizan en base a elección; frente a una situación dada, la persona *debe* dar su propia solución, *debe elegir* [. . .]. Esta elección, sin embargo, *no es del todo libre o indeterminada*. La acción de tipo *electivo* que caracteriza la sociedad industrial resulta, en efecto, no menos regulada que la acción prescriptiva. Pero la forma de regularla, su marco *normativo*, es esencialmente distinto: en un caso lo que se prescribe *es un determinado comportamiento*, en el otro es *una forma de elegirlo*. Un ejemplo muy claro podemos extraerlo de la acción

(Ibidem, grifos meus). Portanto, quando Germani avalia as “assincronias” presentes no caso histórico argentino, ele toma como modelo de comparação explícito a experiência dos países de modernização pioneira — o que ele chama de “modelo ocidental”.

económica. [. . .] en una economía industrial se *prescribe la elección de un procedimiento*; pero no ya la elección de *cualquier procedimiento*, sino la del *procedimiento más eficiente* [. . .]. Es decir, que en la sociedad industrial la acción económica es electiva, hay que elegir, *pero se prescribe cómo realizar la elección misma*, y a este respecto se fija el *principio de la racionalidad instrumental* (Idem, 1965a, pp. 72-3, *itálicos no original*).

O imperativo da “escolha” nas sociedades “industriais” resultaria, portanto, num maior espaço de liberdade para aos atores sociais. No entanto, como ele salienta, se curso de ação é “eletivo”, os critérios que o balizam não são inteiramente arbitrários. Para cada âmbito de ação haveria uma certa prescrição na forma da “escolha”: “racionalidade instrumental”, no caso da ação econômica, “amor romântico”, na vida amorosa, e assim por diante.¹³ Exemplificando, o tipo de sanções que correspondem a quem não se comporta no mercado a partir de um critério de “eficiência” — falência econômica — não é equivalente às sanções cabíveis a um ator que viola normas consideradas “sagradas”. Aqui, assinala Germani, “viola a norma o que não sabe escolher, o que escolhe em desacordo com os critérios prescritos para este tipo de situação” (Idem, 1965a, p. 73). No entanto, se o critério pode ser relativamente fixado, os conteúdos dessas ações variariam enormemente, o que torna a própria integração social na sociedade “industrial” potencialmente problemática. Neste particular, o contraste com a sociedade “pré-industrial” é elucidativo.

Em uma sociedade “pré-industrial”, diz o autor, a estrutura social se caracteriza por ser um “complexo indiferenciado de instituições”, no qual predominaria um caráter “sagrado”, isto é, “não apenas religioso em sentido estrito, mas também atemporal, intocável pela mudança, inalterável através da sucessão de gerações, afirmado sobre o caráter intocável dos valores *tradicionais*” (Idem, 1965a, p. 72). Já em uma sociedade “secularizada”,

13 É nesse sentido que Germani considera a sua tipologia de ação mais abrangente que a de Max Weber. Pois, para ele, certas formas de ação afetiva poderiam ser caracterizadas plenamente como formas de ação eletiva: “hay acciones de tipo electivo en las cuales rige algún criterio de elección de orden afectivo; tal es el caso, por ejemplo, del patrón del «amor romántico» en la elección del cónyuge” (Germani, 1965a, p. 65).

cujos marco normativo é “eletivo”, ocorreria justamente o inverso: a própria mudança se institucionaliza, tornando-se “um fenômeno normal, um fenômeno previsto pelas próprias normas” (Idem, 1965a, p. 73). Como ressalta Germani, a ideia de que a mudança e a “ação eletiva” se encontram institucionalizadas poderia soar, à primeira vista, paradoxal, pois isso significa que o próprio padrão de integração da sociedade “industrial” se encontra sujeito a tensões mais ou menos intensas:

La institucionalización del cambio y de la acción electiva se presentan en cierto sentido como paradójicas en vista de la función esencial que ejercen, para el mantenimiento de la estabilidad, las formas de integración basadas en la acción tradicional y en el hecho del ajuste recíproco de las diferentes partes de la cultura y de la sociedad: correspondencia de instituciones, de status y de roles. Se ha observado que esto inevitablemente es fuente de tensiones y se traduce a su vez en nuevos elementos del cambio (Idem, 1965a, p. 74).

Essas tensões, acima identificadas pelo autor, tenderiam a se agravar ainda mais em virtude de outra característica marcante da sociedade “industrial”: ao contrário da sociedade “tradicional”, ela promoveria uma crescente diferenciação e especialização de suas instituições. Nela, assinala Germani, “a economia assume particular importância e cria sua própria organização, e o mesmo acontece com a educação, com a atividade política, recreativa ou expressiva, etc.”, tornando problemática a “integração em torno de valores centrais comuns”. Na medida em que “cada esfera institucional tende a adquirir uma relativa *autonomia valorativa*” (Ibidem), as sociedades “secularizadas” apresentariam “um grau muito menor de «congruência valorativa»” que as sociedades “tradicionais”, embora este traço não implique necessariamente, para o autor, a impossibilidade “da existência de certos valores comuns subjacentes” (Idem, 1965a, p. 75).¹⁴

14 Embora Germani chame a atenção para a diferenciação das esferas de valor na modernidade, ele não deixa de se referir, ainda assim, à existência de um “marco normativo” comum. Contudo, sua vigência seria problemática, haja vista a própria lógica da “secularização”. Conforme pontua Gonzalo Varela Petito (2008, p. 242), no artigo “Gino Germani en su circunstancia”: “No sabemos si se planteó la

Este último ponto é importante, nos argumentos de Germani, porque o caráter móvel, instável e muitas vezes precário de um marco normativo “eletivo” não levaria necessariamente a uma situação de anomia, quer dizer, de desintegração social. Isso porque, como toda e qualquer sociedade, “também as sociedades que se caracterizam por um alto nível de secularização devem contar com certo grau de integração normativa”, que, neste caso, diria respeito “ao nível mínimo necessário para assegurar a existência dos *critérios* de escolha e dos *critérios* de mudanças” (Idem, 1965a, p. 81). Num nível muito geral, esses critérios seriam dados pela “*afirmação da liberdade individual* (e da *responsabilidade quanto ao exercício desta liberdade*), *como um valor definido pela cultura* (o ‘individualismo’)” (Idem, 1965a, p. 57, *itálicos no original*). No entanto, a questão decisiva, para ele, era saber até que ponto a marcha da secularização, com a imposição do princípio da “escolha”, poderia ser estendida para todas as esferas da sociedade, e não apenas para o mundo da economia, da ciência e da técnica. Aliás, neste ponto reside, para Germani, uma “fonte de tensões implícita ao próprio tipo da sociedade industrial e, portanto, um possível limite intrínseco à secularização”, exemplificado no texto com a questão da família. Apesar de sua transformação em família “nuclear”, o que indicaria uma especialização máxima da esfera dos grupos primários, o predomínio em seu seio de “relações difusas, afetivamente carregadas, particularistas e designadas de maneira *adscrita*” (Idem, 1965a, p. 88) — aqui Germani explicitamente se apoia nas *pattern-variables* parsonianas — poderia representar um possível teto à “secularização”. Ainda assim, o autor considera que, uma vez iniciada a modernização da estrutura social, “o crescimento progressivo do tipo de marco eletivo dificilmente pode ser detido de maneira definitiva” (Idem, 1965a, p. 64).

Essa expectativa, contudo, não o exime de considerar diferentes situações históricas problemáticas. A primeira, mais simples, consiste em que “sempre é possível que voltem a se formar «tradições» em áreas caracterizadas

hipótesis de que una sociedad compleja por definición funciona sin consenso de valores — como afirmaría Niklas Luhmann — pero en todo caso no veía que la historia corriera, de acuerdo al sentido común funcionalista (pero también al marxista) por carriles científicamente predecibles, pues la modernización podía seguir trayectos variados y contradictorios”.

antes pela «escolha» (Idem, 1965a, p. 64), possibilidade que Germani pouco desenvolve. A segunda, muito comum nos países em “transição”, como a Argentina, seria designada por ele como “tradicionalismo ideológico”, que teria a ver com as tentativas de elites tradicionais em circunscrever a introdução das pautas “eletivas” apenas à dimensão técnico-econômica da sociedade. Em seus termos:

Especialmente se sostiene el mantenimiento de lo tradicional en todo lo que no toque a la acción técnico-económica propiamente dicha. De este modo se tiende a mantener en lo posible las instituciones “tradicionales” en cuanto a familia, instituciones políticas (o por lo menos poder político efectivo), educación, estratificación social. La “electividad de la acción”, el énfasis sobre la capacidad de auto-determinación y racionalidad, debería quedar limitado a la restringida esfera de la acción económico-técnica (Idem, 1965a, p. 112).

A terceira alternativa à expansão do marco normativo “eletivo”, que em certa medida se aproxima do “tradicionalismo ideológico”, mas o ultrapassa, se encontra na existências das “formas totalitárias, com a criação artificial de novas «tradições»” (Idem, 1965a, p. 116). Nesse caso, a redução da heterogeneidade social implicada pela sociedade industrial seria feita de maneira violenta e compulsória, com vistas à criação de ajustamentos “automáticos”, isto é, com a própria negação da liberdade. Embora, para Germani, os riscos de uma solução “totalitária” estivessem inscritos em todo e qualquer processo de “secularização” — já que, potencialmente, os próprios valores da autonomia e da liberdade poderiam ser “dessacralizados”¹⁵ —, eles seriam endêmicos nos processos “tardios” de mudança social.

15 No meio de *Política y sociedad en una época de transición*, aparecem “soltas” algumas notas de um esquema que Germani usava em suas aulas na Universidade de Buenos Aires, intituladas “Algunos caracteres de las transformaciones recientes en la esfera de la «integración», «sistema de valores», «personalidad»”. Nessas notas, ele sumariza, de maneira quase críptica, algumas das principais críticas à sociedade de massas feitas por David Riesman, Erich Fromm, Theodor Adorno, Karl Mannheim, dentre outros: “Algunos caracteres contradictorios con relación a los valores centrales de la sociedad industrial urbana, en su expresión «ideal» de tipo liberal (rasgos de la sociedad denominada de «masas»): Formas anónimas de integración: «crisis de la estimativa», «anomia», «desintegración social»; incapacidad de adaptarse al cambio

Trata-se, aliás, de *leitmotiv* de *Política y sociedad en una época de transición* indicar em que medida a aceleração da mudança em países atrasados implicou uma carga de tensão social até então desconhecida nas experiências pioneiras (e relativamente bem-sucedidas) de modernização. Para ele, esse estado de tensão amplificada estaria diretamente relacionado com o agravamento da “assincronia” (que é o termo que usa para tratar da “demora cultural”) entre as diferentes partes da sociedade em mudança, acarretando desajustes normativos e psicossociais de toda ordem. Embora a existência de “assincronias” seja um fenômeno “universal”, ela traria problemas novos nos países de desenvolvimento tardio:

Ese fenómeno es de carácter universal: las sociedades que han iniciado tempranamente la transición desde una estructura tradicional hacia una estructura industrial, lo han conocido, y aun en etapas avanzadas de desarrollo incluyen en sus respectivas áreas zonas de “sub-desarrollo” relativo (tales los casos del sur de Estados Unidos, el sur de Italia, etc.), pero donde se ha presentado en el carácter de oposición radical ha sido sobre todo en los países de desarrollo tardío, y en donde ha sido inducido “desde afuera” y no endogenizado, como en el caso de los países de Occidente (Idem, 1965a, p. 36).

Oposição radical, desenvolvimento induzido: diferenças significativas que permitirão que Germani considere o peso decisivo do ritmo e das sequências históricas na avaliação do *sentido* divergente da modernização nos países “atrasados”. Por um lado, o *timing* das mudanças seria muito mais abrupto. “Se a Inglaterra tardou 140 anos para passar da fase que Rostow chama de *take off* — o arranco no processo de desenvolvimento econômico — até a fase atual do consumo de massa”, assinala o autor,

y a la elección de valores [. . .]. Fracaso en la formación de una personalidad autónoma “liberada”; sentimientos de aislamiento; inseguridad colectiva, «miedo a la libertad»; desajustes frente a una sociedad competitiva; «personalidad neurótica de nuestro tiempo». Aparecen tendencias compulsivas a reducir la heterogeneidad, la accesibilidad, la comunicación; reducción de la tolerancia: racismo, nacionalismo, intolerancia ideológica; clasismo; reacción violenta al cambio: estaticidad compulsiva; intentos de restablecer vínculos primarios y sentimientos de pertenencia. Nuevas «místicas». Irrracionalismo” (Germani, 1965a, p. 126).

“estes lapsos se reduzem a 60 anos para os Estados Unidos, a 40 ou 50 anos para o Japão, a muito menos para Austrália, Rússia, etc.” (Idem, 1965a, p. 69). Por outro lado, a própria existência de países mais avançados na modernização geraria um tamanho “efeito-demonstração” nos países (que se veem) atrasados que se poderia dizer que dificilmente “os países que sucessivamente iniciam o processo vão repetir as mesmas fases e etapas pelas quais passaram as regiões que os precederam no tempo”. E completa: “Isto significa que o *estado atual* do desenvolvimento econômico dos países que se encontram em etapas mais avançadas influi (ou pode influir) com diferente extensão e intensidade no processo que tem lugar nos países menos desenvolvidos” (Idem, 1965a, pp. 99-100).

Dessa combinação de mudança social acelerada e “efeito-demonstração”, fenômenos inteiramente novos — da perspectiva dos países-líderes da modernização, que funcionam como “modelos de referência” — poderiam surgir. No plano político, dimensão que sempre foi crucial para Germani, um traço decisivo — e *trágico* — seria a possível coexistência de um Estado “racional” com formas “não racionais” de autoridade, isto é, alheias à democracia representativa. Essa combinação, no fundo um “efeito de fusão” (Idem, 1965a, p. 104), de acordo com o autor, seria resultado do descompasso entre um alto nível de aspirações das camadas populares, que se guiariam pelo patamar alcançado pelos trabalhadores dos países “avançados” (Idem, 1965a, p. 107), e uma experiência social marcada por um horizonte cultural ainda tradicional, embora em vias de desintegração. Esta “assincronia” entre a pressão por participação política crescente — que seria, para Germani, mais um índice de “secularização” — e uma passagem abrupta ao mundo industrial, dada a velocidade da modernização, poderia fazer refluir a “racionalização” da autoridade que seria típica do “modelo ocidental”. Em seus termos:

En efecto, en los países más adelantados en el proceso, no sólo el tipo de organización administrativa y política tendió a racionalizarse al máximo, sino que a la vez el tipo de autoridad asumió — dentro de ciertos límites — esa misma forma, desapareciendo o disminuyendo considerablemente las componentes tradicionales y carismáticas. Por el contrario, en varios de los países que iniciaron el cambio más tar-

díamente, mientras la organización del Estado adquiría forma racional, el tipo de autoridad, particularmente en los niveles más altos, asumía formas abiertamente no racionales. / Es posible que este fenómeno esté relacionado con las particulares necesidades de integración normativa que se presentan en países sometidos a un ritmo muy rápido de secularización: en estos casos la lealtad al Estado nacional y su personificación en determinados símbolos puede alcanzar particular intensidad y acompañarse de tales formas no racionales de autoridad. [...] estos países pasarían así casi sin transición, de lo que podríamos llamar la centralización tradicional, a las novísimas formas de concentración del poder, vinculadas a formas avanzadas del desarrollo técnico-económico (Idem, 1965a, p. 87).

No trecho, percebemos em que medida Germani concebia que a marcha da modernização, especialmente em contextos de “atraso”, poderia ser totalmente não linear em relação à experiência histórica dos países “avançados”. O que se apresenta sobretudo como um problema, para o ponto de vista de um sociólogo que fazia suas indagações a respeito do “moderno” pelo prisma da “liberdade” e “autonomia” individuais. Quer dizer: certas sequências históricas poderiam simplesmente tornar a vida humana extremamente vulnerável, em total dissociação com as promessas emancipatórias em geral associadas à modernidade. Que essas formulações estejam relacionadas à experiência de um exilado italiano do fascismo na Argentina, onde o surgimento do “peronismo” lhe continuou a complicar a vida, é uma mediação quase direta e inescapável. Creio que o desafio maior, como tentei demonstrar até aqui, é ver até em que medida a inscrição específica de Germani neste contexto sócio-histórico problemático lhe permitiu colocar, no plano teórico, perguntas diferentes e em até certa medida inovadoras em relação, por exemplo, ao “estrutural-funcionalismo” parsoniano. Por um lado, ele transforma a noção de “demora cultural”, rebatizada como “assincronia”, numa manifestação onipresente, que, em contextos de modernização tardia e acelerada (como a Argentina), torna mais provável o “desajuste” e o “desequilíbrio” que os movimentos “ajustados” ou “equilibrados”. Por outro, ao conceber a “secularização” como um processo que tornaria, no limite, a própria existência de um marco normativo comum

problemática, as tentativas de redução da contingência e da heterogeneidade a partir de ajustamentos sociais “compulsórios”, “automáticos” — numa palavra, “totalitários” — jamais poderia ser descartado. No fundo, o que o separa de um autor como Parsons, por exemplo, é a sua descrença de que o “marco normativo” — equivalente do “sistema cultural” de Parsons — pudesse funcionar, tal como o sociólogo de Harvard formalizou na década de 1960 com o seu esquema AGIL, como uma instância última de controle “cibernético”, isto é, como um mecanismo “estabilizador”. Para Germani, muito pelo contrário, o núcleo normativo de uma sociedade “secularizada”, ao prescrever a liberdade, não apenas seria fonte permanente de tensões como, ao estender a reflexividade sobre si mesmo, poderia colocar as suas próprias premissas — a liberdade e a autonomia — sob discussão e questionamento. Daí o tom cético e pessimista de muitas de suas colocações, que apenas com muito boa vontade poderia ser assimilada sem resto ao *mainstream* da “sociologia da modernização”.

“Demora cultural” e desigualdades

Embora também tenha se debruçado sobre uma experiência sócio-histórica problemática, caso da sociedade brasileira, os problemas levantados por Florestan Fernandes, ao operar com a noção de “demora cultural”, foram bastante distintos. Se Germani chamou a atenção para as viravoltas repressivas e potencialmente totalitárias da modernização — especialmente nos processos “tardios” —, Fernandes, por seu turno, voltou o melhor de sua atenção para a persistência (ou agravamento) de desigualdades seculares. Como vimos, Germani localizava as diferenças entre as sociedades de modernização “tardia” em relação ao “modelo ocidental” como um problema de variação no *timing* e nas sequências históricas, alimentando “assincronias” e tensões sociais — muitas vezes com consequências catastróficas. No caso de Fernandes, a questão da especificidade brasileira em relação aos países avançados do “círculo civilizatório ocidental” assume outras cores. Ela passa sobretudo pela seguinte pergunta: por que “os direitos e garantias sociais assegurados ao homem pela sociedade de classes” (Fernandes, 1979, p. 333) não se universalizam? Ou melhor: por que os privilégios herdados de uma “sociedade estamental e de castas” — como demonstraram os resultados de sua ampla investigação sobre o negro em São

Paulo — continuam vigentes na nova ordem urbano-industrial? É claro que, ao orientar-se por este questionamento, com o fito de entender a dinâmica da “sociedade de classes”, o problema da “liberdade” e da “autonomia” dos agentes sociais (cruciais para Germani) obviamente acompanham o andamento da análise. Contudo, é sobretudo pelo prisma da “democratização” do sistema social, isto é, da extensão dos direitos ao conjunto da população, que Fernandes analisa os problemas típicos da “sociedade de classes” no Brasil. Aliás, a própria introdução do termo “sociedade de classes”, em vez de “sociedade industrial” ou “de massas” — como faz Germani —, já coloca em primeiro plano a questão da desigualdade. Se a discussão travada em torno da noção de “sociedade de massas” aponta para problemas referidos à liberdade e à autonomia dos agentes, o uso do termo “sociedade de classes” traz ao primeiro plano o fator básico da desigualdade social e sua forma de estruturação.

Ao contrário de Germani, Fernandes não concentrou a exposição de seu quadro analítico num único livro, dispersando-os consideravelmente. Por essa razão, nossos argumentos aqui se baseiam sobretudo em “Atitudes e motivações desfavoráveis ao desenvolvimento” (1959), conferência proferida no seminário “Resistências à mudança” (organizado pelo CLAPCS) e que, logo depois, serviu como introdução à primeira edição de *Mudanças sociais no Brasil* (1960). Neste texto, o autor expõe o que ele considera o dinamismo típico de uma “sociedade de classes” e as razões pelas quais este “tipo social” apenas preencheria de maneira incompleta e unilateral as suas “funções” na sociedade brasileira. Uma das hipóteses que ele considera é justamente a da “demora cultural”, como veremos mais à frente.

Os textos de Florestan Fernandes a respeito da mudança social e do desenvolvimento desse período possuem uma nota mais ou menos comum: eles assinalam que a sociedade brasileira tenderia, de modo variável mas constante, a realizar o “tipo social” de uma “sociedade de classes”. A noção de “tipo” remete, para o autor, às instâncias de generalização próprias à teoria sociológica, levando a análise para além do simples registro empírico. Quer dizer: não bastaria apenas “descrever” o padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira, mas seria necessário identificar, neste sistema social concreto, quais seriam as “modificações relevantes para a realização do tipo

social que lhe seja inerente ou para qual tenda de forma irreversível” (Idem, 1979, p. 317). À primeira vista, essa formulação parece indicar, como sugere a expressão “de forma irreversível”, que o autor está confiante de que, a despeito de seus arcaísmos e desigualdades, a sociedade brasileira poderia realizar, pelo menos a longo prazo, as potencialidades inscritas na “sociedade de classes”. Mas que potencialidades seriam estas? Assim Fernandes expõe a questão:

A expansão orgânica da civilização baseada na ciência e na tecnologia científica requer, essencialmente, a universalização e o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana, a democratização da educação e do poder, a divulgação e a consagração de modelos racionais de pensamento e de ação, a valorização e a propagação do planejamento em matérias de interesse público etc. (Idem, 1979, pp. 322-3).

Noutros termos, a “sociedade de classes”, pelo menos no “plano simbólico” (Idem, 1979, p. 330), colocaria sobre os seus membros um conjunto de exigências, dentre as quais a “necessidade” da universalização dos direitos e das garantias sociais. Essa exigência, contudo, não eliminaria automaticamente as situações de “privilégio” — ou, no vocabulário do autor, de monopolização da renda, do poder e do prestígio social. Isso porque, no plano “estrutural”, no âmbito das relações sociais concretas, sempre estaria aberta a possibilidade de manipulação deste universo simbólico pelas “camadas com posições estratégicas na estrutura de poder”, o que lhes conferiria “a possibilidade de graduar ou reter o fluxo das inovações e seus efeitos diretos sobre a reconstrução social” (Ibidem). No entanto, ainda assim, seria a partir do ponto de vista destes fundamentos morais — isto é, do que a “sociedade de classes” promete aos seus membros no plano simbólico — que Florestan indaga sobre a “qualidade” da mudança social e do desenvolvimento, o que acarreta uma série de consequências para a análise. Vejamos este ponto com mais vagar.

Essa maneira de expor o problema do desenvolvimento envolve a necessidade de articular dois planos. No primeiro, (a) uma análise “funcional”, que incide sobre as conexões dos elementos investigados (grupo social,

atitudes, instituições, valores, etc.) “com a estrutura, o funcionamento e as tendências de diferenciação do sistema social” (Idem, 1979, p. 323). Um caso explorado pelo autor foi o do “preconceito de cor” em São Paulo, elemento cuja conexão funcional seria redefinida ao longo do tempo, variando de acordo com a crescente diferenciação da “ordem social competitiva” (arranjo social típico de uma “sociedade de classes”). No segundo, (b) uma análise da “qualidade” da mudança social pelo confronto dos “resultados da análise funcional com a viabilidade oferecida a requisitos dessa espécie pelas alternativas em pugna na cena social” (Ibidem). Trocando em miúdos, diante dos conflitos existentes na sociedade, o sociólogo deveria *qualificar* qual das alternativas em jogo poderia levar à realização efetiva dos fundamentos morais da “sociedade de classes”, ou seja, pressionaria pela “universalização” dos direitos e das garantias sociais.¹⁶ Voltando mais uma vez às suas pesquisas sobre o negro, a tragédia da situação paulistana (e brasileira) seria que, do conjunto das camadas sociais em disputa, apenas os setores mais frágeis na estrutura de poder, os negros, teriam reivindicado, por meio de suas organizações coletivas, a efetiva universalização da “ordem social competitiva” — daí a sua reconstituição minuciosa dos movimentos sociais no “meio negro” em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964).

Dada essa perspectiva, o autor eleva ao máximo a *tensão* na análise sempre que as tendências democratizantes da “sociedade de classes” se vissem frustradas ou bloqueadas pela resistência das camadas sociais dominantes em estender os direitos e garantias sociais para os demais grupos sociais. É ilustrativo, nesse sentido, o modo pelo qual ele encara as ideologias “nacionalistas” e “desenvolvimentistas”, à primeira vista progressistas e “democratizantes:

Medidas formuladas em nome dos “interesses da Nação” raramente correspondem, de fato, às necessidades vitais da comunidade como

16 Neste particular, Florestan Fernandes assinala que o sociólogo não poderia se eximir de “apelar para a ética de responsabilidade, inerente à condição do cientista”. Isso seria inevitável no momento de *qualificar* as opções abertas no curso histórico. “Essa ética”, continua, “oferece um conjunto de interesses e de valores que podem orientar o reaproveitamento dos resultados da análise funcional”. Nesse sentido, completa, “as opções tomariam em conta, igualmente, das obrigações do sociólogo como «cidadão» e como «cientista»” (Fernandes, 1979, pp. 322-3).

um todo. [. . .] / Nos países subdesenvolvidos, [. . .] o nacionalismo tolhe ou elimina ponderações dessa natureza. / Mas, resta-nos a pergunta, que nos parece crucial: *o sociólogo deve aceitar, passivamente, a condição de apologista das “tendências de desenvolvimento” que, no fundo, asseguram vantagens certas apenas às camadas que se beneficiam diretamente da ordem social existente?* O que interessa a tais camadas, em regra, não é tanto o “progresso social”, como a continuidade de sua posição na estrutura de poder em transformação” (Idem, 1979, pp. 321-2, itálicos no original).

Vejamos agora um exemplo concreto de como Florestan Fernandes lida com o problema da “demora cultural”. Como consta no próprio título de sua comunicação apresentada no seminário “Resistências à mudança”, Fernandes havia sido convidado para elaborar uma reflexão a respeito dos efeitos negativos de certos fatores psicossociais (“atitudes” e “motivações”) na realização dos padrões típicos de uma “sociedade de classes”. Para tal, ele se apoia explicitamente na formulação de William Ogburn sobre a “demora cultural”: “os efeitos negativos da influência desses fatores [. . .] no ritmo, na continuidade e nas consequências socialmente construtivas do desenvolvimento constituem fenômenos de demora cultural” (Idem, 1979, p. 345). Isso não quer dizer, necessariamente, que Fernandes se limitasse apenas a estes fatores “psicossociais” ou à dimensão “sociocultural”: eles só fariam sentido quando conectados ao movimento mais amplo da vida social. “Os fenômenos que se passam nessa esfera”, diz o autor a respeito dos fatores “psicossociais”, “são regulados, em última instância, por processos macrossociais, pelos quais se produzem a diferenciação e a reintegração da ordem social. Daí a necessidade de ligá-los, na descrição sociológica, aos mecanismos de organização e de mudança da sociedade de classes” (Ibidem).

Assim, não haveria uma relação estável entre “atitudes” e “motivações” e o sentido da mudança social. Afinal, conforme afirma, as mesmas “atitudes” e “motivações” poderiam apresentar conexões positivas ou negativas de acordo com as diferentes situações históricas de desenvolvimento. Não haveria, a rigor, elementos “psicossociais” essencialmente “favoráveis” ou “desfavoráveis” à realização de uma “sociedade de classes”, mas conexões funcionais capazes de impulsionar ou limitar as potencialidades inscritas

neste arranjo societário. Um dos exemplos utilizados por Fernandes em sua comunicação no CLAPCS é o comportamento econômico do empresário industrial no Brasil, tema que ganharia enorme densidade na década seguinte.¹⁷ Em tons críticos, ele assinala que a ação empresarial na sociedade brasileira estaria premida por uma situação de interesses que se concentraria “na defesa do *status quo*, para garantir vantagens que tendem a ser convertidas em «privilegio»”. Tais móveis de ação, que “transformam o empresário em símile humano da ave de rapina” (Idem, 1979, p. 347), poderiam apresentar conexões — ou “polarizações”, conforme diz em várias ocasiões — positivas ou negativas com o desenvolvimento. No plano negativo, assinala:

As atitudes e motivações vinculadas à situação de interesses e aos valores sociais em questão caem na categoria dos dilemas econômico-sociais dos “países subdesenvolvidos”, interferindo em dois níveis: *a*) da organização racional da empresa capitalista, variavelmente moldada em padrões pré ou anticapitalistas da vida econômica; *b*) no agravamento da distribuição desigual da renda, com suas consequências negativas inevitáveis seja para a expansão interna de uma economia de mercado, seja para a formação de condições essenciais à democratização da riqueza, da cultura e do poder (Ibidem).

No plano positivo, Fernandes salienta que o mesmo horizonte de ação confinado em interesses de curto prazo, isto é, empenhado na defesa do *statu quo* e na realização de uma ampla margem de lucro — como se o lucro fosse um “privilegio”, numa mentalidade ainda “estamental” — poderia ser construtivo ao desenvolvimento “em condições extremamente adversas à empresa capitalista. Entre outras coisas, orientam a ação econômica no sentido de transpor os efeitos devastadores da inflação secular sobre a vitalidade das empresas e de dar continuidade ao processo de capitalização” (Ibidem). Vale destacar que uma melhor explicitação dessas

17 No âmbito da Cadeira de Sociologia I da Universidade de São Paulo, o tema da ação empresarial e do desenvolvimento econômico ganha densidade a partir do projeto “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento” (1962). Cf. Fernandes (1976).

conexões negativas e positivas da ação empresarial com o desenvolvimento foi realizada pelo autor em conferência pronunciada na principal entidade de defesa dos interesses industriais no Brasil, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no mesmo ano de 1959. Aí, Fernandes qualifica estas conexões funcionais de acordo com as diferentes fases de emergência, expansão e diferenciação da “sociedade de classes” no Brasil, o que traz ao primeiro plano a dimensão histórica para o andamento da análise. Isso porque, embora a mentalidade empresarial brasileira — cujos interesses e valores sociais “ainda hoje são toscamente conciliados com interesses e valores da ordem social desaparecida ou em colapso” (Idem, 1979, p. 70) — tenha apresentado conexões positivas nas fases de emergência ou expansão inicial da “sociedade de classes”, este mesmo “espírito pioneiro do empreendedor pré-capitalista deixa de ser criador e produtivo em face da complexidade dos problemas a serem resolvidos na esfera prática” (Idem, 1979, p. 62). Num momento de diferenciação e reintegração mais complexa da “civilização industrial”, novas exigências se fariam sentir. De acordo com Fernandes:

As exigências novas da situação histórico-social impõem modificações que não afetam, apenas, formas isoladas de atuação ou de comportamento econômico. É o horizonte intelectual do empreendedor que precisa ser alterado, como requisito para a formação de uma mentalidade econômica compatível com o grau de racionalização dos modos de pensar, de sentir e de agir inerentes à economia capitalista (Ibidem).

Na passagem acima, o autor exprime de modo claro que, no plano da ação empresarial, surgem problemas típicos de “demora cultural”. A mentalidade “pré-capitalista” do empreendedor brasileiro estaria desajustada às novas exigências de diferenciação econômica e racionalização do sistema produtivo, implicando limitações profundas no dinamismo e na vitalidade da “sociedade de classes”, especialmente no que tange às suas potencialidades democráticas — aliás, este é o ângulo principal de inquirição de Fernandes. Um exemplo dado por ele é o modo pelo qual a camada empresarial lida com o operariado. “O trabalhador ainda é visto”, assinala,

“através de categorias que tinham eficácia ou justificação aparente na época da escravidão e da transição para o trabalho livre”. E continua: “qualquer atitude expressa ou ações do operário, que parecem colidir com os interesses da empresa, dão origem a avaliações agonísticas, no fundo das quais o trabalhador se vê potencialmente representado como uma espécie de inimigo natural da ordem pública e do progresso social” (Idem, 1979, p. 78). Noutras palavras, o uso legítimo do conflito pelas camadas populares — que seria, na ótica de Fernandes, decisivo para a expansão equilibrada e democrática da “sociedade de classes”¹⁸ — estaria sendo minado pelos móveis de ação “irracionais” e “conservadores” dos círculos sociais dominantes. Essa “irracionalidade” seria decorrente sobretudo do fato de que o meio empresarial “se alicerça, estrutural e funcionalmente, em padrões de obediência predominantemente herdados da sociedade patrimonialista” (Idem, 1979, p. 79). Como consequência desta situação,

Constitui-se um padrão híbrido de desenvolvimento social, mantido pela confluência de atitudes e motivações contraditórias, que contribui para retardar o ritmo da mudança social progressiva e para aumentar o período de desintegração transitória da vida social organizada. Isso faz com que o “progresso social” se transforme numa forma de devastação de recursos e num sorvedouro de energias (Idem, 1979, p. 352).

Vemos, portanto, que, tal como Fernandes a concebe, os ritmos “espontâneos” da mudança social no Brasil não levariam necessariamente à plena realização da “sociedade de classes”. Assim, a contrapelo da “sociologia da modernização”, que então se difundia mundialmente, a análise do

18 Para Florestan Fernandes, o “conflito” está longe de ser concebido como “quebra” da norma ou “anomia”, pois o mesmo se configura como uma importante técnica social para reajustar racionalmente — e democraticamente — as diferentes partes da sociedade em mudança. Para ele, “se o conflito não operasse de modo regular na sociedade de classes, os benefícios” da mudança social “seriam permanentemente monopolizados pelos membros da classe dominante” (Fernandes, 1979, p. 335). Dito de outro modo, o conflito “produz resultados construtivos, por incentivar e mesmo produzir as tendências à democratização do saber, das garantias sociais e do poder na sociedade de classes” (Idem, 1979, p. 336).

processo de desenvolvimento não poderia se eximir de perguntar a respeito da “qualidade” da mudança, o que, no caso de Fernandes, se referia sobretudo à democratização do sistema social. Ele se afasta da “sociologia da modernização” de maneira decisiva por retirar qualquer traço de “automatismo” neste processo: a possibilidade de realização do “tipo social” estaria cronicamente associada às chances de que os atores históricos de orientação progressista, transformadora — quase diria: “revolucionária” — fossem os reais protagonistas do processo de desenvolvimento.¹⁹ Basta recuperarmos alguns apontamentos de leitura deixados pelo autor na marginalia de seu exemplar de *The passing of traditional society* (1958), de Daniel Lerner, para ficar claro este seu afastamento em relação ao *mainstream* da “sociologia da modernização”. Lido alguns meses depois de sua publicação nos Estados Unidos, ele faz uma série de reparos a essa obra pioneira daquela vertente intelectual. Eis alguns exemplos. Quando Lerner expõe, na página 42, as razões de seu livro, destinado a “medir”, através de correlações múltiplas, a intensidade da mudança nos países do Oriente Médio, Fernandes adverte: “quem = dirige, contra e tira proveito?”. No mesmo sentido, quando, na página 62, Lerner discute o sentido “positivo” e “universal” de todas as correlações encontradas pelo *survey* ministrado por sua equipe de pesquisa, ele faz o seguinte comentário: “Não pode pensar outras alternativas? Inclusive = controle da modernização x efeitos permanentemente neutralizados?”. Em outras palavras, mais uma vez se trata da discussão de Fernandes sobre a “qualidade” da mudança social, isto é, se os processos em curso, potencialmente conflituosos, caminhariam efetivamente para a plena realização do “tipo” da “sociedade de classes” ou não.

Vimos neste capítulo os primeiros resultados *teóricos* da “aclimação” da “sociologia da modernização” nos textos de Gino Germani e Florestan Fernandes. Mesmo concentrando a análise tão somente nos *textos* dos autores, pudemos localizar de que modo as suas inscrições específicas em *contextos* sócio-históricos problemáticos lhes permitiram colocar, no ní-

19 Ou, numa palavra, o “povo”, expressão comumente empregada por Florestan Fernandes e que marca uma posição claramente “radical” e “plebeia”, no sentido dado por Gabriel Cohn (2005).

vel na própria armação dos argumentos, questões diferentes que terminaram por subverter as expectativas comumente associadas à “sociologia da modernização”.

Como, por exemplo, a associação tensa entre modernização e “autonomia individual”, posta na ordem do dia por uma intelectualidade argentina convulsionada pelo “peronismo” (Fiorucci, 2011) e que, nas mãos de um sociólogo exilado do fascismo — e, portanto, altamente sensível à vulnerabilidade da vida humana em regimes “totalitários” —, tornou-se o ângulo privilegiado de inquirição da “sociedade industrial”. As noções de “secularização” e de “ação eletiva”, que formam o núcleo de seu esquema teórico, permitiram que Germani desse conta das continuas ou inesperadas viravoltas repressivas da modernização, justamente porque essas noções colocam a “liberdade” como uma exigência normativa da sociedade moderna — e a partir desta “exigência” ele perscruta a sua vigência ou não. Afinal, se é verdade que, como assinalaram José Maurício Domingues e María Maneiro (2004), Germani foi altamente inovador ao propor, em termos teóricos, esta conexão entre modernidade e “ação eletiva” — entre modernidade e “liberdade”, portanto — podemos conjecturar que ela só vem ao primeiro plano da análise na medida em que Germani viu-se na permanente contingência de lidar com, e também explicar, a sua inexistência.²⁰

Por outro lado, as relações não lineares entre modernização e democratização. No contexto brasileiro, as discussões sobre a “questão racial” —

20 Como nos mostra Ana Alejandra Germani na biografia que escreveu sobre o seu pai, Gino Germani sofreu ameaças constantes à sua liberdade ao longo de toda a vida. A começar pelo confinamento, ainda muito jovem, na ilha de Ponza, na Itália, em virtude de suas atividades antifascistas. Depois, já na Argentina, a derrota do fascismo tampouco o livrou de ameaças: “El destino de Gino Germani parecía ser el de huir de una tiranía para caer en otra. Con la derrota del fascismo, logra por fin liberarse de la supervisión policial que ejercía el régimen a través de la embajada italiana en Buenos Aires. La libertad durará poco. En cuanto el peronismo accedió al poder, Germani fue uno de los primeros en ser alejado de la Universidad, «censurado» como intelectual y directamente despedido de todos sus cargos junto con tantos otros profesionales, autoridades académicas y estudiantes que se opusieron al nuevo régimen” (Germani, 2004, p. 101). Em entrevista a Joseph Kahl, Germani afirmou que, desde a sua prisão na Itália, a questão da *liberdade* passaria a ser uma dimensão fundamental em suas reflexões: “I remember the first day I was put in jail — what was impossible to understand, even to conceive, was that someone should be put in jail because he *thought* something. The central question for me became freedom” (Kahl, 1976, p. 25).

recolocada na agenda pelo “projeto Unesco” — e sobre o “desenvolvimento”, que passou a polarizar o debate intelectual em fins da década de 1950, foram tratadas por Florestan Fernandes a partir de um inequívoco “radicalismo plebeu”. Isso não significa que as suas origens sociais precárias, extensamente debatidas na literatura a seu respeito, esgotem por si sós a explicação. Mas elas se tornam importantes, para a perspectiva que aqui desenvolvemos, se for possível identificar como elas se inscrevem em sua própria visão sobre a dinâmica da mudança social no Brasil.²¹ E, a meu ver, podemos relacioná-la com a sua postura em relação à “sociedade de classes”, que exige permanentemente dela o que teria de melhor e mais democrático: a sua promessa de universalização dos direitos.²² Daí esta noção

21 As referências à trajetória de Florestan Fernandes abundam tanto em sua fortuna crítica quanto em diversos textos do próprio autor. A este respeito, as principais referências são, por um lado, o trabalho de Sílvia G. Garcia (1997) e de Heloísa Pontes (1998), e, por outro, a extensa reflexão de Maria Arminda N. Arruda (2001). Tanto Garcia quanto Arruda estabelecem inúmeros pontos de mediação entre a trajetória do autor e o seu quadro teórico — e, portanto, minha proposta aqui não é inteiramente nova, mas busca adensar um campo já constituído de reflexões. Em trabalho recente, Arruda (2009) sugere um interessante paralelismo entre certos eventos marcantes da vida de Fernandes e a publicação (ou republicação) do texto sobre “Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal”. Uma proposta alternativa podemos encontrar nos textos de Gabriel Cohn, especialmente em “Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia” (2005), que sugere pontos de conexão entre as origens sociais do autor e sua forma de cognição do social, em contraponto à perspectiva senhorial de Gilberto Freyre.

22 Algo que chama muito a atenção, e que foi notado por Sílvia Garcia, é a enorme capacidade crítica de Florestan Fernandes em relação aos esquemas de favor e proteção que, ao lado de sua luta por espaços numa sociedade que apenas timidamente se abria à competição pelo “mérito”, foram decisivos para a sua trajetória ascendente na sociedade paulistana e na Universidade de São Paulo. Ele mesmo dizia, em entrevista, que “aqui parece uma sociedade florentina, sem protetores a pessoa pifa” (Fernandes, 1995, p. 8). Na interpretação de Garcia (1997, pp. 59-60): “No caso extraordinário do jovem Florestan, a mistura local de liberalismo e paternalismo condicionada, de um lado, pela adoção do valor liberal do reconhecimento do talento individual e do direito do indivíduo de desenvolver suas aptidões e, de outro, pela ausência de canais institucionalizados de ascensão pelo mérito, revelou-se uma combinação tensa e criadora. O protecionismo das relações pessoais, ao invés de ferir o espírito liberal, combinou-se a ele, abrindo caminhos estruturalmente fechados ao moço excepcionalmente inteligente, permitindo sua inserção na competição social e reconhecendo, na prática, um dos valores fundamentais do ideário clássico da sociedade moderna. Parece-me que esse é um dos aspectos fundamentais da experiência para o próprio Fernandes”. Se é verdade, como diz Sérgio Miceli (2007, p. 7), que Florestan Fernandes, em virtude de sua “condição social subalterna e dependente”, teria sido “socorrido por uma sucessão de padrinhos, desde a patroa da mãe até Roger Bastide”,

nuclear, a de “ordem social democrática”, que conduz a sua visada sobre a “sociedade de classes” do início ao fim. Trata-se de uma visada, com efeito, que coloca tensões altíssimas ao longo da análise, posto que “qualifica” as ações dos agentes simultaneamente pelo que *são* e pelo que *deveriam ser* (tendo em vista aquelas promessas e exigências). Esse traço de sua reflexão não lhe permitiu baixar a guarda em nenhum momento, especialmente quando o nível das aspirações propostas pelos círculos dominantes, como no caso do “desenvolvimentismo”, mostravam-se compatíveis com a exclusão do “povo” — outro termo que trai a sua perspectiva “plebeia” — do acesso aos direitos e garantias sociais.

A comparação entre as proposições de Germani e de Fernandes nos permite, ao contrastá-las, ganhar um novo ângulo de observação de suas especificidades. Tomadas em si mesmas, noções como “ação eletiva” e “ordem social democrática”, “sociedade industrial” e “sociedade de classes”, “massas” e “povo” se dissolvem no conjunto da argumentação dos autores; contrapostas, no entanto, nos dão uma maior nitidez quanto às “escolhas” dos autores, escolhas que, numa perspectiva sociológica, estão sempre ancoradas em contextos específicos. Não se trata, é claro, de opor um Germani “liberal” a um Fernandes “democrata radical”, até porque essas classificações menos ajudam que atrapalham. Ou, menos ainda, opor uma sociologia “cientificista” a uma sociologia “militante”. E sim sugerir algumas vias de mediação entre as orientações valorativas dos autores e a matéria textual a partir da qual exprimiram alguns dos impasses mais tenazes das sociedades argentina e brasileira.

isto não quer dizer que ele tenha capitulado na defesa de uma ordem social de corte tão estamental. Sempre crítico à ideia de que “direitos” e “favores” são intercambiáveis, Fernandes — justamente por saber da precariedade da noção de “direitos” numa sociedade que não queria se despir dos privilégios do “antigo regime” — faz da pergunta sobre a “universalização” dos direitos o seu ângulo permanente de observação da “sociedade de classes”.

Capítulo 5

Dilema e paradoxo

Vicente: [. . .] Vivemos numa sociedade em crise, de estruturas abaladas, valores negados, soluções salvadoras que não levaram a nada! (*Obsessivo*) Qual o caminho certo? Onde achar resposta? No presente? No passado?”

— JORGE ANDRADE, *Rasto atrás*.

— ¿Vieron lo que pasa? Estamos enfrente de Quilmes, estamos. — ¡De Quilmes! [. . .] ¡Nada de eso, joven, debe ser la Banda Oriental! [. . .] — ¿Y por qué no? — dijo López —. Tenemos el prejuicio que nuestra primera escala marítima debe ser Montevideo, pero si vamos con otro rumbo, por ejemplo al sur. . . — ¿Al sur? — digo Don Galo —. ¿Y qué vamos hacer nosotros en el sur?”

— JULIO CORTÁZAR, *Los premios*.

Ao longo da década de 1960, o horizonte histórico inscrito na noção de “demora cultural” parecia cada vez menos verossímil. O esgarçamento dos projetos “desenvolvimentistas” da década anterior, conturbando o cenário político e social do Brasil e da Argentina, não favorecia a hipótese de que, a médio ou a longo prazo, o desenvolvimento econômico se encontraria “necessariamente” com a democratização da sociedade e do sistema político. Nas formulações de Florestan Fernandes e Gino Germani, essa conjuntura problemática se expressou justamente pelo questionamento do poder

explicativo daquela noção, pois a linearidade histórica que a ideia de “demora” projetava para o futuro parecia, definitivamente, ter saído de cena. Não me parece casual, portanto, que os dois autores tenham formalizado essas complicações históricas através de duas figuras clássicas de racionalidade problemática: dilema e paradoxo. Neste capítulo, discutiremos as inflexões acarretadas pela introduções das noções de “dilema social brasileiro” e “paradoxo argentino” em seus esquemas interpretativos. No caso de Fernandes, o termo *dilema* foi introduzido para dar conta dos descaminhos da *Campanha em Defesa da Escola Pública*, na qual se jogara ativamente, reaparecendo depois também no fechamento teórico de *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). O termo *paradoxo*, por sua vez, remetia ao turvamento do cenário político argentino, com a persistência do “peronismo” como principal força política apesar de sua proscrição formal desde 1955. Ambos os termos, a despeito de suas diferenças, que iremos qualificar, colocaram problemas para a perspectiva “sistêmica” da “sociologia da modernização”. Afinal, dilema e paradoxo, como os próprios nomes sugerem, remetem a uma dinâmica histórica travada, que paralisou ou frustrou as expectativas democratizantes que marcaram a década anterior.

Se o horizonte das sociedades brasileira e argentina parecia cada vez mais crispado a Fernandes e Germani, um movimento quase oposto é possível detectar nas formulações de Talcott Parsons. Não que o cenário norte-americano não apresentasse conflitos, muito pelo contrário — o acirramento das tensões raciais e a visibilidade do protesto negro na década de 1960 foram significativos. Contudo, em vez de temperar a sua visada otimista em relação ao Estados Unidos, cristalizada no final da década de 1950, as reflexões de Parsons sobre a condição do negro norte-americano apenas recalibraram a sua perspectiva quanto ao potencial inclusivo e democrático da “comunidade societária” desse país. Isto é: os conflitos que marcaram a sociedade norte-americana naquele período não receberam formalizações, por parte de Parsons, que questionassem a linearidade histórica daquela experiência social. Antes, a sua expectativa de que o negro seria finalmente incluído como “cidadão” funcionaria como confirmação da condição dos Estados Unidos como sociedade de “vanguarda”.

Portanto, a virada dos anos 1950 aos anos 1960 me parece estratégica para a compreensão dos diferentes rumos da teorização sociológica no

centro e na periferia — diferenças que cobrarão nitidez cada vez maior ao longo da década. Pois se os três autores lidam com contextos problemáticos, as consequências teóricas que eles tiram daí são bastante distintas. Fernandes e Germani, por um lado, e cada um a seu modo, passam a incorporar de maneira decisiva as contingências históricas como parte constitutiva de suas teorizações. Parsons, por sua vez, além de reforçar a sua visão linear a respeito da mudança social, passa a teorizar num registro “evolucionista” que incorpora a dimensão histórica mas “esvazia” inteiramente os seus aspectos mais contingentes. Este capítulo tratará justamente desta bifurcação de caminhos, que funcionará como elo de mediação entre o regime explicativo mais ou menos comum da “demora cultural”, que recuperamos no capítulo anterior, e as sínteses teóricas do final da década de 1960, que discutiremos no último capítulo deste trabalho.

Linhas retas e labirintos

A *Campanha em Defesa da Escola Pública* e os movimentos sociais no “meio negro” de São Paulo, para Fernandes, e o “peronismo”, para Germani, constituíram-se como objetos privilegiados para a observação da dinâmica social de seus respectivos países — o mesmo pode ser dito em relação à luta por direitos do negro norte-americano para Parsons, nosso caso de “controle”. Todos esses movimentos, ainda que com ambiguidades e diferenças entre si, pressionaram no sentido de uma maior democratização e, neste passo, seu sucesso ou malogro ajudou a clarificar a própria direção do processo histórico como um todo. Como a teorização sociológica não opera num vazio, mas em interação contingente com a matéria social que visa a ordenar, os tipos de perguntas e as respostas encontradas pelos autores assumiram cores muito distintas. Mas antes de qualificarmos essas diferenças, vale a pena discutir rapidamente como Parsons refletiu sobre a questão racial nos Estados Unidos. Este pequeno excurso se justifica pela luz contrastante que ele nos permite jogar nas reflexões de Fernandes e Germani a respeito do “dilema social brasileiro” e do “paradoxo argentino”.

Até *The social system* (1951), como vimos, Talcott Parsons analisava a sociedade norte-americana muito mais pelo prisma da excepcionalidade que da norma. A sua relativa “imunidade” aos experimentos fascistas que grassaram na Europa seria resultado de uma estrutura social dinâmica e

fluida, virtualmente livre dos “particularismos” e dos princípios “estamentais” de conduta que enrijeciam o sistema de estratificação europeu, em especial o alemão. Esta fluidez faria com que os Estados Unidos se encontrassem menos sujeitos às “tensões estruturais” inerentes à moderna sociedade industrial, embora o surgimento do “macarthismo” tenha colocado posteriormente problemas de ordem análoga. Na virada para os anos 1960, no entanto, o seu registro passa a ser outro.¹ Agora, a sociedade norte-americana passa a ser vista por Parsons como “vanguarda” da modernização, o que, em termos interpretativos, implicou a “normalização” de suas contingências históricas — elas não seriam mais exceção, e sim o futuro esperado das demais sociedades modernas. Esse procedimento é particularmente marcante no artigo “Full citizenship for the Negro American?” (1965), que a despeito do tom dubitativo imposto pela interrogação do título, responde afirmativamente no que tange às potencialidades democráticas da “comunidade societária” existente nos Estados Unidos.

Nesse artigo, Parsons contrasta sistematicamente o processo de “inclusão” dos negros, isto é, a sua admissão à “cidadania plena”, em relação aos dois principais grupos que o antecederam no processo de expansão de direitos — os judeus e os católicos. Os dois últimos teriam sido, vistos em retrospectiva, relativamente exitosos na expansão dos sentimentos de pertencimento à nação para além do núcleo fundador *wasp* [anglo-saxões

1 Em relação ao macarthismo, Talcott Parsons assinala que as suas reflexões sobre esse fenômeno tinham como sentido o autoesclarecimento em relação às suas diferenças ou semelhanças com o fascismo europeu: “The obvious question was whether McCarthy was the American Hitler, and whether Fascism was really taking hold in the United States. Basically, the essay was written as a device for clarifying the problem in my mind” (Parsons, 1969, p. 158). No entanto, na virada para os anos 1960, Parsons já assinala o declínio desse fenômeno, que teria a ver com um crise generalizada, mas temporária, dos recursos societários de “confiança” num contexto de profundas mudanças sociais internas e externas. Daí que o macarthismo não tenha desembocado numa experiência fascista. Em termos mais amplos, Parsons enxerga a sua inflexão em direção a uma visada mais “positiva” da sociedade moderna não como uma defesa da sociedade “capitalista” *per se*, mas como uma defesa de uma sociedade “democrático-pluralista”. É assim que ele se situa tanto em relação aos seus estudos anteriores sobre o fascismo quanto à crítica de Wright Mills: “In my own development, it has been an important step to move from the kind of critique of Fascism [...] to a revised version of a defense, not specifically of «capitalism», but of pluralistic-democratic society. It is in this context that the evaluative aspect of the critique of Mills is to be understood” (Idem, 1969, p. 159).

brancos e protestantes]. Num cenário mais ou menos afim ao desenhado por Fernandes e Germani em suas pesquisas empíricas, Parsons compara o sucesso dos judeus e dos católicos que conformaram a “nova imigração” massiva de europeus aos Estados Unidos (irlandeses, italianos, poloneses, etc.) com o atraso experimentado pelas populações negras no processo de “inclusão”. As últimas, ao contrário dos primeiros, teriam ficado limitadas a uma cidadania de “segunda classe”, sem acesso a direitos civis (e às vezes políticos) básicos.

Assim, numa visada historicamente informada, Parsons enxerga o processo de construção nacional como concomitante ao processo de universalização do *status* de “cidadão”, definido independentemente de “critérios particularistas”, tal como previsto pela noção de “direitos naturais, tão cara à tradição americana” (Parsons, 1967, p. 425). Em termos teóricos, essa emancipação em relação a critérios “estamentais” ou “particularistas” estaria ligada a uma maior diferenciação da “comunidade societária”, termo que o autor usa para se referir ao subsistema “integrativo”, isto é, às formas mais abrangentes de pertencimento social existentes numa sociedade (nesse caso, a “nação”). Essa diferenciação permitiria que o subsistema “integrativo” funcionasse de maneira mais autônoma em relação aos demais subsistemas, como a política, a economia e o sistema de valores (especialmente religiosos), engendrando, porém, novas formas de interdependências entre esses subsistemas. Nesse passo, ele enxerga uma tendência, nos Estados Unidos, à formação de uma estrutura social pluralista, na qual o pertencimento a grupos religiosos ou étnicos não seria determinante na definição do *status* de “cidadania”:

In a pluralistic social structure, membership in an ethnic or religious group does not determine *all* of individual's social participations. His occupation, education, employing organization, and political affiliation may in varying degrees be independent of his ethnicity or religion. On the whole, the trend of American development has been toward increasing pluralism in this sense and, hence, increasing looseness in the connections among the components of total social structure (Idem, 1967, p. 429, *italicos no original*).

Vale lembrar, no entanto, que essa diferenciação da “comunidade societária” só seria possível, de acordo com Parsons, com diferenciações simultâneas em outros subsistemas, especialmente no econômico e no político. É assim que ele analisa, por exemplo, o sucesso na “inclusão” dos judeus, cujo vertiginoso processo de mobilidade social teria sido possibilitado tanto por seu aproveitamento das novas oportunidades educacionais quanto por sua inserção ocupacional em pequenas firmas comerciais. Embora a competição econômica com judeus possa ter gerado ocasionalmente sentimentos antissemitas, Parsons assinala que o desenvolvimento de empresas de grande escala, tornando a prática econômica mais complexa e impessoal, “teria provavelmente contribuído para um clima favorável à inclusão” (Idem, 1967, p. 441). No mesmo sentido, a ascensão social experimentada pelos “novos imigrantes” católicos, que formaram o grosso das classes populares urbanas norte-americanas do começo do século XX, teria favorecido a sua “inclusão” posterior na “comunidade societária”. De início, estes teriam sido vistos com desconfiança por parte da maioria *wasp*, em virtude de sua intensa atuação nas máquinas eleitorais das grandes cidades, usadas também como canais de mobilidade social — a visibilidade política dos católicos teria gerado uma sensação de perda de poder dos grupos hegemônicos na sociedade norte-americana. Contudo, a maior diferenciação e complexidade do sistema político, tornando a prática política menos sujeita àquelas máquinas, assim como a paulatina difusão dos católicos ao longo da pirâmide social, teriam oferecido os “insumos” [*inputs*] necessários à sua plena “inclusão” na “comunidade societária”.

O êxito relativo desses dois processos de “inclusão” acarretaria duas consequências decisivas. Por um lado, ele contribuiu para dissolver, segundo Parsons, a “breve tendência de cristalização de uma classe alta predominantemente *wasp*”, dando esteio para a conformação de um “novo igualitarismo”. Por outro, “a mobilidade ascendente dos novos grupos de imigrantes e sua inclusão crescente na comunidade nacional tendeu a isolar o negro” (Idem, 1967, p. 448). De fato, com a intensificação da migração sul-norte e rural-urbana experimentada pelos negros, estes começariam a ocupar os espaços deixados pelos imigrantes europeus, mas em condições adversas. De acordo com o autor, teria sido basicamente a condição do negro pobre e urbano, sofrendo a dupla desvantagem de viver em um ambiente social

precarizado — as *slums* — e de estar desprovido de direitos básicos (Idem, 1967, pp. 449-52), que teria dramatizado a “notável efervescência” da sociedade norte-americana (a ele) contemporânea no que se refere à implementação de valores de igualdade e de cidadania para todos os grupos sociais. No plano do associativismo, essa “efervescência” encontraria expressão máxima no movimento negro, uma espécie de “movimento socialista ao estilo norte-americano”, já que as suas demandas não se restringiriam apenas à “inclusão do negro como tal”, mas se voltariam “para a eliminação de qualquer categoria definida como inferior” (Idem, 1967, pp. 454). Nos termos de sua formulação sociológica, os movimentos sociais gerados em torno da “inclusão” do negro representariam o sinal máximo de diferenciação de uma “comunidade societária” completamente autonomizada de res-trições “particularistas”:

Today, more than ever before, we are witnessing an acceleration in the emancipation of individuals of all categories from these diffuse particularistic solidarities. This must be seen as a further *differentiation* of the role-set in which the individual is involved. [. . .] This reasoning applies to aristocratic groups as much as it does to negatively privileged ones like the negro. We have been witnessing a major steps in the extension and consolidation of the societal community (Idem, 1967, p. 453).

Como vemos, Parsons sustenta claramente uma expectativa positiva em relação ao sucesso da inclusão do negro na “comunidade societária”, processo que, como ele mesmo diz, representaria o “fim da linha” no processo de completa institucionalização do *status* de cidadania (Idem, 1967, p. 462). Ainda que não desprezasse a existência de resistências a esse processo, elas seriam residuais e limitadas ao âmbito local, sem maiores consequências (Idem, 1967, pp. 456-8). De acordo com o seu esquema AGIL das “quatro funções”, a institucionalização de “normas universalistas” pautadas numa concepção “inclusiva” de cidadania seria a solução encontrada, na sociedade moderna, para resolver os seus problemas integrativos. Apenas este tipo de “comunidade societária” (I) poderia lidar eficazmente tanto com as pressões da economia (A) e da política (G), altamente diferen-

ciadas em termos funcionais, *vis-à-vis* os padrões vigentes de definição da realidade cultural (L). Sendo o núcleo valorativo básico norte-americano — o “ativismo instrumental” — “universalista” e “igualitário”, Parsons assinala que “a única solução tolerável às enormes tensões [presentes nos Estados Unidos] se encontra na constituição de uma única comunidade societária com participação total para todos” (Idem, 1967, p. 455). No fundo, o otimismo de Parsons se ampara em sua concepção de que as “orientações de valor”, ao funcionarem como “instâncias de controle”, seriam capazes de tensionar permanentemente a estrutura social no sentido de sua institucionalização. Em suma, a contrapelo dos desafios postos pelo movimento negro norte-americano quanto ao caráter democrático daquela experiência social, a interpretação sociológica de Parsons sobre o seu sentido não chegou a alterar — antes, reforçou — a sua visada otimista a respeito das relações positivas entre desenvolvimento e democracia, ou, nos seus próprios termos, entre “diferenciação” e “inclusão”.

Não se trata aqui de supor que a linha reta traçada por Parsons, ao exprimir sociologicamente a trajetória histórica dos Estados Unidos, reflita uma experiência inteiramente linear. Invertendo-se a pergunta, o que é digno de nota é ponderar de que modo este quadro explicativo mantém a sua verossimilhança mesmo no conturbado contexto dos anos 1960 — afinal, a “inclusão” do negro norte-americano ainda era (e é) um processo em aberto.² Essa pergunta ganha importância no contraste com os rumos assumidos pela teorização de Florestan Fernandes e Gino Germani. Na primeira metade desta década, nem mesmo esta projeção de uma futura democratização poderia ser sustentada sem maiores qualificações, tendo em vista as condições adversas das sociedades brasileira e argentina. Cada um a seu modo, e mesmo antes dos golpes militares de 1964 e de 1966 no

2 Em 1969, em *Politics and social structure*, Talcott Parsons reafirma a sua visada positiva em relação à “inclusão” dos negros norte-americanos, ainda que o cenário tenha começado a se apresentar cada vez mais conflituoso. Nos seus termos, ele crê na pujança dos recursos “integrativos” da “comunidade societária” dos Estados Unidos: “I am of the opinion that, though the tension at present, and for some time to come, is more severe than in the cases of the non-Anglo Saxon Catholic groups, that an outcome similar in pattern to that of the inclusion of the latter is probable. The theme then is that of the integrative resources of the American societal community as exemplified by the study of a particularly salient — partly because exceedingly difficult — case” (Parsons, 1969, p. 162).

Brasil e na Argentina, os dois autores terminaram colocando problemas para a linearidade histórica pressuposta seja pela “sociologia da modernização”, seja pela produção parsoniana “tardia”. A fim de conferir sentido a uma trajetória incapaz de replicar as experiências clássicas de revolução burguesa, com caminhos muitas vezes labirínticos, Fernandes e Germani usaram termos que remetem de maneira plástica, mas não intercambiável, a estas complicações históricas: dilema e paradoxo.

À primeira vista, uma diferença marcante emerge do confronto entre os textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani na primeira metade da década de 1960: enquanto o último analisa os problemas da sociedade argentina entrecruzando à reflexão sociológica uma análise dos processos políticos — partidos e formas de governo —, o primeiro concentra ao máximo seus argumentos no plano estritamente societário, como processos de socialização e movimentos sociais (embora, é claro, sempre em conexão com a dinâmica mais ampla da sociedade global). Não quero dizer, com isso, que Fernandes não levou em conta a “política” em sua reflexão. Apenas que ele a tratou em marcos distintos da “sociologia política” tal como concebida por Germani. Começo a comparação com essa distinção porque, como ficará mais claro ao longo da argumentação, os ângulos de observação que os autores selecionaram para observar a dinâmica mais geral de suas respectivas sociedades foram distintos. Imagino que esses “recortes” ou “seleções” não sejam inteiramente arbitrários. Eles ganham densidade histórica se conseguirmos sugerir algumas formas possíveis de mediação com o processo social mais amplo.

Ora, a “sociologia política” de Germani garantia às suas reflexões um ponto de apoio cognitivo em relação ao debate sobre o “peronismo”, que revolveu todas as posições do debate político e intelectual argentino por décadas.³ O “peronismo”, devemos lembrar, cujas bases sociais repousa-

3 Nos termos de Beatriz Sarlo e Carlos Altamirano (2007, 23): “El derrocamiento del peronismo en 1955 llevó al debate todas las cuestiones y planos de la existencia nacional. Si, como había escrito José Luis Romero en 1951, las masas no renunciarían ya al progreso que habían alcanzado bajo Perón y sería «ineficaz cualquier planteo que se haga retrotraer su situación a la de hace diez o veinte años atrás», ¿cuál debía ser la fórmula del posperonismo, dado que quienes tenían el poder tampoco permitirían el retorno del régimen que acababan de abatir? Toda discusión intelectual en torno del significado del peronismo, que sucedería al momento de la euforia triunfante, estará regida por esta problemática política”.

vam, na interpretação de Germani, nas camadas populares rurais ou semirurais recém-migradas do interior argentino à Grande Buenos Aires, conferia a esses segmentos da população uma identidade “politizada” e “partidarizada”. Ou seja: a própria análise do processo de “integração social” desses grupos sociais à sociedade urbano-industrial — uma questão nuclearmente sociológica, aliás — não poderia deixar de passar por uma análise da gênese e do sentido político do “peronismo”. No caso de Fernandes, os dois movimentos sociais sobre os quais concentrou o melhor de sua análise nesse período, o associativismo no “meio negro” de São Paulo, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), e a *Campanha em Defesa da Escola Pública*,⁴ não apresentavam a mesma “transparência” em suas relações com o mundo da política partidária nacional ou paulistana. Além disso, mesmo que a experiência “populista” não fosse alheia à capital paulistana, ela não se apresentou, pelo menos a Fernandes, como um ângulo privilegiado para a observação do movimento da sociedade como um todo. Talvez o relativo “atraso” da política partidária paulistana, pouco “nacionalizada”, parecesse a ele um ponto muito débil para “testar” as potencialidades democráticas da “sociedade de classes” em formação.⁵ Daí que ele

4 Para uma análise detalhada das relações entre os membros das associações do “meio negro” em São Paulo e os sociólogos da Universidade de São Paulo (com Florestan Fernandes em seu núcleo), cf. a tese de doutorado de Mário Augusto M. da Silva (2011). Para uma análise da produção de Fernandes em torno da *Campanha*, cf., do autor, *Educação e sociedade no Brasil* (1966), e a tese de doutorado de Débora Mazza (1997).

5 Se, por um lado, a metropolização de São Paulo se conectou a um dinamismo até então inaudito no campo da produção cultural — e a sociologia de Florestan Fernandes seria um de seus produtos mais significativos (Arruda, 2001) —, por outro, as relações da cidade com a esfera política são mais labirínticas. Nesse particular, a literatura é vasta e seria ocioso querer dar conta das complicadas relações entre o desenvolvimento industrial de São Paulo nos anos 1950 e o seu aparente não predomínio político na República de 1945. Uma boa revisão desta literatura, que passa por autores como Simon Schwartzman, Eduardo Kugelmas e Gildo Marçal Brandão, pode ser encontrada na dissertação de Fabrício Vasselaí (2009). Nesse trabalho, ele sugere, ou retoma, uma série de hipóteses sobre a pouca penetração dos grandes partidos nacionais em São Paulo, como o antigetulismo de sua elite política — o que teria debilitado o PSD — ou os receios de Vargas quanto à movimentação autônoma dos trabalhadores paulistanos — o que teria tirado poder do PTB local. Ainda, é claro, a existência do PSP de Adhemar de Barros constituía um travo à efetiva “nacionalização” da política partidária de São Paulo. Seguindo as pegadas de Brandão, Vasselaí mostra igualmente como “a trajetória do PCB ao ser ilegalizado contribui sobremaneira para castrar uma das principais possibilidades de quadros

tenha se referido sobretudo às duas (únicas) experiências — os movimentos no “meio negro” e a *Campanha* — que, em seu entender, teriam tentado universalizar, “dentro da ordem”, os direitos e garantias sociais. Se por um lado Germani, com sua “sociologia política”, ganhava perspectiva histórica na exploração de conexões complexas e inesperadas entre o processo social e o mundo político argentino, Fernandes, por seu turno, conseguiu desenvolver argumentos bastante sofisticados e sutis quanto às instâncias de socialização numa “sociedade de classes” que se mostrava compatível com a exclusão sistemática de grande parte de sua população — ou do “*Povo*”, termo que passa a se tornar recorrente nos escritos de Fernandes nesse período.

A partir dessa comparação primeira, poderemos entender o que está em jogo nas noções de “dilema social brasileiro” e “paradoxo argentino”. “Dilema”, uma noção aparentada à desenvolvida por Gunnar Myrdal em seu *An American dilemma: the negro problem and modern democracy* (1944), traduziria, para Fernandes, uma inconsistência entre os valores modernos, que numa “sociedade de classes” deveriam promover a universalização dos direitos e das garantias sociais, e as práticas “arcaicas” que continuariam orientando as condutas e bloqueando o avanço da democratização. A seu ver, os movimentos sociais no “meio negro” e a *Campanha* seriam possíveis “opções” democratizantes — lembrando que “opção” é um termo corolário da própria noção de “dilema”, pois esta impõe uma “escolha” (Cohn, 1986, pp. 141-2). Noutras palavras, estes movimentos pressionariam no sentido de “saturar historicamente” os princípios morais (ou axiológicos) constitutivos desse tipo societário. Contudo, Fernandes assinala que essa inconsistência entre valores e práticas, em vez de se encaminhar no sentido de sua superação — como pressupunha Parsons no caso da “inclusão” do negro norte-americano —, parecia ser estrutural: a “sociedade de classes” no Brasil

nacionalizáveis que restaria a São Paulo” (p. 24). O que me parece decisivo, nessa questão, é menos dar conta do processo “real” e mais chamar a atenção para a pouca penetração do tema da política partidária como *questão sociológica* para Florestan Fernandes e seu grupo, apesar de existirem estudos — poucos, é verdade — nas outras cadeiras da USP, como no trabalho de Azis Simão sobre o “voto operário” em São Paulo ou nas pesquisas de Oliveiros Ferreira. Para uma análise do “atraso” na formação de uma “sociologia política” em São Paulo (ou melhor, no grupo nucleado em torno de Florestan Fernandes), cf. o artigo de Basílio Sallum Jr. (2002).

derrotaria reiteradamente as “opções” democratizantes que surgiam na cena histórica. “Paradoxo argentino”, por sua vez, é um termo que, ao que tudo indica, surgiu pela primeira vez num artigo do latino-americanista Arthur P. Whitaker, “The Argentine paradox” (1961). O modo específico pelo qual Germani se apropria desse termo no artigo “Hacia una democracia de masas” (1965) rebate no desconcerto causado pela sucessão de governos antidemocráticos desde 1930 na Argentina, culminando no “fato peronista” entre 1946 e 1955. O surgimento do “peronismo” — que foi lido pela esquerda liberal argentina (na qual se situava o autor) como um fenômeno “fascista” —, colocava um problema imediato a algumas hipóteses da “sociologia da modernização”. Em vez de confirmar a universalidade das correlações entre urbanização, industrialização e democratização, a experiência argentina — que, para Germani, seria a mais “modernizada” no contexto latino-americano — apontava para uma espiral autoritária com poucas perspectivas de saída. Nesse sentido, os termos *dilema* e *paradoxo* também podem ser úteis para pensar as mediações com os seus contextos sócio-históricos, ou melhor, as maneiras pelas quais Fernandes e Germani reconstruíram esses contextos. Pois, se “dilema” e “paradoxo” assinalam limites ou problemas para a racionalidade — e ambos estavam em busca da inteligibilidade do fracasso da democratização de suas respectivas sociedades —, os termos apontam para dimensões distintas.

“Dilema” traz à tona a necessidade da “escolha”, o que, nos termos de Fernandes, diz respeito a “opções” que levem às últimas consequências a universalização de uma “ordem social democrática” no Brasil. Nesse sentido, parecia haver para o autor uma certa clareza a respeito de que tipos de ações deveriam ser tomados a fim de dar concretude histórica aos valores democráticos, ou, em sua perspectiva de um “radicalismo plebeu”, para que o “*Povo*” fosse o real protagonista dos processos de mudança. Daí a sua perplexidade, como já veremos, quando percebe que mesmo os caminhos para uma “revolução dentro da ordem” já haviam se estreitado na sociedade brasileira da primeira metade da década de 1960.⁶ “Paradoxo”, por sua

6 Não me parece por casualidade, portanto, que Florestan Fernandes empregue recorrentemente expressões de estrutura dilemática, como “ou”, “ou”. Exemplos: “Ou ajustamos a organização e o funcionamento do nosso sistema escolar a esse objetivo, ou progrediremos desorientada e atabalhoadamente, como Nação depen-

vez, retém um certo estado de desorientação geral da intelectualidade argentina em função do rumo incerto do país, sobretudo em virtude da crença generalizada de que as suas condições sociais mais gerais (alfabetização, urbanização, grandes classes médias, etc.) não o afastava muito dos países “avançados”. Não por acaso, Germani diz que a experiência argentina constituía um “enigma” para as teorias do desenvolvimento econômico então vigentes. Embora, como veremos abaixo, ele tenha feito um esforço na elucidação deste “enigma”, não há aqui a mesma contundência de Fernandes no que tange ao que *deveria* ser feito.⁷ Portanto, “dilema” e “paradoxo” retraduzem experiências distintas, mas comparáveis, de descompasso entre desenvolvimento e democracia, o que é típico de contextos não clássicos

dente, que realiza progressos tardios e mitigados, através de penosos esforços de imitação” (Fernandes, 1966, p. xxii). “Isso nos coloca diante de uma escolha sem alternativa. Ou admitimos que o povo constitui a fonte dos dinamismos essenciais ao equilíbrio e ao aperfeiçoamento da democracia, e trabalhamos nesta direção, ou nos manteremos «atrasados» e «dependentes» em relação às nações de que recebemos, aos trambolhões, um *«progresso»* de teleguiados à distância” (Idem, 1976, p. 225, grifos do autor). Como fica claro nesta última passagem, Fernandes “monta” um dilema, mas tem clareza sobre a “opção” a tomar. Clareza, no entanto, que não estaria necessariamente presente no “horizonte prático” dos homens de ação. Aliás, ele entende a sua proposta de “sociologia aplicada” justamente como uma tentativa de promover critérios “científicos” de “opção”, capazes de clarificar o horizonte prático do homem comum na reconstrução “racional” da sociedade de classes. Em seus próprios termos: “Ao envolverem-se em movimentos sociais, os sociólogos não só podem conhecer melhor a natureza, os fundamentos e as perspectivas de semelhante dilema. Eles ficam sabendo por que ele não tem sido combatido com êxito, como modificar o estilo de intervenção do leigo para atingir esse fim e, principalmente, quais seriam as técnicas sociais recomendáveis para alterar, ao mesmo tempo, a mentalidade dos homens e a estrutura da situação” (Idem, 1976, p. 133). Os movimentos sociais, além disso, possuíam um sentido heurístico porque chamariam a atenção para a *tensão* que é constitutiva da sociedade, acionando o conhecimento sobre a mesma (Bastos, 2002p. 201).

7 Germani, assim como Fernandes, promoveu a ideia do planejamento democrático como uma forma de reconstrução racional da sociedade moderna num contexto de “crise” — e aqui a referência mannheimiana é explícita (Germani, 1962c). No entanto, a emergência do “fato peronista” causou um grande debate e desorientação na intelectualidade argentina a respeito da “natureza” desse movimento — debate que, até hoje, está longe de ser encerrado. O panfleto de Ezequiel Martínez Estrada, *¿Qué es esto?* (1956), como o próprio nome indica, é significativo nesse sentido. Mas, a meu ver, esta sensação de desconcerto atingiu uma de suas expressões literárias mais marcantes no romance *Los premios* (1960), de Julio Cortázar. Aí, um cruzeiro contendo diferentes tipos sociais representativos da sociedade argentina é conduzido por uma tripulação estrangeira, que, ao invés de levar os seus passageiros à Europa, toma o caminho do Oriente — para, no final, ficar à deriva na costa argentina.

de revolução burguesa. Vejamos, portanto, com mais vagar, como os autores explicitam essas noções especialmente em dois textos: “Reflexões sobre a mudança social no Brasil” (1962), de Fernandes, e “Hacia una democracia de masas” (1965), de Germani. O primeiro foi depois reunido como o sétimo capítulo de *A sociologia numa era de revolução social* (1963) e o segundo é uma extensão do oitavo capítulo de *Política y sociedad en una época de transición social* (1962).

Ao mesmo tempo em que retomava o material levantado por ele e Bastide no início dos anos 1950 a respeito da pesquisa sobre o negro em São Paulo, Florestan Fernandes se engajou pessoalmente na *Campanha em Defesa da Escola Pública*. Cabe lembrar que, para ele, a universalização do ensino público era vista a partir de um duplo prisma: por um lado, da integração do sistema social, por outro, da qualidade dessa integração à luz dos valores (ou, como prefere dizer, “fundamentos axiológicos”) de uma “ordem social democrática”. Nesse caso, a escola pública, ao lado dos movimentos sociais no “meio negro”, seria um instrumento privilegiado para a “socialização” de “personalidades democráticas”, isto é, ajustadas socialmente e moralmente ao “cosmo social” de um mundo urbano-industrial. Em artigo de 1959, assinala:

O ajustamento do ensino brasileiro exige uma estratégia dessa espécie. As inovações terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender certos fins práticos, como o desenvolvimento da consciência da afiliação nacional e dos direitos e deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo das pessoas, valores e movimentos sociais etc. Portanto, exige reforma não em setores isolados, mas no sistema educacional como um todo em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica que alimenta, predominantemente, as expectativas dos círculos conservadores, dentro ou fora do ensino (Fernandes, 1979, p. 113).

Vemos, portanto, que o ângulo de inquirição de Fernandes a respeito da “sociedade de classes”, pelo menos nesse momento, é muito específico,

e poderíamos resumi-lo do seguinte modo: o autor “exige” desta ordem social aquilo que ela apresentaria de melhor e mais democrático, ou seja, a sua promessa de universalização dos direitos e garantias sociais a todos os grupos sociais.⁸ É deste ângulo de um “radicalismo plebeu” que o autor analisa a vitalidade ou não da “ordem social democrática” na sociedade brasileira. Para o autor, a *Campanha* teria sido um campo de observação privilegiado para questões dessa natureza. Ele assinala que, a partir dela, teve “a oportunidade de sair do relativo isolamento a que ficam condenados, por contingências de carreira e por motivos menos louváveis, os professores universitários”, o que lhe teria oferecido um “instrumento de sondagem endoscópica da sociedade brasileira” (Idem, 1976, p. 204). A imagem usada por Fernandes não me parece fortuita. Revisando explicitamente a hipótese da “demora cultural” mobilizada em textos anteriores, parece-lhe que, à luz dos descaminhos da *Campanha*, uma simples “modernização” do estoque mental e comportamental dos agentes não seria suficiente.⁹ Isso

8 Maria Arminda N. Arruda (2009, pp. 316-7) demonstra, com grande clareza, de que modo essa concepção de Florestan Fernandes a respeito do papel da educação na “universalização” de uma ordem social democrática encontra-se diretamente enraizada em sua trajetória particular na cidade de São Paulo: “O movimento de ascensão vivido por Florestan, se provava as potencialidades do moderno, se realizava por intermédio dos meandros tradicionais. [...] As suas concepções sobre o caráter da educação pública sistemática como êmulo das mudanças e como condição de emergência de uma sociedade democrática se prendem a essa vivência. Tal concepção, como afirmou nos textos reunidos em *Mudanças sociais no Brasil*, publicado em 1960, deriva, largamente, da particular trajetória, levando-o à participação ativa em prol da educação universal e pública, no final dos anos 1950 — *A campanha em defesa da escola pública* —, quando da discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Segundo o seu diagnóstico, o sistema educacional brasileiro não respondia aos imperativos de uma sociedade em processo de modernização, representando um obstáculo às mudanças em curso, caracterizando-se como um fenômeno de «demora cultural»”.

9 Vale a pena, portanto, citar o trecho no qual Florestan Fernandes justifica a sua reavaliação da hipótese da “demora cultural”: “Pensava que o dilema social brasileiro estaria em ajustar as esferas da sociedade brasileira, que não se transformaram ou que se transformaram com menor intensidade, às esferas que se alteraram com maior rapidez e profundidade. Com isso, encarava a situação sociocultural do Brasil como uma alternativa da teoria da demora cultural, como ela é formulada por Ogburn, em vista do padrão de desenvolvimento da comunidade urbana na era industrial. Essa é uma ilusão que poderia afetar o agente social que visse a “realidade brasileira” através do conhecimento de senso comum e pelo prisma das potencialidades econômicas, culturais e sociais típicas da cidade de São Paulo. Que tal ilusão tenha interferido nas ideias de alguém que compreendia essa mesma realidade através de categorias sociológicas e não tinha dúvidas em apontar a inadequação estrutural e

porque ele teria se dado conta de que a adesão aos valores de uma “ordem social democrática” por parte dos segmentos “cultos” das camadas dominantes seria mais superficial que o previsto, coadunando-se com interesses profundamente “egoísticos” e “particularistas”. Noutras palavras, os setores supostamente ajustados e adaptados ao horizonte cultural da “sociedade de classes”, apesar de “verbalmente” afinados com os seus fundamentos morais, poderiam permanecer agindo “irracionalmente” (à luz daqueles valores) em prol da manutenção do *statu quo* — haveria, portanto, uma “racionalidade” aparente que encobriria uma “irracionalidade” de fundo. Assim, em sua “endoscopia” da sociedade brasileira, Fernandes teria chegado à seguinte percepção:

Em quase cinco dezenas de debates, [. . .] consegui estabelecer um diálogo, por vezes de natureza polêmica, com representantes dos diferentes círculos e correntes sociais da sociedade brasileira contemporânea. Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a “fome de instrução” é boa conselheira e até que os leigos incultos são capazes de atinar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive que ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas. Nós nos modernizamos por fora e com frequência nem o verniz aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível porque nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das *“pessoas cultas”* se voltam contra a modernização (Idem, 1976, p. 205, *itálicos no original*).

É neste contexto em que o autor introduz a noção de “dilema social brasileiro”. Por “dilema”, Fernandes entende “um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores básicos de determinada ordem social” (Idem, 1976, p. 208). Esse seria o caso da adesão aos fundamentos morais da “ordem social

dinâmica do horizonte cultural dominante constitui algo digno de ponderação. Isso quer dizer que estamos de tal maneira impregnados daquelas manifestações de teor compensatório, que o próprio cientista social precisa percorrer um caminho difícil para libertar-se de prenoções e chegar a assumir uma posição favorável à descrição objetiva das coisas” (Fernandes, 1976, pp. 210-1).

democrática” por parte dos círculos sociais dominantes. Ela não passaria, a rigor, de uma forma de “compensação simbólica”, isto é, seria apenas epidérmica e superficial — não levaria às últimas consequências as exigências de universalização dos direitos e garantias sociais. A despeito da verbalização de compromissos “progressistas”, o comportamento profundo dos agentes sociais continuaria se pautando em direção contrária à efetiva democratização da sociedade. Aqueles compromissos seriam, a rigor, simples “racionalizações”:

O comportamento pode manter-se fiel a modelos arcaicos e tradicionalistas; a verbalização que dele faz o homem eleva-se a outro nível, como se o agente social fosse guiado por outros incentivos e motivações. Daí toda uma mitologia do progresso, da modernização tecnológica e do liberalismo, que condensa uma infinidade de manifestações simbólicas compensatórias, cuja função é sempre a mesma; dar-nos segurança no plano da afirmação coletiva de comunidade nacional (Idem, 1976, p. 209).

Essa passagem é chave, pois indica, na própria avaliação do autor, de que “temos de proceder a uma revolução copernicana em nossa maneira de encarar a mudança social e seus efeitos”. No caso brasileiro, essa rotação permitia perceber, a contrapelo do que seria esperado pelo *mainstream* da “sociologia da modernização”, que o sentido da mudança social não levaria automaticamente à correção destas “inconsistências”. Muito pelo contrário: “o fulcro dinâmico da configuração do equilíbrio social não provém das forças sociais inovadoras” (Idem, 1976, p. 211), esclarece Fernandes, pois os círculos dominantes “só aceitam as inovações que não modificam a estrutura da situação e suas perspectivas de desenvolvimento” (Idem, 1976, p. 207). Para ele, estaria assim configurada uma espécie de “*resistência residual ultraintensa à mudança social, que assume proporções sociopáticas*” (Idem, 1976, p. 211, grifos do autor), já que prevaleceriam “motivos e interesses egoísticos”, que operariam “segundo dinamismos da velha ordem social patrimonialista” (Idem, 1976, p. 206). Em suma, nesta viravolta explicativa proposta por Fernandes, a noção de “dilema” viria a dar conta das razões pelas quais a sociedade brasileira teria “derrotado” os

seus dinamismos mais progressistas, mesmo os que pretendiam se situar nos limites de uma “revolução dentro da ordem” — isto é, que visavam a “sincronizar” a “sociedade de classes” com os valores de uma “ordem social democrática”, tal como previsto por sua abordagem “estrutural-funcional”. Assim, a respeito deste padrão “sociopático” de “resistência à mudança”, conclui:

O seu principal traço negativo está no fato de não envolver uma ligação emocional e moral íntegra com o passado; o empenho maior volta-se para a preservação pura e simples do *status quo*, sem nenhuma preocupação de salvar a herança social por meio de sua renovação. Tudo se passa como se as pessoas e os grupos humanos colocassem acima de tudo as posições alcançadas na estrutura de poder da sociedade. [...] As influências inovadoras, continuamente repressadas e comprimidas, não encontram formas pacíficas e construtivas de elaboração espontânea disciplinada (Idem, 1976, p. 211).

No caso das formulações de Gino Germani sobre o “paradoxo argentino”, seus argumentos se concentram menos na “derrota” das opções democratizantes e mais numa *sequência histórica* específica que estaria tornando problemática a sorte da “democracia representativa” neste país. Aliás, é interessante notar que, ao tratar desse “desajuste”, Germani não o faz nos termos de uma “ordem social democrática” (isto é, dos “fundamentos morais” de uma “sociedade de classes”), como Fernandes, mas nos quadros de uma “sociologia política” que visa a conferir inteligibilidade sociológica à formação de governos democráticos ou autoritários. Noutras palavras, ele entrecruza duas dimensões no andamento de sua análise. A primeira, de corte político-institucional, na qual são definidas certas “etapas” de acordo com o grau de participação política alcançado, num *continuum* que vai desde uma situação inicial autocrática até uma outra de “participação total”, passando por fases intermediárias de participação restrita às elites ou às populações urbanas. A segunda, de corte especificamente sociológico, indica o avanço da “secularização” (que é o termo-chave do autor para tratar da “modernização”) entre os diferentes grupos sociais, que passariam a se “mobilizar” e a pressionar por participação política de

forma crescente.¹⁰ Para Germani, as tensões existentes entre esses dois processos “sobrepostos” seriam explicativas da maior ou menor possibilidade da integração política de uma “sociedade de massas” num regime democrático. A fim de simplificarmos os argumentos do autor, discutiremos como ele trata da passagem, na Argentina, de uma etapa de “participação política ampliada” para uma outra de “participação total”.

No plano político, essa passagem estaria ligada à sequência histórica “radicalismo” (1916-1930) / “peronismo” (1946-1955), com um *intermezzo* de governos fraudulentos e/ou autoritários nos anos 1930 e 1940.¹¹ No plano sociológico, isto é, da “mobilização social”, essa passagem estaria diretamente associada aos dois grandes movimentos populacionais de “massa” que conformaram a “Argentina moderna”: a imigração ultramarina de fins do século XIX e início do século XX (especialmente italiana e espanhola), que se concentrou em Buenos Aires e nos demais centros urbanos e se

10 Aliás, reside aqui a principal divergência de Florestan Fernandes em relação a Gino Germani, especialmente se levarmos em consideração os apontamentos que ele deixou na marginalia não só deste artigo de Germani, mas também de *Política e massa* (1960) e de *Política y sociedad en una época de transición social* (1962). Este último livro foi lido por Fernandes em 1966, segundo suas próprias marcações; o outro foi lido provavelmente em 1970, pois encontramos uma carta de Orlando Carvalho datada de 21-8-1970 no interior de *Política e massa* na qual há uma referência muito clara ao interesse de Fernandes em conseguir essa publicação para os seus cursos na Universidade de Toronto. Em relação a estas tipologias ou “etapas” do processo de ampliação da participação política, ele afirma à margem: “que tipológica”; “não consideraria etapas! (pelo menos histórico-sociologicamente)”. Ao longo desta reconstrução dos argumentos de Germani, chamarei a atenção em notas de rodapé para as anotações de leitura feitas pelo sociólogo brasileiro. Infelizmente, não tive acesso a materiais equivalentes para o caso de Germani.

11 De acordo com Germani, esses governos “fraudulentos” teriam mantido, no essencial, as formalidades do processo eleitoral, embora com adulteração sistemática de seus resultados. Esse foi um ponto sensível da leitura feita por Fernandes, pois, para ele, não teria havido, por parte de Germani, uma qualificação efetiva na noção de “participação”. À margem, ele anota: “notar = interpretação para a «fraude eleitoral» = o que representa a «participação total» neste esquema? O que mostra = inadequação da tipologia”. No fundo, Fernandes tem muita resistência em considerar a dinâmica eleitoral como um índice confiável de participação política, talvez até mesmo pela baixa reverberação político-partidária de importantes movimentos sociais no Brasil, como o associativismo negro e a *Campanha em Defesa da Escola Pública*. Noutra passagem, ele afirma: “[...] inclusive na Argentina = voto não é, por si mesmo, índice de integração à soc. nac. [sociedade nacional]. → o que permite interpretar a instabilidade argentina = sempre que votam estão lutando por eficácia política → ou seja, para transformar o voto em participação política real”.

entrosou intimamente com a expansão econômica propiciada pelo *boom* agropecuário; e a imigração do interior argentino (e demais países limítrofes) à Grande Buenos Aires, que engrossou as fileiras de trabalhadores urbanos numa economia em processo acelerado de industrialização. A rigor, a análise de Germani vai apontar para os limites destas duas experiências, o “radicalismo” e o “peronismo”, na efetiva democratização da sociedade argentina, já que ambas tornaram problemática a possibilidade de uma “integração política” das massas (primeiro urbanas, depois rurais ou recém-imigradas) nos quadros de uma democracia representativa.¹²

No caso do “radicalismo”, que lhe permite “demarcar o começo da democracia representativa com participação ampliada e o fim da democracia limitada na Argentina” (Germani, 1965, p. 219), ele teria sido a expressão política das camadas médias urbanas. A especificidade da experiência argentina, nesse caso, é que esses setores intermediários seriam conformados basicamente por estrangeiros: “em termos eleitorais, isto significava, desde já, que [...] entre 50% e 70% dos habitantes se encontrava à margem de seu exercício legal” (Idem, 1965b, p. 220).¹³ Ora, para Germani, isso teria diminuído consideravelmente os efeitos democratizantes da aparição de uma classe média no país, o que até poderia ajudar a entender por que o “radicalismo” não teria usado “o poder para aportar as transformações na estrutura social que teriam assegurado uma base mais segura para o funcionamento das instituições democráticas”. Ele cita, por exemplo, que “a estrutura econômico-social do campo permaneceu praticamente inalterada”, e que os “parlamentos radicais mantiveram a legislação repressiva criada pela «oligarquia» no começo do século diante da primeira expansão

12 Ao enfatizar como a noção de *sequência histórica* atua na argumentação de Germani, chamo a atenção para a necessidade de conjugar, em seu entendimento do “peronismo”, também sua análise a respeito dos limites do “radicalismo”. Por razões variadas, quase toda a fortuna crítica de Germani se concentra em seus argumentos sobre o “peronismo” — seja para retomá-los, seja para, como é mais frequente, criticá-los.

13 Fernandes critica a ideia de que teria havido na Argentina “radical” uma “democracia de participação ampliada”. Por um lado, ele se refere à “marginalidade” dos estrangeiros da seguinte maneira: “marginalidade como problema político”. Por outro, ele questiona a universalidade da “cidadania” apta a votar depois que a lei Sáenz Peña (1912) instituiu o sufrágio universal: “notar = e o que poderiam ser cidadãos? Por isso = a participação não é total”.

dos movimentos operários” (Idem, 1965b, pp. 222-3).¹⁴ Também associada a essas questões estaria a experiência vertiginosa de ascensão social vivida pelos imigrantes de ultramar na Argentina, que terminaria por dificultar a formação de solidariedades estáveis de classe, cruciais (como mostraria a experiência europeia) para a formação de partidos políticos de esquerda e de orientação democrática. Em texto no qual discute os resultados de um *survey* sobre “estratificação e mobilidade social” que ele e sua equipe aplicaram na Grande Buenos Aires, assinala:

La experiencia reiterada durante 60 o 70 años, por los inmigrantes extranjeros y por sus hijos, de una sociedad abierta, unida al gran intercambio entre clases, fue probablemente un factor muy importante en impedir que el proceso de urbanización y la constitución de un proletariado industrial originaran movimientos de masa orientados ideológicamente hacia la izquierda. [. . .] Por lo tanto, en un periodo en que la única expresión ideológica de los movimientos populares de protesta estaba claramente marcada por el pensamiento europeo de izquierda [. . .] podía haberse establecido en la Argentina un movimiento similar con suficiente rigor como para tornarse una fuerza política importante sobre el plano nacional. Hubo, en realidad, movimientos de este tipo, pero no tuvieron efectos políticos duraderos; por un lado estaban formados por extranjeros que carecían de derechos políticos y por otro, ellos mismos y sus descendientes no permanecieron suficiente tiempo en la condición obrera como para dar estabilidad y continuidad a organizaciones ideológicamente orientadas hacia la izquierda clásica (Idem, 1963a, p. 363).

Portanto, ainda que Germani reconheça a importância da imigração ultramarina para a “modernização” da sociedade argentina,¹⁵ ele não deixa

14 Fernandes assim “traduz” a explicação de Germani sobre o “radicalismo”: “1916-1930 → radicalismo → não preencheu sua função → acomodação aos interesses da oligarquia conservadora = manter suas vantagens (das classes médias) no *status quo*”.

15 Fernandes permanentemente discorda da caracterização da Argentina da primeira metade do século XX como uma sociedade relativamente “moderna”. Para ele: “análise bem superficial. Moderno quanto a aspectos externos, não estruturais da

de atentar para o “fracasso parcial da democracia «ampliada» na tarefa de criar um marco institucional para o funcionamento sem tropeços de um regime representativo a um nível de participação total” (Idem, 1965b, p. 240). E a raiz desse “fracasso” estaria, dentre outros aspectos, na ausência de um forte partido de esquerda e de orientação democrática que fosse capaz de “absorver”, através de canais políticos legítimos, a grande massa migratória do interior que se instalou na Grande Buenos Aires a partir da década de 1930. Assim, a adesão das classes populares ao “peronismo”, que para Germani seria a principal expressão da “tragédia” política argentina — como diria num artigo de 1956, “La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo” —, não teria sido o resultado apenas da mentalidade ainda “tradicional” dessas massas recém-migradas, mas de uma *sequência histórica* específica cuja velocidade e duração tornariam o arranjo institucional democrático na Argentina altamente instável e precário. Contrastando os diferentes impactos políticos da imigração de ultramar com os da migração campo-cidade pós 1930, o autor assinala:

[. . .] entonces [na imigração ultramarina] el ritmo fue extremadamente más lento, pues el crecimiento de la población urbana se verificó a través de, por lo menos, tres décadas; en segundo lugar, las masas que presionaron políticamente [. . .] no eran directamente las inmigradas, sino sus hijos; por fin, se trataba de la recientemente formada clase media, estando el naciente proletariado urbano en una situación subordinada. Estas grandes masas trasplantadas de manera rápida a las ciudades [a migração do interior argentino], transformadas súbitamente de peones rurales [. . .] en obreros industriales, adquirieron significación política sin que al mismo tiempo hallaran los canales institucionales necesarios para integrarse al funcionamiento

vida social”. Noutro momento, ele questiona os índices quantitativos usados por Germani para medir a “secularização” da sociedade argentina: “toma índices quantitativos como explicativos do grau de integração estrutural-funcional. É o aspecto discutível. Deixa de lado a constituição estrutural do sistema societário = o que é mais importante para a análise”. Em geral, nessas anotações há um movimento comum, a saber: Fernandes sempre põe em suspeição as formulações de Germani que sugeriram uma “modernidade” avançada na Argentina, mesmo que no contexto latino-americano.

normal de la democracia. La política represiva de los gobiernos desde fines del siglo pasado [. . .] unid[a] a la ausencia de partidos políticos adecuados a sus sentimientos y necesidades, dejaban a estas masas “en disponibilidad”, hacían de ellas elemento dispuesto a ser aprovechado para cualquier aventura que les ofreciera alguna forma de participación (Idem, 1965b, pp. 225-6).

Como sabemos, foi o “peronismo”, uma experiência política autoritária — ou mesmo “totalitária”, como nota o autor em suas primeiras interpretações —, quem conferiu às massas recém-migradas alguma forma de “participação”. É interessante notar que, a contrapelo da tônica geral da intelectualidade “liberal” argentina, Germani sempre distinguiu de maneira muito clara o “peronismo” do fascismo europeu, tanto no que se refere aos grupos sociais que lhe deram suporte — o primeiro, de extração popular e operária; o segundo, fruto de classes médias em risco de “proletarização” — quanto no que tange à sua “racionalidade” para os interesses desses grupos sociais.¹⁶ Apesar de salientar constantemente os limites do “peronismo”, que teria sido capaz de oferecer apenas uma “participação ilusória” (Idem, 1965b, p. 227), “somente um *ersatz* de participação política” (Idem, 1965b, p. 226) — e, mesmo no campo das reformas sociais, ele as teria mantido “dentro de limites aceitáveis pelos grupos sociais e econômicos mais poderosos” (Idem, 1962c, p. 39) —, Germani reconhece, como no artigo “Clases populares y democracia representativa en América Latina” (1962), que

[. . .] dicha participación implica el ejercicio de cierto grado de libertad efectiva completamente desconocido e imposible en la situación

16 Se contrastarmos os argumentos de Germani com os artigos do número 237 (1955) da revista *Sur*, dirigida por Victoria Ocampo e principal órgão da intelectualidade “liberal” argentina, as diferenças saltam à vista. Conforme assinalam Sarlo & Altamirano (2007, p. 25): “[. . .] a sus ojos [dos articulistas de *Sur*], la década peronista había sido una década oprobiosa e irracional, y escribían seguros de contar con el consenso de sus lectores en ese punto. Contaban, además, con la idea del peronismo como fenómeno totalitario, mezcla de fascismo y rosismo, elaborada diez años atrás”. Para uma análise fina das diferenças entre “fascismo” e “peronismo” nos textos de Gino Germani, cf. Blanco (2006) e Amaral (2008).

anterior [. . .] Tal libertad se ejerce al nivel inmediato de la experiencia personal, se halla implicada de manera *concreta* en la vida diaria del individuo. [. . .] Participar de una huelga, elegir un representante sindical dentro del taller, discutir en pie de igualdad con el patrón, alterar el nivel de comportamiento individual y en sentido igualitario [. . .], he aquí mil ocasiones de vivir un cambio efectivo (Idem, 1962c, pp. 39-40).

Embora Germani nos apresente uma visão matizada sobre o significado político do “peronismo”, como no trecho acima, ele jamais deixou de salientar o seu aspecto altamente problemático para a institucionalização da democracia representativa na Argentina. Assim, a *sequência histórica* “radicalismo”/“peronismo”, que para o autor representaria a passagem para uma situação de participação política “total”, teria desaguado numa espécie de beco sem saída, com poucas perspectivas para a democracia.¹⁷ Desse modo, a contrapelo das hipóteses de Seymour Lipset, com quem Germani estabeleceu intensa interlocução, a conexão, na Argentina, entre desenvolvimento econômico e democracia política não seria linear, mas “enigmática”.¹⁸ O que, no caso argentino, aparentemente o mais bem-sucedido de “modernização” na América Latina, seria desconcertante: o país àquela altura mais “modernizado” seria o que também “apresentaria os «desvios»

17 Justamente pelos problemas apontados por Germani a respeito da experiência de “participação” nos quadros do regime “peronista” é que Fernandes assinala o caráter contraditório da afirmação de que existia uma “participação total”. É claro que o autor de *Política y sociedad*. . . se refere à “participação total” no sentido político-institucional do termo, isto é, em termos eleitorais. No entanto, essa dimensão institucionalizada da participação eleitoral para Fernandes nunca foi crucial. À margem, ele glosa: “afirmação contraditória = se houvesse «participação total» a «classe operária» poderia afirmar-se como e enquanto classe! No demais = raciocínio certo = participação emergente sem organizações próprias ou com capacidade de ação independente”. O que nos leva a crer que a “sociologia política” de Fernandes é muito mais uma sociologia das relações de poder na sociedade que uma análise da transmutação dessas relações no âmbito institucional.

18 Numa análise cuidadosa da interlocução travada entre Gino Germani e Seymour Lipset, Samuel Amaral (2009) mostra como foi (também) a partir dela que o primeiro foi desenvolvendo a noção de “movimentos nacional-populares”, isto é, uma generalização histórico-conceitual capaz de incluir o “peronismo” como um caso extremo de regime político comum a processos tardios e acelerados de modernização, típicos da América Latina (no qual entrariam o aprismo peruano, o varguismo, etc.).

em certo sentido paradoxais” de maneira mais acentuada em relação ao “modelo ocidental”. Por essa razão, diz Germani que “a profunda crise política que afeta o país, há mais de trinta anos, constitui um verdadeiro enigma para os estudiosos da sociologia do desenvolvimento econômico” (Idem, 1965, pp. 206-7).

Desembrulhando o “pacote sistêmico”

Os caminhos em linha reta, como o traçado por Parsons, ou em forma de labirinto, como as noções de dilema e paradoxo sugerem, rebateram em distintos tratamentos teóricos do problema da modernização e/ou desenvolvimento. Simultaneamente às análises dos movimentos políticos ou sociais que discutimos acima, tanto Fernandes quanto Germani procuraram formalizar em nível mais abstrato os caminhos históricos que se abriam ou se fechavam às suas respectivas sociedades. Portanto, ainda na primeira metade dos anos 1960, os dois autores já tinham começado a desembrolhar o “pacote sistêmico” da “sociologia da modernização”, isto é: as relações entre desenvolvimento e democracia, em vez de lineares e necessárias, seriam muito mais complexas e contingentes que o previsto por aquela vertente intelectual. Esse problema é tratado pelos autores de maneira diferente. Fernandes, por um lado, realçou a persistência dos elementos “tradicionais” na orientação das condutas, o que teria acarretado ajustamentos “irracionais” de toda ordem. “Irracionalidade” que, do ponto de vista do sistema social, implicaria não apenas uma forma de funcionar “deformada” e com eficiência reduzida mas sobretudo a reposição (ou o agravamento) de desigualdades sociais seculares. Germani, por outro, ressaltou que os aspectos aparentemente mais “modernos” da sociedade argentina, como grandes classes médias e elevadas taxas de mobilidade social ascendente, poderiam produzir — “paradoxalmente” — efeitos contraproducentes no plano da modernização como um todo. Noutros termos, a existência de uma estrutura social relativamente “moderna” não geraria automaticamente a aceleração do desenvolvimento. Parsons, por sua vez, ancorava a sua visão “linear” a respeito do potencial democrático da sociedade norte-americana num registro teórico “evolucionista”, que passaria a delinear a partir dos anos 1960, e que terminaria por reafirmar tanto a “necessidade” quanto a universalidade, ainda que a longo prazo, das relações entre

desenvolvimento e democracia. Começemos, mais uma vez, pelas reflexões do sociólogo norte-americano. Esse procedimento nos ajudará a reter melhor as especificidades das formulações de Fernandes e Germani.

Um ano antes da publicação de “Full citizenship for the Negro American?”, Talcott Parsons escreveu um artigo seminal que sintetiza a sua reorientação rumo a uma abordagem “cibernético-evolucionária”. Refiro-me a “Evolutionary universals in society” (1964), texto no qual o autor coloca para a sociologia problemas análogos aos da “seleção natural” no campo da biologia. Para ele, o sentido da “evolução”, seja no mundo natural ou cultural, segue uma pauta de inovações que caminhará na direção de maior “capacidade adaptativa” do sistema em relação ao seu entorno. Não entrarei aqui em seus argumentos sobre a formação de sociedades “primitivas” e “arcaicas” — tema sobre o qual Parsons irá discorrer longamente em *Societies* (1966). Para os nossos interesses, basta que recuperemos parte de seus argumentos sobre os quatro “universais evolutivos” que definiriam a estrutura fundamental da sociedade moderna: a organização burocrática, o dinheiro e os sistemas de mercado, a generalização de normas universalistas e a associação democrática. De acordo com Parsons, um “universal evolutivo” seria um “complexo de estruturas e processos [...] cujo desenvolvimento aumenta de tal modo a capacidade adaptativa [...] que apenas os sistemas que desenvolveram aquele complexo podem atingir certos níveis superiores de capacidade adaptativa” (Parsons, 1964c, p. 341). Em termos mais duros e crus: as sociedades que não atingissem a institucionalização daqueles elementos ou seriam eliminadas pela “seleção natural”, dada sua ineficiência em se adaptar ao entorno (ou controlá-lo), ou perderiam a oportunidade de acompanhar os desenvolvimentos futuros (Idem, 1964c, p. 356). Neste registro “evolucionista”, a universalidade de um elemento não estaria dada (somente) por sua superioridade normativa, e sim pelos ganhos “adaptativos” que ele oferece à sobrevivência de um sistema social *vis-à-vis* um entorno sujeito a mudanças contínuas e imprevisíveis — alterações essas muitas vezes acarretadas pela competição com outros sistemas sociais.

Passemos rapidamente aos três primeiros “universais evolutivos” da sociedade moderna. Os casos da burocracia e do mercado são de compreensão mais fácil e intuitiva. No primeiro, Parsons segue a discussão clássica

weberiana a respeito da eficiência da administração burocrática como estrutura de organização do poder (Idem, 1964c, pp. 347-9). A partir dela, o meio “poder” poderia circular de maneira muito mais rápida e flexível por todo o sistema, aumentando a eficiência das decisões coletivas. Na mesma direção, os sistemas de mercado, através do meio “dinheiro”, garantiriam maior fluxo de bens e maior mobilidade no manejo dos recursos por parte do sistema (Idem, 1964c, pp. 349-50). O caso da generalização das normas universalistas é menos óbvio, pelo menos quanto à sua “universalidade” na estruturação das sociedades modernas. No entanto, Parsons também opera aqui com uma leitura próxima às formulações de Weber, chamando a atenção para a diferenciação de um sistema jurídico capaz de codificar normas societárias de maneira relativamente autônoma quanto às prescrições da moral e da religião — o que aumentaria a eficiência geral das normas, porquanto estas poderiam abarcar maior complexidade sistêmica (Idem, 1964c, pp. 350-3). *Grosso modo*, a diferenciação destes “universais evolutivos” seria uma nova forma de descrever, a partir de outros termos (e alterando o seu sentido), o processo de “racionalização” ocorrido no Ocidente proposto por Weber. O esquema “evolucionista” traçado por Parsons se torna mais problemático quando chegamos à discussão do último “universal evolutivo”: a “associação democrática”.

Ao considerar a democracia um “universal evolutivo” — Parsons opera aqui com o registro histórico de uma “democracia representativa”, isto é, com as instituições do parlamento, da liderança definida pelo voto e do sufrágio universal (Idem, 1964c, pp. 354-5) —, o autor não desconsidera as dificuldades inerentes à sua institucionalização. Ele pondera que esse sistema se encontra sujeito a uma série de problemas, que poderiam variar desde a “corrupção” até a “irresponsabilidade «populista»”, passando também pela possibilidade de uma “ditadura *de facto*” (Idem, 1964c, p. 355). No entanto, haja vista a natureza do meio “poder”, cujo funcionamento seria para Parsons cronicamente dependente da formação de consensos — é como ele “traduz” a noção weberiana de “dominação legítima” —, e a complexidade da sociedade moderna, constituída por uma estrutura social “pluralista”, apenas a forma democrática de organização seria capaz de tornar o sistema social realmente eficiente. Nos termos de Parsons,

The basic argument for considering democratic association a universal, despite such problems, is that, the larger and more complex a society becomes, the more important is effective political organization, not only in its administrative capacity, but also, and not least, in its support of a universalistic legal order. Political effectiveness includes both the scale and operative flexibility of the organization of power. Power, however, precisely as a generalized societal medium, depends overwhelmingly on a consensual element, i.e., the ordered institutionalized and exercise of influence, linking the power system to the higher-order societal consensus at the value level. / No institutional form basically different from the democratic association can, *not* specifically *legitimize* authority and power in the most general sense, but *mediate consensus in its exercise* by particular persons and groups, and in the formation of particular binding policy decisions (Idem, 1964c, pp. 355-6, *itálicos no original*).

Para Parsons, portanto, a organização democrática tornaria o sistema político mais eficiente não apenas porque ela operaria como um elo de mediação entre o exercício da autoridade e o sistema de valor — a questão iria além da simples “legitimação cultural”. A democracia seria mais eficiente porque seria capaz de fazer essa mediação dando conta da complexidade típica de uma sociedade moderna, com suas variedades de interesses e funções. Formas não democráticas de organização seriam muito rígidas e monolíticas para poder lidar com o dinamismo da sociedade moderna. Parsons até “prevê” que, a longo prazo, essas formas não democráticas de organização, como as presentes nos países “comunistas” — aqui se explicita o intento polêmico do artigo —, ou teriam de dar lugar a um tipo de “democracia eleitoral”, constituído por um “sistema partidário plural”, ou acabariam “regredindo” para “formas de organização política menos avançadas e menos efetivas” (Idem, 1964c, p.356). Em suma, ao lado da burocracia, dos mercados e das normas universalistas juridicamente codificadas, a democracia seria um “universal evolutivo” por conta de sua capacidade de tornar o sistema mais eficaz na operação de sua complexidade interna. Vista agora à luz de “Evolutionary universals in society”, a expectativa de Parsons quanto à plena institucionalização dos direitos de cidadania nos Estados

Unidos na verdade se amparava num registro teórico muito mais amplo quanto ao sentido da transformação histórica das sociedades modernas.

Nesse artigo de 1964, Parsons considera o surgimento de cada um desses quatro “universais evolutivos” como um processo histórico de longa duração. No entanto, essa dimensão histórica não informa a sua visada básica sobre a dinâmica dos sistemas sociais modernos. Justamente por operar com “universais”, o problema de Parsons é dar conta de sua generalização, que estaria garantida a longo prazo pelos “ganhos adaptativos” que eles seriam capazes de oferecer. Nessa direção, os quatro elementos que definiriam a estrutura fundamental da sociedade moderna seriam, para o autor, “muito mais que simples «invenções» de sociedades particulares” (Ibidem). As contingências históricas, isto é, as trajetórias particulares de modernização, terminam caindo num ponto cego à análise: o que importa a Parsons é ressaltar a existência de uma configuração estrutural básica — uma espécie de “pacote sistêmico” — cuja superioridade “adaptativa” a tornaria necessariamente universal. No trecho abaixo, o autor é explícito nesse ponto:

Comparatively, the institutionalization of these four complexes and their interrelations is very uneven. In the broadest frame of reference, however, we may think of them as together constituting the main outline of the structural foundations of modern society. Clearly, such a combination, balanced relative to the exigencies of particular societal units, confers on its possessors an adaptive far superior to the structural potential of societies lacking it. Surely the bearing of this proposition on problems of rapid “modernization” in present “under-developed” societies is extremely important (Idem, 1964c, p. 357).

Como fica sugerido na última frase do trecho acima, que faz menção aos países “subdesenvolvidos”, a linearidade histórica formalizada pelo *mainstream* da “sociologia da modernização” reaparece, mesmo que noutra roupagem, no esquema “cibernético-evolucionário” que Talcott Parsons passa a desenvolver ao longo da década de 1960. A despeito de suas pretensões de trabalhar num registro histórico de longa duração, e de assinalar certas variações no processo de institucionalização dos quatro compo-

nentes básicos nos diferentes países, o autor terminou por repisar a visão “sistêmica” que previa uma convergência final — e democrática — das sociedades modernas.

O contraste entre esse esquema parsoniano e as formulações desenvolvidas por Florestan Fernandes e Gino Germani no mesmo período é bastante evidente. Aliás, não deixa de ser irônico que no mesmo ano de publicação de “*Evolutionary universals in society*” tenha ocorrido o fechamento político da sociedade brasileira, ao qual se seguiram vários processos de natureza análoga na América Latina. Nesses contextos periféricos, a noção de que a democracia e desenvolvimento se encontrariam “necessariamente” começou a girar no vazio. Vejamos agora como Fernandes e Germani tiveram de desembrulhar o “pacote sistêmico” da “sociologia da modernização” a fim de explicar a não linearidade da trajetória de seus países.

No fechamento teórico de *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Florestan Fernandes lidou com problemas muito diferentes dos enfrentados por Parsons em “Full citizenship. . .”. Apesar de ter investigado “uma das comunidades industriais em que o regime de classes sociais se desenvolveu de modo mais intenso e homogêneo no Brasil”, a cidade de São Paulo, os resultados encontrados não apontavam para uma tendência à democratização das relações raciais. Antes, chamavam a atenção para a debilidade da “ordem social competitiva” aí constituída. Essa não teria sido capaz de “abranger, coordenar e regulamentar as relações sociais” em sua totalidade, funcionando de forma “fragmentária, unilateral e incompleta” (Fernandes, 2008b, p. 571). Em vez da linha reta parsoniana, ele usa uma imagem muito expressiva para dar conta das relações entre brancos e negros no contexto paulistano:

Como se fosse uma hidra, a desigualdade racial se recupera a cada golpe que sofre. Onde os interesses e os liames das classes sociais poderiam unir as pessoas ou os grupos de pessoas, fora e acima das diferenças de “raça”, ela divide e opõe, condenando o “negro” a um ostracismo invisível e destruindo, pela base, a consolidação da ordem social competitiva como *democracia racial* (Idem, 2008b, pp. 570-1).

A imagem da “hidra”, tal como usada por Fernandes acima, aponta para uma dinâmica histórica de caminhos sinuosos, incapaz de se despir inteiramente dos arcaísmos — e, por conseguinte, das desigualdades — herdados do “*antigo regime*”. Neste momento de sua produção intelectual, o encontro dos termos *sociedade de classes* e *subdesenvolvimento* somente se dá no registro da “irracionalidade” — como se o último fosse resultado de uma funcionamento deformado ou a meia-potência da primeira. Afinal, se o sistema social funcionasse preenchendo todas as suas funções, a “sociedade de classes” expurgaria os resíduos “arcaicos” e universalizaria a “ordem social competitiva”. Nesse mesmo livro, ele chega a dizer que a “sociedade de classes” assim conformada estaria “condenada” a formas “anormais” ou “subnormais” de desenvolvimento:

A plasticidade do comportamento social humano e do funcionamento das instituições sociais permite que uma sociedade opere satisfatoriamente mesmo sob condições de equilíbrio social instável, mantidas cronicamente. Todavia, enquanto condições dessa espécie ficam inalteráveis, tal sociedade é condenada a formas anormais ou subnormais de desenvolvimento interno. Ela jamais pode se expandir até os limites da diferenciação e de integração normais, a que poderia atingir idealmente. Em terminologia durkheimiana, diríamos que ela não concretiza as potencialidades de desenvolvimento, asseguradas pelo tipo de civilização correspondente (Idem, 2008b, p. 573).

Essas formas “anormais” ou “subnormais” de desenvolvimento poderiam persistir indefinidamente? Os ajustamentos “irracionais” que elas promovem se encaminhariam para uma efetiva “racionalização” do sistema social? Nos textos que se seguem à conclusão de *A integração do negro na sociedade de classes*, Fernandes começa a esboçar um novo quadro interpretativo para dar conta das especificidades da “sociedade de classes” no Brasil, em especial de suas dissonâncias às manifestações “típicas” desse arranjo societário.¹⁹ Este *aggiornamento* das formulações de Fernandes cobrou

19 *A integração do negro na sociedade de classes* foi concluído após os trabalhos de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso (e no mesmo ano do de Maria Sylvia de Carvalho Franco), já escritos em grande parte com espírito crítico em relação à

maior urgência em virtude do golpe militar de 1964, que imediatamente tensionou a fatura dos seus argumentos. Os problemas assinalados em 1962, quando cunhou a noção de “dilema social brasileiro”, aparecem agora amplificados — é como se a resistência “sociopática” à mudança tivesse se explicitado ao máximo. É o que notamos em “A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil” (1965), texto produzido durante sua estadia como professor-visitante na Universidade de Columbia.

Pretendendo esboçar “um quadro de referência” para a análise da “dinâmica da sociedade brasileira”, o autor reconhece as dificuldades dessa iniciativa. Uma sociedade dotada de tantas diferenças e contrastes, fazendo com que “o passado, o presente e o futuro coexistam e se interpenetrem inextricavelmente” (Idem, 1975, p. 93), só poderia ser apreendida sociologicamente caso se revisassem as formulações correntes, em especial certas visões “dualistas” das relações entre “tradição” e “modernidade”. No entanto, a questão colocada pelo autor neste artigo não se limita a afirmar a persistência de elementos “tradicionais” no seio da nova ordem social em formação. Isso já havia sido colocado em seus textos anteriores. O ponto novo que Fernandes introduz é o “elemento político” contido nessa persistência.²⁰

orientação mais ampla do então catedrático. Embora não nos caiba explorar essa questão aqui, vale a pena notar que tal fato não foi sem consequências para os argumentos de Fernandes, que realinhou o seu quadro teórico ao longo da década de 1960 em diálogo com os demais membros do “seu grupo” na USP. Imagino que a resenha publicada por Gabriel Cohn em 1966 simultaneamente na *Revista do Museu Paulista* e na *Revista Latinoamericana de Sociología* seja em parte representativa das inquietações do “grupo” ante os problemas teóricos levantados por Fernandes em *A integração*. . . Nesse texto, Cohn pondera, por exemplo, sobre “até que ponto os elementos de desequilíbrio estrutural, «disfuncionais» ou não integráveis em situações típicas, podem resultar *inerentes* ao tipo empírico estudado”. Noutra passagem, diz que o livro de Fernandes pode levar “à conclusão de que a sociedade de classes está *viciada* estruturalmente pelos vestígios da ordem estamental, que dão forma às relações ao nível racial” (Cohn, 1966, p. 275, *itálicos no original*). Isto é: Gabriel Cohn está sugerindo que os elementos que Fernandes via como “irracionais” ou “desequilibrados”, já que a “sociedade de classes” não conseguia impor os seus dinamis-mos de maneira exclusiva, deveriam ser vistos de uma outra forma, como parte do dinamismo de uma “ordem social” que está estruturalmente marcada pela presença de formas estamentais de orientação das condutas.

20 Vale a pena notar, como ficará claro a seguir, que a introdução do “elemento político” não levará a uma discussão da política partidária ou institucional, mas aos diferenciais de poder entre os diferentes grupos sociais. Como esta posição do autor se mantém mais ou menos constante, creio que nela podemos encontrar uma melhor perspectiva para avaliar a sua “sociologia política”.

A meu ver, essa inflexão é o modo pelo qual o autor incorpora o golpe no interior das balizas interpretativas que ele vinha delineando a respeito da sociedade brasileira — o que terminou carreando elevadas tensões para o interior de sua argumentação, como já veremos.

Essa introdução do “elemento político” no andamento da análise permitiu que Fernandes conferisse maior peso explicativo às contingências históricas. Isso porque o sentido das mudanças estaria, particularmente em etapas mais avançadas de “diferenciação social” — caso da sociedade brasileira —, cronicamente associado às disputas de poder entre os diferentes grupos sociais. Neste diapasão, o problema da mudança seria um problema político porquanto dependeria “de mecanismos de ação grupal que traduzem posições relativas dos grupos na estrutura de poder da sociedade nacional” (Idem, 1975, p. 101). Assim, a fim de entender o “ponto morto” ou o “estancamento” das mudanças estruturais na sociedade brasileira — termos que usa para se referir à persistência dos elementos “tradicionais” —, Fernandes começa a inquirir sobre a atuação dos grupos que lideraram a revolução burguesa. Para ele, os limites da ação do fazendeiro e do imigrante, ambos comprometidos, ainda que em níveis diferentes, com um horizonte cultural arcaico — argumento que ele já havia avançado em *A integração*. . . —, associando “processos econômicos débeis e estruturas sociais rígidas”, marcariam um travejamento histórico diverso da “sociedade de classes” no Brasil. Nos termos de Fernandes, “as origens e o desenvolvimento da revolução burguesa explicam razoavelmente a persistência e a tenacidade de um horizonte cultural que colide com as formas de concepção de mundo e de organização da vida inerentes a uma sociedade capitalista” (Idem, 1975, p. 105).

Diante deste princípio explicativo mais amplo — os limites da revolução burguesa no Brasil —, Fernandes assinala que esta situação histórica comporta “duas tendências contraditórias”, que “se configuram dinamicamente” (Idem, 1975, p. 105). É como ele explica a falta de linearidade histórica: haveria tanto “polarizações” favoráveis quanto “polarizações” desfavoráveis à expansão da “ordem social competitiva”. As primeiras corresponderiam “aos fatores de inovação mais profundos” e expressariam, “em graus variáveis, o tipo de racionalidade exigido pelo presente” (Idem, 1975, p. 106). As segundas, “no fundo, fatores arcaizantes herdados do passado”,

redundariam “em ajustamentos de extrema irracionalidade” (Idem, 1975, p. 105).²¹ Como no Brasil a “sociedade de classes” funcionaria a meia potência, ou de maneira deformada, o autor pondera que não seria possível “determinar a proporção das primeiras polarizações sobre as segundas” (Idem, 1975, p. 106). Daí a noção de “ponto morto”: haveria mudanças, mas elas não seriam capazes de saturar historicamente o “tipo” da “sociedade de classes”. Dessa combinação peculiar de tendências contraditórias, surgiria uma “ordem social competitiva” com sentido completamente redefinido:

Isso significa, em outras palavras, que o chamado *elemento tradicionalista* continua vivo, operante e com grande vitalidade. Como as influências arcaizantes e inovadoras se combinam inextricavelmente, aquelas não só atuam por dentro das situações histórico-sociais novas; fazem-no irruptivamente, sem os controles que os limitavam sua potência na ordem social tradicionalista. Desse ângulo, parece que a principal desvantagem da ordem social competitiva, nos países em que ela se instaura em condições desfavoráveis, consiste em que ela agrava, nas fases iniciais de desenvolvimento, pelo menos, a concentração social da renda e do poder. Nessas fases, ela mais aumenta que modifica as categorias dos entes sociais “privilegiados”. Parte desse fenômeno vem a ser a persistência (velada ou aberta) e o agravamento das formas autocráticas de controle [. . .] (Idem, 1975, p. 106).

Na passagem acima, o autor aponta não só para um quadro de mudança não linear. A própria “ordem social competitiva”, em vez de eliminar, acabaria potencializando os efeitos negativos da “ordem social tradicionalista”, especialmente no que tange à concentração da riqueza e à organização autocrática do poder. É o próprio “moderno” emergente que sai alterado

21 O critério de “racionalidade” adotado por Fernandes é bem específico, e se prende não à “racionalidade instrumental”, mas às ações orientadas no sentido de levar o funcionamento da “sociedade de classes” à sua eficácia-limite, isto é, à universalização da “ordem social competitiva”. Aqui, imagino, a referência principal é Mannheim, e não Weber. Sobre as especificidades da recepção de Mannheim na sociologia brasileira, cf. Villas Bôas (2006).

ao se combinar de maneira compósita com o “*antigo regime*”, configurando uma revolução burguesa *sui generis*. Contudo, essa persistência dos elementos “tradicionais” não seria um fenômeno simples de “demora cultural”; ela seria antes “um puro ingrediente político”, destinado a “conter o ritmo das estruturas de poder nos limites da situação de classe das elites tradicionais” (Idem, 1975, p. 107). Por essa razão é que o “elemento político” seria importante na avaliação do processo de desenvolvimento, pois apesar dos “desajustes estruturais” implicados por esse padrão de mudança social, o “tradicionalismo” não desapareceria espontaneamente. A sua associação estreita “aos interesses sociais de uma classe” lhe garantiria uma espécie de sobrevida histórica. Noutros termos, o “tradicionalismo” não apenas se projetaria na nova ordem social, mas levaria a uma “deformação das formas de poder inerentes à ordem social competitiva” (Idem, 1975, p. 108). O golpe de 1964 seria uma das “cristalizações” desse processo. Na passagem abaixo, podemos ver uma das primeiras interpretações de Fernandes a respeito do fechamento político da sociedade brasileira:

Em virtude do teor irracional das pressões conservadoras, qualquer inovação, em particular, e o processo de modernização, em geral, são avaliados e repelidos ou aceitos num contexto de extrema irracionalidade. [...] Essa situação envolvente provoca tendências reativas muito diversas, quanto ao grau de irracionalidade, mas sempre numa escala que as torna improdutivas. No nível dos círculos conservadores, ela estimula o crescente recurso ao *enrijecimento*, mesmo pela violência organizada. Envenenando o espírito dos agentes, essa reação aumenta a sua incapacidade de entender e de enfrentar as mudanças, predispondo-as para a desconfiança, a insegurança e o temor pânico de perder o controle das inovações. Doutro lado, ela fornece a base psicossocial de atitudes e comportamentos especificamente antissociais, como o solapamento sistemático de empreendimentos de significação nacional e a resistência sociopática à mudança (Idem, 1975, p. 109, *itálicos no original*).

Essa maneira de colocar o problema revela uma tensão básica na argumentação de Fernandes. Pois, de um lado, ela salienta a força dos

elementos “tradicionais”, posto que dinamizados pela “situação de classe” dos círculos sociais dominantes. Por outro, ele coloca esses mesmos elementos no campo dos ajustamentos “irracionais”, roubando-lhes no mesmo passo a potência histórica que eles pareciam conter. Como ele mesmo assinala neste artigo, o “tradicionalismo” “se mantém como expediente político de alcance limitado, já que se confina aos interesses sociais de uma classe” (Idem, 1975, p. 108). É como se essa persistência de uma orientação conservadora, “irracionalizando” o sistema social como um todo, não pudesse permanecer indefinidamente não obstante as evidências em contrário. Assim, ainda que problematize a visão dualista das relações entre “tradição” e “modernidade”, assim como as relações lineares entre desenvolvimento e democracia, Fernandes acaba repondo, noutros termos, uma perspectiva de futura “sincronização” da “sociedade de classes”. Ao superpor a oposição “tradicional”/“moderno” com o par “irracional”/“racional”, ele termina conferindo força, mesmo que contrafactualmente, aos elementos inovadores, cujos portadores sociais seriam, nesse caso, os setores populares. É por isso que, a contrapelo do fechamento político, um horizonte de abertura ainda se fazia presente em suas formulações. Vejamos como ele conclui de maneira relativamente “otimista” este artigo de 1965:

Desse ângulo, tanto o ponto morto de desequilíbrio, que ameaça sua capacidade de coexistência e de desenvolvimento, quanto a irracionalidade do comportamento conservador, que põe em risco o destino da ordem social competitiva, constituem obstáculos que serão previsivelmente superados. Na medida em que realiza historicamente as condições econômicas, sociais e políticas para se organizar como sociedade nacional, o Brasil avança em duas direções. Primeiro, no controle dos fatores adversos à mudança. Segundo, na absorção progressiva de padrões de organização social nuclearmente mais adaptados ao tipo de mudança requerido por uma sociedade aberta (Idem, 1975, p. 118).

Essa ideia de que os obstáculos ao desenvolvimento seriam “previsivelmente superados” se sustenta, ao nível da armação dos argumentos de Fernandes, porque a conexão entre “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento” é pensada pelo autor na chave da “irracionalidade”. Portanto, o

próprio “subdesenvolvimento” não passaria de uma condição transitória, desaparecendo no momento em que as “polarizações” favoráveis à expansão da “ordem social competitiva”, ajustadas à “racionalidade” exigida pela “sociedade de classes”, dessem a tônica do processo de mudança. Contudo, também nos ajustamentos “racionais” estaria presente o “elemento político” a tornar a análise mais contingente: a “racionalização” do sistema social não seria automática, porquanto dependeria de modo crônico do protagonismo do “*Povo*” no plano histórico. Sem este ator, teríamos apenas a reposição da “circularidade dos efeitos irracionais” (Idem, 1975, p. 110), obstruindo as possibilidades de fazer o sistema funcionar em sua eficácia-limite. Retrabalhando a perspectiva “estrutural-funcional” à luz de um “radicalismo plebeu”, Fernandes arma o cenário de um possível *clímax* ao mesmo tempo sistêmico e histórico. Afinal, a “racionalidade” dos atores, a eficácia do sistema social e o seu funcionamento equilibrado — que, numa “sociedade de classes”, exigiria mudanças permanentes — coincidiria com o predomínio de ações “inovadoras”, voltadas para a universalização dos direitos e das garantias sociais, e com a realização de uma “comunidade nacional democrática” (Idem, 1975, p. 117). E o termo que Fernandes usou para conectar essas duas pontas num mesmo movimento, ainda que contrafactualmente, foi o de “revolução dentro da ordem” — um *quase* oxímoro. Ao longo dos anos 1960, no entanto, o autor foi se dando conta de que não havia mais espaço histórico para algo nesse sentido. O malogro da *Campanha*, dos movimentos sociais no “meio negro” e o próprio golpe militar de 1964 indicavam para a direção contrária. Este *anticlímax* foi formalizado com a introdução do termo “capitalismo dependente”, que veremos no próximo capítulo.

Nos textos de Gino Germani da primeira metade da década de 1960, podemos ver um procedimento quase oposto. Não que ele tenha posto os problemas do desenvolvimento argentino em termos “lineares”, muito pelo contrário. Mas, em vez de se concentrar nas alterações de sentido histórico provocadas por uma modernização que arrasta consigo elementos “arcaicos”, como havia feito Fernandes, ele se debruça sobre os limites impostos pelos próprios elementos “modernos” para a continuidade do processo de desenvolvimento. Em termos cognitivos, o ganho é evidente: esta forma *sui generis* de colocar o problema o forçou a diferenciar, em termos analíticos, duas dimensões que costumavam andar juntas no *mains-*

tream da “sociologia da modernização”: a modernização social e o desenvolvimento econômico. E, mais ainda, não teria sido o atraso, mas o *adiantamento* na primeira dimensão que estaria, “paradoxalmente”, obstruindo a segunda. É o que vemos em um artigo até então pouco conhecido de Germani, recentemente republicado numa coletânea organizada por Alejandro Blanco, intitulado “La Argentina: desarrollo económico y modernización” (1963).

Nesse texto, conforme já havia apontado Blanco em sua introdução (2006b, p. 38), Germani começa a repensar de maneira mais decidida o “pacote sistêmico” da “sociologia da modernização”. A sua preocupação imediata era questionar duas imagens contrastantes do país que, naquele momento, polarizavam a adesão dos intelectuais. Por um lado, sustentada por conservadores e liberais (de direita ou esquerda), a imagem da Argentina como um “país progressista, europeu, moderno”; por outro, sustentada pela esquerda não liberal e por nacionalistas (de direita ou esquerda), a imagem de um país “subdesenvolvido, dependente, quase colonial” (Germani, 2006, p. 237). A primeira imagem teria prevalecido até meados dos anos 1950, e estaria ligada ao otimismo da Argentina do “Centenário”. Já a segunda teria cobrado uma “singular difusão” (Idem, 2006, p. 238) a partir dos anos 1950.²² Ambas, contudo, coincidiriam em um aspecto: “no fundo, percebe[riam] o povo ou as «massas» como potencialmente revolucionárias”. Para os adeptos da imagem de um país “avançado”, a tarefa imediata seria o rebaixar o potencial disruptivo das massas populares — trocando em miúdos, fazia-se necessária a sua “desperonização”. Para os intelectuais que se guiavam pela ideia de “subdesenvolvimento” da Argentina, a solução seria totalmente inversa: a revolução popular. Nesse artigo, Germani pretende com uma só tacada atacar dois problemas: por um lado, “chegar a uma imagem mais realista da Argentina” (Idem, 2006, p. 239) que pudessem colocar em perspectiva aquelas visões contrastantes. Por outro, a contrapelo das expectativas então vigentes, mostrar o sentido reformista ou até mesmo conservador da atuação dos dois grupos “modernos” por excelência:

22 Uma publicação que capta bem a generalização da percepção da Argentina como um país “subdesenvolvido” é o livro do artista plástico Luis Felipe Noé, *Una sociedad colonial avanzada* (1971), cujo título ironiza a expressão “sociedade industrial avançada” que o autor havia escutado à exaustão nos Estados Unidos.

as classes médias e as camadas populares. A timidez política desses dois atores, apesar de ambos terem sido gerados pela modernização da estrutura social do país, poderia ser explicativa das debilidades do desenvolvimento econômico argentino.

Como Germani pretende chegar a essa imagem mais “realista” da Argentina? Ele começa o texto cruzando dados típicos de desenvolvimento econômico, como elevada riqueza *per capita* e alto consumo de energia, com certos indicadores de modernização da estrutura social, como grandes classes médias, taxas de natalidade reduzidas e altos índices de urbanização. Os resultados encontrados, a respeito da Argentina, fizeram com que o autor chegasse à seguinte constatação: “somos um país avançado socialmente, mas menos desenvolvidos economicamente” (Idem, 2006, p. 237). Afinal, completa, “enquanto do ponto de vista dos indicadores de modernização a Argentina se coloca muito próxima [...] aos países mais avançados, do ponto de vista dos indicadores de desenvolvimento econômico, sua posição [...] se aproxima muito mais à dos países menos avançados” (Idem, 2006, p. 242). Não se trata, pondera o autor, de uma solução “salomônica” (Idem, 2006, p. 237) ao problema. Mas sim de chamar a atenção para os problemas acarretados por uma modernização acelerada da estrutura social que se realizaria sem um desenvolvimento econômico “equivalente” — contrariando, nesse sentido, a *sequência histórica* dos países “avançados”.

Esse descompasso se traduziria em crise, para Germani, porque uma elevada modernização social implicaria uma série de demandas — não só de aumento no consumo, mas também de mobilidade social e participação política — que uma economia de base industrial débil não poderia atender de maneira satisfatória.²³ O interesse de Germani, aqui, é entender por

23 Devemos lembrar que este texto foi escrito no contexto pós-crise do governo “desarrollista” de Arturo Frondizi, ao qual se seguiu uma grande polarização social e política (e que desaguou no golpe de Onganía em 1966). Uma análise bem ponderada dos limites do “desenvolvimentismo” na Argentina, em comparação com o “desenvolvimentismo” no Brasil, podemos encontrar em Sikkink (1991). Para a autora, houve no Brasil um “consenso desenvolvimentista” muito mais intenso que na Argentina, a despeito do fato de Raúl Prebisch ser argentino — as próprias teses da Cepal teriam circulado em escala reduzida no país platino, posto que o compromisso com o “desenvolvimentismo”, em vez de se generalizar, ficou subsumido no interior da polarização mais ampla “peronismo”/ “antiperonismo”. Em relação ao debate político ligado ao “desenvolvimentismo” na Argentina, cf. Altamirano (2007).

que, apesar de haver as condições necessárias à industrialização da economia argentina, as transformações estruturais requeridas por esse processo não foram levadas a cabo por nenhum dos principais atores políticos e sociais do país — nem pelas classes médias “radicais”, nem pelos setores populares “peronistas”. No caso das primeiras, conforme já assinalamos na seção anterior, o seu potencial transformador rebaixado estaria ligado ao “padrão exitoso estabelecido durante o período de prosperidade e de expansão” (Idem, 2006, p. 248), isto é, durante o *boom* agroexportador, que teria assegurado a “vastos estratos da população certa participação ao modo de vida urbano e aos bens materiais e não materiais da sociedade moderna” (Idem, 1006, p. 246). Esse sucesso na integração social, praticamente único no contexto latino-americano, teria eliminado os “conflitos” necessários à introdução de inovações substanciais. Não que Germani negue fatores como a dependência do país ou a sua vulnerabilidade econômica; mas o fato de ela não ter sido combatida no plano interno pelos principais grupos sociais daquele período se deveria à debilidade das “energias” renovadoras, cuja potência estaria associada à existência de “oposições” e “lutas”. Em seus termos:

Lo que sostenemos es que estas energías no llegaron a manifestarse precisamente en aquellos sectores populares o de élites que se hallaban situados histórica y socialmente en condiciones óptimas para tenerlas. Hemos señalado en el acelerado proceso de modernización y en la mentalidad fijada por cierto patrón exitoso de desarrollo uno de los elementos importantes para explicar esta carencia. [. . .] / [La] acelerada modernización y rapidez y la forma de la primera etapa introdujeron factores que dificultaron el tránsito a las fases ulteriores: en particular eliminaron o disminuyeron el elemento de desafío suficientemente dramático como para despertar y canalizar las energías necesarias para introducir innovaciones sustanciales (Idem, 2006, pp. 248-50, itálicos no original).

Dito noutras palavras, o “sucesso” da Argentina na modernização de sua estrutura social no começo do século parecia antes dificultar que favorecer a continuidade do processo de transição, que agora reclamaria políticas

mais decididas de industrialização. Mas e as classes populares “peronistas”? Elas não teriam pressionado, por intermédio de seu líder, por reformas nesse sentido? Nesse caso, também teriam atuado mecanismos “integradores” capazes de rebaixar, a despeito das aparências em contrário, as suas impulsões anti-*statu quo*. Dialogando com as formulações de Seymour Lipset e Reinhard Bendix, mas também com certa sociologia uspiana,²⁴ Germani passou a incorporar cada vez mais ao seu esquema interpretativo o impacto da mobilidade social ascendente e continuada como um “mecanismo” produtor de consensos e de aceitação da ordem vigente. É que vemos em texto publicado originalmente em 1966, mas que compõe o terceiro capítulo de *La sociología de la modernización* (1969), no qual o autor retira parte do peso explicativo dos elementos “carismáticos” ou “culturais” na explicação do apoio dos migrantes rurais ao “peronismo”. Comparando os dados das duas grandes “migrações massivas”, a de ultramar e a do interior argentino, Germani assinala, em relação à última, que, “na região de Buenos Aires, a mobilidade ascendente a partir dos estratos manuais [teria se revelado] mais intensa ainda que no começo do século”. E completa: “mesmo que com menores oportunidades individuais”, em contraste com o que havia sucedido com os imigrantes de ultramar, “os recém-chegados não se sentiram frustrados em suas esperanças”, e, além disso, “a maior parte do proletariado urbano ainda acreditava no sucesso alcançado com o trabalho duro e a iniciativa pessoal” (Idem, 1969, p. 117). Nesse sentido, a adesão dos migrantes do interior ao “peronismo” se deveria, para além dos problemas já levantados pelo autor anteriormente, também ao fato de que eles “aceitavam”, em seus aspectos básicos, a ordem social vigente. Cabe lembrar que, para Germani, o “peronismo” foi, não obstante os graves conflitos associados a ele, um movimento político de pouco ímpeto transformador;

24 O debate com as formulações de Seymour Lipset e Reinhard Bendix sobre os impactos da mobilidade social na “aceitação” da ordem social está explicitado no apêndice que Germani escreveu à edição argentina do livro *La movilidad social en la sociedad industrial* (1964). Em relação à sociologia “uspiana”, ela comparece nesse artigo porque o autor pretende fazer generalizações na mesma direção para a sociedade brasileira, usando especialmente os textos de Fernando Henrique Cardoso e de Juares Brandão Lopes que saíram na revista editada por Alain Touraine, *Sociologie du Travail*. Refiro-me, respectivamente, a “Le proletariat brésilien” e a “Relations industrielles dans deux communautés brésiliennes”, publicados na edição de 1961 dessa revista, em número especial dedicado à América Latina (no qual também consta um artigo de Germani).

nesse passo, a adesão ao “peronismo” teria sido fruto da escolha, pelas camadas populares, de uma opção política apenas “moderada”:

En realidad, los trabajadores parecieron totalmente dispuestos a aceptar el orden económico y social existente, aun cuando quisieran ciertas reformas. [. . .] [Para] la mayoría de los trabajadores no fue sino la elección [pelo peronismo] más realista para obtener una reforma moderada de acuerdo con el sistema social existente que, básicamente, aceptaban. Al prestar apoyo al peronismo elegían una alternativa moderada: bajo sus proclamas antiimperialistas y antioligárquicas, habitualmente puestas de relieve en el populismo latinoamericano, el peronismo fue mucho más cauteloso que la mayor parte de los movimientos de este tipo. [. . .] De cualquier manera, la evolución política de los años posperonistas ha demostrado que la mayoría de los trabajadores [. . .] no se mostraron dispuestos a buscar soluciones extremas (Idem, 1969, p. 119).

Nesse texto de 1966, portanto, Gino Germani parece ensaiar uma espécie de solução teórica ao problema posto no ano anterior, quando tratou da noção de “paradoxo argentino”. Pois, apesar da existência de uma estrutura social “modernizada”, os atores sociais que ela engendrou, diante das circunstâncias específicas da Argentina, teriam se mostrado altamente limitados em sua ação transformadora, seja no passado recente — caso dos imigrantes de ultramar, do “radicalismo” e das “classes médias” —, seja na situação (a ele) presente — caso do “peronismo” e das “classes populares”.²⁵ Assim, não poderia ser imputado nenhuma espécie de “automatismo” na

25 Em carta a Irving Louis Horowitz, Gino Germani comenta a seu colega norte-americano sobre o erro de perspectiva no qual, a seu juízo, estariam recaindo os estudantes de esquerda na UBA, sob a suposição do potencial revolucionário dos setores populares: “There have been all kind of problems at the Dept. mostly caused by a small group of students who happen to control the union. They want a «sociology in accordance with the liberations movements. . .». Of course they accuse me of being State Dept. agent. At the same time accusations of communism continue to appear in the papers. / The only relief is of course the result of the election, which it is hoped will show the true face of Argentina, a people very moderate, far removed from the image leftist intellectuals like to maintain. But then, leftist intellectuals are completely unrealistic and never understood their country: instead of studying it they prefer to read Mao Tse Tung” (Transaction-Horowitz Online Archive, 10 de julho de 1963).

análise do processo de mudança, posto que a interpretação do seu sentido dependeria da incorporação destes elementos históricos contingentes. Como veremos no próximo capítulo, Germani introduzirá a noção de “mecanismos estabilizadores” como uma forma de garantir inteligibilidade ao aparente estancamento da modernização na Argentina e demais países latino-americanos.

Para fechar este capítulo, vale a pena juntar as duas pontas da reflexão que fizemos aqui. Em que sentido as interpretações dos autores sobre certos movimentos sociais reforçou ou esboroou a perspectiva “dualista” de entendimento da mudança social e do desenvolvimento? Em que medida as tensões imprimidas por aquelas tentativas de democratização das sociedades norte-americana, brasileira e argentina reverberaram ou não para o interior dos quadros interpretativos elaborados por Talcott Parsons, Florestan Fernandes e Gino Germani?

No caso de Parsons, os conflitos abertos pelos movimentos negros não o levaram a questionar o potencial democrático da “comunidade societária” norte-americana. E, mais ainda, as tensões que aqueles conflitos suscitaram foram rapidamente minimizadas em seus argumentos. Aquelas tensões apontariam, antes, para um processo em curso de efetiva “universalização” das formas de pertencimento social — o autor removeu quaisquer arestas históricas que pudessem flexionar para uma visão menos linear do processo de democratização. Em termos mais amplos, vimos também que a perspectiva “dualista” reaparece em seu esquema “evolucionário-cibernético”, que acaba se fechando num entendimento algo formalista dos quatro “universais evolutivos” da sociedade moderna.

Nos textos de Fernandes, há um procedimento bastante diferente. As tensões imprimidas pelos movimentos sociais no “meio negro” e pela *Campanha* são como que amplificadas no interior de suas formulações. Isso porque ele “traduz” essas tensões como índices da inconsistência de uma “sociedade de classes” que não é capaz de estender as suas promessas emancipatórias ao homem comum. Assim, ao lidar com esta dinâmica histórica travada, com esses “dilemas”, Fernandes teve de desmontar a perspectiva “dualista”, chamando a atenção para os limites da revolução burguesa no

Brasil. Afinal, ela parecia antes agravar que expurgar as desigualdades herdadas do “*antigo regime*”. No entanto, pelo menos na primeira metade da década de 1960, a perspectiva “dualista” não é inteiramente abandonada pelo autor. Em termos contrafactuais, ele sugere que se o “*Povo*” assumisse a dianteira do processo de mudança, a “ordem social competitiva” finalmente se universalizaria. Contudo, essa expectativa democratizante terminaria colocando tensões cada vez mais elevadas no interior de seus argumentos, sobretudo à medida que o curso histórico ganhava nitidez quanto ao seu “fechamento político” no pós-1964. Não por acaso, como veremos no próximo capítulo, ele teve de recalibrar o seu quadro interpretativo a fim de dar conta de uma sociedade que parecia ter definitivamente eliminado de seu horizonte, mesmo que em termos de simples expectativa, uma organização social democrática.

Nas formulações de Germani, há um movimento análogo ao de Fernandes, porém realizado de modo muito diferente. Análogo, porque ele também revisou as visões “dualistas”, embora atentando, noutra chave, para os descompassos entre uma elevada modernização da estrutura social e um desenvolvimento econômico bastante aquém das necessidades da sociedade argentina. Diferente, pois, ao tratar dos movimentos sociais, em especial do “peronismo”, Germani terminou por retirar muito da potência histórica que seus contemporâneos, à esquerda ou à direita, viam neles. A despeito das tensões e instabilidades que o “peronismo” introduzia na vida política do país, Germani assinalava o horizonte “conformista” das reivindicações das camadas populares, cuja adesão ao *statu quo* apenas agravaria a situação argentina. Em vez de pressionar decididamente no sentido da industrialização, do planejamento e da “democracia representativa”, o “peronismo” se posicionaria de modo ambíguo em todos estes temas, jogando cada vez mais água no moinho do “paradoxo argentino”. Como diria algum tempo depois, o “peronismo” “representa a síntese de todas as contradições e descontinuidades na história do país” (Idem, 1992, p. 83). Em suma, a análise do “peronismo”, com todas as dificuldades interpretativas que ela acarretou, foi decisiva para que Germani questionasse visões muito ordeiras a respeito da modernização.

Capítulo 6

Esquema de etapas e capitalismo dependente

Todos esses elementos apontam, paradoxalmente, para uma obra diversa da que ele projetou realizar, demonstrando que a intenção do criador é precária diante da autonomia incontrolável das formas

— GILDA DE MELLO E SOUZA, *A ideia e o figurado*.

O caminho labiríntico que parecia assumir a marcha da modernização no Brasil e na Argentina na virada dos anos 1960 recebeu, como vimos, diferentes formalizações de Florestan Fernandes e de Gino Germani, com maior ou menor tensão no interior de suas argumentações. Ainda que ambos tenham assinalado o sentido antidemocrático do processo histórico-social que analisavam, esse sentido não se encontrava, pelo menos ao nível das expectativas dos autores (e dos principais atores sociais) como inteiramente “cristalizado”. É por isso que, com razão, vários intérpretes de suas obras consideraram o golpe militar de 1964, no Brasil, e o golpe de Onganía de 1966, na Argentina, como o elemento por “excelência” de mediação entre os seus textos de revisão crítica e o contexto social mais amplo. No entanto, tanto o movimento da sociedade quanto as construções intelectuais sobre ela são *processos*, e as inflexões acarretadas por esses golpes não podem ser divisadas na simples chave de uma “ruptura epistemológica” — há evidente continuidade em alguns temas e

problemas.¹ Por isso, nosso interesse neste capítulo é qualificar o quanto de inovação os construtos de Fernandes e Germani de fins da década de 1960 — justamente os que pretenderam dar sentido ao contravapor representados pelos golpes — trouxeram em relação aos textos anteriores. Refiro-me, respectivamente, ao termo “capitalismo dependente” (1967) e ao “Esquema de etapas del proceso de modernización de América Latina” (1969), os produtos “finais”, por assim dizer, do processo de “aclimação” da “sociologia da modernização”.

Muito rapidamente, vejamos o que mudou de maneira mais nítida em relação às reflexões da primeira metade da década de 1960. Em primeiro lugar, tanto Germani quanto Fernandes se propuseram a generalizar os seus argumentos para além dos casos nacionais de referência, tomando como instância empírica especialmente a América Latina. Se é verdade que Germani, ao lado de Luiz Costa Pinto e outros, já havia se dedicado a essa tarefa, é apenas com o “esquema de etapas” que ele procura dar um sentido de conjunto à modernização latino-americana. No caso de Fernandes, é tão somente com o construto “capitalismo dependente” que ele passa a se deter mais sistematicamente nas possíveis virtudes heurísticas do caso brasileiro para os demais países da região, ou mesmo para a periferia do capitalismo como um todo. Em segundo lugar, as marchas e contramarchas do desenvolvimento passam ao primeiro plano da análise. Não que antes eles já não questionassem visões lineares ou demasiado ordeiras a esse respeito; agora, a ausência de “linearidade” passa a ser vista, através de distintas formalizações, como o resultado “normal” do tipo de transformação histórica operado nesta quadra do mundo. Ainda, é também nestes “produtos finais” que encontramos uma incorporação mais substantiva dos elementos “externos” na explicação da dinâmica social, o que ocorre com mais vigor nos textos de Fernandes que nos de Germani — o que iremos

1 Neste caso, concordo com a ponderação de José de Souza Martins a respeito da dinâmica interna das formulações de Florestan Fernandes, quando aponta que não há “rupturas radicais entre um momento e outro”. Continuando seu argumento, completa: “Mas, se há descontinuidades entre, por exemplo, *Mudanças sociais no Brasil* e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, há nesses mesmos livros, sem dúvida, um claro desenvolvimento de preocupações relativas à desconstrução da historicidade da sociedade brasileira, aos seus ritmos desiguais e às contradições que dela decorrem” (Martins, 1998, p. 36).

234 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

qualificar mais à frente. Nesse passo, e como consequência dos pontos que enumeramos acima, o processo já em curso de *adensamento histórico* da análise ganha ainda mais fôlego, acompanhando cada momento da teorização sociológica. Noutros termos, Fernandes e Germani se viram na contingência simultânea de ampliar os seus campos de visão, como vemos no registro alargado da “América Latina” como instância empírica e na incorporação dos elementos “externos”, e de aprofundar em termos explicativos as especificidades do desenvolvimento na região *vis-à-vis* os casos “clássicos” de revolução burguesa. Por fim, *but not least*, acompanha essas inflexões uma série de críticas às limitações ou até mesmo à inadequação da “sociologia da modernização” na compreensão do dinamismo peculiar da mudança social nesses países de história problemática. O que permitiu que os autores ganhassem considerável perspectiva em relação a uma das hipóteses mais difundidas (e persuasivas) já elaboradas pela sociologia. Evidentemente, apesar de comparáveis, as inovações que acompanharam a introdução do termo “capitalismo dependente” e do “esquema de etapas” não são intercambiáveis. Esses construtos são, a rigor, formalizações do funcionamento do sistema social em escala ampliada observado a partir de posições periféricas, cujas diferenças nos importa qualificar aqui.

Essas inflexões, no entanto, não são apenas movimentos idiossincráticos de Fernandes e Germani, ou de outros sociólogos situados em condições periféricas. Também nos Estados Unidos a “sociologia da modernização” começava a sofrer um processo consistente de revisão crítica. Dois artigos publicados em 1967, “Tradition and modernity reconsidered”, de Reinhard Bendix, e “Tradition and modernity: misplaced polarities in the study of social change”, de Joseph Gusfield, levantaram uma série de problemas à visão linear e disjuntiva da mudança social formalizada por aquela vertente intelectual. Um ano antes, Barrington Moore Jr., em *Social origins of democracy and dictatorship*, tornou a análise das conexões entre desenvolvimento e democracia muito mais contingente e historicamente orientada. Até mesmo Talcott Parsons, cujo percurso viemos acompanhando até aqui, se aventurou a realizar um movimento análogo. Em *Societies* (1966) e em *The system of modern societies* (1971), Parsons se propôs a articular uma análise de longa duração do surgimento e do funcionamento das sociedades modernas, atentando também para as variações históricas

destas últimas. Além disso, no último livro ele situa as especificidades da sociedade norte-americana no interior do “sistema das sociedades modernas”, nome que ele dá para a expansão global desse sistema societário. À primeira vista, portanto, parecia que a produção parsoniana da virada para os anos 1970 se situava num terreno comum em relação tanto à crítica “autóctone” quanto à crítica de Florestan Fernandes e de Gino Germani à “sociologia da modernização”. No entanto, esta inflexão de Parsons não cancelou inteiramente os seus procedimentos anteriores. A sua análise da sociedade norte-americana divisada em *The system of modern societies* acabou, a contrapelo da narrativa histórica aí presente, antes *esvaziando* que *adensando historicamente* a explicação sociológica. É o que veremos rapidamente agora.

O sistema das sociedades modernas

Como o próprio nome do livro a que nos referimos acima indica diretamente, Parsons procura entender as especificidades da sociedade norte-americana no interior de um quadro mais amplo, o “sistema das sociedades modernas”. Em um artigo escrito em 1970, “Comparative studies and evolutionary change”, no qual ele expõe as razões que o levaram a escrever *The system of modern societies*, Parsons afirma que o entendimento da situação norte-americana (a ele) contemporânea não seria viável sem uma “perspectiva comparada e evolucionária” (Parsons, 1971, p. 139). Assim, com o intuito de “ganhar uma melhor perspectiva sobre os problemas da sociedade norte-americana” (Idem, 1971, p. 133),² Parsons constrói uma narrativa “cibernético-evolucionária” de longuíssima duração, cuja dinâmica seria pautada por sucessivas diferenciações sistêmicas ao longo

2 Como vimos até aqui, Talcott Parsons, apesar de ser considerado como o “incurável teórico” da sociologia norte-americana, sempre manteve a sua própria sociedade como o foco primordial para a constituição de seus problemas sociológicos (Gerhardt, 2002). Ele mesmo assinala que a análise da estrutura social norte-americana foi tema permanente de seus cursos na Universidade de Harvard: “It was perhaps a not unusual experience for sociologists with macro-social interests to become rather especially concerned with problems of the nature of their own society. In the very early 1940’s, just as the crisis of Western society over Nazism was coming to the climax in the generalized Second World War, I introduced a course under the title «Social Structure of the United States», which, with a few interruptions, I have continued to teach ever since” (Parsons, 1971, p. 133).

236 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

do esquema AGIL das “quatro funções” e por consequentes acréscimos na “capacidade adaptativa” [*adaptive upgrading*] dos sistemas sociais. Ao final desta narrativa, como veremos, a sociedade norte-americana será descrita por Parsons como a sociedade de “vanguarda” da modernização.

Justamente por lidar com um “sistema das *sociedades modernas*”, no plural, Parsons precisa lidar com as variações históricas existentes neste tipo societário. Abaixo, ele justifica o título do livro:

The use of the plural form of the word “society” in the title is quite deliberate and centrally important. We can of course meaningfully speak of “modern society” as a type, but I do not think it would be useful for sociologists to speak of the Soviet Union, Britain, France, the Scandinavian countries, and the United States — to name a few of the most important — as constituting *one society*. But if they are many, it does not follow that their differences from each other follow a pattern of random variation, explained in each case by unique “histories” (Idem, 1971, p. 108).

Contudo, o modo pelo qual Parsons trata as diferenças no interior do “sistema moderno” é bastante específico. Elas não são entendidas, segundo o autor, no plano das *contingências históricas*, mas em registro “evolucionário” (Idem, 1971, p. 133; Domingues, 2001, p. 86). Daí que ele tenha afirmado que essas diferenças não seguiriam um padrão de variação aleatória; antes, elas também se conformariam às grandes linhas da diferenciação sistêmica indicadas pelo esquema AGIL. Parsons assinala que tivera esse *insight* após a leitura de *Feudal society* (1964), de Marc Bloch, cuja análise das variações entre as diferentes experiências de organização social na Europa medieval “parecia se encaixar perfeitamente num padrão de quatro funções” (Idem, 1971, p. 108). Essa ideia de “encaixe” é bastante indicativa da postura mais geral do autor. Afinal, as variações históricas são entendidas em chave “funcionalizada”, isto é, haveria sociedades ou regiões cujo funcionamento do sistema daria mais peso à função “adaptativa” (A) (sistema econômico) — Estados Unidos —, à função de “*goal-attaining*” (G) (sistema político) — União Soviética —, à função “integrativa” (I) (solidariedade) — Inglaterra e pequenos países do norte — ou à função de

“*pattern-maintenance*” (L) (sistema cultural) — França e Alemanha (Idem, 1971, pp. 108-9). Noutros termos, as diferenciações ao longo da linha do esquema AGIL não se dariam apenas no plano de cada sociedade concreta mas no conjunto do “sistema das sociedades modernas”. É assim que ele lida, por exemplo, com o dinamismo econômico norte-americano *vis-à-vis* a burocratização da sociedade soviética, ou com o avanço britânico no desenvolvimento dos “direitos sociais” de cidadania em contraposição à pujança da produção cultural francesa e alemã. É como se as particularidades nacionais se “encaixassem” sempre nalgum nicho funcional específico.

Nessa visada mais ampla, o “sistema das sociedades modernas” definiria as suas linhas de diferenciação funcional ao longo de todo o sistema, o que implicaria, portanto, uma ampla gama de variação estrutural entre as diferentes sociedades modernas. Além disso, durante o processo histórico de conformação do “sistema moderno”, que embora inicialmente limitado à Europa ocidental se expandiria até abarcar a quase totalidade da vida humana existente, teriam se conformado uma série de “sociedades-líderes”, que se alternariam de tempos em tempos na posição de “vanguarda” do sistema. Em *The system of modern societies*, Parsons considera os Estados Unidos como ocupando a dianteira da modernização na contemporaneidade (Idem, 1974, pp. 107-47).

Para Parsons, as diferenciações sistêmicas seriam dramatizadas, no terreno histórico, por sucessivas “revoluções”: a revolução industrial, iniciada na Inglaterra em fins do século XVIII, a revolução democrática, surgida com a revolução francesa (Idem, 1974, pp. 91-106), e a “revolução educacional”, capitaneada pelos Estados Unidos a partir de meados do século XX (Idem, 1974, pp. 116-21). Nas duas primeiras revoluções, assistiríamos a uma maior diferenciação não só entre governo (G) e economia (A), mas também das duas entre si com relação à “comunidade societária” (I). Diferenciação, para Parsons, não inclui apenas a especialização, mas também uma maior interpenetração entre os sistemas, gerando uma série de problemas “integrativos”. Nesse sentido, grande parte dos problemas sociais dos séculos XIX e XX teria a ver com as consequências das revoluções industrial e democrática no rearranjo das formas então existentes de integração social:

The democratic and the industrial revolutions, taken together, raised acute problems about the integration of modern societies, the first centering almost directly on the question of what constituted a “member” of such a society, i.e., a citizen; the second centering more indirectly around the question as to what the allocation of *human* resources to economic production meant for the other aspects of the status of the “labor force”. These two functional problem complexes clearly dominated societal “concern” through most of the 19th century and into the present one (Idem, 1971, p. 118, grifos do autor).

Embora a sociedade norte-americana não tenha protagonizado nenhuma dessas duas “revoluções”, para Parsons ela teria levado mais longe que qualquer sociedade europeia os seus princípios. Ele assinala que, “na época da visita de Tocqueville, já se tinha realizado uma síntese da revolução francesa e da inglesa”, e, mais ainda, que os “Estados Unidos tinham constituído uma sociedade tão democrática quanto todos [. . .] tinham desejado”. Não por acaso, o autor diz que os Estados Unidos teriam passado a desempenhar, a partir de então, “um papel aproximadamente comparável ao da Inglaterra no século XVII” (Idem, 1974, p. 108). Enquanto a Europa ainda se veria às voltas com o seu passado de distinções “estamentais” e de clivagens de classe muito marcadas, a sociedade norte-americana já teria superado esses problemas desde o início de sua formação (Idem, 1974, pp. 111-2).

O papel de protagonismo histórico que Parsons atribui à sociedade norte-americana não se detém aí. É curioso notar que as razões dadas pelo autor pouco se referem ao poderoso “complexo industrial-militar”, explicação que ele considera aliás reducionista e equivocada (Idem, 1974, p. 141). A liderança dos Estados Unidos se consolidaria na metade do século XX porque aí teria se manifestado de maneira mais decidida a chamada “revolução educacional”, cuja força residiria na radicalização do princípio “moderno” de integração social, basicamente “universalista” e “igualitário”. Para o autor, a universalização do ensino secundário e universitário nos Estados Unidos permitiria modificar o princípio básico de legitimação das desigualdades sociais vigente até então: a “meritocracia”. Esse princípio, de acordo com Parsons, “embora compatível com os ideais de igualdade”, introduzia “novas formas de desigualdade real no moderno sistema social” (Idem,

1974, p. 117). Assim, em vez de a legitimação das desigualdades recair em supostas “capacidades inatas” dos indivíduos, agora ela teria como pressuposto a “capacidade *socializada*”, isto é, mediada pelo sistema educacional, reduzindo “tanto a fixidez de tais desigualdades quanto a arbitrariedade de sua imposição” (Idem, 1974, p. 119, *itálicos no original*). Noutras palavras, as formas de desigualdades passariam a se estruturar a partir de imperativos unicamente “funcionais”. Portanto, a “revolução educacional” operaria uma síntese das duas revoluções anteriores, a industrial e a democrática, colocando o princípio da “igualdade” noutra patamar:

O foco da nova fase é a revolução educacional que, em certo sentido, sintetiza os temas da revolução industrial e da democrática: igualdade de oportunidade e igualdade na cidadania. Já não se supõe a “capacidade inata” do indivíduo para conseguir uma posição *justa* através da competição direta no mercado. Ao contrário, reconhece-se que a estratificação por capacidade é mediada por uma complexa série de [estágios] no processo de socialização. Cada vez mais, existem oportunidades para que os relativamente desfavorecidos consigam vencer através da seleção, [rigidamente] regulamentada por normas universalistas (Ibidem).

Além disso, a “revolução educacional” também permitiria uma diferenciação mais profunda entre os subsistemas “comunidade societária” (I) e “manutenção de padrão” [*pattern-maintenance*] (L), este último responsável por ligar o sistema social ao sistema cultural. Com esta terceira revolução, a série de diferenciações funcionais ao longo do esquema AGIL finalmente se completaria, com a consequente autonomização da “comunidade societária” de quaisquer tipos de privilégios hereditários ou “estamentais”. Isto ocorreria porque, com a “revolução educacional”, estariam dadas as bases para a institucionalização de uma “cultura secular”, quer dizer, ela representaria o fim da linha de um longo processo de constituição de uma “comunidade societária que não se baseia diretamente na religião” (Idem, 1974, p. 124). Portanto, seja no plano estrutural, com o surgimento de uma forma de estratificação puramente “funcional”, seja no plano simbólico, com a “secularização” da cultura, a “revolução educacional”

240 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

representaria a culminação histórica dos valores “universalistas” e “igualitários” que seriam intrínsecos à sociedade moderna. E, tal como Parsons analisa esse processo, à sociedade norte-americana caberia o seu protagonismo histórico.

Como o enfoque parsoniano não é apenas “evolucionário” mas também “cibernético”, as relações entre os diferentes subsistemas AGIL não se definiriam apenas horizontalmente, mas também verticalmente. Para o autor, o sistema de “manutenção de padrão” (L), cuja função seria ligar o sistema social aos padrões simbólicos do sistema cultural, ocuparia o nível de maior “controle” na escala “cibernética”, tendo, por consequência, a primazia na definição do *sentido* da mudança. Os demais subsistemas, como o econômico (A) e o (G) político, cumpririam funções eminentemente “adaptativas”, isto é, teriam de lidar com as irritações contingentes de um entorno sempre cambiante. Em virtude desta proximidade com o entorno “material” imediato dos sistemas sociais, esses dois subsistemas não seriam capazes, por si mesmos, de definir o *sentido geral* da evolução sistêmica. Dada essa visão de Parsons a respeito da hierarquia “cibernética” dos subsistemas, ele sugere que as inovações criadas nas sociedades de “vanguarda”, sobretudo no plano dos valores, teriam a possibilidade de se difundir por todo o “sistema das sociedades modernas”. Nesse sentido, Parsons assinala que os valores “universalistas” e “igualitários” que se institucionalizaram na “comunidade societária” norte-americana tenderiam a pressionar por transformações análogas — mesmo que a longuíssimo prazo — em todas as sociedades situadas no interior do “sistema”:

[. . .] os valores sempre potencialmente, e quase sempre na realidade, *transcendem* qualquer comunidade específica. Esta é uma das razões pelas quais este livro se voltou para o sistema das sociedades modernas, e não para uma dessas sociedades. As forças e processos que transformaram a comunidade societária dos Estados Unidos e prometem continuar a transformá-la não são peculiares a esta sociedade, mas penetram todo o sistema moderno — e “modernizante”. [. . .] Desse ponto de vista, a institucionalização *intersocietária* de um novo sistema de valores [. . .] se torna decisivo (Idem, 1974, p. 147, grifos do autor).

Ao terminarmos a leitura de *The system of modern societies*, ficamos com a impressão de que, mais uma vez, reaparece aquela visão linear e disjuntiva da mudança social que já havíamos identificado no capítulo anterior. Trata-se de um movimento curioso, pois esse livro lida com uma matéria à primeira vista extremamente complexa e arredia a ordenações muito simples. Afinal, reconstruir a história do mundo moderno desde a sua origem até a contemporaneidade, além de atentar para a sua diversidade estrutural, não é tarefa das mais fáceis. No entanto, esta matéria complexa sofre, nos textos de Parsons, uma incrível redução formal — alguns diriam “formalista”. Tanto no plano espacial quanto no plano histórico, todas as variações que ele identifica na estrutura das sociedades modernas se subsumem a alguma das linhas de diferenciação de seu esquema AGIL. E, como fica patente nesse último trecho que destacamos, ao colocar os “valores” no mais alto degrau da escala “cibernética”, Parsons termina sustentando a ideia de que as sociedades modernas convergiriam, a longo prazo, para um padrão democrático de integração social.

Estamos, pois, diante de uma formalização poderosa do processo social, talvez das mais fortes já produzidas na sociologia. José Maurício Domingues chega a dizer que Parsons “abraça uma *teleologia da forma* — diferenciação crescente — ainda que não de conteúdo” (Domingues, 2001, p. 92). Quer dizer: é como se todo o processo social pudesse ser deduzido da dinâmica social “encapsulada” no esquema AGIL — a matéria social tensiona muito pouco, ou quase nada, o andamento da análise, que caminha a moto-contínuo. Como veremos a seguir, nem Gino Germani nem Florestan Fernandes puderam, mesmo operando num campo semelhante de problemas, descartar sem mais as asperezas da matéria social — periférica e recalcitrante — com a qual lidaram. As “formas” que se decantaram ao longo do percurso intelectual de ambos têm muito menos potência ordenadora que a solução parsoniana. Ao final do capítulo, ensaiaremos algumas possibilidades de resposta a essa questão. Passemos, agora, à análise dos “produtos finais” da aclimatação da “sociologia da modernização” de Germani e Fernandes.

Esquema de etapas

Durante a sua estadia em Harvard, já na segunda metade da década de 1960, Gino Germani viu-se na contingência de elaborar uma visão mais

geral sobre o padrão de modernização da América Latina, a fim de ministrar os seus cursos nessa universidade. Como resultado desse esforço, surgiu um artigo que logo depois seria publicado como o primeiro capítulo de *La sociología de la modernización* (1969), intitulado “Las etapas del proceso de modernización en América Latina”. Aí, ele formaliza em escala mais ampla as principais hipóteses com as quais já vinha trabalhando a respeito dos impasses da sociedade argentina. Apesar de lidar quase sempre com dados do país platino, Germani pretendeu elaborar um “esquema de etapas” que fosse válido para a região como um todo, tarefa que ele mesmo reconhecia como problemática. Em entrevista a Joseph Kahl, ele assinala que esta necessidade de se trabalhar com um esquema “abstrato”, ainda que “restrito a esta região e a períodos definidos pela história mundial” é “inevitável quando se ministra um curso sobre a América Latina e não sobre o desenvolvimento de um único país” (Kahl, 1976, p. 48).

À primeira vista, quando passamos os olhos nas tabelas do “esquema de etapas” que constam ao final do primeiro capítulo de *La sociología de la modernización*, parece que estamos diante de uma simples especificação histórica dos grandes modelos “dualistas”, ou melhor, de uma simples adaptação do *continuum* “tradicional”/“moderno” para as circunstâncias latino-americanas. No entanto, lendo o texto com atenção, vemos que ele se constitui como uma espécie de síntese dos problemas que o autor já vinha acumulando a esse respeito. O “esquema” é uma peça que leva a um grau máximo de contingência histórica e empírica as perspectivas em geral assumidas pela “sociologia da modernização”, questionando especialmente as pretensões de universalidade, nela contidas, acerca das correlações entre urbanização, industrialização e democratização. Aliás, se desde os seus primeiros textos Germani já vinha chamando a atenção para o potencial descolamento entre modernização e democracia política em contextos de transição tardia, agora ele radicaliza, em termos analíticos, a sua sensibilidade para as trajetórias não lineares. Não por acaso, ele sugere que as três dimensões do processo de modernização — o “desenvolvimento econômico”, a “modernização social” e a “modernização política” — poderiam girar nos mais diferentes sentidos, com sequências distintas e ritmos dissonantes inclusive. Se é verdade que ele não chega totalmente a descartar a ideia de que existiria um “núcleo básico” em todas as sociedades modernas, por

outro lado, ele também aponta para a existência de “uma *ampla* gama de variações estruturais e culturais”, isto é, “para muitos tipos diversos de sociedade industrial” (Germani, 1969, p. 16, *itálicos no original*). E, a fim de conferir inteligibilidade sociológica a esta variação, o autor é levado a questionar uma série de premissas da “sociologia da modernização”. Senão, vejamos.

Em primeiro lugar, ele põe em suspenso o real poder explicativo das correlações estatísticas tabuladas pela “sociologia da modernização” em relação às diferentes dimensões da modernização. Germani pondera que “essas correlações estão longe de serem perfeitas e não devem ser interpretadas senão como a expressão da tendência à associação por parte de certos indicadores” (Idem, 1967, p. 17). Noutras palavras, elas apenas apontariam para traços genéricos da modernização. No plano histórico concreto, as relações entre as diferentes dimensões da modernização seriam muito mais complexas:

En realidad, lo que puede deducirse de la experiencia histórica es que los diversos subprocesos pueden tener lugar con ritmos (o tasas de cambio) muy diferentes y en diferentes *secuencias*. Diferencias en lo que puede considerarse el “punto de partida” de la transición y en las diversas condiciones internas e internacionales en las cuales aquélla tiene lugar pueden ser las responsables de esas variaciones en ritmos y secuencias (Ibidem, *itálicos no original*).

Acima, podemos perceber que Germani pretende ultrapassar as insuficiências explicativas da “sociologia da modernização” através do *adensamento histórico* da análise, não só no que se refere aos distintos “pontos de partida” mas sobretudo em relação aos efeitos cumulativos das sequências históricas na alteração do sentido geral do processo. Além disso, como veremos mais à frente, ele também procura incorporar ao seu “esquema de etapas” elementos “externos” às sociedades, cujos efeitos nem sempre seriam favoráveis à modernização. Assim, ao chamar a atenção para esses aspectos mais contingentes, o autor acaba requalificando o recurso àquelas correlações estatísticas ou à experiência social dos países “avançados” não como “pontos de chegada” necessários do processo histórico, mas como simples ferramentas comparativas. Em suas palavras:

244 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

Ambos procedimentos son útiles pero teóricamente poco adecuados, en la medida en que el criterio adoptado se convierte implícita o explícitamente en un modelo universal de transición. No hay razón alguna para creer que el modelo “occidental” debería repetirse; en realidad, lo contrario es lo más probable. Los procedimientos estadísticos son muy necesarios para poder descubrir correlaciones y asociaciones entre procesos, pero no pueden explicar sus causas, ni la existencia, sea de los casos estadísticamente normales, sea de los casos de desviación. Otro problema de la definición estadística de “equivalencias” es que usualmente se obtienen combinando datos de países en los que *la transición se produjo en períodos históricos diferentes, en condiciones internacionales más bien divergentes*, y que se hallan en niveles de transición muy distinto (Idem, 1969, pp. 26-7, *itálicos no original*).

Germani procura elaborar, portanto, o seu “esquema de etapas” evitando ao máximo estas inadequações da “sociologia da modernização”, em especial no que se refere à cegueira dessa vertente intelectual aos aspectos mais contingentes da transição. Nesse sentido, o autor não elaborou uma teoria geral da modernização *tout court*, e sim “esquemas descritivos da sucessão de etapas, aplicáveis a um limitado grupo de países, talvez uma região, relativamente [...] homogênea em termos de sua estrutura cultural e social” (Idem, 1969, p. 28). Para Germani, os países latino-americanos, a despeito de suas diferenças entre si, poderiam satisfazer estes critérios: por um lado, porque possuiriam “ambientes culturais, sociais e econômicos relativamente similares *no começo* da transição”; por outro, porque apresentariam “circunstâncias históricas externas e internas similares *durante* o processo” (Idem, 1969, p. 29). Assim, o intuito do autor foi o de elaborar uma tipologia mais ou menos abstrata, embora dotada de suficiente densidade histórica, que pudesse captar os aspectos mais gerais da modernização na América Latina. Na edição norte-americana deste livro, *The sociology of modernization* (1981), ele chega a identificar oito tipos ou subtipos de padrões de modernização — o padrão latino-americano seria apenas mais um entre vários tipos distintos de transição (Idem, 1981, pp. 38-44). Passemos agora a uma breve apresentação de seu “esquema de etapas”.

Um problema imediato a ser resolvido em qualquer “esquema de etapas” é o da delimitação temporal. É possível pressupor algum grau de simultaneidade na transição para um conjunto tão heterogêneo de países? Germani não pretende resolver inteiramente a questão, mas a forma pela qual o enfrenta é bastante significativa: em vez de traçar “equivalências” a partir de aspectos “internos” aos países latino-americanos, ele baliza a construção das etapas a partir de fatores “externos”. É como se a história desses países (vistos isoladamente ou em conjunto) não tivesse uma coerência “interna” suficiente capaz de suportar, somente a partir dela, uma ordenação mais firme, tal qual se exige num “esquema de etapas”. Por essa razão, a cronologia montada por Germani se baseou no seguinte raciocínio:

La respuesta a este aparente absurdo pone de relieve la importancia dinámica de los factores externos, sobre los que se basa la periodización. Estos factores generan en cada país — sin tener en cuenta el grado de modernización alcanzado por cada uno en ese momento — una serie de procesos esencialmente similares en todos ellos. El carácter común y la relativa simultaneidad de ese impacto externo es, precisamente, lo que contribuye de manera poderosa a conferirle a cada etapa amplias características similares o equivalentes (Idem, 1969, pp. 36-7).

Esse recurso de Germani aos fatores “externos” pretendia ser uma ferramenta analítica que possibilitasse ao mesmo tempo a comparabilidade entre os países da região sem, no entanto, apagar as suas diferenças entre si. Isso porque também estes fatores “externos”, apesar de sua relativa simultaneidade histórica, não operariam de maneira a homogeneizar as estruturas sociais dos países, muito pelo contrário. O autor salienta que, ao se combinarem com os fatores “endógenos”, aqueles fatores teriam como “efeito habitual *acentuar* [as] *descontinuidades internas* [nos países], isto é, a assincronia entre áreas, instituições, pautas de atitudes e comportamentos”. Assim, nem mesmo o recurso à dinâmica “externa” aos países se configuraria como um princípio ordenador forte o suficiente para pressupor qualquer linearidade histórica. Afinal, o seu impacto nos países “pode ace-

246 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

lerar alguns processos componentes, ao mesmo tempo em que não afeta, ou reduz, anula ou inverte a velocidade de outros” (Idem, 1969, p. 37).

O “esquema de etapas” de Germani se constrói em torno de quatro “configurações estruturais” sucessivas. Aqui, colocarei lado a lado o nome que ele dá a cada etapa e o respectivo fator “externo” que lhe serve de demarcação temporal (Idem, 1969, pp. 51-8):

- (I) “sociedade tradicional” / “descobrimento, conquista e colonização”
- (II) “início da dissolução da sociedade tradicional” / “revoluções francesa e norte-americana”
- (III) “sociedade dual e expansão *hacia afuera*” / “impacto da revolução industrial” e “emigração europeia em massa”
- (IV) “mobilização social de massas” / “grande depressão e segunda guerra mundial”.

No texto, o autor pouco se detém nas duas primeiras etapas, que dizem respeito à formação e dissolução das sociedades coloniais. O melhor de sua atenção se debruça nos impasses enfrentados pelos países latino-americanos na passagem da terceira para a quarta etapa, isto é, na transição de um tipo de sociedade baseado numa economia agroexportadora para outra de matriz industrial, com todas as consequências sociais e políticas que isso acarretaria, como já veremos. Cabe lembrar que, ao traçar essa sucessão de etapas, o autor não procura estabelecer “um modelo puramente determinista de transição”. Mais uma vez, há a tentativa de estabelecer conexões mais contingentes: em vez de propor qualquer automatismo nessas passagens, o autor introduz a noção de “pontos de decisão”. “Decisão”, aqui, diria respeito à importância do comportamento de “indivíduos e grupos em posição-chave” (Idem, 1969, p. 28) que, em interação com a “configuração estrutural” de cada sociedade em determinada etapa, poderia conduzir tanto à “interrupção da modernização” quanto ao “progresso em direção a graus de modernização social ou política mais elevados” (Idem, 1969, p. 29). Nesse sentido, a explicação de cada etapa do “esquema” e de sua sequência envolveria necessariamente a articulação de um conjunto bastante complexo de fatores e processos, permitindo um *adensamento histórico* da análise muito maior que na maioria das formulações da “socio-

logia da modernização”. Vejamos, abaixo, como Germani se refere a este conjunto de questões:

Aquí hay que observar dos puntos importantes: en primer lugar, se entiende que las configuraciones o características no sólo incluyen la estructura *interna* de la sociedad, sino también la situación *externa* e *internacional*. En segundo lugar, se admite que, si bien el concepto de “decisión” es especialmente difícil y teóricamente falto de precisión, se lo emplea con frecuencia, implícita o explícitamente, en el análisis de procesos históricos y, especialmente, de la adopción de cursos de acción política o económica. En todo caso, el significado de la “decisión” debe definirse en función de la gama de “opciones” que se hallan concretamente a disposición de los actores, gama que variará en diferentes condiciones internas y externas (o sea, en determinadas “configuraciones” de características estructurales) (Ibidem).

Pasemos, pois, a uma breve reconstrução dos argumentos de Germani sobre a terceira e a quarta etapas. A terceira estaria marcada estruturalmente pelo crescimento econômico *hacia afuera*, isto é, pela conexão da economia agroexportadora aos mercados mundiais — aqui o autor se apoia explicitamente nas formulações cepalinas. Embora essa tenha sido uma situação relativamente comum no conjunto dos países da região, os “efeitos modernizadores” desse padrão de crescimento econômico variariam de acordo com o tipo de vinculação à economia mundial. No caso das economias de “enclave”, ou seja, “dependentes do estrangeiro e relativamente isoladas da economia nacional”, as repercussões “modernizantes” no restante da sociedade teriam sido bastante limitadas. Este seria o caso de uma “sociedade dual” típica: haveria uma “profunda clivagem entre os setores «arcaicos» e «modernizados»” (Idem, 1969, p. 38). Já em outros países, os “efeitos modernizadores” presentes na terceira etapa teriam sido muito mais poderosos, com consequências estruturais para o conjunto da sociedade. Sem dúvida, Germani se refere aqui a casos como o argentino:

En aquellos países, en los que la economía de exportación primaria exigía, o cuanto menos indirectamente, la participación de grandes

sectores de la población a niveles ocupacionales tanto bajo como intermedio, tuvo lugar una expansión del mercado interno y/o algún otro efecto de “dispersión”, así como otros procesos de modernización social, a un ritmo acelerado y con anterioridad al nivel “correspondiente” o “equivalente” en el orden económico (Ibidem).

Já na quarta etapa, o tipo de vinculação aos mercados mundiais se alteraria em um aspecto fundamental. As crises acarretadas pela grande depressão e pela segunda guerra mundial teriam conduzido a um processo “forçado” de industrialização em vários países da região, engendrando no mesmo passo “importantes forças sociais e novas atitudes em favor do «desenvolvimento *hacia adentro*»” (Idem, 1969, p. 39). Além disso, se na terceira etapa apenas uma parte da população teria sido “mobilizada” nos setores “modernos” ligados à economia agroexportadora, agora a urbanização acelerada — decorrente tanto da industrialização quanto da migração rural-urbana — estenderia pautas de ação “eletiva” para a quase totalidade da população. Em termos políticos, essa “mobilização massiva” envolveria a passagem de uma situação de participação “restrita” ou “ampliada” para uma de participação “total”, processo cuja velocidade inaudita (à luz da experiência dos países “pioneiros”) turvaria o cenário político em grande parte dos países da região.

A fim de explicar este turvamento, ou melhor, a instabilidade política que assolaria grande parte da América Latina no pós-1930, Germani contrapõe à noção de “efeitos modernizadores” a noção de “efeitos” ou “mecanismos estabilizadores”. É como ele resolve, em termos analíticos, a falta de linearidade histórica: os mesmos grupos sociais que teriam pressionado por uma maior “modernização” numa etapa poderiam agir de maneira praticamente oposta noutra. Ou, noutros termos, “algumas estruturas modernas parciais introduzidas na terceira etapa tender[iam] a funcionar mais como estabilizadores que como fatores dinâmicos” (Idem, 1969, p. 44). O caso típico seria o das “classes médias”: não obstante a sua orientação progressista no sentido de ampliar os canais democráticos na terceira etapa, agora ela acabaria muitas vezes combatendo a extensão da participação política aos grupos sociais “recém-mobilizados”. Nas palavras do autor,

A menudo ciertos sectores de estas clases, que en la tercera etapa habían encabezado movimientos liberal-populares, con la participación de segmentos del proletariado urbano en formación, se opusieron, implícita o explícitamente, a la extensión de la participación política de los nuevos sectores de las clases populares recién emergidas como resultado de los procesos masivos de movilización ocurridos después de 1930. Es decir, las clases medias, o parte de ellas, dejaron de ser factores de cambio para la modernización y se convirtieron en factores de estabilización (Idem, 1969, p. 40).

Além da atuação das “classes médias”, Germani também assinala a existência de outros “mecanismos estabilizadores”, como as migrações internas e as formas de mobilidade social ascendente que ela acarreta. Como a discussão que ele propõe aqui é muito semelhante à que já trabalhamos no capítulo anterior — o caso da baixa propensão anti-*statu quo* das “camadas populares” argentinas — não é necessário trazê-la de volta. O que vale a pena notar é que, ao lado de outros elementos contingentes “internos”, também elementos “externos” poderiam provocar antes o estancamento que a continuidade da modernização. Daí a complexidade de fatores a serem levados em conta tanto para a explicação da dinâmica de uma “configuração estrutural” quanto dos êxitos ou fracassos nas passagens de uma a outra:

También intervinieron otros factores, exógenos y endógenos, que complicaron singularmente la situación, agregando nuevas rigideces y llevando en muchos casos al estancamiento o a la regresión en el desarrollo económico y la modernización política. Entre tales factores debemos mencionar: a) los residuos supervivientes, pero todavía activos, de las antiguas estructuras de poder [. . .]; b) las limitaciones [. . .] de las “burguesías nacionales”, para ejercer una acción coherente y eficaz a favor del desarrollo económico; c) la persistencia del intervencionismo militar. [. . .] [Entre] los factores exógenos operantes en todos los aspectos, desde 1930, los más importantes fueron sin dudas las tensiones creadas por la guerra fría y el poder hegemónico de los Estados Unidos. [. . .] [Es] difícil poner en duda que sectores poderosos de la sociedad norteamericana tendieron a reforzar

250 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

las rigideces mantenidas por factores internos, por oposición con las fuerzas favorables a la introducción de reformas realmente significativas (Idem, 1969, p. 41).

Assim, articulando elementos “internos” e “externos”, que se combinariam segundo sequências e ritmos muito específicos, Germani procura mostrar como a produção simultânea e contraditória de “efeitos modernizadores” e “estabilizadores” poderia explicar as razões pelas quais a incorporação política das “massas” se daria por “mecanismos distintos aos do modelo convencional de «democracia representativa»”. De acordo com a experiência histórica, haveria na região dois tipos principais de resposta política a esse problema. O primeiro, assentando na criação de “novas formas políticas”, teria promovido justamente a “mobilização” das “massas”, com várias consequências para a estabilidade democrática. Aqui, Germani se refere a “regimes nacional-populares” como o “varguismo”, o “peronismo”, etc. O segundo, amparado na “intervenção das forças armadas”, atuaria em sentido inverso, isto é, operaria “como um instrumento de «desmobilização» dos setores populares recém-mobilizados” (Idem, 1969, p. 42). É como Germani explica os sucessivos golpes militares na região — lembremos que desde 1966 vigorava na Argentina um regime autoritário. De fato, entre essas duas possibilidades, o caminho para a incorporação política das “massas” por via democrática parecia realmente ter se estreitado.

Diante dessas revisões metodológicas e explicativas do *mainstream* da “sociologia da modernização”, podemos considerar o “esquema de etapas” que Germani elaborou em 1969 como o “produto final” de sua “aclimatação” daquela vertente intelectual. Com ele, há uma formalização mais sistemática da marcha ziguezagueante, conflituosa e quase sempre não democrática nos países da América Latina. O trecho abaixo é bastante significativo nesse sentido:

[Aún] cuando fueron conspicuos y difundidos, los “efectos modernizadores” *no lograron incorporar mecanismos apropiados y suficientes para el “cambio autosostenido” en el orden económico, social y político* (es decir, de un tipo de cambio capaz de realizarse sin profundas quiebras del

sistema social, aunque transformándolo) (Idem, 1969, p. 43, itálicos no original).

Além disso, ele incorpora com mais propriedade os elementos “externos” às sociedades, embora o faça em geral mais no registro de fatores “contextuais” ou “intervenientes” do que como elementos constitutivos da dinâmica social “interna” aos países — mais à frente veremos como Florestan Fernandes enfrenta essa questão de maneira diferente. Em suma, Germani introduziu tamanha contingência histórica e empírica em suas generalizações que, a despeito de operar em grande medida com as noções da “sociologia da modernização”, o resultado a que ele chegou foi *quase outro*.

Poderíamos dizer que, em quase todos os procedimentos de generalização ensaiados por Germani, há um extremo cuidado em não se apagar as dimensões mais concretas e historicamente circunstanciais do campo de visão. Até mesmo a sua proposição mais recorrente a respeito da modernização — a universalidade do caráter “assíncronico” das mudanças — vai nesse sentido. Em *The sociology of modernization*, ele diz:

Our first generalization is that modernization or development is never balanced. Change is asynchronous: the many components of the sociocultural structure do not initiate their transformation simultaneously, proceed at the same speed, nor do the various processes follow identical sequences. [. . .] The total transition, resulting from the acceleration or deceleration of given processes or subprocesses, or peculiar retardations or anticipations in their sequence, is a highly determining factor in modernization. [. . .] Because of the consequences of asynchronism, and the impact of determinants of modernization discussed below, it is very difficult to formulate a universally valid sequence of stages. Their usefulness is limited, as shown by the criticism against all such attempts, including Rostow's *Stages of Economic Growth*, and others (Idem, 1981, p. 18).

Este movimento que permeia os textos de Germani já havia sido notado por Joseph Kahl, em sua análise da produção germaniana. Para Kahl, essa característica seria resultado de uma combinação bastante singular

252 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

entre uma perspectiva generalizadora de caráter “estrutural-funcional” e uma sensibilidade fina à dimensão histórica dos processos sociais. Em seus termos:

Since Germani is both a structural-functionalist seeking theoretical generalizations based on comparative quantitative studies and a man who reads a lot of history and believes that the particular context within the process occurs gives it its meaning, he is forced to qualify most of his statements with, “but it all depends” (Kahl, 1976, p. 61).

But it all depends. Uma frase que resume a resistência de Germani em impor uma forma abstrata à matéria com que lida. Ou, melhor dito, essa frase expressa a sua tentativa de aderir ao máximo às asperezas do mundo, trazendo para dentro da análise as complicações, os acidentes históricos — o máximo de contingência.

Capitalismo dependente

Na primeira metade da década de 1960, como vimos, o encontro dos termos “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento” se dava, nos textos de Florestan Fernandes, na chave da “irracionalidade”. Essa maneira de conectar os termos abria, sem dúvida, um campo alternativo de possibilidades históricas, já que ela sinalizava para uma repulsão mútua entre eles: caso operasse à eficácia máxima, a “sociedade de classes”, universalizando a “ordem social competitiva”, expurgaria o “subdesenvolvimento”. Essa forma contrafactual de encarar os termos dessa relação, que instaurava, ainda que de maneira tênue, um certo campo de possíveis, sai de cena com a introdução do construto “capitalismo dependente”.³ A partir dessa introdução, que se dá em fins da década de 1960, o modo pelo qual o autor conecta esses termos muda: agora o encontro entre “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento” opera na chave da “racionalidade”, da “normalidade”, isto é, o sistema social assim conformado funcionaria *estruturalmente*

3 Como nos sugere José de Souza Martins (1998, p. 85, itálicos no original), “o interesse *sociológico* [...] pelo possível depende de uma circunstância social e política que não esteja marcada pelo fechamento autoritário, absoluto e irremediável das alternativas históricas”.

a meia potência. É claro que neste *aggiornamento* está implicada a reiteração do processo de fechamento político da sociedade brasileira. No entanto, o desafio aqui é entender como o autor conseguiu, na organização interna de seus argumentos, dar conta dessa viravolta explicativa. Ao longo desta seção, mostrarei que é justamente o termo “capitalismo dependente” que permite ligar, através do *adensamento histórico* da análise, aqueles dois termos nesse novo registro. É como se ele formalizasse em nível mais abstrato uma série de elementos históricos contingentes — que destacaremos abaixo — que teriam possibilitado esta conjugação crônica entre “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento”.

A introdução do construto “capitalismo dependente” implicou, para Fernandes, uma verdadeira “rotação ótica” (termo dele) em pelo menos três planos da análise sociológica. Em primeiro lugar, na necessidade de articular, de modo constitutivo, elementos “internos” e “externos” às sociedades, especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito dos dinamismos sócio-econômicos — articulação que também levaria a uma imbricação entre elementos “arcaicos” e “modernos”. Num segundo plano, na requalificação da atuação limitada da burguesia na chave da “racionalidade possível” diante das condições do “capitalismo dependente”. O seu confinamento a interesses egoístas e de curto prazo não seria uma simples “irracionalidade” ou uma resistência “sociopática” à mudança, mas uma forma de se ajustar a um “capitalismo difícil”. Por fim, na caracterização do caráter inextricavelmente “autocrático” da transformação capitalista implicada pelo “capitalismo dependente”, que se associaria não com a correção, mas com o agravamento da monopolização da renda, do prestígio e do poder político. Noutras palavras, o “capitalismo dependente” não conduziria à universalização da “ordem social competitiva”.

Assim, esse construto permitiu que Fernandes conferisse maior unidade e elegância conceitual às suas análises sobre o desenvolvimento. Afinal, os problemas levantados acima não estavam de todo ausentes em seus textos anteriores. O que muda é que agora eles são lidos à luz de um único princípio explicativo, que absorve mas coloca noutra patamar as hipóteses da “demora cultural” e do “dilema social brasileiro”. Continuariam vigentes tanto os descompassos entre as diferentes partes da sociedade, quanto a inconsistência entre valores e práticas sociais; o que deixa de existir é a

expectativa em relação às possibilidades de sua superação histórica nos marcos do “capitalismo dependente”. Além disso, esta nova forma de colocar as questões do desenvolvimento terminou por redefinir a própria noção de “sistema” empregada pelo autor, como teremos oportunidade de discutir mais à frente.

Passemos, pois, à análise do “capitalismo dependente” tal qual concebido por Florestan Fernandes. Embora a noção de “dependência” operasse em seus textos desde a década de 1950 (Limoeiro, 1996), ela só assume real importância explicativa a partir do artigo “Sociedade de classes e subdesenvolvimento”, escrito no final de 1967 para um seminário na Universidade de Münster, na Alemanha. No ano seguinte, esse artigo serviria de introdução ao livro de mesmo título, que também reunia textos anteriores mas ancorados na mesma problemática. Aliás, lidos em ordem cronológica, e não na ordem dos capítulos de *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968), os textos desse livro nos permitem ver os contínuos reajustes na argumentação do autor, o que de saída retira qualquer princípio forte de unidade na sua composição.⁴ Vejamos, pois, quais foram as principais inflexões em seus argumentos a partir desse artigo de 1967. Nessa reconstrução, seguiremos basicamente os argumentos de Fernandes expostos neste artigo, na introdução à segunda edição de *Mudanças sociais no Brasil* (1974) e em *A revolução burguesa no Brasil* (1975).

Em primeiro lugar, há uma maior sistematização na articulação dos elementos “internos” e “externos”. Na primeira página do texto aparece a seguinte afirmação: “é preciso notar que a sociedade nacional, que constitui o principal foco de referência deste trabalho [...], originou-se para a história moderna como parte da *expansão do mundo ocidental*” (Fernandes, 1975, p. 9, *itálicos no original*). Esta forma de colocar o problema não era propriamente uma novidade, haja vista a discussão de Caio Prado Jr. sobre o “sentido da colonização”.⁵ Contudo, ela impõe a necessidade de articular num mesmo

4 Problema que também atinge centralmente a fatura de *A revolução burguesa no Brasil* (1975), cujas distâncias entre a primeira e a terceira parte do livro se devem justamente à introdução do termo “capitalismo dependente” como eixo explicativo.

5 Bernardo Ricupero sugere a seguinte comparação entre as formulações de Caio Prado Jr. divisadas em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) a partir do “sentido da colonização” e o construto “capitalismo dependente”: “Em termos amplos, Florestan Fernandes se aproxima da linha de análise que, desde Caio Prado Jr.,

andamento explicativo as condições locais e globais, com vistas a se avaliar o peso dessa articulação para o dinamismo do sistema social. No caso do “capitalismo dependente”, essa articulação, mesmo que variável ao longo do tempo, apresentaria uma nota comum: ela implicaria a formação de uma economia “duplamente polarizada”, isto é, destinada a garantir a acumulação de capital tanto para as burguesias nacionais quanto para as burguesias dos países “hegemônicos”. Com essa “dupla polarização”, o dinamismo econômico “interno” sofreria uma considerável baixa de intensidade, já que parte do excedente econômico seria constantemente succionado para “fora”. Nesse diapasão, Fernandes chega mesmo a dizer que, nesses contextos, teria ocorrido uma completa inversão do “processo normal” de formação do capitalismo: em vez de contar com o suporte de uma “acumulação primitiva”, como havia formulado Marx, a revolução burguesa seria realizada a partir de condições muito mais adversas. Nos termos do autor,

O exemplo inglês evidencia que a apropriação colonial foi um dos fatores básicos da chamada acumulação originária de capital, ou, como se diria hoje, do desencadeamento e aceleração do “arranco econômico”. O exemplo quase total do “mundo subdesenvolvido” revela que os países a ele pertencentes se veem compelidos a realizar a revolução capitalista sob o impacto da perda constante (e por vezes crescente) de parte substancial do próprio excedente econômico, dinamizada além do mais como fator de intensificação da heteronomia econômica. Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (Idem, 1975, pp. 24-5).

Mesmo que essa situação opere diminuindo a voltagem do crescimento econômico nos países periféricos, as suas burguesias não deixariam

ressalta a ligação do Brasil com um quadro maior, em que o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial é o dado principal. [...] / *A revolução burguesa no Brasil* se distancia, entretanto, de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* na maior atenção que presta a fatores internos à sociedade brasileira” (Ricupero, 2007, p. 203).

256 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

transformar continuamente essas sociedades no sentido da constituição de uma “sociedade de classes”. A sua nota específica residiria na ausência de autonomia, já que, sozinhas, elas não teriam força histórica suficiente para tal. As burguesias sob o “capitalismo dependente” não poderiam desencadear, a partir de si mesmas, “nem a revolução agrícola, nem a revolução urbano-industrial, nem a revolução nacional”, embora elas percorram “todas as etapas desses processos” (Idem, 1979, p. 55). Contudo, uma consequência decisiva dessa associação com as burguesias dos países de “capitalismo hegemônico” residiria na sua composição com estruturas socioeconômicas arcaicas, a outra face da moeda da baixa intensidade do baixo dinamismo econômico “interno”. Ou melhor: a própria conexão com os dinamismos “externos”, que garantia a incorporação do capitalismo ao nível das relações sociais “internas”, reforçaria, em vez de liquidar, o legado colonial.

[. . .] a influência externa, autenticamente revolucionária aos níveis estrutural e histórico na fase da desagregação do antigo sistema colonial, pois incorporava a economia interna diretamente ao mercado mundial e fixava os núcleos urbanos que iriam servir de fulcro ao crescimento de um mercado capitalista moderno, também pressupunha um *feedback* negativo. O comércio externo constituía o verdadeiro ponto de apoio seja para a manutenção seja para a ampliação de um esquema de exportação e importação que iria servir de eixo para a preservação, o desdobramento e a revitalização de estruturas econômicas, sociais e políticas de origem colonial (Idem, 1979, pp. 39-40).

Assim, longe de mero resíduo histórico, o “*antigo regime*” era reposto continuamente em virtude dessa dinâmica social “duplamente polarizada”. De acordo com Fernandes, esse padrão de desenvolvimento, muito mais que o aparecimento relativamente recente da “sociedade de classes”, é que explicaria o baixo rendimento da “ordem social competitiva” como princípio de organização social. Ela não se universalizaria por conta da “coexistência e concorrência do trabalho servil, do trabalho semilivre e do trabalho livre, provocadas pela coetaneidade de várias idades históricas distintas, de modos de produção pré-capitalistas e capitalistas” (Idem, 1979, p. 36). Não se trata, contudo, de uma mera reposição de visões “dualistas” à

la Jacques Lambert em *Os dois brasis*. Esta articulação de elementos capitalistas e pré-capitalistas, o que conforma uma certa “dualidade”, não se encaminharia para a absorção do segundos a partir do primeiros — ela indicaria o próprio sentido geral do dinamismo do “capitalismo dependente”. Nesse passo, em espírito de revisão de algumas das formulações de Marx e Weber, Fernandes assinala que, nesse contexto, nem as forças produtivas se expandiriam até atingirem a sua eficácia-limite, nem o mercado operaria como agência exclusiva de classificação social. O sistema social não se “fecharia” em torno dos princípios organizatórios de uma sociedade moderna, combinando-se de maneira heteróclita com as estruturas herdadas da colônia.

A dinâmica histórica inerente ao “capitalismo dependente” não indicaria, portanto, um caminho em linha reta, mas em ziguezague. Fernandes usa uma imagem significativa para conferir expressão plástica a este processo: em vez do fluxo da mudança atuar como uma “torrente volumosa e impetuosa”, ele sugeria mais uma espécie “de afluente, que desaguiava em um rio velho, sinuoso e lerdo” (Idem, 1979, p. 41). Haveria, a rigor, forças tanto “internas” quanto “externas” pressionando em sentidos contraditórios, ora a favor de uma maior diferenciação da “sociedade de classes”, ora na revitalização de elementos da “sociedade estamental e de castas”, cuja desagregação não se completaria inteiramente. Essa imbricação entre dinâmismos “de dentro” e “de fora” estaria diretamente associada, portanto, à combinação de elementos “arcaicos” e “modernos”, tornando bastante complexo o quadro geral da mudança social:

Os movimentos que promoviam a preservação e o fortalecimento de relações, instituições e estruturas coloniais não eram, pura e simplesmente, antagônicos à modernização, ao crescimento do “setor novo” e à expansão interna do capitalismo comercial. Bem analisados, eles constituíam antes uma condição para que tudo isso fosse possível [...]. O antagonismo à mudança, portanto, tem de ser interpretado com muito cuidado, porque ele faz parte da autodefesa do setor arcaico, que funcionava como fonte de alimentação indireta das transformações em curso e se beneficiava delas no nível menos visível da reorganização e concentração do poder. Doutro lado, os interesses

258 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

investidos na modernização [. . .] não lutavam pelo controle do espaço ecológico, econômico, sociocultural e político incorporado às estruturas [. . .] de origem colonial (Idem, 1979, p. 40).

Essa reviravolta explicativa também rebate na própria forma pela qual Fernandes concebe a “racionalidade” dos atores sociais, em especial da burguesia “dependente”. O alcance limitado das transformações que ela promove não seria mais visto na simples chave do apego “irracional” ao *statu quo* ou de uma resistência “sociopática” à mudança. Seriam antes as condições particulares do “capitalismo dependente” que tornariam inevitavelmente estreito o seu horizonte de ação. Dentre elas, o autor assinala os efeitos da posição “heteronômica”: a burguesia “dependente” não poderia controlar todas as variáveis cruciais à sua ação já que “muita coisa depende (positiva e negativamente) do mercado externo e de suas variações conjunturais” (Idem, 1975, p. 73). Nesse sentido, o meio econômico “subdesenvolvido” não estaria em condições de oferecer “condições mínimas de previsibilidade” (Idem, 1975, p. 72), fazendo com que os atores projetassem o melhor de sua ação não para a expansão contínua dos negócios, mas para a sobrevivência imediata em condições de flutuação extrema. Daí, para o autor, a contaminação recíproca entre “negócio” e “aventura especulativa”, entre “cálculo capitalista” e “improvisação”: diante do circuito de indeterminação assim gerado, a burguesia necessariamente converteria “o imediatismo e a especulação imoderada em componentes essenciais do êxito econômico” (Idem, 1975, p. 76). Fernandes chama a atenção, portanto, para um tipo de “racionalidade” que não se volta à transformação do mundo — no caso, do “subdesenvolvimento” — mas à adequação a ele, uma espécie de “racionalidade adaptativa”. Assim, as burguesias “dependentes”, ao perseguirem unicamente os seus interesses econômicos, não estariam contribuindo uma efetiva “saturação” da “sociedade de classes” e da “ordem social competitiva”; antes, elas apenas estariam reforçando o estado geral de “subdesenvolvimento”. Daí a sua força e sua fraqueza na cena histórica:

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sobrevivência econômica. Apenas incidental-

mente transcende este plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. [...] Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (Idem, 1975, pp. 77-8).

Ao introduzir essa série de especificidades históricas ligadas à dinâmica do “capitalismo dependente”, Fernandes passa a articular os termos *sociedade de classes* e *subdesenvolvimento* na chave da “racionalidade”, e não mais dos ajustamentos “irracionais”, como vinha fazendo em seus textos anteriores. Essa inflexão representa, evidentemente, um agravamento no seu ceticismo quanto ao padrão de mudança social existente no Brasil, pois as limitações do principal agente da revolução burguesa não se deveriam à obnubilação tradicionalista geral, mas à “racionalidade possível” num contexto de capitalismo periférico. À luz dessa formulação mais geral, o autor passa a requalificar as deformações que o “capitalismo dependente” acarreta na “ordem social competitiva” como um traço estrutural e até mesmo esperado desse “estilo” de revolução burguesa. Não que a “ordem social competitiva” não tenha se expandido ao longo do processo; ela até teria possibilitado “alguma «circulação de elites»”, além de uma “intensa absorção dos elementos em ascensão social (nacionais ou estrangeiros)”. Contudo, esse crescimento quantitativo não teria alterado a *qualidade* da “ordem social competitiva”: ela continuaria a “favorecer unilateralmente os grupos e classes privilegiados”, que oscilariam entre “um e cinco por cento, raramente atingindo um quarto da população total” (Idem, 1979, p. 31). Noutras palavras, os benefícios do desenvolvimento não atingiram todos os grupos sociais, mas seriam monopolizados pelos grupos já previamente incorporados às posições estratégicas da ordem social.

Para Fernandes, uma “ordem social competitiva” que não se universaliza terminaria por se “esvaziar” enquanto fator histórico-social. Ao

260 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

restringir a “eficácia da competição e do conflito na coordenação das relações de classe”, uma vez que estes processos funcionariam apenas na pequena órbita dos “*mais iguais*” (Idem, 1979, p. 37), ela acabaria tirando o fôlego dos processos de mudança estrutural necessários à sua “saturação” histórica. E, mais decisivo ainda, essa “ordem social competitiva” não teria força suficiente para neutralizar os efeitos negativos do “*antigo regime*” ao nível da orientação das condutas, que continuariam largamente informadas por um padrão antes “estamental” que efetivamente “democrático”. Nesse sentido, a “mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das elites dominantes” (Idem, 1979, p. 35), em vez de expurgada, continuaria a se reproduzir no seio da nova ordem social. Daí que não só as formulações de Marx e Weber, mas também as de Durkheim — especialmente sua análise das formas de solidariedade no mundo moderno — teriam de ser revistas. Para Fernandes, a ideia de que a “sociedade de classes” produziria um vínculo social de tipo “igualitário”, amparado na “existência da pessoa como categoria psicológica, social e moral autônoma” (Idem, 1975, p. 43), não se sustentaria nessas condições histórico-sociais específicas. Podemos notar, portanto, que o autor não limita a explicação ao plano socioeconômico, embora ele seja uma componente muito importante em sua análise. Os efeitos do “capitalismo dependente” também se ramificariam nas formas de agir e na conformação da personalidade, replicando essa articulação entre o “arcaico” e o “moderno” no plano das relações sociais concretas.

Uma vez combinadas essas diferentes dimensões no andamento da análise, Fernandes tira todas as suas consequências para a explicação do tipo de transformação política exigida pelo “capitalismo dependente”. Apesar da relativa “debilidade” de sua burguesia no sentido de ultrapassar as condições de “subdesenvolvimento” — o que lhe retiraria qualquer “estatura heroica” —, ela não seria politicamente “fraca”. Em argumento contrário a Gunder Frank, o autor assinala que não seria o caso de uma “lumpen-burguesia”, pois o esforço de “manter e fortalecer o poder burguês em condições tão adversas”, ainda que “através de artifícios cruéis e mesquinhos” (Idem, 1979, p. 56), sem dúvida constituiria um índice considerável de “força”. No entanto, para atingi-la, as burguesias “dependentes” precisariam de uma espécie de “excedente de poder”, já que elas se veriam às voltas de três tipos de pressões concorrentes:

1.º) as pressões internas dos setores marginalizados e das classes assalariadas; 2.º) as pressões externas vinculadas aos interesses das nações hegemônicas e à atuação da “comunidade internacional de negócios”; 3.º) as pressões de um Estado intervencionista, fortemente burocratizado e tecnocratizado, especialmente se as relações de classe fomentarem deslocamentos políticos no controle societário da maquinaria estatal (Idem, 1979, p. 28).

Nesse sentido, a fim de garantirem a sua sobrevivência, as burguesias “dependentes” usariam o Estado, por um lado, para abrir um “espaço político” minimamente autônomo que lhes permitisse “manter a associação com «os interesses externos» em condições de autodefesa dos «interesses privados nacionais»”. Por outro, o Estado igualmente serviria como “uma terrível arma de opressão e de repressão”, especialmente contra os “setores despossuídos, na maioria classificados negativamente em relação ao sistema de classes”. E, por fim, usariam o Estado contra ele mesmo, que deixaria de atender aos interesses da coletividade como um todo para se confinar aos limites estreitos, “egoísticos e particularistas” (Idem, 1979, p. 29), dos interesses das classes dominantes. Assim, as relações de poder no interior do “capitalismo dependente” engendrariam uma espécie de “gigantismo político” (Idem, 1979, p. 51) por parte da burguesia, que utilizaria esta posição privilegiada não para realizar uma revolução “democrática”, mas para a própria manutenção do “capitalismo dependente”, com toda a sorte de privilégios e iniquidades que ele acarreta. Por essa razão, Fernandes nomeia esse processo como um “modelo autocrático” de revolução burguesa, a rigor um tipo de transformação capitalista completamente esvaziado de pretensões “utópicas”. No caso brasileiro, esse sentido mais geral do processo histórico teria se revelado em toda sua extensão a partir do golpe de 1964. Com ele, diz o autor, “a dominação burguesa se revela como ela é: rígida, monolítica e autocrática, anulando ou suprimindo todo o espaço político que não sirva aos interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes” (Idem, 1979, p. 32).

Eis, portanto, o “ponto de chegada” de Fernandes em seu processo de “aclimatação” da “sociologia da modernização”. A suposta conexão universal entre desenvolvimento e democracia giraria em falso nas condições

do “capitalismo dependente”, tal qual descritas por ele. Com esse construíto, o autor logrou introduzir uma série de contingências históricas que explicariam o porquê da associação crônica entre “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento”, formalizando em nível teórico mais amplo a marcha recalcitrante da modernização em contextos periféricos. Isso posto, Fernandes não se limitou apenas a retificar o esquema interpretativo da “sociologia da modernização”; nesse registro, ela simplesmente não poderia dar conta dos processos histórico-sociais que se afastassem dos casos “clássicos” de revolução burguesa. Como a possibilidade de se replicar as formas “democrático-burguesas” de transformação capitalista teria saído de cena, a potência explicativa da “sociologia da modernização” se esvaziaria quase que inteiramente.⁶ Sobre o “modelo autocrático” de revolução burguesa, o autor assinala:

Aí, a Revolução Burguesa combina — nem poderia deixar de fazê-lo — transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de “repetição da história” ou de “desencadeamento automático” dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se

6 Em “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”, escrito em 1970 mas publicado apenas três anos mais tarde em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973), Fernandes se posiciona de modo muito duro em relação às limitações explicativas da “sociologia da modernização”: “Nos países capitalistas hegemônicos, a Sociologia estuda a modernização de uma perspectiva muito abstrata e geral. É como se o sociólogo sucumbisse à necessidade de diluir a verdade, contentando-se com explicações aproximadas, em si mesmo mistificadoras. Do “tradicional” ao “moderno” — como se houvesse um motor na história, gerando nos “povos submetidos” os seus antípodas, os “povos conquistadores”. [...] Aos poucos ou rapidamente, o “tradicional” é vencido e o “moderno” se impõe, através de uma generosa generalização do progresso e, quem sabe, da última era das luzes. No entanto, a quem beneficia a modernização? Como ela se organiza a partir das nações que incorporam as outras em seus espaços econômicos, socioculturais e políticos? [...] Quando o sociólogo do “mundo desenvolvido” e naturalmente “modernizador” neutraliza tais variáveis, a sua explicação deixa de ter qualquer utilidade (teórica, empírica ou prática) (Idem, 1981, pp. 141-2).

uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (Idem, 2008, p. 340).

A partir da introdução do construto “capitalismo dependente”, as instâncias de generalização mobilizadas por Fernandes também sofrem uma inflexão. Como visto, ainda que os processos histórico-sociais analisados pelo autor se refiram basicamente à sociedade brasileira, os resultados encontrados teriam significação heurística para além dela. Não seria o caso, contudo, como consta no prefácio da primeira edição de *A sociologia numa era de revolução social* (1963), de indicar as especificidades da “sociedade de classes” no Brasil como um índice das possíveis variações históricas desse tipo societário, alargando os casos previstos pelos modelos interpretativos dos sociólogos situados nos países centrais (Idem, 1976, pp. 19-20). Tampouco a sociedade brasileira seria um caso intermediário no que se refere à vigência e eficácia da “civilização ocidental”, tal como sugere em “A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil” (1965). Agora, as particularidades da sociedade brasileira são colocadas noutra patamar explicativo, porque ela — ao lado do México — poderia ser considerada como “o tipo mais complexo de capitalismo dependente” (Idem, 1975, p. 49). Ou, noutros termos, porque aí “a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento é mais desenvolvido” (Idem, 1981, p. 115). Tomada como um “tipo extremo” do “capitalismo dependente”, a análise da sociedade brasileira ganharia um estatuto teórico mais elevado na medida em que nela estariam presentes “tanto os aspectos mais arcaicos quanto os aspectos mais modernos da estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente” (Idem, 1975, p. 50). Daí que, à maneira de Marx sobre o caso inglês no século XIX, Fernandes tenha se referido ao caso brasileiro num registro equivalente: “o presente do Brasil contém o futuro de outros países, que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente para o socialismo” (Idem, 2006, p. 259).

Um corolário imediato dessa maneira de colocar o problema da generalização é que Fernandes acaba “quebrando” em dois o “tipo” da “sociedade de classes”. Não que esse tipo societário se apresentasse de modo *inteiramente* distinto nas condições do “capitalismo dependente”. Ele mesmo ressalva que o “regime de classes é o mesmo”, o que não invalidaria

264 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

“conceitos, métodos e teorias acumulados previamente” (Idem, 1979, p. 25). Não por acaso Fernandes se voltou, criticamente, aos clássicos da disciplina — Marx, Weber e Durkheim — a fim de analisar a dinâmica do “capitalismo dependente” (Idem, 1975, pp. 26-48). Contudo, uma análise consequente deste “subtipo” da “sociedade de classes” teria de levar a sociologia a uma “verdadeira rotação ótica” (Idem, 1979, p. 25), com diversas consequências para a própria noção de “sistema” a ser empregada. Senão, vejamos.

A ideia de que se poderia explicar a dinâmica social pela noção de “sistema” teria rentabilidade analítica apenas para os casos de “capitalismo autônomo”. O autor é explícito nesse ponto:

Ao estudar o regime de classes em sociedades nacionais dotadas, ao mesmo tempo, de desenvolvimento capitalista autônomo e de posição hegemônica nas relações capitalistas internacionais, os cientistas sociais puderam operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma homogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais e dinâmicos da diferenciação social; puderam concentrar a observação, a análise e a interpretação em casos extremos, considerados como sistema de uma perspectiva nacional, como se a economia, a sociedade e a cultura, sob o capitalismo, se determinassem apenas a partir de um núcleo interno em expansão; supuseram que os fatores causais e funcionais da transformação capitalista [. . .] atuam a partir de dentro [. . .] e variam, sempre, de um ponto de menor complexidade para outro de maior complexidade quanto ao grau de diferenciação das relações de classe (Ibidem).

À luz desta “rotação ótica”, a própria noção de “sistema” sai historicizada. Ela não se resumiria, para Fernandes, a uma simples ferramenta analítica à disposição dos sociólogos, mas formalizaria, em seus próprios pressupostos, uma experiência sócio-histórica determinada. Isso ocorre porque o “fechamento” que a noção de “sistema” requer não se realizaria nas condições do “capitalismo dependente”. Nem os fatores explicativos seriam homogêneos, haja vista a imbricação entre elementos “arcaicos” e “modernos”, nem a referência nacional seria suficiente, dada a articulação

constitutiva entre fatores “internos” e “externos”. Ou seja: nem no plano temporal — passado/presente —, nem no plano espacial — interno/externo —, nem no plano organizatório — tradicional/moderno —, seria possível a demarcação de fronteiras nítidas: o “moderno” que emerge no “capitalismo dependente” simplesmente não se fecharia “sistemicamente”. Daí as dificuldades em sua interpretação, que necessitaria conjugar num mesmo movimento *adensamento histórico* e uma *perspectiva de totalidade*.⁷ Nos termos de Fernandes,

Ao estudar o regime de classes em sociedades que se defrontam com o desenvolvimento capitalista induzido e controlado de fora, além disso sujeitas ao impacto negativo das debilidades resultantes de suas posições heteronômicas, os cientistas sociais têm de operar, tanto descritiva quanto interpretativamente, com uma heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais da diferenciação social. Eles precisam adaptar seus ângulos de observação, de análise e de interpretação à natureza e à variedade de forças que intervêm, concretamente, na configuração e nos dinamismos do regime de classes das nações capitalistas heteronômicas: umas, procedentes das sociedades hegemônicas externas; outras, provenientes de tendências dominantes na evolução das estruturas internacionais de poder [. . .]; e outras, por fim, que nascem “a partir de dentro”, das próprias sociedades de classes dependentes e subdesenvolvidas [. . .]. Ou seja, os cientistas sociais perdem parte de seu arbítrio na abstração do *caso nacional* do amplo conjunto de forças, que operam simultaneamente e com potencialidades sociodinâmicas ao mesmo tempo tão variadas e contraditórias (Idem, 1979, pp. 26-7).

O construto “capitalismo dependente”, de Florestan Fernandes, introduz um princípio ordenador mais vigoroso que o “esquema de etapas”

7 Este ponto foi muito bem colocado por Elide Rugai Bastos em seu texto sobre o “Pensamento social da escola sociológica paulista” (2002). Não se limitando apenas a Florestan Fernandes, mas discutindo um conjunto de trabalhos que compartilham de seu ponto de partido metodológico, a autora aponta: “*a análise a partir da periferia permite indagar sobre os princípios que articulam o sistema*” (p. 201, itálicos no original).

266 | Esquema de etapas e capitalismo dependente

de Gino Germani. Apesar de propiciar um *adensamento histórico* da análise ao operar como elo entre os termos *sociedade de classes* e *subdesenvolvimento*, trata-se de uma “formalização” capaz de suportar uma maior variação empírica. Explico-me melhor: mesmo reconhecendo que as sociedades conformadas pelo “capitalismo dependente” pudessem apresentar, entre si, uma ampla gama de “flutuações históricas”, essas “flutuações” não seriam tão relevantes do ponto de vista explicativo. O que importaria à análise seria o *sentido geral* da transformação capitalista em países periféricos, sentido que poderia ser captado nas “sociedades de classes dependentes” mais complexas — caso, justamente, do Brasil. Em seus termos,

Em larga medida, a discussão funda-se em conhecimentos que possuem de países economicamente mais avançados, *nos quais a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento é mais desenvolvido*. Repetindo o que disse Marx do desenvolvimento capitalista na Inglaterra: esses países contêm a “constituição íntima” dos demais com maior clareza. Estudando-os, vemos melhor o que nos outros aparece embaçado. Se uns já estão no estágio da revolução industrial, e outros ainda se acham no da revolução comercial (nas condições em que ambas aparecem sob o capitalismo dependente), e se uns superaram a transição neocolonial e os outros ainda se debatem com muitos de seus problemas, *isso é secundário* (Idem, 1981, p. 115, *itálicos nossos*).

Esta decantação *formal* mais nítida presente nos textos de Fernandes, em contraste com os textos de Germani, ganha expressão “plástica”, por assim dizer, na noção de “circuito fechado” — que até dá título a um de seus livros. O *fechamento* da história divisado por aquela noção não diz respeito à ausência de transformações históricas; mas, antes, à reiteração de seu *sentido* antidemocrático (ou “autocrático”) ao longo da trajetória dos países de “capitalismo dependente”.

Mesmo assim, comparando-se a solução de Fernandes à teorização parsoniana, a distância é grande. Apesar de suas pretensões de generalização *a partir do Brasil* para os demais países da periferia capitalista, a sua construção teórica não permite nem minimizar nem descartar sem mais as

contingências históricas envolvidas em cada caso. Como ficou claro em sua discussão na noção de “sistema”, o sociólogo, ao lidar com a realidade do “capitalismo dependente”, teria de reunir, num só golpe de vista, uma série de elementos heterogêneos, sob pena de perder fôlego explicativo. Processos históricos, arcaísmos repostos, dinâmica interna dinamizada por fatores externos: a necessidade de conjugar *todos estes aspectos* no andamento da análise imediatamente rouba quaisquer pretensões de uma “abstração” forte que poderia estar contida no construto “capitalismo dependente”. Ou, invertendo-se a perspectiva, podemos dizer que esse construto representa a “*abstração*” possível diante de uma matéria social totalmente arredia a ordenações fáceis.

Considerações finais

Tal mediação bem que poderia ocorrer não externamente em um terceiro meio entre a coisa e a sociedade, mas no interior da coisa mesma. A saber, de acordo com seu lado objetivo e subjetivo. [...] Porque a sociedade se encapsulou nela, tal forma segue igualmente a dinâmica social ao desdobrar-se de modo autônomo, mas sem lançar o olhar sobre ela e sem se comunicar diretamente com ela.

— THEODOR ADORNO, *Introdução à sociologia da música*.

Ao longo deste trabalho, vimos as diferentes facetas assumidas pelo processo de “aclimatação” da “sociologia da modernização” norte-americana nos textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani. Sim, *processo*, porque desde as pesquisas empíricas, passando pelas apropriações da noção de “demora cultural” — e, logo depois, por sua crítica — até chegar àquilo que denominei de “produtos finais”, foram se cristalizando uma série de diferenças específicas. *Diferenças* que se explicitaram não só a respeito da matriz teórica central — ela também em movimento, como o recurso aos textos de Talcott Parsons chamou a atenção — mas igualmente em relação aos dois contextos periféricos nos quais se situavam os autores. Talvez valha a pena fazer um pequeno balanço de nossa discussão até aqui.

Ainda que a “aclimação” seja um processo que se desenrola ao longo do tempo, vimos que desde os seus primeiros movimentos já haviam sido produzidos *deslocamentos* bastante visíveis em relação à “sociologia da modernização”. Na primeira parte deste trabalho, dedicada à análise das pesquisas empíricas realizadas por essa vertente intelectual — no caso, por Joseph Kahl e Alex Inkeles — e por Florestan Fernandes e Gino Germani, vimos que produtos gerados estiveram longe de ser homogêneos. Apesar de assentados num registro relativamente comum — uma análise da modernização de certos grupos sociais por meio de modernas técnicas de pesquisa —, tanto o desenho da pesquisa e dos grupos investigados, quanto o uso das técnicas e dos recursos explicativos variaram consideravelmente. No caso de Kahl e Inkeles, a questão que guiava a pesquisa era, à primeira vista, puramente “teórica”: o homem moderno, assim como os principais fatores da modernização, seriam universais? Nas pesquisas de Fernandes e Germani, por sua vez, esse tipo de questão cedia lugar a considerações mais urgentes acerca de suas próprias sociedades, como a questão racial e o desenvolvimento, no Brasil, e o peronismo, na Argentina. Como consequência, Kahl e Inkeles acabaram recortando, através de seus *surveys*, somatórias abstratas de indivíduos — uns mais “modernos”, outros mais “tradicionais”. Fernandes e Germani, ao contrário, investigaram grupos sociais localizáveis no tempo e no espaço — o negro, o migrante do interior, o fazendeiro e o imigrante europeu —, o que lhes permitiu enxergar a dinâmica concreta, histórica e conflituosa de suas relações no processo de mudança social. Assim, a despeito de os assuntos tratados pelas quatro pesquisas serem praticamente os mesmos, seus princípios de composição, assim como os seus resultados, se distanciaram. Nas investigações da “sociologia da modernização”, a marcha da mudança se apresentava como necessariamente linear, já que as mesmas causas — urbanização, industrialização, etc. — acarretariam sempre os mesmos efeitos “modernos”. Nas pesquisas de Fernandes e Germani, o *adensamento histórico* da análise possibilitou que ambos, cada um a seu modo, desconfiassem justamente dessa linearidade, até porque o ator social “moderno” *por excelência*, o imigrante, mostrara-se limitado em sua atuação transformadora.

Na segunda parte deste trabalho, voltado para a análise da “aclimação” no plano das teorizações de Fernandes e de Germani, reconstituímos,

270 | Considerações finais

a rigor, três processos de acumulação intelectual — o recurso a Parsons funcionou como caso de controle de nossas comparações. Ao aproximarmos os autores em termos substantivos — as apropriações da noção de “demora cultural” (cap. 4), as análises dos movimentos sociais e as revisões explicativas das perspectivas “dualistas” (cap. 5) e as visões do funcionamento do sistema social em escala alargada (cap. 6) —, pudemos reter o máximo de nossa atenção para as *diferenças* que foram se depositando nas formas de teorização no centro e nas duas periferias.

Vimos no capítulo “Assincronia e demora” em que sentido as inscrições de Gino Germani e Florestan Fernandes em contextos sócio-históricos problemáticos colocaram em *tensão* a assunção “estrutural-funcional” de que os desajustes das sociedades argentina e brasileira se resolveriam automaticamente, ou caminhariam para um padrão de equilíbrio social. Germani, ao conceber a marcha da modernização como “secularização”, e, além disso, como um processo assincrônico cuja *sequência histórica* e cujo *timing* variariam para cada contexto específico, pôde questionar simultaneamente tanto a ideia de que os processos tardios de transição replicariam as experiências dos países “pioneiros” quanto a visão de que o núcleo normativo das sociedades modernas garantiria uma padrão democrático de integração. Fernandes, por seu turno, ao trabalhar a partir do duplo “sociedade de classes”/“ordem social democrática”, construiu um instrumento conceitual altamente sensível à persistência às formas de desigualdade no âmbito da nova ordem social. Assim, ao retomar a noção de “demora cultural”, Fernandes indagava de que modo orientações ainda “estamentais” de conduta, especialmente entre os círculos sociais dominantes, contribuiriam para obstaculizar a universalização de direitos e garantias sociais à população como um todo. Também vimos que Talcott Parsons, pelo menos em certo momento de sua produção, mostrou-se igualmente atento às “tensões estruturais” intrínsecas ao padrão de integração das modernas sociedades industriais. Para ele, a diferenciação acentuada de um “complexo instrumental”, sobretudo em sociedades de estratificação social rígida — caso da Alemanha de Weimar —, poderia desaguar em soluções totalitárias. No entanto, a partir de meados dos anos 1950, Parsons “normalizou” paulatinamente essa visada crítica, compatibilizando, em textos posteriores, processos de diferenciação funcional e formas democráticas de integração

social. Em contraposição, Fernandes e Germani, por lidarem com matérias sociais mais complicadas, continuaram *tensionando*, em suas formulações, imagens muito ordeiras ou lineares dos processos de mudança. Daí que, na passagem dos anos 1950 para a década seguinte, os *deslocamentos* em relação à matriz teórica original passaram a ficar mais visíveis.

No capítulo seguinte, “Dilema e paradoxo”, analisamos justamente esta bifurcação de caminhos mais acentuada entre as teorizações de Fernandes, Germani e Parsons. Se é verdade que, na passagem para a década de 1960, este último passou a trabalhar em registro mais diacrônico — ou melhor, “evolutivo” —, suas contribuições nesse sentido representaram, no fundo, uma espécie de refinamento dos pressupostos de linearidade histórica típicos da “sociologia da modernização”. A noção parsoniana de que as sociedades modernas teriam uma estrutura fundamental pautada pela diferenciação de quatro “universais evolutivos” — mercado, burocracia, normas universais codificadas juridicamente e democracia —, ainda que Parsons admitisse a não simultaneidade histórica dessas diferenciações, jogava na penumbra quaisquer considerações sobre os aspectos concretos e contingentes de modernização. Nos casos de Fernandes e Germani, foi precisamente a ausência de linearidade das experiências brasileira e argentina que subiu à tona em seus textos da primeira metade da década de 1960, o que formalizaram nos termos *dilema social brasileiro* e *paradoxo argentino*. “Dilema” exprimia uma dinâmica histórica *travada*, incapaz de resolver as inconsistências entre as promessas emancipatórias da “sociedade de classes” — universalização de direitos e garantias sociais — e as práticas sociais concretas dos agentes. “Paradoxo” sinalizava para uma dinâmica histórica *enigmática*, porquanto a sociedade mais “modernizada” da América Latina se apresentava ao mesmo tempo como uma das mais instáveis politicamente, sempre à iminência (potencial ou real) de uma experiência autoritária. Em termos concretos, Fernandes e Germani remetiam esses dois termos aos problemas levantados, respectivamente, pela *Campanha em Defesa da Escola Pública* e pelos movimentos sociais no “meio negro”, no Brasil, e pelo peronismo, na Argentina. Os descaminhos históricos desses movimentos garantiram a esses dois autores uma espécie de suporte cognitivo para o entendimento da marcha labiríntica assumida pela modernização nestes contextos periféricos.

272 | Considerações finais

E, por fim, no último capítulo, “Esquema de etapas e capitalismo dependente”, analisamos em chave comparada os “produtos finais” da “aclimatação” da “sociologia da modernização” realizada por Gino Germani e Florestan Fernandes. A proposta germaniana de introduzir o máximo de contingência histórica em todas as correlações funcionais assumidas pela “sociologia da modernização” certamente representou um dos desenvolvimentos mais complexos gerados no interior dessa vertente intelectual, porquanto introduzia uma sensibilidade até então inaudita aos processos históricos concretos. Além disso, a despeito do que sugere o nome *etapas*, Germani logrou efetivamente formalizar para os países latino-americanos uma visada atenta às variações nacionais, às articulações entre fatores “endógenos” e “exógenos” e aos diferentes modos de incorporação das classes populares à participação política. Já o construto elaborado por Florestan Fernandes, “capitalismo dependente”, apresentou um grau de formalização mais vigoroso quando comparado ao “esquema” de Germani, uma vez que pretendia generalizar, *a partir da sociedade brasileira* — vista como o caso mais complexo existente de “capitalismo dependente” —, para toda a periferia do capitalismo. No entanto, ainda que esse construto não leve as contingências históricas ao mesmo nível explicativo da proposta germaniana, Fernandes tampouco as descarta. Afinal, é a noção de “capitalismo dependente” que, através do *adensamento histórico* da análise, permite conjugar positivamente “sociedade de classes” e “subdesenvolvimento”.

“Produtos finais”, portanto, inteiramente diferentes, frutos de processos relativamente longos de “aclimatação” que remontamos desde as pesquisas empíricas dos dois autores. Diferenças que, no entanto, coincidem na necessidade de se introduzir a dimensão da *contingência histórica* como princípio explicativo, o que afasta tanto Germani quanto Fernandes da síntese final parsoniana. Como vimos, Parsons parecia deduzir, pela sua análise do “sistema das sociedades modernas”, toda a marcha do mundo a partir das diferenciações funcionais formalizadas em seu esquema AGIL. Mas ainda nos cabe perguntar: esses “produtos finais” trazem consigo as marcas das sociedades argentina e brasileira? Caso afirmativo, onde devemos encontrá-las?

Se quiséssemos encontrá-las apenas no plano dos assuntos tratados, o caminho seria complicado. Pois os “produtos finais” de Germani e Fernandes são justamente as formulações que, no conjunto de seus textos, procuraram teorizar para além de suas sociedades nacionais de referência. O mesmo raciocínio também poderia ser estendido a Parsons, uma vez que a sua análise do “sistema das sociedades modernas” igualmente implicou uma certa visão de totalidade, não obstante a centralidade da sociedade norte-americana em sua narrativa “evolucionista”. *Grosso modo*, o “esquema de etapas”, o “capitalismo dependente” e o “sistema das sociedades modernas” são formalizações que procuraram dar conta da dinâmica social em escala alargada, seja da América Latina como um todo, ou da periferia do capitalismo, ou, no caso parsoniano, de todo o desenvolvimento ocidental.

No entanto, podemos dizer, de modo algo contraintuitivo, que é precisamente quando Germani e Fernandes ultrapassaram os limites das referências nacionais que eles acabaram revelando melhor, em suas teorizações, certos traços das sociedades argentina e brasileira. Ou, dito de outro modo, quanto mais eles se aventuraram a tratar da dinâmica do mundo, mais os seus textos foram tingidos por suas respectivas sociedades. Isso porque as matérias argentina e brasileira deixaram de ser apenas assunto, ou objeto da análise, e passaram a fazer parte da organização interna de suas teorizações — noutros termos, passaram para a *forma*. Não é o caso aqui, evidentemente, de dizer que Germani e Fernandes traduziram certa “verdade histórica” nos seus textos — até porque este seria um procedimento reducionista, numa ideia de que o contexto sócio-histórico operaria como um enquadramento “externo” à construção textual. As marcas das sociedades brasileira e argentina se fazem presentes nos procedimentos mais gerais dos autores, em suas *formas* de inteligência da dinâmica social, portanto, como um elemento “interno”. Vejamos com mais vagar este ponto.

Creio que um bom ponto de partida para essa discussão é o contraste entre o máximo de *contingência histórica* introduzida por Germani em seu “esquema de etapas” *vis-à-vis* a maior “abstração” proporcionada pelo construto “capitalismo dependente”. Em que sentido esse contraste pode remeter a diferenças efetivas entre as experiências argentina e brasileira?

Em uma de suas últimas publicações, *Authoritarianism, fascism, and national populism* (1978), Germani dá continuidade e aprofunda o marco

interpretativo delineado em seu “esquema”, sobretudo no que se refere às suas implicações teóricas e metodológicas. Dentre outras coisas, a atenção aos elementos mais concretos na análise da mudança se torna tão premente que, em termos explicativos, ela precisaria se abrir aos fatores por ele denominados “acidentais”:

The concept of social change implicitly adopted is not deterministic, or its determinism is only partial. At the macro level change may be perceived as a set of partially correlated (or even uncorrelated) component process whose convergence at a certain point in history [. . .] *may* generate a new (partial or total) sociocultural formation (one or more institutions, social groups, entire subsystems, or a new type of global social structure). [. . .] [The] peculiar combination of components is the result not only of the nature of the preceding turning point (usually assumed in concrete analysis as the “starting point”), but also of the nature, rates, sequences of the single component processes themselves, and quite often also of traumatic events produced by the sudden acceleration and/or deceleration of such process and by accidental causes. (*Accidental* refers to events or processes which cannot be explained solely on the basis of the factors and variables taken into account in the analysis.) (Germani, 1978, pp. ix-x).

É como se Germani *radicalizasse*, nesse livro, a perspectiva de contingência histórica formalizada quase dez anos antes no “esquema de etapas”. E, efetivamente, no andamento do livro, que trata basicamente da sociedade argentina, sua análise da *sequência histórica* radicalismo/peronismo ganha vários refinamentos, conjugando dados estruturais e conjunturais específicos — estes últimos vão ao extremo do detalhe histórico¹ —

1 Um exemplo claro desse acionamento explicativo dos “acidentes históricos”, isto é, de elementos que não podem ser derivados diretamente das variáveis empregadas, podemos ver no seguinte trecho, quando Germani discute as causas do fim do período “radical” (1916-1930): “Accidental facts were added later to the elements contained in the economic, social, and political structure of the country, and their weight should not be underestimated. These factors were: the age of President Irigoyen — the charismatic leader who had led the movement for a long time — the administrative disorder of his second presidency, politically arbitrary acts, and the resulting decrease in the regime’s popularity, as demonstrated in the legislative elections of 1930” (Germani, 1978, p. 149).

na explicação do caráter mais disruptivo do segundo em relação ao primeiro na integração política e social das massas populares. Acredito que essa multiplicação de fatores explicativos, com a mobilização simultânea de diferentes níveis de análise — de curto, médio e longo alcance (Idem, 1978, p. 5) —, embora aplicável a outros contextos, esteja diretamente ligada à experiência social argentina, às raízes da excepcionalidade histórica. Afinal, é possível criar instâncias de generalização a partir de uma realidade turvada por uma instabilidade política sem precedentes, cuja marcha-ré ou “fracasso histórico” (Kozel, 2007) rouba imediatamente o chão de qualquer pretensão à linearidade, mínima que seja? A solução germaniana foi, ao lidar com essa matéria avessa a abstrações, *generalizar justamente aquilo que põe em suspenso toda e qualquer generalização*: assincronias, sequências e ritmos históricos variados, acelerações e desacelerações, traumas e acidentes, etc.

Mas se cada sociedade moderna, segundo este registro germaniano, organizaria suas componentes estruturais de modo específico, segundo sequências e ritmos históricos particulares — o que implica uma *radicalização* da dimensão contingente da modernização —, não é possível detectar nenhum princípio ordenador mais geral que pudesse atravessar todas as sociedades modernas? Ou Germani teria se limitado apenas a desautorizar as supostas “universalidades” contidas, por exemplo, nas formulações da “sociologia da modernização”? Ainda em *Authoritarianism, fascism, and national populism*, Germani ensaia uma solução a essa questão. Retomando certas ideias que já havia avançado em seus textos da década de 1940 e 1950 (cf. cap. 4), Germani assinala a existência de uma contradição estrutural que seria intrínseca a toda e qualquer sociedade moderna:

The minimum requirement for the rise and development of modern society is the extension of secularization to three areas: knowledge, technology, and the economy. Although traditional traits usually remain or may be fused with modern structures, it is still true that secularization tends to be extended to the rest of a society, to all areas of behavior and all subsystems. No society can do without a certain central prescriptive nucleus to ensure a minimum but sufficient basis for integration: a core of values and norms in which are rooted the criteria for choices and those regulating change. Even the central

core, however, according to the logic intrinsic to modernity, could be changed; but then mechanisms should exist to carry on such changes without destroying the society itself. From this basic condition springs a potential factor (at a level of maximum generality) for the rise of authoritarianism in its modern sense. Modern society is characterized by a tension intrinsic to its particular form of expansion (Idem, 1978, pp. 6-7).

Nesse sentido, se há alguma linha estruturante na sociedade moderna *como um todo*, esta seria a sua compulsão por soluções autoritárias, consequência de suas contradições intrínsecas no plano da integração social. De acordo com Germani, a modernização — ou, como prefere, a “secularização” —, ao redesenhar o conjunto da sociedade, poderia colocar em risco até mesmo o núcleo normativo “moderno”, amparado historicamente em ideais como igualdade, liberdade e autonomia. Aqui reside, aliás, uma das principais divergências entre Germani e seu colega de Harvard, Talcott Parsons. O sistema normativo, ou os valores, não teriam nem estabilidade histórica, nem seriam capazes de funcionar como instância de “controle”; daí a compulsão autoritária em reduzir a complexidade social acrescida trazida pelas sociedades modernas. Se para Parsons era precisamente a centralidade dos valores que permitia generalizar, ainda que a longo prazo, uma conexão positiva entre diferenciação funcional e integração social democrática, para Germani, ao contrário, é justamente o risco sempre iminente de implosão do núcleo normativo que torna o autoritarismo uma síndrome intrínseca à modernidade.

Essa generalização de Germani sem dúvida impõe uma perspectiva de maior “abstração” teórica, a despeito da timidez que vínhamos identificando em seus textos neste particular. Lembrando que *Authoritarianism*. . . foi publicado imediatamente após o início do *Proceso*, o período mais sombrio e violento da história argentina (1976-1983), parecia finalmente que a “excepcionalidade” argentina poderia se conciliar com a dinâmica geral das sociedades modernas, todas elas potencialmente autoritárias. Contudo, mesmo esta “abstração” forte cede o passo a considerações mais contingentes e concretas:

One can hence formulate the hypothesis that the *structural tension inherent in all modern society between growing secularization and the necessity of maintaining a minimum prescriptive central nucleus sufficient for integration, constitutes a general causal factor in modern authoritarian trends*. Such trends and the historical processes leading to them, as well as the manner in which societies confront these crises, will depend on a series of other conditions studied at medium-range level, in terms of epoch, time, and sociocultural specificity, that is, within given sociohistorical contexts. [. . .] Authoritarian “solutions” are possible, and under certain conditions probable, in any of the crisis generated by structural tensions inherent in modern society. Their outcome will depend upon the medium and short-range causal and conditioning factors (Idem, 1978, pp. 7-8, *itálicos no original*).

Mais uma vez, estamos diante do mesmo procedimento, recorrente nos textos de Germani: por um lado, uma formulação de caráter generalizante; por outro, sua desautorização no plano histórico concreto, tornando o raciocínio radicalmente contingente. É nessa *forma* de teorização, que se recusa a impor à matéria social uma “abstração” que elimine as suas asperezas, mesmo as menores, que podemos sugerir uma mediação com a experiência argentina. Uma *forma* de teorização que se agarra a todos os elementos possíveis na produção de sentido histórico, precisamente porque a experiência social que lhe dá suporte repõe continuamente enigmas e paradoxos.²

O construto de Florestan Fernandes, “capitalismo dependente”, como já dito acima, possui um vigor muito maior no plano das generalizações que o “esquema de etapas” de Germani. O mesmo pode ser dito, também, se o compararmos com as formulações de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em *Dependencia y desarrollo en América Latina* (1969), de quem

2 Dada a opacidade histórica criada pela violência do *Proceso*, as tentativas mais consistentes de dar um *sentido* à experiência argentina dessa época vieram da literatura. Mesmo assim, em muitas das obras do período há mais indagação que clareza. Sarlo (2007, p. 335) nos remete à seguinte afirmação presente no romance *Hay cenizas en el viento* (1982), de Carlos Dámaso Martínez: “Sarmiento creía que [la Argentina] era un enigma que podía desvelarse. Si hubiera vivido lo que yo he vivido, hubiera escrito otro *Facundo*. O no hubiera escrito nada”.

278 | Considerações finais

explicitamente Fernandes reconhece seu débito intelectual. Quando Cardoso diz que não pretendeu fazer uma *teoria* da dependência, mas uma análise concreta de *situações* de dependência (Cardoso, 1977, pp. 123-9), ele não estava apenas construindo uma figura de retórica. De fato, em contraste com o seu ex-aluno, Fernandes articulou uma teoria não da dependência, mas do “*capitalismo dependente*”, o que pressupunha um nível maior de “abstração” em relação às configurações empíricas mais contingentes. É certo que, a todo momento, e em especial em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), Fernandes analisou intensamente a sociedade brasileira em todos os seus detalhes históricos, desde a Colônia até os efeitos do fechamento político de 1964. No entanto, ao tomar o Brasil como um “tipo extremo” do “capitalismo dependente”, Fernandes pôde, no mesmo passo, articular esse envolvimento intensivo com um caso específico, mas dotado de virtudes heurísticas, com a sua generalização para os demais casos de “capitalismo dependente”.

Portanto, estamos diante de um procedimento diverso do adotado por Germani. Este último incorporou as contingências históricas no plano explicativo como uma forma de *limite às generalizações*. Já Fernandes adensou historicamente a sua análise como um meio de *potenciar as generalizações*, já que o que o Brasil possuía de mais específico era, ao mesmo tempo, “típico”. Acredito que as vantagens oferecidas pelo construto “capitalismo dependente” no plano explicativo *vis-à-vis* o “esquema de etapas” de Germani não se restrinjam a simples traços idiossincráticos dos autores ou de suas formas de praticar a sociologia. Podemos dizer que foi a própria matéria brasileira, dotada de maior clareza histórica que a matéria argentina,³ que lhe garantiu um suporte cognitivo para uma “abstração” mais decidida,

3 Em recente ensaio sobre o tema, Vicente Palermo (2009) contrastou a “clareza” da história brasileira ante os movimentos “espasmódicos” da sociedade argentina na seguinte chave: o Brasil teria logrado a sua continuidade histórica por via institucional — isto é, via Estado —, mas com alta dose de exclusão política; a Argentina, por sua vez, teria sido muito mais inclusiva, em termos políticos, mas a dinamização da sociedade teria tornado os seus arranjos institucionais sempre precários, com a consequente descontinuidade histórica. Não se trata aqui, é claro, de concordar com as hipóteses de Palermo — a própria posição sustentada por Florestan Fernandes a desautoriza —, mas apenas de ressaltar a maior “clareza” da matéria brasileira *vis-à-vis* a “opacidade” da matéria argentina, problema que até hoje persegue a intelectualidade desse país.

embora não haja, evidentemente, nenhum “automatismo” nessa passagem — muito pelo contrário, acompanhamos até aqui o quanto custou a Fernandes a maturação “final” desse procedimento. *Clareza* que não implica, vale lembrar, *linearidade*: em diversas ocasiões, Fernandes chamou a atenção para a marcha ziguezagueante imposta pelo “capitalismo dependente”. No entanto, a despeito dessa trajetória labiríntica, ele pôde detectar uma certa linha de continuidade: o caráter “autocrático” da transformação capitalista. O par “capitalismo dependente”/“autocracia burguesa” daria conta de um processo de longa duração que envolveria, por um lado, a dinamização interna da “sociedade de classes” na sociedade brasileira — sempre articulada, porém, a dinamismos externos — e, por outro, a reiteração de seu sentido “autocrático”, isto é, de sua orientação exclusivista e privatista, avessa à democratização da riqueza, do prestígio e do poder político. Dito de outro modo, o par “capitalismo dependente”/“autocracia burguesa” exprimiria um tipo de desenvolvimento capaz de bloquear estruturalmente não a mudança social, mas a universalização da “ordem social competitiva”, despiando inteiramente a “sociedade de classes” de suas promessas emancipatórias. Esse seria o aspecto, por assim dizer, mais “generalizável” da experiência brasileira. Ainda que o espectro do “autoritarismo” sempre rondasse de perto a sociedade argentina, como bem havia notado Germani, o caráter mais “inclusivo” dessa experiência social — que a certa altura de sua história parecia ter cumprido efetivamente a maioria das prerrogativas “modernas” — não daria guarida a generalizações desse tipo.

Essa linha de continuidade foi divisada por Fernandes, de maneira “plástica”, através da noção de “circuito fechado”, que remeteria à persistência da “autocracia burguesa” como um princípio ordenador mais geral do curso histórico. Cabe lembrar que, como já salientou noutra ocasião Gabriel Cohn (2001, p. 404), “autocracia” é uma forma de exercício do poder, não um tipo de organização institucional. Daí que seria possível haver continuidade desse princípio “autocrático” mesmo em regimes políticos à primeira vista democráticos — as análises de Fernandes do período “populista” como “autocracia burguesa dissimulada” são exemplares a esse respeito (Fernandes, 2007, p. 395). Noutros termos, nem as aparentes viravoltas da história, ou os “curtos momentos de *circuito aberto*” (Idem, 1976, p. 5), cancelariam aquele *sentido geral* dado pelo par “capitalismo dependente”/“autocracia

280 | Considerações finais

burguesa”. Assim, diferentemente do procedimento adotado por Germani, o construto de Fernandes poderia suportar melhor as contingências, as variações empíricas presentes nos casos concretos, garantindo uma instância de generalização mais vigorosa.

Faz algum sentido, no entanto, opor certo “formalismo” por parte de Florestan Fernandes ante uma maior abertura de Gino Germani à dimensão empírica concreta? Não creio que seja exatamente o caso, pois se é verdade que ele pretende generalizar *a partir do Brasil* para a periferia do capitalismo como um todo, o que garantiria essa virtude heurística ao caso brasileiro — um “caso estratégico”, diria o autor — não seria sua “homogeneidade”, mas justamente a sua “heterogeneidade” estrutural e dinâmica máxima. Fernandes assinala que, se os atributos do tipo “capitalismo dependente” “aparecem com maior intensidade, precocidade e luminosidade” (Idem, 1975, p. 49) na sociedade brasileira, isso não seria decorrência, necessariamente, de uma maior “modernização” em relação aos demais países situados na mesma constelação histórica. O próprio autor reconhece que, no conjunto dos países conformados pelo “capitalismo dependente”, haveria outras experiências mais consistentemente “modernas”, embora menos explicativas de sua dinâmica:

Outros países latino-americanos possuem índices mais expressivos de desenvolvimento econômico (como, por exemplo, maior renda *per capita*; mercado interno mais diferenciado, com níveis de consumo mais altos, refinados e difundidos; maior consistência de padrões econômicos competitivos, etc.). No entanto, esses caracteres podem ser ilusórios, por resultarem de uma fonte de excedente econômico que não concorre, concentradamente, para um desenvolvimento capitalista integrado (como sucede com a Venezuela, graças ao petróleo); por se vincularem a uma expansão do setor urbano (com transferência de renda e forte incremento do consumo) exagerada para as possibilidades do capitalismo dependente (como ocorre com a Argentina); ou por exprimirem o próprio estancamento prematuro das potencialidades de crescimento inerentes ao capitalismo dependente (como parece acontecer com o Chile) (Idem, 1975, p. 49).

Nesse registro, se os caracteres do “capitalismo dependente” aparecem com “incomparável nitidez” (Ibidem) na sociedade brasileira, isso seria consequência da combinação simultânea dos elementos *mais “modernos” e mais “arcaicos”* no âmbito de sua estrutura social. Como vimos no sexto capítulo, a análise sociológica dessa combinação de elementos heteróclitos não poderia, para Fernandes, conduzir à abstração da dimensão histórica, ou à sua caracterização como um “sistema” de elementos internamente interligados, sob pena de redução do poder explicativo. Afinal, a introdução do construto “capitalismo dependente” visava precisamente a *adensar historicamente* a análise, pois somente desse modo seria possível explicar o porquê do caráter constitutivo, e não residual, do “*antigo regime*” continuamente reposto nas estruturas e relações sociais. Em suma, não obstante essa tentativa poderosa de “*abstração*” ensaiada por Florestan Fernandes — talvez a mais audaciosa no âmbito da sociologia praticada na América Latina —, a matéria social com a qual lidou desautorizava o descarte, sem mais, dos seus aspectos mais contingentes.

Voltando a Talcott Parsons como nosso caso de controle, podemos agora delinear melhor, no plano mais geral da teorização sociológica, o contraste entre as produções feitas no centro e na periferia. Vimos que, ao longo do processo de “aclimatação” da “sociologia da modernização”, tanto Gino Germani quanto Florestan Fernandes tiveram de incorporar, ainda que de diferentes maneiras, as *contingências históricas* no andamento da análise. Nesse sentido, eles tiraram das sombras aquilo que era o principal “ponto cego” daquela vertente intelectual. Em contraste, Parsons, ao elaborar sua narrativa “cibernético-evolucionária”, incorporou a dimensão histórica porém *esvaziando* ou “*naturalizando*” os seus aspectos mais contingentes, o que certamente lhe permitiu aplinar muito mais as asperezas de sua complexa matéria social — no limite, todo o desenvolvimento ocidental. Esta maior “liberdade” de Parsons, ou melhor, esta possibilidade de deduzir a marcha do mundo a partir de esquemas formais, como o esquema AGIL, — numa palavra, o seu “formalismo”, aspecto mencionado em quase toda a sua fortuna crítica — pode ser encarado agora a partir de outra perspectiva, à luz dos resultados encontrados aqui. O “formalismo” de Parsons pode ser visto como uma espécie de retradução, no plano interno da teorização sociológica, de uma experiência “clássica” de revolução burguesa.

282 | Considerações finais

O mesmo princípio que organiza essa experiência social também organiza a teorização parsoniana: uma modernidade avassaladora, “consumidora” dos elementos “arcaicos” (que se tornam residuais), capaz de se expandir continuamente até redesenhar a totalidade do sistema social. Daí a sua capacidade de “abstração” quase sem limites — o “sistema da sociedade modernas” tinha como ponto de fuga, vale lembrar, a modernização integral da sociedade mundial —, ou de gerar “formalizações” potentes o bastante a ponto de aparar todas as arestas históricas encontradas pelo caminho.⁴

Nos casos de Gino Germani e Florestan Fernandes, vimos que as suas tentativas de “abstração” — fracas ou fortes — sempre vieram acompanhadas de considerações históricas mais específicas que roubavam a potência da própria generalização. Esta espécie de “timidez formal”⁵ pode ser requalificada, caso busquemos igualmente suas relações com a matéria social. É que, em experiências “não clássicas” de revolução burguesa, o travejamento distinto da sociedade moderna emergente, que impõe logo de saída a refuncionalização do legado colonial, não autoriza o cancelamento da história. O “moderno” não se diferencia inteiramente dos elementos “arcaicos”, mas combina-se estruturalmente a eles — *e esta experiência social se traduz ao nível interno da teorização sociológica pressionando por visadas mais sensíveis à dimensão histórica contingente*. É claro que a tradução dessa matriz prática em esquemas sociológicos não se dá diretamente, sem confrontos e mediações com as experiências históricas específicas, conforme assinalamos para os casos de Germani e Fernandes. Mas é essa

4 Há inúmeros trabalhos que tematizam as dificuldades de uma “sociologia histórica” nos Estados Unidos (Calhoun, 1996; Steinmetz, 2010). Nesse sentido, minha leitura a contrapelo da produção de Talcott Parsons pode ser útil no avanço da questão.

5 Tomei de empréstimo de Rodrigo Naves (1996, 2007) esta noção de “timidez” formal, que ele usa em sua análise das artes plásticas no Brasil. Que o mesmo problema se apresente em outro campo da produção cultural — neste caso, a pintura — é revelador de um problema mais amplo, que tem a ver com as dificuldades de ordenação intelectual de experiências históricas periféricas. No argumento de Naves, é possível ver no andamento dos principais artistas brasileiros a passagem de uma “dificuldade de forma” para uma “forma difícil”, isto é, uma forma com pouca potência ordenadora, incapaz de submeter os materiais à vontade violenta do criador. Para Naves, isso seria particularmente visível nas estruturas em ferro de Amílcar de Castro e nas telas em têmpera de Alfredo Volpi, que conseguem estilizar o desgaste do tempo (isto é, uma certa densidade histórica), realizando uma espécie de “construtivismo às avessas”.

matriz prática — ou essas matrizes, para sermos mais exatos — que, nos dois casos, empurrou a teorização para a incorporação das componentes históricas como princípio explicativo. Os dois autores haviam partido de uma perspectiva “estrutural-funcional” da mudança social; os dois terminaram praticando, ao final de um longo processo de “aclimação”, variações de uma sociologia historicamente orientada. A compreensão dessa transformação foi o objetivo principal deste trabalho.

Esses dois processos de “aclimação” que reconstituímos aqui, em larga medida exitosos, podem dizer alguma coisa para o cenário contemporânea da teoria sociológica? Imagino que sim, pois o problema das complicadas relações entre condição periférica e vida intelectual não é um dado conjuntural, mas *estrutural*, permanecendo de pé, talvez de forma mais grave ainda.⁶ Já muito se escreveu sobre as dificuldades de “aplicação” das formulações de Jürgen Habermas ao Brasil (Souza, 1998) ou sobre a necessidade de readequação da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann aos contextos periféricos (Neves, 2006, pp. 236-58; Galindo, 2007), ou mesmo para os equívocos da aplicação sem mediações da teoria dos “campos” de Pierre Bourdieu (Bastos & Botelho, 2010). Isso para ficarmos apenas em alguns exemplos. Mal-estar inescapável, no entanto, já que as sociologias brasileira e argentina não podem virar as costas para os avanços mais recentes em seu campo disciplinar.

Creio que o caso de Niklas Luhmann é o mais significativo, porque, à primeira vista, ele *tensiona* as formulações de Talcott Parsons num sentido convergente aos autores aqui analisados: no lugar da linearidade dos

6 De acordo com José de Souza Martins, a descontinuidade na reflexão imposta pelas cassações na ditadura teria tornado a sociologia brasileira contemporânea ainda mais sujeita aos “influxos externos”. Nos seus termos: “Acho que houve uma «brazilianização» da Sociologia brasileira. Isso tem pouco a ver com os chamados «brazilianists» e muito a ver com a mentalidade, de certo modo colonizada, de pesquisadores brasileiros que, no período mais recente, reduzem a interpretação do Brasil a parâmetros que este ou aquele grande sociólogo desenvolveu para compreender sua própria sociedade” (Martins, 2006, p. 138). Creio que considerações semelhantes também poderiam ser feitas para o caso argentino, no qual a ruptura representada pela ditadura militar foi ainda mais intensa (Liedke Filho, 1991; Trindade et al., 2007).

284 | Considerações finais

processos “evolutivos”, teríamos diferenciações funcionais contingentes, improváveis, radicalmente descentradas em relação a uma instância última de “controle” — como era o caso do sistema cultural, no esquema parsoniano. Em vez de uma “teleologia da forma” (Domingues, 2001, p. 92), teríamos o paradoxo da diferenciação de sistemas e da evolução da sociedade, tornando o resultado desta última imprevisível (Luhmann, 1990). Até mesmo a situação brasileira de exclusão social nas *favelas* chegou a ter ressonância em seus argumentos, através da teorização do metacódigo “inclusão-exclusão” (Idem, 1998, pp. 167-95). No entanto, a introdução de tamanhas contingências na operação da vida social — inclusive o elemento mais básico dos sistemas sociais, a comunicação, seria altamente improvável, numa radicalização da “dupla contingência” parsoniana (Idem, 1995, p. cap. 3) — não eliminou, mas reforçou a pouca sensibilidade às contingências *históricas*.⁷ Em trabalho recente, João Paulo Bachur sugeriu que as dificuldades de Luhmann, neste particular, prendem-se à prioridade explicativa que ele confere à autopoiese sistêmica e à tese do primado da diferenciação funcional *vis-à-vis* os “acoplamentos estruturais” entre sistemas. Ao enfatizar a radical autonomia de cada sistema (direito, intimidade, educação, política, arte, etc.) no processamento de suas operações internas, condição para a própria contingência mais ampla da vida social, porquanto não haveria nenhum tipo de “supersistema” capaz de coordená-la a partir de um centro, o pressuposto da linearidade histórica acabaria entrando pela porta dos fundos da teoria. Nos termos de Bachur,

[. . .] a ciência não suprime a educação, a política não cumpre o papel do direito, a economia não pode se converter em arte, a política não se substitui à economia, etc. — o que está em estrita consonância com a tese do primado funcional, pois todos os sistemas parciais da sociedade desempenham suas funções em caráter monopolista, ou seja, de forma insubstituível. Mas, e este é o ponto fundamental, para assegurar o fechamento operacional dos inúmeros sistemas sociais recorren-

7 De acordo com José Mauricio Domingues, estaria seria uma nota comum da sociologia alemã contemporânea, marcada por um evolucionismo que, à exceção de Peter Wagner e Hans Joas, enxerga a “modernidade como um porto seguro, ainda que por vezes difícil, da história humana” (Domingues, 1998, p. 174).

do-se unicamente à categoria de autopoiese, seria indispensável pressupor certa *equanimidade evolutiva* entre eles, ou seja, seria preciso aceitar que os sistemas se diferenciaram mais ou menos com a mesma intensidade, mais ou menos no mesmo ritmo (Bachur, 2010, p. 144).

A “solução” aventada por Bachur a fim de tornar a sociologia luhmanniana mais sensível às dimensões contingentes da diferenciação funcional é a seguinte: “na sociedade funcionalmente diferenciada, as relações intersistêmicas são caracterizadas por assimetrias historicamente saturadas” (Idem, 2010, p. 155). Não nos cabe aqui uma avaliação da pertinência ou não dessa proposta do autor, até porque os seus objetivos são muito diferentes dos nossos neste trabalho.⁸ Mas é curioso notar o incrível “ar de família” que existe, por exemplo, entre a noção de “assimetrias historicamente saturadas” e a noção germaniana de “assincronia” desenvolvida na década de 1950. Assim, à luz dos produtos gerados por Gino Germani e Florestan Fernandes em suas “aclimações” da “sociologia da modernização” norte-americana em fins da década de 1960, poderíamos ganhar uma nova perspectiva para a igualmente necessária e inescapável “aclimação” de teorizações como as de Niklas Luhmann, ou de qualquer outro sociólogo contemporâneo situado em contextos dotados de outros pressupostos sociais.

O mesmo poderia ser dito em relação às mais recentes propostas de teorização sociológica feita no Brasil — me eximo, neste particular, a fazer considerações para o cenário argentino — que, com ou sem referências explícitas aos autores aqui tratados, e de maneiras muito diferentes, igualmente fincam pé nas *contingências históricas* como princípio explicativo fundamental. Os trabalhos de Elisa Reis (cf. esp. 1998) recorrem ao acervo disponibilizado pela sociologia histórica norte-americana que, sobretudo a partir de Barrington Moore, Reinhard Bendix e Theda Skocpol, igualmente questionou os pressupostos de linearidade histórica presentes na

8 A proposta de João Paulo Bachur não tem a ver com o problema de “aclimação” da sociologia de Niklas Luhmann para os casos de modernização periférica — como parece ser o caso do trabalho de Marcelo Neves (2006), ao introduzir termos como *alopoiese*, *sobreintegração* e *subintegração* — mas sim o de seu tensionamento conceitual interno à luz das questões colocadas por Karl Marx. Daí a necessidade do autor de encontrar um ponto de apoio, internamente à proposta luhmanniana, para a consideração da dinâmica histórica concreta.

“sociologia da modernização”. José Mauricio Domingues, reivindicando mais recentemente justamente “a poderosa tradição sociológica representada por autores tais como Gino Germani e Florestan Fernandes” (Domingues, 2009, p. 12), igualmente colocou a questão da *contingência histórica* como central em sua conceituação dos “giros modernizadores” (Idem, 2009; 2011). Outros exemplos poderiam ser lembrados.

Nesse sentido, e para além de suas contribuições mais substantivas — que são muitas, e já salientadas em várias ocasiões⁹ —, os resultados apresentados por Gino Germani e Florestan Fernandes ao longo do trabalho de “aclimação” que aqui reconstituímos podem ser úteis no adensamento de perspectivas, problemas e questões levantadas na tarefa contemporânea de se construir uma teoria sociológica a partir da periferia, mas de alcance universal. Se conforme já alertara Reinhard Bendix (1996, p. 36), “os *insights* obtidos no passado não devem ser descartados levianamente”, essa advertência se faz ainda mais urgente se levarmos em consideração a seguinte constatação de Roberto Schwarz:

Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual no Brasil [e na América Latina, poderíamos acrescentar] parece recomeçar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a consequente descontinuidade da reflexão (Schwarz, 2001, p. 110).

9 Elide Rugai Bastos (2002) chamou a atenção para a existência de certas linhas de continuidade entre algumas produções recentes e as orientações temáticas e metodológicas legadas pela sociologia de Florestan Fernandes. No mesmo sentido, a publicação coletiva da Clacso sobre Gino Germani, organizada por Carolina Mera & Julián Rebón (2010), mostrou a crescente capacidade de interpelação contemporânea das abordagens de Germani a respeito de temas cruciais da sociedade argentina.

Referências

Publicações de Florestan Fernandes

“Resenha de *A aculturação dos alemães no Brasil*, de Emilio Willems”. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano XV, vol. CXXII, 1949.

“A aculturação dos sírios e libaneses em São Paulo”. *Revista Etapas*, São Paulo, ano I, n.º 11, 1956.

“Projeto n.º CBPE-78/59 – DEPS 17/59-A-XI do programa de estudos sobre os processos de industrialização e de urbanização no Brasil e seus efeitos sobre a educação”, Rio de Janeiro, CBPE, 1959. Disponível no “Fundo Florestan Fernandes” da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1960.

Educação e sociedade no Brasil. São Paulo: Dôminus, 1966.

Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Nacional, 1967 [1959].

“O Brasil e o mundo árabe”. *Revista Etapas*, São Paulo, ano XII, n.º 131, 1967.

Ensaio de sociologia geral e aplicada. São Paulo: Pioneira, 1971.

Elementos de sociologia teórica. São Paulo: Nacional, 1974, 2.ª ed.

A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, 2.ª ed.

Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Difel, 1979, 3.ª ed. revista.

Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1968].

A condição de sociólogo. São Paulo, Hucitec, 1978.

A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980 [1977].

Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, 3.ª ed. [1973].

“Esboço de trajetória”. *BIB*, Rio de Janeiro, n.º 40, 1995.

A revolução burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Global, 2007 [1972].

Brancos e negros em São Paulo (com Roger Bastide). São Paulo: Global, 2008a [1955].

288 | Referências

A integração do negro na sociedade de classes (1.º vol.). São Paulo: Globo, 2008b [1964].

A integração do negro na sociedade de classes (2.º vol.). São Paulo: Globo, 2008c [1964].

Publicações de Gino Germani

“La clase media en la Ciudad de Buenos Aires: estudio preliminar”. *Boletín del Instituto de Sociología*, vol. I, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 1942.

“Los censos y la investigación social”. *Boletín del Instituto de Sociología*, vol. II, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 1943.

“La sociografía de la clase media en la Ciudad de Buenos Aires estudiadas a través del empleo de las horas libres”. *Boletín del Instituto de Sociología*, vol. III, Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires, 1944.

“Repercusiones sociales de los cambios económicos en la Argentina: 1940-1950”. *Cursos y conferencias*. Colegio Libre de Estudios Superiores, marzo, 1952.

“La asimilación de los inmigrantes en la Argentina y el fenómeno del regreso en la inmigración reciente”. FFyL-UBA, publicación interna n° 14, 1959.

“Secularización y desarrollo económico”. In: COSTA PINTO, L. A. (org.). *Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960.

Política e massa: estudo sobre a integração das massas na vida política dos países em desenvolvimento. Belo Horizonte: Fac. Direito/UFGM, 1960.

“Algunas condiciones para el desarrollo de la investigación en la América Latina”. Anales del VI Congreso Latinoamericano de Sociología, Caracas, Asociación Venezolana de Sociología, 1961.

Encuestas en la ciudad de Buenos Aires (vol. 1). Buenos Aires: Instituto de Sociología, FFyL-UBA (Colección Datos), 1962a.

“Investigación sobre los efectos sociales de la urbanización en un área obrera del Gran Buenos Aires”. In: HAUSER. *La urbanización en América Latina*. Unesco, 1962b.

“Clases populares y democracia representativa en América Latina”. *Desarrollo Económico*, vol. 2, n.º 2, 1962c.

La sociología científica: apuntes para su fundamentación. México DF: Unam, 1962c, 2.ª ed.

“La movilidad social en la Argentina”. In: BENDIX, R & LIPSET, S. *La movilidad social en la sociedad industrial*. Buenos Aires, Eudeba (apéndice II), 1963a.

“Los procesos de movilización e integración y el cambio social”. *Desarrollo Económico*, n.º 3, vol. 3, 1963b.

“Antisemitismo ideológico y antisemitismo tradicional”. *Comentario*, n.º 34, Buenos Aires, 1963c.

La sociología en la América Latina. Buenos Aires: Eudeba, 1964.

Política y sociedad en una época de transición social. Buenos Aires: Paidós, 1965a [1962].

- “Hacia una democracia de masas”. In: DI TELLA et al. *Argentina, sociedad de masas*. Buenos Aires: Eudeba, 1965b.
- “Comparative sample surveys: the situation in America Latina”. In: International Social Science Council. *Round Table on Comparative research* (Paris). Archivo Gino Germani, Instituto Gino Germani, UBA-Buenos Aires), 1965c.
- Estudios sobre sociología y psicología social*. Buenos Aires: Paidós, 1966.
- La sociología de la modernización*. Buenos Aires: Paidós, 1969.
- “Mass immigration and modernization in Argentina”. In: HOROWITZ, I. L. *Masses in Latin America*. Nova York: Oxford University Press, 1970.
- El concepto de marginalidad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- Authoritarianism, fascism and national populism*. Nova Jersey: Transaction Books, 1978.
- The sociology of modernization*. Nova Jersey: Transaction Books, 1981.
- Estructura social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1987 [1955].
- Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología* (Alejandro Blanco, comp.). Bernal (Bs. As.): Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

Referências gerais

- ADORNO, T. *Prismas: la crítica de la cultura y la sociedad*. Madri: Nacional, 2002.
- . *Minima moralia: reflexões a partir da vida lesada*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.
- . *Consignas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- ALEXANDER, J. “Revolution, Reaction, and Reform: The Change Theory of Parsons’s Middle Period”. *Sociological Inquiry*, vol. 51, Issue 3, July 1981, pp. 267-280.
- . *Theoretical logic in sociology* (vol. 4): *the modern reconstruction of classical thought: Talcott Parsons*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1984.
- . *Twenty lectures*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- . “Modern, anti, post and neo”. *New Left Review*, n.º 210, March/April, 1995.
- ALTAMIRANO, C. *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires: Temas, 2001.
- . *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- . *Bajo el signo de las masas*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- AMARAL, S. “El líder y las masas: fascismo y peronismo en Gino Germani”. Buenos Aires: Universidad del Cema, Documento de Trabajo n.º 371, 2008.
- . “Del fascismo al movimiento nacional-popular: el peronismo y el intercambio Germani-Lipset, 1956-1961”. Buenos Aires: Universidad del Cema, Documento de Trabajo n.º 402, 2009.
- ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- . *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- ARRUDA, M. A. N. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

- ARRUDA, M. A. N. "Florestan Fernandes: vocação científica e compromisso de vida". In: BOTELHO, A. & SCHWARCZ, L. (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- . "A sociologia de Florestan Fernandes". *Tempo Social*, vol. 22, n.º 1, São Paulo, junho, 2010.
- BACHUR, J. P. *Às portas do labirinto*. Rio de Janeiro: Azougue, 2010.
- BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BASTOS, E. R. "Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional". In: FALEIROS, M. I. L. & CRESPO, R. A (orgs.). *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Unesp, 1996.
- . "A questão racial e a revolução burguesa". In: D'INCAO, M. A. (org.). *O Saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.
- . "Um debate sobre a questão do negro no Brasil". *São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n.º 2, 1988.
- . "Pensamento social da escola sociológica paulista". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Ed. Sumaré-Anpocs, 2002.
- . "Atualidade do pensamento social brasileiro". *Sociedade e Estado*, vol. 26, n.º 2, Brasília, mai.-ago. 2011.
- BASTOS, E. & BOTELHO, A. "Para uma sociologia dos intelectuais". *Dados*, vol. 53, n.º 4, Rio de Janeiro, 2010.
- BEIGEL, F. (dir.). *Autonomía y dependencia académica*. Buenos Aires: Biblos, 2010.
- BELL, D. (org.). *The new American right*. Nova York: Criterion Books, 1955.
- BENDIX, R. "Tradition and Modernity Reconsidered". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 9, n.º 3, Apr., 1967, pp. 292-346.
- . *La razón fortificada*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- . *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BENDIX, J. & COLLINS, R. "Comparison in the Work of Reinhard Bendix". *Sociological Theory*, vol. 16, n.º 3, Nov., 1998, pp. 298-301.
- BLANCO, A. "Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani". *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, vol. XXI, n.º 63, 2003.
- . "La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos". *Sociologías*, n.º 14, 2005.
- . *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.
- . "Ciências sociais no cone sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965)". *Tempo Social*, vol. 19, n.º 1, 2007.
- . "José Luis Romero y Gino Germani: la inmigración masiva y el proyecto de una comprensión histórico-sociológica de la Argentina moderna" (cópia impressa), 2009.
- . "Karl Mannheim en la formación de la sociología moderna en América Latina". *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, vol. XXVII, n.º 80, 2009.
- BLANCO, A. & JACKSON, L. C. "A sociologia no Brasil e na Argentina: alguns pontos de comparação. 2008". Paper apresentado no 32.º Encontro da Anpocs, Caxambu, MG, 2008.

- BOLLO, H. *El nacimiento de la sociología empírica en la Argentina: el Instituto de Sociología, Facultad de Filosofía y Letras (UBA), 1940-54*. Buenos Aires: Dunker, 1999.
- BOTELHO, A. "Uma sociedade em movimento e sua inteligentsia". In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R. & VILLAS BÔAS, G. *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- . "Sequências de uma sociologia política brasileira". *Dados*, vol. 50, n.º 1, Rio de Janeiro, 2007.
- CALHOUN, C. "The rise and domestication of historical sociology". In: McDONALD, T. *The historic turn in the human sciences*. The University of Michigan Press, 1996.
- CALHOUN, C. & VANANTWERPEN, J. "Orthodoxy, heterodoxy, and hierarchy: «mainstream» sociology and its challengers". In: CALHOUN, C. (ed.). *Sociology in America: a history*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- CANDIDO, A. *O discurso e a cidade*. São Paulo; Rio de Janeiro: Duas Cidades-Ouro sobre Azul, 2004, 3.ª ed.
- . *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 10.ª ed.
- CANTON, D. *De la misma llama: Berkeley (1960-1963)*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2004.
- CANTON et al. "Carta al Director: el 'Proyecto Camelot'". *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 1, n.º 2, 1965.
- CARDOSO, F. H.; MOREIRA, R. J. & IANNI, O. "O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional". II Reunião Brasileira de Antropologia (Salvador), 1957.
- . *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel, 1977, 3.ª ed.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004 [1969], 8.ª ed.
- CARDOSO, F. H. & WEFFORT, F. "Ciencia y conciencia social". In: FRASSINETTI, A. M. & MORALES, G. B. (orgs.). *Las ciencias sociales en América Latina*. México DF: Unam, 1979.
- COHN, G. "Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes". *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. II, n.º 2, 1966.
- . "Padrões e dilemas". In: MORAES, R. et al. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- . "O ecletismo bem temperado". In: D'INCAO, M. A. (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Unesp, 1987.
- . "Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia". *Estudos Avançados*, vol. 19, n.º 55, São Paulo, set.-dez. 2005.
- . "A integração do negro na sociedade de classes". In: MOTA, L. D. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Ed. Senac, 2002, 2.ª ed.
- CONNELL, R. "The Political Geography of General Social Theory". *Theory and Society*, vol. 35, n.º 2, 2006.

292 | Referências

- CONNELL, R. "The Northern Theory of Globalization". *Sociological Theory*, vol. 25, n.º 4, 2007.
- COSTA PINTO, L. A. "Informe sobre el desarrollo de la investigación acerca de la estratificación y movilidad social en cuatro capitales de América Latina". FFyL-UBA, Publicación interna n.º 2, 1959.
- . (org.). *Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: CLAPCS, 1960.
- . "Jornadas Argentinas y Latinoamericanas de Sociología". *Boletín de la Asociación Sociológica Argentina*, Buenos Aires, n.º 2, julio, 1962.
- . *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- . *La sociología del cambio y el cambio de la sociología*. Buenos Aires: Eudeba, 1972 [1963].
- COSTA PINTO, L. A.; GERMANI, G. & ACCIOLY BORGES, T. P. "Bases para la investigación comparativa de la estratificación social y movilidad en cuatro capitales latinoamericanas (Buenos Aires, Montevideo, Río de Janeiro y Santiago)". *Trabajos e investigaciones del Instituto de Sociología*, Publicación Interna n.º 2, Universidad de Buenos Aires, FFyL-Departamento de Sociología, 1959.
- DE ÍPOLA, E. "Ruptura y continuidad: claves parciales para un balance de las interpretaciones del peronismo". *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, vol. 29, n.º 115, 1989.
- DE KADT, E. R. "Reviewed work(s): *Becoming Modern*". *The British Journal of Sociology*, vol. 26, n.º 4, dec., 1975, pp. 502-3.
- DE VRIES, Ê. & ECHAVARRÍA, J. M. *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina*. Unesco, 1962.
- DEVOTO, F. "Del crisol al pluralismo: treinta años de estudios sobre las migraciones europeas a la Argentina". DTS 118, Centro de Investigaciones Social del Instituto Torcuato Di Tella, 1992.
- DI TELLA, T. & HALPERÍN DONGHI, T. *Los fragmentos del poder*. Buenos Aires: Álvarez, 1969.
- DOMINGUES, J. M. "A teoria sociológica alemã contemporânea: evolução, criatividade e modernidade". In: WAIZBORT, L. (org.). *A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- . *Criatividade social, subjetividade coletiva e modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- . *A sociologia de Talcott Parsons*. Niterói: Ed. UFF, 2001.
- . *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- . *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- . *América Latina e a modernidade contemporânea*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- . *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- DRAKE, P. & HILBINK, L. "Latin American Studies: theory and practice". Disponível no *Global, area & international archive* (University of Califor-

- nia), 2003. <<http://www.escholarship.org/uc/item/0tp5r5m8>> (acesso em setembro de 2010).
- DROUARD, A. “Le développement des sciences sociales en France de 1945 à 1968”. *Revue française de sociologie*, vol. XXIII, n.º 1, 1982.
- FAUSTO, B. & DEVOTO, F. *Brasil e Argentina: ensaio de história comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FIORUCCI, F. *Intelectuales y peronismo: 1945–1955*. Buenos Aires: Biblos, 2011.
- FOX, B. “The emerging international sociology”. In: HOROWITZ, I. L. (ed.). *The new sociology*. Oxford Univ. Press, 1965.
- FRANCO, M. S. C. *O moderno e suas diferenças*. Livre-Docência. São Paulo: FFLCH/USP, 1970.
- . *Sobre o conceito de tradição*. *Cadernos Ceru*, n.º 05, 1972.
- . “As ideias estão no lugar”. *Cadernos de Debate*, n.º 1, São Paulo, 1976.
- . “Organização social do trabalho no período colonial”. *Revista Discurso*, n.º 8, 1979.
- GALINDO, J. G. “La teoría sistémica de la sociedad de Niklas Luhmann: alcance y límites”. In: LUHMANN, N. *La sociedad de la sociedad*. México DF: Herder, 2007.
- GALTUNG, J. “Los factores socioculturales y el desarrollo de la sociología en América Latina”. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 1, n.º 1, 1965.
- . *Teoría y métodos de la investigación social*. Buenos Aires: Eudeba, 1966.
- GARCIA, S. G. *A sociologia como ciência: liberalismo e radicalismo no período de formação de Florestan Fernandes (1941–1953)*. Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- GERMANI, A. A. *Gino Germani: del antifascismo a la sociología*. Buenos Aires: Taurus, 2004.
- GENDZIER, I. L. “Reviewed work(s): *Becoming Modern*”. *Theory and Society*, vol. 8, n.º 1, Jul., 1979, pp. 139–155.
- GERHARDT, U. *Talcott Parsons: an intellectual biography*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2002.
- GIBAJA, R. *El público de arte: encuesta en el Museo Nacional de Bellas Artes*. Buenos Aires: Eudeba, Instituto Torcuato Di Tella, 1964.
- . “Actitudes hacia la familia entre obreros industriales argentinos”. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. III, noviembre 1967, n.º 3.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, 2.ª ed.
- GILMAN, N. *Mandarins of the future: modernization theory in cold war America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.
- GIUNTA, A. *Vanguardia, internacionalismo y política: arte argentino en los años sesenta*. Buenos Aires: Paidós, 2001.
- GRACIARENA, J. *Poder y clases sociales en el desarrollo de América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
- GRACIARENA, J. & SAUTU, R. 1961. “La investigación de estratificación y movilidad social en el Gran Buenos Aires”. *Boletim do Clapcs*, n.º 4.
- GURVITCH, G. *La sociologie au XX^e siècle: Les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.

- GUSFIELD, J. R. "Reviewed work(s): *Becoming Modern: Individual Changes in Six Developing Countries*". *The American Journal of Sociology*, vol. 82, n.º 2, Sep., 1976, pp. 443-8.
- HERRERA, E. R. "Cinco revistas de sociología: un estudio comparativo". *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1970 (vol. VI).
- HALPERÍN DONGHI, T. "Algunas observaciones sobre Germani, el surgimiento del peronismo y los migrantes internos". *Desarrollo económico*, vol. 14, n.º 56, 1975.
- . *Proyecto y construcción de una nación*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- HOSELITZ, B. & MOORE, W. *Industrialization and society*. Unesco, 1963.
- HOROWITZ, I. L. *Ascensão e queda do Projeto Camelot*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- . (ed.). *The new sociology*. Oxford University Press, 1965.
- HUGUES, H. S. *The sea change: the migration of social thought, 1930-1965*. Nova York: McGraw-Hill, 1975.
- HUTCHINSON, B. et al. *Trabalho e mobilidade: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: CPBE, 1960.
- IANNI, O. "La sociología de la sociología en América Latina". *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 1, n.º 3, 1965.
- . *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- . *Sociedades duais e desenvolvimento desigual*. *Cadernos Ceru*, n.º 05, 1972.
- INKELES, A. "The OM Scale: A Comparative Socio-Psychological Measure of Individual Modernity" (em colaboração com D. H. Smith). *Sociometry*, vol. 29, n.º 4, An Issue on Cross-Cultural Studies, Dec., 1966, pp. 353-77.
- . "Making Men Modern: On the Causes and Consequences of Individual Change in Six Developing Countries". *The American Journal of Sociology*, vol. 75, n.º 2, Sep., 1969a, pp. 208-25.
- . "Harvard Project on the Sociocultural Aspects of Development". *Sociological Inquiry*, n.º 39 (Winter), 1969b, pp. 100-2.
- . "Becoming Modern: Individual Change in Six Developing Countries". *Ethos*, vol. 3, n.º 2, Summer, 1975, pp. 323-42.
- . *Tornando-se moderno*. Brasília: Ed. UnB (em colaboração com D. H. Smith), 1981.
- . *Exploring individual modernity*. Nova York: Columbia University Press, 1983.
- INKELES, A. & BAUER, R. *The soviet citizen: daily life in a totalitarian society*. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- JAY, M. *The dialectical imagination*. Londres: Heinemann, 1973.
- JENEMANN, D. *Adorno in America*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- KAHL, J. A. "Reviewed work(s): *Política y sociedad en una época de transición: De la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. by Gino Germani". *The American Journal of Sociology*, vol. 70, n.º 2, Sep., 1964, pp. 243-5.
- . *The measurement of modernism: a study of values in Brazil and Mexico*. Latin American Monographs, n.º 12, Institute of Latin American Studies, The University of Texas, 1968.

- . *Modernization, exploitation and dependency in Latin America*. Nova Jersey: Transaction Books, 1976.
- KAHL, J. A. & STERN, C. "Mexico: a developing society". In: KAHL, J. A. (org.). *Comparative perspectives on stratification: Mexico, Great Britain, Japan*. Pennsylvania State University, 1968.
- KOZEL, A. "En torno a la desilusión argentina". *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n.º 38, 2007.
- LATHAM, M. E. *Modernization as ideology: American social science and "national building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- LAZARSFELD, P. F. "Introduction". In: STOUFFER, S. A. *Social research to test ideas*. Free Press of Glencoe, 1962a.
- LAZARSFELD, P. F. The Sociology of Empirical Social Research. *American Sociological Review*, vol. 27, n.º 6, Dec., 1962b, pp. 757-67.
- LEITE, D. M. (org.). *Personalidade*. São Paulo: Nacional, 1967, 2.ª ed.
- LENGYEL, P. "Two decades of social science at UNESCO". *International Social Science Journal*, XVIII, 4, 1966.
- LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LERNER, D. *The passing of traditional society*. The Free Press of Glencoe, 1958.
- LIEDKE FILHO, E. D. *Sociology and society in Brazil and Argentina*. PhD Thesis, Brown University, Dept. of Sociology, 1991.
- LUHAMNN, N. "The paradox of system differentiation and evolution of society". In: ALEXANDER, J. & COLOMY, P. *Differentiation theory and social change*. Nova York: Columbia University Press, 1990.
- . *Social systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- . *Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia*. Madri: Trotta, 1998.
- . *La sociedad de la sociedad*. México DF: Herder, 2007.
- MAIA, J. M. E. "Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, n.º 71, 2009.
- . "O pensamento social brasileiro e a imaginação pós-colonial". *Revista Estudos Políticos*, vol. 1, n.º 0, 2010.
- MAIO, M. C. *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1997.
- MARTINS, J. S. *Florestan: sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- . "Entrevista". In: BASTOS, E. R. et al. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- MARIOSIA, D. *Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes*. Mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2003.
- MAZZA, D. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.
- McCLELLAND, D. *The achieving society*. Nova Jersey: Van Nostrand, 1961.
- MELLO, N. N. *Do desenvolvimento global ao paradigma da ordem e da estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana*. Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

- MERA, C. & REBÓN, J. (orgs.). *Gino Germani: la sociedad en cuestión*. Buenos Aires: Clacso, 2010.
- MIGNOLO, W. *La idea de América Latina*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MICELI, S. *A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré, 1990.
- . “Les inventeurs latino-américains de la sociologie “scientifique” (Florestan Fernandes et Gino Germani)”. In: LASK, T. *Rapports ambivalents entre sciences sociales européennes et américaines*. Milão: Arcipelago Edizioni, 2007.
- MILLS, C. W. *La imaginación sociológica*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1997 [1959].
- . “The bureaucratic ethos”. In: STEIN, M. & VIDICH, A. (orgs.). *Sociology on trial*. Prentice-Hall, 1965.
- MONTEIRO, P. M. “A impertinência da pertinência: reflexões em torno do pensamento sobre o Brasil nos Estados Unidos”. *Lua Nova*, n.º 82, São Paulo, 2011.
- MOREIRA, R. J. “A história de vida na pesquisa sociológica”. *Sociologia*, vol. 15, n.º 1, 1953.
- MORETTI, F. *Atlas do romance europeu (1800-1900)*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MURRAY, M. J. “Reviewed work(s): *Becoming Modern: Individual Change in Six Developing Countries*”. *Canadian Journal of Political Science*, vol. 10, n.º 3, Sep., 1977, pp. 658-659.
- NEDELMANN, B. & SZTOMPKA, P. (orgs.). *Sociology in Europe*. Berlin; Nova York: Walter de Gruyter, 1993.
- NEIBURG, F. *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: Edusp, 1997.
- NAVES, R. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.
- . *O vento e o moínho: ensaios sobre arte moderna e contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007).
- NEVES, M. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. S. Paulo: Martins Fontes, 2006.
- OLIVEIRA, L. L. “Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, 2005.
- OFFE, C. *Autorretrato a distância*. Buenos Aires: Katz, 2006.
- OGBURN, W. F. *Social change*. Nova York: The Viking Press, 1922.
- PALERMO, V. “Algumas hipóteses comparativas entre Brasil e Argentina no século XX”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, n.º 33, 2009.
- PARK, P. “Measurement of pattern variables”. *Sociometry*, vol. 30, n.º 2, (Jun. 1967), pp. 187-98.
- PARSONS, T. “Some comments on the state of the general theory of action”. *American Sociological Review*, vol. 16, n.º 6, Dec. 1953, pp. 618-31.
- . *The social system*. Nova York: The Free Press, 1964a [1951].
- . *Essays in sociological theory*. Nova York: The Free Press, 1964b.
- . “Evolutionary universals in society”. *American Sociological Review*, vol. 29, n.º 3, 1964c.
- . *Sociological theory and modern society*. Nova York: The Free Press, 1967.
- . *Politics and social structure*. Nova York: The Free Press, 1969.
- . “Comparative studies and evolutionary change”. In: VALLIER, I. (ed.). *Comparative methods in sociology*. Berkeley: University of California Press, 1971.

- . *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974 [1971].
- . *Biografía intelectual. El simbolismo económico y religioso en Occidente*. Puebla (México): Universidad Autónoma de Puebla, 1986.
- PARSONS, T. & SHILS, E. *Toward a general theory of action*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962.
- PARSONS, T. & TOMINAGA, H. "Discussions with Professor Parsons & Kenichi Tominaga". *The American Sociologist*, summer, 2000.
- PEÑA, M. [DENNIS, A. P.]. "Sobre C. W. Mills o las enojosas reflexiones de la paja seca ante el fuego". Fichas, año 1, n.º 6, julio 1964.
- PEIXOTO, F. A. "Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001, 2.ª ed.
- PETITO, G. V. "Gino Germani en su circunstancia". *Perfiles Latinoamericanos*, vol. 16, n.º 32, 2008.
- POLLAK, M. "Paul F. Lazarsfeld, fondateur d'une multinationale scientifique". *Actes de la Recherche en Science Sociales*, n.º 25, janvier 1979, pp. 45-59.
- PONTES, H. *Destinos mistos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- POVIÑA, A. *Historia de la sociología en Latinoamérica*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- PRIETO, A. *Estudios de literatura argentina*. Buenos Aires: Galerna, 1969.
- PULICI, C. *Entre sociólogos: versões conflitivas da "condição de sociólogo" na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo: Edusp, 2008.
- REIS, E. *Processos e escolhas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.
- RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo*. S. Paulo: Ed. 34, 2000.
- . *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.
- RODRÍGUEZ, C. A. "Germani y el estructural-funcionalismo, evolucionismo y fe en la razón: aspectos de la involución irracional". *Universum*, Talca, vol. 24, n.º 1, 2009.
- RODRÍGUEZ, E. G. *et al. Decolonizing European sociology: transdisciplinary approaches*. Burlington (VT): Ashgate Publishing Co., 2010.
- ROMÃO, W. M. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- ROSENMANN, M. R. *Pensar América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2008.
- RUBINICH, L. "Los sociólogos intelectuales. Cuatro notas sobre la sociología en los '60". *Apuntes de Investigación del CECyP*, n.º 4, junio, Buenos Aires, 1999.
- SALLUM JR., B. "Notas sobre o surgimento da sociologia política em São Paulo". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 1, n.º 1, 2002.
- SARLO, B. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.
- . *Escritos sobre literatura argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- SARLO, B. & ALTAMIRANO, C. *La batalla de las ideas*. Buenos Aires: Emecé, 2007.
- SILVA, M. A. M. *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2011.
- SIKKINK, K. *Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca; Londres: Cornell University Press, 1991.

298 | Referências

- SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- . *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- . *Cultura e política*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.
- SOLARI, A. E. et al. *Teoría, acción social y desarrollo en América Latina*. México DF: Siglo XXI, 1976.
- SOUZA, J. “Habermas e o Brasil: alguns mal-entendidos”. In: WAIZBORT, L. (org.). *A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn*. Londrina: Ed. UEL, 1998.
- STEIN, M. & VIDICH, A. (orgs.). *Sociology on trial*. Prentice-Hall, 1965.
- STEINMETZ, G. “Ideas in exile: refugees from Nazi Germany and the failure to transplant historical sociology into the United States”. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 2010.
- SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. & BAUMGARTEN, M. “Contribuições da sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, 2005.
- TERÁN, O. *Nuestros años sesentas*. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1993.
- TOMINAGA, K. “European sociology and the modernisation of Japan”. In: NEDELMANN, B. & SZTOMPKA, P. *Sociology in Europe*. Berlim; Nova York: Walter de Gruyter, 1993.
- TORRE, P. B. “Intervenciones en relación con la ponencia del Doctor Gino Germani”. *Anales del VI Congreso Latinoamericano de Sociología*, Caracas, Asociación Venezolana de Sociología, 1961.
- TOURAINÉ, A. et al. *Lola y Huachipato*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1966.
- TRINDADE, H. (org.). *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007, 2.ª ed.
- VASCONCELLOS, C. *O “molocho” do presente: Adorno e a crítica à sociologia*. Mestrado: São Paulo: FFLCH/USP, 2009.
- VASSELAI, F. *A locomotiva silenciosa: o não predomínio da política paulista na democracia de 1945*. Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.
- VERÓN, E. “Sociología, ideología y subdesarrollo”. *Revista Cuestiones de Filosofía*, Buenos Aires, 1 (2-3), 1962.
- . “Gino Germani, *La sociología en América Latina*”. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 1, n.º 2, 1965.
- . *Imperialismo, lucha de clases y conocimiento*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1974.
- VILLAS BÔAS, G. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- VUCINICH, A. “Marx and Parsons in Soviet Sociology”. *Russian Review*, vol. 33, n.º 1, 1974.

Índice onomástico

- Adorno, Theodor [Ludwig Wiesen-
grund-] (1903-1969) – 21, 24n, 29,
37, 83, 93n, 140n, 166, 172n, 268
Aipobureau, Tiago Marques – 163n,
186n
Aleksitch, Patricia – 19
Alexander, Jeffrey [Charles] – 163n,
164
Allardt, Erik – 29
Almond, Gabriel [A.] (1911-2002) –
101
Altamirano [Orrego], Carlos – 196n,
210n, 226n
Amaral, Samuel [Eduardo] – 211n
Andrade [Franco], [Aluísio] Jorge [de]
(1922-1984) – 188
Antonioni, Michelangelo (1912-
-2007) – 157
Apter, David [Ernest] (1924-1910) –
53, 92
Araoz, Diego – 19
Araujo, Manuel Mora y – 55n
Arruda, Maria Arminda [do] N[as-
cimento] Arruda – 186n, 202n
Azevedo, Fernando de (1894-1974)
– 45, 52
Azevedo, Thales [Olympio Góes] de
(1904-1995) – 128n
- B**
Bachur, João Paulo – 284, 285, 285n
Barros, Adhemar [Pereira] de (1901-
-1969) – 197n
Bastide, Roger (1894-1974) – 45,
126n, 128n, 129, 138, 138n, 142n,
152n, 186n, 201
Bastos, Elide Rugai – 17, 26n, 131n,
137n, 265n, 286n
Bastos, Raphael – 19
Bellah, Robert [Neelly] (1927-2013)
– 91
Bell, Daniel (1919-2011) – 163n
Bendix, Reinhard (1916-1991) – 94n,
144, 228, 228n, 234, 285, 286
Bittencourt, Andre – 19
Blanco, Alejandro – 17, 33, 137n,
167n, 225
Bloch, Marc [Léopold Benjamim]
(1886-1944) – 236
Bôas, Gláucia [Krise] Villas – 18
Bori, Carolina Martuscelli (1924-
-2004) – 103n
Botelho, André – 17
Bourdieu, Pierre [Félix] (1930-2002)
– 41, 283
Brandão, Gildo Marçal [Bezerra]
(1949-2010) – 18, 197n
Bunge, [Mario Augusto] – 54

C

- Candido [de Mello e Souza] Antonio – 23, 26, 36, 37n
 Canton, Dário – 55n
 Cardoso, Fernando Henrique – 32, 33n, 56, 126n, 127n, 218n, 228n, 277, 278
 Carvalho, Bruno Sciberras de – 18
 Carvalho, Lucas – 19
 Carvalho, Maria Alice Rezende de – 18
 Carvalho, Orlando [Magalhães] (1910-1998) – 206n
 Casanova, Pablo González – 101n
 Castaldi, Carlo – 103n
 Castro, Amílcar [Augusto Pereira] de (1920-2002) – 282n
 Castro [Ruz], [Fidel Alejandro] – 54
 Cazes, Pedro – 19
 Chaguri, Mariana [Miggiolaro] – 19
 Chartier, Roger – 35, 35n
 Cohn, Gabriel – 148n, 184n, 186n, 219n, 279
 Cortázar, Julio [Florêncio] (1914-1984) – 188, 200n
 Cunha, Euclides [Rodrigues] da (1866-1909) – 75

D

- Denis, Alfredo Parera [psudônimo de Milcíades Peña] – 64n
 Deutsch, Karl [Wolfgang] (1912-1992) – 101
 Dilthey [Wilhelm] (183-1911) – 65
 Domingues [da Silva], José Mauricio [Castro] – 17, 43n, 86n, 185, 241, 284n, 286
 Duarte, Paulo [Alfeu Junqueira de Monteiro] (1899-1984) – 152n
 Duesenberry, J. (1918-2009) – 74n
 Durkheim, Émile (1858-1917) – 24, 79n, 85, 165, 260, 264

E

- Echavarría, José Medina (1903-1977) – 45

- Eisenstadt, S[hmu]el N[oah] (1923-2010) – 91
 Elias, Norbert (1897-1990) – 166
 Englander, Alexander – 19
 Esterci, Neide – 18
 Estrada, Ezequiel Martínez (1895-1964) – 200n
 Ewbandk, Alice [de Oliveira] – 19

F

- Faletto, Enzo (1935-2003) – 33n, 277
 Fernandes, Florestan (1920-1995) – 25, 25n, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 51, 56, 58, 62, 70, 76, 78, 79n, 80, 84, 97, 98, 123, 124, 125, 126, 126n, 127n, 128, 128n, 129, 129n, 130, 131, 131n, 132, 135, 137, 137n, 138, 138n, 139, 139n, 140, 141, 142, 142n, 143, 144, 147, 148, 148n, 149, 152, 152n, 153, 154, 158, 159, 160, 163n, 165, 176, 177, 178, 179n, 180, 181, 182, 183, 183n, 184, 184n, 186, 186n, 187, 187n, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 197n, 198, 198n, 199, 199n, 200, 200n, 201, 202, 202n, 203, 204, 205, 206n, 207n, 208n, 209n, 211n, 212, 213, 217, 218, 219n, 220, 221n, 222, 223, 224, 230, 231, 232, 233, 233n, 234, 235, 241, 251, 252, 253, 254, 254n, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 262n, 263, 264, 265, 265n, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 278, 278n, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 286n
 Ferreira, Oliveiros [da Silva] – 197n
 Fleck, Christian – 29
 Franco, Maria Sylvia de Carvalho – 33n, 89, 218n
 Frank, [André] Gunder (1929-2005) – 260
 Freud, [Sigmund Schlomo] (1856-1939) – 161n, 163n
 Freyre, Gilberto [de Mello] (1900-1987) – 186n

- Friedmann, Georges [Philippe] (1902-1977) – 55
 Fromm, Erich [Seligmann] (1900-1980) – 165, 166, 172n
 Frondizi [Ercoli], Arturo (1908-1995) – 226n
- G**
 Galtung, Johan – 30, 45, 55, 55n, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 74, 80
 Ganón, Isaac (?-1975) – 49
 Garcia, Sylvia G[emignani] – 186n
 Geertz, Clifford [James] (1926-2006) – 91, 92
 Gendzier, Irene L. – 119n
 Germani, Ana Alejandra – 25n, 185n
 Germani, Gino (1911-1979) – 25, 25n, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 33n, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 54, 55n, 56, 58, 62, 64, 64n, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 74n, 76, 80, 84, 97, 98, 101, 101n, 123, 124, 125, 126, 127, 127n, 128, 128n, 133, 133n, 134, 14n, 135, 135n, 136, 136n, 137, 137n, 138, 139, 140, 140n, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 158, 159, 160, 163n, 165, 166, 167, 167n, 168, 168n, 169, 169n, 170, 170n, 171, 172, 172n, 173, 174, 175, 176, 177, 184, 185, 185n, 187, 188, 189, 190, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 200n, 201, 205, 206, 206n, 207, 207n, 208, 208n, 209, 209n, 210, 210n, 211, 211n, 212, 213, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 228n, 229, 229n, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 274n, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 286n
 Gert, Hans [Heinrich] (1908-1978) – 63
 Gibaja, Regina [Elena] – 98, 98n, 107
 Giddens, Anthony – 24, 41
 Gilman, Nils – 91
 Gorelik, Adrián – 42n
 Gouldner, Alvin [Ward] (1920-1980) – 63
 Gouvêa, Fabiano – 19
 Graciarena, Jorge – 97
 Gurvitch, Georges (1894-1965) – 45
 Gusfield, Joseph [R.] – 234
- H**
 Habermas, Jürgen – 41, 283
 Halbwachs, Maurice (1877-1945) – 165
 Harris, Marvin (1927-2001) – 112
 Heintz, Peter (1920-1983) – 45
 Helayël, Karim [Abadía] – 19
 Herrera, Emilio – 30
 Hitler, [Adolf] (1889-1945) – 191n
 Hoelz [Veiga Júnior], Maurício – 19
 Holanda, Sérgio Buarque de (1902-1982) – 130
 Horkheimer, Max (1895-1973) – 166
 Horowitz, Irving Louis (1929-1912) – 54, 55n, 63, 64, 64n, 66, 229n
 Hoselitz, Bert [Frank] (1913-1995) – 53, 84, 84n, 85n
 Hutchinson, Bertram – 49, 103, 103n
- I**
 Ianni, Octavio (1926-2004) – 33n, 58, 62, 70, 73, 74, 74n, 75, 76, 80, 126n, 127n, 137n, 218n
 Inkeles, Alex (1920-2010) – 39, 84, 85n, 91, 97, 97n, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 153, 154, 269
 Irigoyen, [Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús] (1852-1933) – 274n
 Jackson, Luiz Carlos – 18
 Joas, Hans – 284n

K

Kahl, Joseph (1923-2010) – 39, 56, 84, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 102n, 103, 104, 104n, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 127n, 153, 154, 185n, 242, 251, 269

Kom, Francis – 55n

Kugelmass, Eduardo (1940-2006) – 197n

Kwasniewicz, Wladyslaw (1926-2004) – 29

L

Lambert, Jacques – 257

Latham, Michael [E.] – 97n

Lazarsfeld, Paul [Felix] (1901-1976) – 27, 38n, 58, 62, 64, 83, 84, 92, 93, 93n, 94, 94n, 95, 123, 128n, 159n, 164

Leite, Dante Moreira (1927-1976) – 163n

Leite, José Correia (1900-1989) – 138

Lerner, Daniel – 84, 84n, 95, 96, 101, 112, 184

Levene, Ricardo (1885-1959) – 25n, 127n, 134n

Levy [Jr.], Marion [Joseph] (1918-2002) – 84, 84n, 91

Lima, Nísia Trindade – 18

Lipset, Seymour [Martin] (1922-2006) – 94n, 144, 163n, 211, 211n, 228, 228n

Lopes, Antonio Herculano – 18

Lopes, Juarez [Rubens] Brandão (1925-2011) – 56, 101n, 102n, 103n, 228n

Luhman, Niklas (1927-1998) – 41, 171n, 283, 285, 285n

M

Maia, João Marcelo Ehlert – 18

Maio, Marcos Chor – 18, 126n, 128n

Malaguti [Coelho], Paloma – 19

Manea, Pedro – 19

Maneiro, Maria – 185

Mannheim, Karl (1893-1947) – 51, 165, 166, 172n, 221n

Mao Tse Tung (1893-1976) – 229n

Mariosa, Duarcides [Ferreira] – 137n

Martinez, Carlos Damaso – 277n

Martins, José de Souza – 233n, 252n, 283n

Martins, Marcelo – 19

Marx, Karl [Heinrich] (1818-1883) – 79n, 255, 257, 260, 263, 264, 266, 285n

Mazza, Débora – 197n

McCarthy, [Joseph Raymond] (1908-1957) – 191n

McClelland, David [Clarence] (1917-1998) – 53, 91, 95, 96, 103n

Mera, Carolina – 286n

Merton, Robert [King] (1910-2003) – 29, 93, 128n, 159

Meucci, Simona – 18

Miceli [Pessoa de Barros], Sergio – 25n, 186n

Mills, Charles Wright (1916-1962) – 48, 62, 63, 63n, 64, 64n, 65, 66, 69, 70, 73, 75, 76, 78, 98n, 164, 191

Monteiro, Pedro Meira – 54n

Moore [Jr.], Barrington (1913-2005) – 63, 234, 285

Moore, Wilbert [Ellis] (1914-1987) – 53, 84, 85n

Moreira, Renato Jardim – 126n, 138, 138n

Moretti, Franco – 30n

Morse, Ricard (1922-2001) – 96n

Münch, Richard – 29

Murmis, Miguel – 140n

Myrdal, Gunnar (1898-1987) – 198

N

Naves, Rodrigo – 282n

Nedelmann, Birgitta – 29

Neves, Marcelo [da Costa Pinto] – 285

Nisbet, Robert [Alexander] (1913-1996) – 63

Noé, Luis Felipe – 225n
 Nogueira, Oracy (1917-1996) – 128n
 Nowotny, Helga – 29

O

Ocampo [Aguirre], Victoria (1890-1979) – 98n, 210n
 Ogburn, William F[ielding] (1886-1959) – 158, 158n, 159n, 160n, 180, 202n
 Onganía [Carballo], [Juan Carlos] (1914-1995) – 226n, 232

P

Palermo, Vicente – 278n
 Park, Robert [Ezra] (1864-1944) – 127n
 Parsons, Talcott [Edgar Frederick] (1902-1979) – 24, 27, 29, 29n, 33, 34, 35, 38, 38n, 40, 41, 60, 62, 63, 64, 64n, 66, 71, 79n, 83, 84, 84n, 85, 85n, 86, 86n, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 94n, 95, 98, 99, 122, 128n, 137n, 158, 159, 160, 160n, 161, 161n, 162, 163, 163n, 164, 164n, 165, 167n, 176, 189, 190, 191, 191n, 192, 193, 194, 195, 195n, 198n, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 230, 234, 235, 235n, 236, 237, 238, 240, 241, 268, 270, 271, 273, 276, 281, 282n, 283
 Paz [Lozano], Octavio (1914-1998) – 101, 113
 Peña, Milcíades (1933-1965) – 35, 64, 64n
 Pena, [Roque] Sáenz (1951-1914) – 207n
 Perlman, Janice – 96n
 Perón, [Juan Domingo] (1895-1974) – 151, 196n
 Petito, Gonzalo Varela – 170n
 Pierson, Donald (1900-1995) – 129n
 Pinto, Luiz [de Aguiar] Costa (1920-2002) – 38, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 58, 70, 76, 77, 78, 79, 80, 98, 101, 128n, 233

Pollak, Michael – 93, 94
 Pontes, Heloísa [André] – 186n
 Portantiero, Juan Carlos (1934-2007) – 140n
 Poviño, Alfredo (1904-1986) – 45
 Prado Jr., Caio [da Silva] (1907-1990) – 130, 254, 254n
 Prebisch, Raúl (1901-1986) – 226n

Q

Queiroz, Maria Isaura Pereira de – 138n

R

Ramallo, José Ricardo [García Pereira] – 17
 Ramos, [Alberto] Guerreiro (1915-1982) – 35, 128n
 Rebón, Julián – 286n
 Reis, Elisa [Maria da Conceição Pereira] – 285
 Ribeiro, René (1914-1990) – 128n
 Ricupero, Bernardo – 18, 254n
 Riesman, David (1909-2002) – 163n, 172n
 Rodríguez, Carlos Acevedo – 167
 Romero, José Luis (1909-1977) – 133n, 196n
 Rosas [y López de Osornio], Juan Manuel [José] Domingo Ortiz de (1793-1877) – 133
 Rostow, Walt W[hitman] (1916-2003) – 92, 173

S

Salum Jr., Basílio [João] – 198n
 Santos, Heloísa Helena – 19
 Santos, Thiago – 19
 Sarlo, Beatriz – 196n, 210n, 277n
 Sarmiento, Domingo F[austino] (1811-1888) – 75, 277n
 Schwarz, Roberto – 23, 36, 37, 37n, 286
 Schwartzman, Simon – 197n
 Schmitter, Philippe [C.] – 96n

304 | Índice onomástico

- Shils, Edward (1910-1995) – 91, 92, 160n
 Sigal, Silvia – 55n
 Sikkink, Kathrin A. – 226n
 Silva, Mário Augusto Medeiros da – 19, 138n, 197n
 Simão, Azis (1912-1990) – 127n, 198n
 Simonsen, Roberto [Cochrane] (1889-1948) – 130
 Skidmore, Thomas [Eliot] – 96n
 Skocpol, Theda – 285
 Smelser, Neil [Joseph] – 53, 85, 91, 164
 Smith, David H. – 96n
 Soares, Gláucio Ary Dillon – 98
 Solari, Aldo (1922-1989) – 57
 Souza, Gilda [Rocha] de Mello e (191-2005) – 232
 Stein, Maurice [R.] – 63
 Stern, Cláudio – 119
 Stonequist, Everett [Verner] (1901-1979) – 127n
 Stouffer, Samuel A[ndrew] (1900-1960) – 93, 93n, 99
 Sutton, Francis – 91
 Sztompka, Piotr – 29
- T**
 Tella, Torcuato di (1892-1948) – 55n, 56
 Thomas, William I[saac] (1863-1947) – 165
- Tocqueville, [Alexis-Charles-Henri Clérel, visconde de] (1805-1859) – 238
 Tominaga, Kenichi – 29, 161
 Tönnies, [Ferdinand] (1855-193) – 89
 Torre, Pedro Barboza de la (1917-2002) – 46
 Touraine, Alain – 55, 56, 228n
 Vallim, Wagner – 19
- V**
 Vargas, [Getúlio Dornelles] (1882--1954) – 197n
 Vasselai, Fabricio [Jorge] – 197
 Ventura, Fausto – 19
 Verba, Sidney – 101
 Verón, Eliseo – 32, 55n, 58, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 80
 Vidich, Arthur [J.] (1922-2006) – 63
 Volpi, Alfredo (1896-1988) – 282n
- W**
 Wagner, Peter – 284n
 Weber, Max[imilian Kart Emil] (1864-1920) – 24, 65, 66, 79n, 85, 160, 169n, 214, 221n, 257, 260, 264
 Whitaker, Arthur P. (1895-1979) – 199
 Willems, Emilio (1905-1997) – 126n, 127n
- Z**
 Znaniecki, Florian [Witold] (1882-1958) – 165